

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Tarcísio Samborski

**A AÇÃO EXTENSIONISTA E A POBREZA RURAL: A ATER NO  
PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA NA REGIÃO CELEIRO DO RS.**

Santa Maria, RS  
2016



**Tarcísio Samborski**

**A AÇÃO EXTENSIONISTA E A POBREZA RURAL: A ATER NO  
PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA NA REGIÃO CELEIRO DO RS**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau **de Doutor em Extensão Rural**

**Orientador: Prof. Vicente Celestino Pires Silveira**

Santa Maria, RS  
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Samborski, Tarcísio  
A AÇÃO EXTENSIONISTA E A POBREZA RURAL: A ATER NO  
PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA NA REGIÃO CELEIRO DO RS /  
Tarcísio Samborski.- 2016.  
225 p.; 30 cm

Orientador: Vicente Celestino Pires Silveira  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2016


1. Inclusão produtiva. 2. Extensão Rural 3.  
Desenvolvimento rural I. Celestino Pires Silveira,  
Vicente II. Título.

Tarcísio Samborski

**A AÇÃO EXTENSIONISTA E A POBREZA RURAL: A ATER NO  
PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA NA REGIÃO CELEIRO DO RS**

Tese apresentada ao curso de Doutorado  
do Programa de Pós-Graduação em  
Extensão Rural da Universidade Federal  
de Santa Maria (UFSM), como requisito  
parcial para obtenção do grau de Doutor  
em Extensão Rural

Aprovada em 10 de junho de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
Vicente Celestino Pires Silveira, PhD. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Albertinho Luiz Gallina, Dr. (UFSM)

  
\_\_\_\_\_  
Cidonea Machado Deponti, Dr<sup>a</sup>. (UNISC)

  
\_\_\_\_\_  
Décio Souza Cotrim, Dr. (UFPEL)

  
\_\_\_\_\_  
Renatê Santos de Souza, Dr. (UFSM)



## AGRADECIMENTOS

Escrevo esses agradecimentos após o final da votação da admissibilidade do processo de impedimento da Presidente Dilma e fico até constrangido de agradecer minha família depois de ouvir tanta hipocrisia nesse dia. Faço-o na condição de ser o primeiro neto do seu Luís Pretto que consegue ser doutor, mesmo que isso seja depois dos 45 anos. Faço-o na condição de ter sido no seio de minha família que formei as minhas convicções e que foram e ainda são, muitas vezes, divergentes de muitos deles e esse exercício de convivência julgo que me fez melhor e mais democrático. Espero que outros Prettos e Samborskis possam estudar e chegar ao doutoramento sem essa “distorção série-ano” que tive.

Quero agradecer aos mais próximos, meu pai Carlos e minha mãe Clair, minha irmã Luzia e meus sobrinhos e o pai deles, Júlio, que foi meu parceiro de estrada durante um bom tempo entre Santo Augusto e Santa Maria. À minha esposa Andréa e meus filhos Tales e Theo, por terem aturado esse tempo de estudos, a bagunça do escritório e livros espalhados pela casa. À minha sogra Odete, que ajudava com minha filha Sofia. Essa minha filha teve a felicidade de ter o pai em casa mais tempo que os outros irmãos e foi minha parceira em muitos momentos desta escrita.

Tenho um punhado de amigos que me aguentaram nesse tempo todo, falando de um assunto que na maioria das vezes escutavam “só para não perder a amizade”. Não tenho como nominar todos porque cometerei injustiças, mas o Sidnei Pithan não poderia ficar de fora porque foi quase um co-orientador e merece meu agradecimento.

Ao meu orientador Vicente, pelo apoio e a confiança.

Aos extensionistas da EMATER/RS e à direção da Empresa pelo apoio na pesquisa.

A todas as famílias que me receberam em suas casas e colaboraram com as informações.

Aos meus colegas do Instituto Federal Farroupilha - Campus Santo Augusto, que dividem as angústias e os prazeres da formação profissional; afinal, ao fim e ao cabo, a qualificação nossa deve servir para melhorar as instituições em que trabalhamos e, no nosso caso, na qualidade da educação prestada.





*“Se eu fizer poesia  
com a tua miséria  
ainda te falta pão  
pra mim não”  
Alice Ruiz*

*Nada foi  
feito o sonhado  
mas foi bem-vindo  
feito tudo  
fosse lindo.*

*Paulo Leminski*



## RESUMO

### **AÇÃO EXTENSIONISTA E A POBREZA RURAL: A ATER NO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA NA REGIÃO CELEIRO DO RS**

Autor: Tarcísio Samborski

Orientador: Vicente Celestino Pires Silveira

O Brasil foi um país que teve um desempenho excepcional na redução da pobreza, chegando a atingir a meta estabelecida para 2015 nos Objetivos do Milênio da ONU ainda no ano de 2002. Essa tese aborda uma parte desse esforço de inclusão social e teve por objetivo analisar a experiência dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na ação de Inclusão Produtiva do Programa Brasil Sem Miséria em oito municípios da Região Ceileiro do Rio Grande do Sul. A modalidade de pesquisa foi qualitativa e utilizou-se de uma série de instrumentos como estatísticas oficiais, materiais informativos elaborados pelos instrumentos de monitoramento do Programa Brasil Sem Miséria, diagnósticos da situação das famílias beneficiárias, avaliações feitas pela executora da ATER, observações assistemáticas das atividades e entrevistas semiestruturadas com todos os extensionistas envolvidos e uma amostra das famílias atendidas pelo Programa nos municípios estudados. Com o auxílio da teoria da ação comunicativa de Habermas como reforço teórico para analisar a ação extensionista, busca-se compreender o nascimento e a evolução desses serviços no Brasil. Apresenta-se o campo empírico com destaque para a importância do Programa Brasil Sem Miséria nesses municípios e uma breve caracterização das famílias beneficiárias. Utiliza-se, ainda, de uma revisão teórica sobre a Extensão Rural e a pobreza, apresentando o estado da arte desse tema e os elementos existentes na atualidade para a oferta de ATER para os pobres no Brasil. Descreve-se a dinâmica da ação extensionista junto à pobreza extrema, mostrando o estranhamento inicial frente a um mundo da vida diferente e como se deu o início dessa prática profissional, principais métodos, parcerias, os projetos produtivos executados e os resultados alcançados. Tanto os técnicos como as famílias apresentam avaliações positivas do desempenho do programa, sendo que, para a maioria das famílias este significou um aumento na qualidade de vida. Os resultados indicam uma maior participação e aumento da autoestima das mulheres, melhoria na segurança alimentar através da produção e o autoconsumo de alimentos, acesso a outras políticas públicas, inserção em comércios locais, mesmo que ainda haja o predomínio do mercado informal, maior participação comunitária, enfim, uma maior inclusão dessas famílias a partir do acompanhamento da ATER. A experiência apresenta muitas novidades para a ação extensionista, entre as quais se destaca o trabalho integrado entre as áreas de Bem-Estar Social e das Ciências Agrárias, a visão do projeto de vida familiar sobressaindo-se sobre a visão setorial e a organização dos técnicos para atender suas dificuldades profissionais que podem sustentar parcialmente a hipótese de que há um avanço em direção ao entendimento e a superação da ação difusionista tradicional da Extensão Rural. Persistem as dúvidas sobre a continuidade do Programa no atual contexto político-administrativo, fato que pode restringir ou até anular os esforços inclusivos conseguidos até o momento.

**Palavras-chave:** Inclusão produtiva. Extensão Rural. Desenvolvimento rural.



## ABSTRACT

### ACTION EXTENSION AND RURAL POVERTY : THE RURAL EXTENSION AND TECHNICAL ASSISTANCE (TARE) IN THE PROGRAM 'BRAZIL WITHOUT POVERTY' IN THE PRODUCTION REGION OF RIO GRANDE DO SUL STATE

Author: Tarcísio Samborski

Supervisor: Vicente Celestino Pires Silveira

Brazil was a country that has had an outstanding performance in poverty reduction, reaching the target set for 2015 in the UN millennium goals still in 2002. This thesis addresses a part of social inclusion efforts and aimed to analyze the experience of the Technical Assistance Services and Rural Extension (TARE) in the action of Inclusive Production of the program called 'Brazil Without Poverty' in eight municipalities of the Production Region of Rio Grande do Sul state. The type of research was qualitative and used a series of instruments as official statistics, informational materials prepared by instruments monitoring the program 'Brazil Without Poverty', diagnosis of the situation of the beneficiary families, assessments made by the executor of TARE, unsystematic observations of activities and semi-structured interviews with all extension workers involved and a sample of the families served by program in the cities studied. Along with the help of Habermas's communicative action theory as a theoretical reinforcement to analyze the extension action, we seek to understand the birth and evolution of these services in Brazil. It presents the empirical field with emphasis on the importance of 'Brazil Without Poverty' program in these municipalities and a brief description of the beneficiary families. Also, it is used a theoretical review of the Rural Extension and Poverty, presenting the state of the art of this subject and those elements existing today for offering TARE for the poor ones in Brazil. It describes the dynamics of extension action with extreme poverty, showing the initial front estrangement to a world of different life and how the beginning of that professional practice was, main methods, partnerships, productive projects carried out and the achieved results. Both technical professionals and families have positive assessments of the program performance, and, for most families this meant an increase in quality of life. The results indicate greater participation and increased self-esteem of women, improvement in food security through the production and self-consumption of food, access to other public policies, insertion into local businesses, even if there is still a predominance of the informal market, greater community participation finally, greater inclusion of these families from the monitoring of TARE. This experience has many new features for the extension action, among which stands out the integrated work between the areas of social welfare and agricultural sciences, the vision of family life project standing out on the sectoral approach and the organization of technicians to meet their professional difficulties that may support partially the hypothesis that there is an advance toward understanding and overcoming the traditional diffusionist action of Rural Extension. Some doubts about the continuity of the program remain in the current political-administrative environment, which may restrict or even cancel inclusive efforts achieved so far.

**Keywords:** Productive inclusion. Rural Extension . Rural development.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa da Região Celeiro com destaque para os municípios pesquisados .....	23
Figura 2	Estrutura da Tese .....	28
Figura 3	Programas e atividades apresentadas no relatório de atividades da EMATER/RS ano 1998.....	87
Figura 4	Programas e atividades apresentadas no relatório de atividades da EMATER/RS ano 2002.....	88
Figura 5	Rede de serviços Programa Brasil Sem Miséria .....	103
Figura 6	Diagrama de análise dos meios de vidas sustentáveis .....	128
Gráfico 1	Percentuais da População rural e Pobreza extrema rural na Região Celeiro-RS .....	101
Gráfico 2	Idade dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro pertencentes ao sexo masculino.....	108
Gráfico 3	Idade dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro pertencentes ao sexo masculino.....	109
Gráfico 4	Distribuição dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro de acordo com o tamanho das propriedades.....	111
Gráfico 5	Tipo de esgoto utilizados nas moradias dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro.....	114
Gráfico 6	Opções de transporte utilizada pelos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro.....	118
Gráfico 7	Aspectos considerados pelas famílias beneficiárias em que houve melhoria da vida.....	177





## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Relação dos entrevistados durante a pesquisa de campo .....	15
Quadro 2	Síntese do Programa de Atividades da ASCAR 1957/1958 ....	74
Quadro 3	Resultados apresentados pelos escritórios municipais em reunião microrregional.....	171
Tabela 1	População da região Celeiro-RS segundo local de domicílio	98
Tabela 2	População cadastrada no CAdÚnico e em Pobreza Extrema na Região Celeiro- RS.....	100
Tabela 3	Ações do Programa Brasil Sem Miséria na Região Celeiro-RS .....	104
Tabela 4	Inclusão produtiva e Valores das transferências monetárias	105



## LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A	TERMO DE CONFIDENCIALIDADE .....	219
APÊNDICE B	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E	
APÊNDICE C	ESCLARECIDO .....	221
	ROTEIRO DAS ENTREVISTAS .....	223



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	21
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	25
2.1	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA .....	29
2.2	HIPÓTESE .....	32
2.3	OBJETIVOS .....	32
<b>2.3.1</b>	<b>Objetivo Geral</b> .....	32
<b>2.3.2</b>	<b>Objetivos Específicos</b> .....	33
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	35
<b>4</b>	<b>QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL</b> .....	45
4.1	A TEORIA DA MODERNIDADE HABERMASIANA .....	49
4.2	O MUNDO DA VIDA .....	52
4.3	O SISTEMA .....	56
4.4	4.4 A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA 58	58
4.5	AS POSSIBILIDADES DE RACIONALIDADE EM CADA MODO DE AGIR .....	62
<b>5</b>	<b>MODERNIZAÇÃO E EXTENSÃO RURAL</b> .....	67
5.1	CRISE NO SISTEMA E MUDANÇA NA AÇÃO EXTENSIONISTA ..	79
5.2	A AÇÃO EXTENSIONISTA NO ATUAL CONTEXTO .....	83
<b>6</b>	<b>CAMPO EMPÍRICO 95</b>	95
6.1	6.1 A REGIÃO DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO 95	95
6.2	6.2 O PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA 102	102
6.3	6.3 PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA INCLUSÃO PRODUTIVA NA REGIÃO CELEIRO DO RS .....	106
<b>6.3.1</b>	<b>Densidade domiciliar</b> .....	107
<b>6.3.2</b>	<b>Idade dos beneficiários</b> .....	108
<b>6.3.3</b>	<b>Condições da posse da terra e tamanho das propriedades</b> .....	110
<b>6.3.4</b>	<b>Condições de moradia</b> .....	111
<b>6.3.5</b>	<b>O saneamento básico das moradias</b> .....	113
<b>6.3.6</b>	<b>Indicadores sociais</b> .....	115
<b>7</b>	<b>POBREZA E EXTENSÃO RURAL</b> .....	121
7.1	ENTENDER A POBREZA E OS MEIOS DE VIDA .....	126
7.2	OS TRÊS PILARES DA EXTENSÃO PRÓ-POBRE .....	129
7.3	O CONTEXTO INSTITUCIONAL DA OFERTA DA EXTENSÃO PRÓ-POBRE .....	135
<b>8</b>	<b>8 A DINÂMICA DA AÇÃO DE INCLUSÃO PRODUTIVA NA REGIÃO CELEIRO</b> .....	149
<b>9</b>	<b>DO BURACO N'ÁGUA A UMA CHUVA DE OVOS</b> .....	163
9.1	DOS PROJETOS PRODUTIVOS .....	166
9.2	A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE O PROGRAMA ..	173
9.3	FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AÇÃO EXTENSIONISTA NA POBREZA EXTREMA .....	179
<b>10</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	183
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	193
	<b>APÊNDICES</b> .....	217



## 1 APRESENTAÇÃO

Penso, logo existo! Essa máxima cartesiana coloca em dúvida nossa condição de sujeito e a própria existência durante a elaboração de uma tese. Enredado em categorias, afogado nas múltiplas teorias que buscam explicar o real ou até mesmo a questionar a sua existência, o estudante chega a duvidar de sua capacidade de pensar e elaborar algo que apresente um mínimo de racionalidade, ordenando a sua pesquisa e satisfazendo a banca que, no final das contas, são os temores que se tem. Talvez por bairrismo, resolve-se "descartar o Cartesius", pois o cogito expressa uma certeza que não se possui. Optou-se pela belíssima corruptela que o Nei Lisboa faz na letra de Abolerado Blues: Penso, logo insisto. Infelizmente, a opção de "Penso, logo desisto" não nos é dada.

Essa sensação de impotência, de incapacidade de abordar o real de forma satisfatória e na magnitude que uma tese de doutoramento exige não pode levar à letargia. Ao não ter um caminho seguro que leve a alguma certeza, ficar parado não é solução. Na construção dessa tese, encontraram-se muitas encruzilhadas, pois já havia sido definido um caminho a ser seguido. Infelizmente, esse caminho é por demais largo e repleto de perigos, o que levou a ser mais insistente, persistindo uma série de dúvidas e certamente muitas incoerências que são frutos da condição e da capacidade do pesquisador. As aporias e dúvidas teóricas do referencial escolhido, acredita-se que serão uma herança desta tese que devem acompanhar o autor por algum tempo da sua vida. Muitas foram descobertas depois da escolha, pois optou-se em ler primeiro a obra de Habermas para posteriormente seus comentadores. Os vários limites apresentados não foram objeto de preocupação, pois se quisesse certezas teria buscado a Bíblia. Toda teoria apresenta elementos que precisam ser superados, salvo se pretenda ficar para a História como dogma e não ciência. Acredita-se que a teoria permitiu um olhar diferente sobre o assunto estudado e trás muitas contribuições para a área da Extensão Rural..

O autor tem uma ligação forte com a região Celeiro. Nasceu e viveu sua infância em Miraguaí, cidade da região, saindo na adolescência para estudar e alguns anos depois retorna para trabalhar como Extensionista Rural na empresa ASCAR-EMATER/RS. Atualmente dedica-se ao ensino técnico e tecnológico no Instituto Federal Farroupilha. Além de residir e trabalhar na região, possui vínculos antigos e sólidos com os Movimentos Sociais do Campo que atuam nesse espaço, na região.

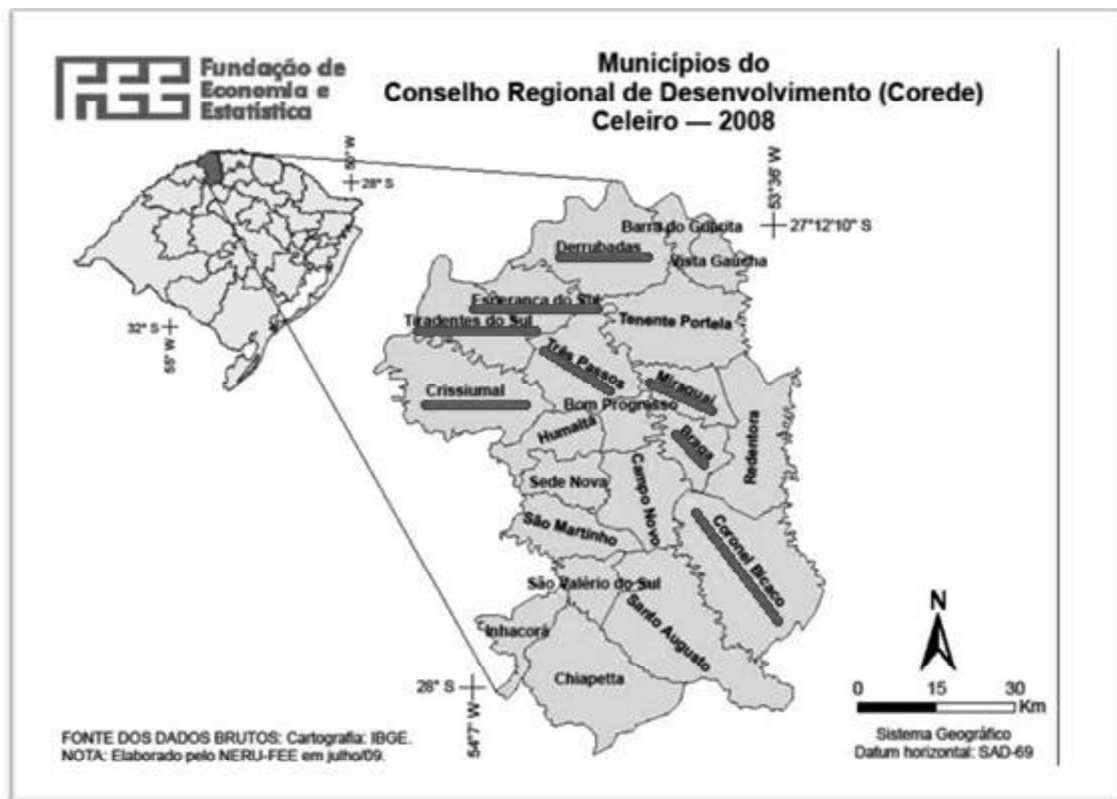
Essa proximidade com as lutas e disputas dos mais pobres e a preocupação em construir uma sociedade mais justa influenciou a escolha do tema a ser estudado.

Outro fator importante na definição foi o entendimento que são tão poucos os estudos sobre Extensão Rural no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, ainda que vive-se um momento de ampliação dos serviços, com um aumento considerável dos profissionais e uma série de novidades no setor. Afora a Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) em que julga-se haver um pioneirismo e protagonismo do Programa, são poucos os estudos vinculados diretamente à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e geralmente eles estão ligados aos profissionais da área que aqui realizam seus estudos. Foi essa reflexão que levou o autor a mudar o tema que pesquisava para estudar a questão da ATER na pobreza extrema. A novidade na prestação de serviços para esse público, a sua execução na região de residência e trabalho e a condição de antigo trabalhador da Extensão Rural levaram a uma mudança de rumo. Justifica-se a troca pela novidade na prestação dos serviços, pela necessidade imperativa do mundo moderno de buscar a justiça social e pela oportunidade de estudar uma experiência que estava iniciando, em um processo rico e “ no calor do fazejamento” . Nem todos os pesquisadores têm a sorte de acompanhar a gênese de seus temas e acredita-se que houve essa sorte. Há, nestes primórdios, a produção de muitos signos que, depois de institucionalizada uma prática, acabam se perdendo porque as opções feitas podem torná-los irrelevantes e os mesmos vão sendo esquecidos.

Feita essa digressão inicial que justifica primeiramente o estado de espírito do autor em relação a esta tese e à escolha do tema, apresenta-se um mapa da região Celeiro com destaque para os municípios que foram pesquisados pelo autor.



Figura 1 - Mapa da Região Ceileiro com destaque para os municípios pesquisados



Fonte: FEE (2009) modificado pelo autor.



## 2 INTRODUÇÃO

Essa tese está organizada em oito capítulos que serão brevemente apresentados a seguir. Para facilitar o entendimento dos leitores, elaborou-se um esquema com a estrutura de organização dos mesmos que pode ser vista na Figura 2. Inicialmente, apresenta-se o problema de pesquisa que estimulou o estudo: analisar a ATER no Programa Brasil Sem Miséria, mais especificamente na ação de Inclusão Produtiva em oito municípios da Região Celeiro, descrevendo e analisando a forma como foi executada e as mudanças que provocou na ação extensionista nos municípios estudados. Nesse contexto, advoga-se a hipótese de que, na relação entre ATER e as famílias em condição de pobreza extrema, as relações face-a-face, a factualidade do cotidiano e a vulnerabilidade das famílias enfraquecem a legitimidade e a justificativa para a aplicação da norma, tampouco os métodos tradicionais baseados na persuasão parecem ser muito efetivos, colocando a prática comunicativa e as ações orientadas pelo entendimento como uma opção para evitar o fracasso da ação e o aumento do potencial emancipatório do trabalho extensionista.

O estudo orientado por essa hipótese teve o objetivo geral de analisar a experiência de assistência técnica e extensão rural (ATER) na Inclusão Produtiva do programa Brasil Sem Miséria em municípios atendidos da região Celeiro do Rio Grande do Sul – RS, que entende-se estar distribuído em toda a obra. Junto com esse objetivo, foram decompostos mais seis objetivos específicos que são explicitados em partes mais destacadas do texto. A metodologia de construção da tese pode ser definida como um estudo do campo qualitativo que orientou-se por uma postura baseada na dualidade da condição do pesquisador, primeiro como participante, implicado e envolvido na interação e, também na condição de observador, de alguém que olha os elementos que analisa a partir de uma perspectiva externa. Há, nesta metodologia, um esforço para separar aspectos ligados à avaliação subjetiva, própria da condição de participante, não para buscar a objetividade tão sonhada dos positivistas, e sim para alcançar uma distância mínima que permita escutar melhor as razões dos outros e olhar a situação em um ângulo maior do que aquele visto quando se está dentro da interação. Nesse sentido, vários instrumentos de pesquisas são utilizados: quase cinco centenas de diagnósticos das famílias, observações de atividades dos extensionistas, participação em reuniões e encontros da empresa e uma série de entrevistas com todos os extensionistas da região envolvidos com o

Programa, bem como uma amostra das famílias beneficiárias que serviu para melhor compreensão e triangulação das informações.

Buscando esclarecer um pouco as categorias que nortearam a pesquisa, apresenta-se um quadro teórico conceitual que justifica a escolha por Jurgen Habermas e revisa as suas principais contribuições desse estudioso que foram utilizadas na elaboração da tese. Inicia-se pela sua teoria da modernidade, fundamental para o entendimento de sua obra, especialmente no campo sociológico, pois permite compreender a diferenciação em alguns meios simbólicos que são dissociados do cotidiano. Essa diferenciação cria estruturas que se autonomizam, separando-se do mundo da vida e originando o sistema. O entendimento da origem do sistema e da dialética que estabelece-se entre ele e o mundo da vida são as bases para a elaboração de uma teoria da ação comunicativa.

No capítulo 5 é feita uma leitura da modernização da agricultura e o surgimento da Extensão Rural enquanto uma estrutura do sistema, já que é uma iniciativa do Estado e do campo do poder que foi criada para modernizar o mundo da vida. Advoga-se que a autonomia e a especialização obtida pela Extensão Rural no período de sua constituição no Brasil perdem o sentido no período recente da história brasileira e criam uma crise no sistema e na identidade profissional no setor. Aponta-se, ainda, algumas indagações e dúvidas sobre a ação extensionista, tentando entendê-la a partir da teoria da ação comunicativa, buscando respostas para, quem sabe, uma superação do espectro difusionista que impera na ação funcionalista tradicional da Extensão Rural.

Para facilitar o entendimento do contexto em que se deu a execução da Inclusão Produtiva do Programa Brasil Sem Miséria, apresentam-se algumas informações sobre a região, o desempenho e a importância do Programa Brasil Sem Miséria nos oito municípios estudados, além de uma breve apresentação sobre esse Programa de combate à pobreza. Acrescenta-se, ainda, uma caracterização das famílias atendidas com a intenção de mostrar como vivem, o que possuem, enfim, alguns indicadores sociais que auxiliam na definição de um perfil dos beneficiários.

Buscando apresentar o estado da arte da discussão sobre pobreza e Extensão Rural, exibe-se a contribuição do Grupo Neuchatel sobre a extensão pro-pobre a partir da categoria central dos *livelihoods*. A intenção consiste em demonstrar como se discute esse tema no mundo e traçar um comparativo com a política da ação de

Inclusão Produtiva estudada na tese, pois julgou-se haver elementos de uma extensão pro-pobre no Brasil. Assim, são apresentados o arranjo institucional, os instrumentos que ela possui e até os motivos e expectativas da escolha da ATER dentro desse arranjo, que, saliente-se é uma novidade em termos de políticas públicas.

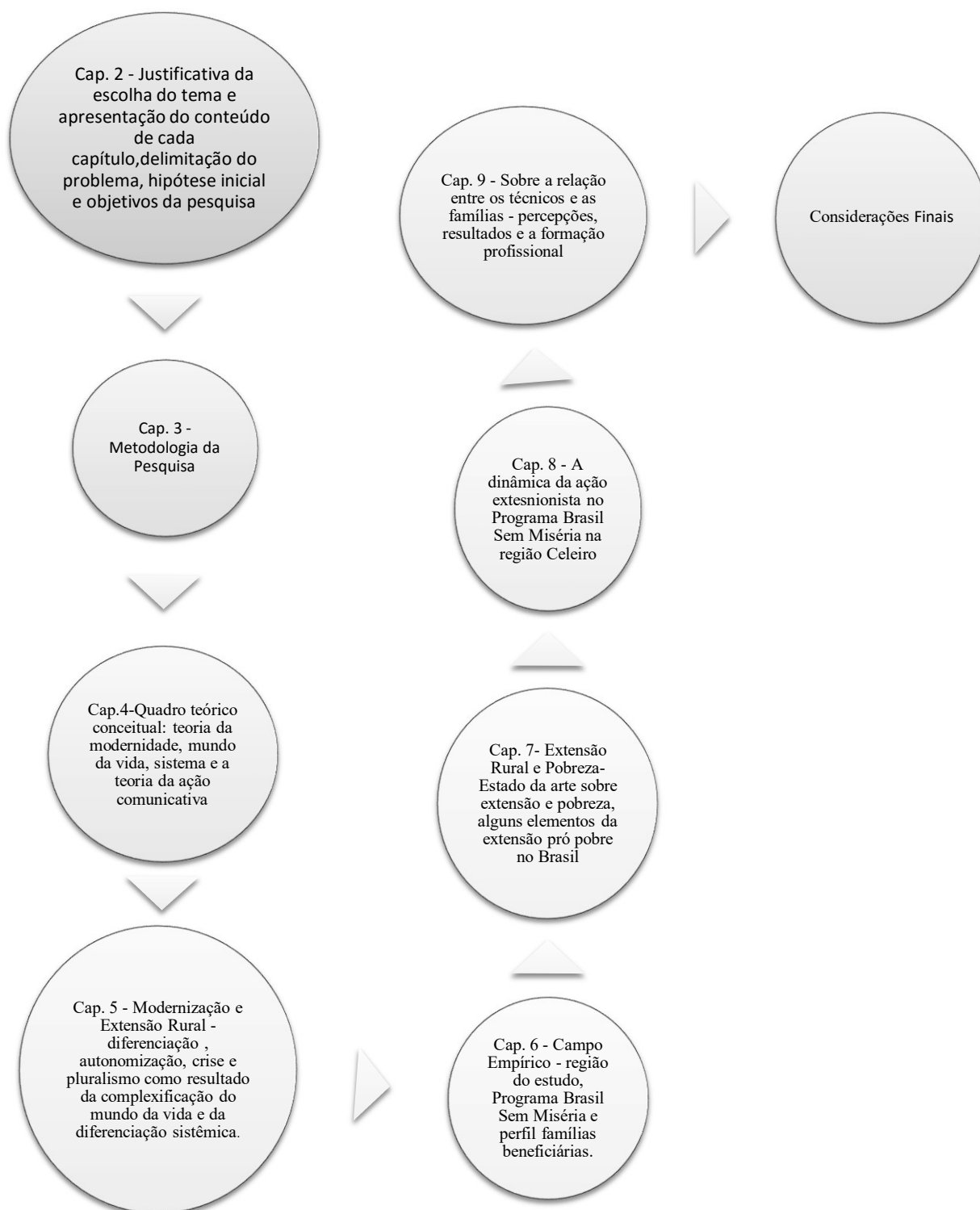
O capítulo seguinte apresenta uma descrição da dinâmica da ação extensionista dentro da Inclusão Produtiva, desde o estranhamento inicial dos trabalhadores, a formação recebida, a seleção das famílias, o contato inicial, as dificuldades enfrentadas, as parcerias que encontraram, enfim, a institucionalização de uma nova prática profissional em nível municipal.

O último capítulo aborda a relação entre os técnicos e as famílias, a percepção que tinham antes de iniciar o trabalho, os projetos produtivos que foram realizados e a resposta que julgam que tiveram. Em outra seção, apresenta-se a avaliação das famílias sobre a participação no Programa, os temores iniciais, as preferências nos métodos e os principais aspectos os quais entendem que mudou em suas vidas. Por fim, debate-se com os profissionais a sua formação profissional frente aos desafios que essa ação extensionista apresentou e as formas que encontraram para responder aos problemas enfrentados.

Conclui-se fazendo uma reflexão sobre a pesquisa e as contribuições sobre os métodos e as inovações para área de Extensão Rural, a questão da pobreza e da continuidade da ATER com essas famílias, o alcance dos objetivos e as contribuições do estudo para o campo da Extensão Rural.

Para facilitar, elaborou-se uma figura com as principais categorias e os pontos mais importantes da tese explicitando a estrutura pensada e a lógica de exposição desta pesquisa.

Figura 2 - Estrutura da Tese



## 2.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A Região Ceileiro do Estado do Rio Grande do Sul está localizada na parte Noroeste do Estado e caracteriza-se por uma participação expressiva da agricultura na economia, com um predomínio de médias e pequenas propriedades agrícolas. A população residente é de 149.590 habitantes, residindo 76.387 habitantes (51,06%) na área urbana e 73.204 habitantes (48,94%) na área rural, de acordo com o Censo 2000 do IBGE (BARBOSA, 2010). É uma região pobre se comparada a outras regiões do Rio Grande do Sul e, por essa e outras razões, fazem parte do Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal (Território Noroeste Colonial). Essa condição permitiu o acesso a uma série de políticas públicas, uma das quais é a execução do programa RS Mais Igual em onze municípios que apresentavam maior registro de pobreza extrema no Ministério de Desenvolvimento Social. Esse programa faz parceria com o programa Brasil Sem Miséria e tem na inserção produtiva uma das ações estratégicas. A atuação da Assistência técnica e Extensão Rural (ATER) nesse programa será o objeto de pesquisa pelas razões expostas abaixo.

A ação extensionista tradicional poderia ser resumida, com várias ressalvas, em dois componentes básicos em termos daquilo que oferecia ao seu público: conhecimentos técnicos (compreendido tanto no aspecto produtivo como gerencial e organizativo) e acesso às políticas públicas. Com o avanço da modernização, a atuação mais focada na transferência de tecnologia foi perdendo espaço, sendo essa atividade capturada pelas empresas que realizam tanto a produção de conhecimento como a sua difusão, principalmente naqueles produtos agrícolas mais consolidados em cadeias agroindustriais. Dessa forma, a Extensão Rural tem se voltado à execução de políticas públicas, ampliando a cobertura da ação estatal e o acesso da população às políticas públicas. Essa mudança não se dá apenas no tipo do trabalho realizado, mas também implica em mudança do público com o qual se trabalha.

Nessa fase de reestruturação da ATER no Brasil, os serviços de Extensão Rural estão atendendo a demanda reprimida de acesso a um conjunto de bens, como água potável, energia elétrica, habitação e crédito rural. A participação das empresas de extensão oficial na execução dos programas de governo amplia-se e torna-se fundamental no desempenho dos mesmos, como foi o caso do Pronaf, na região Sul

do País, no final dos anos 1990. Essa dimensão da ação extensionista é muito instável e sua orientação varia de acordo com o partido que ocupa a gerência do governo.

Apesar do aumento na prestação dos serviços de ATER, ainda há uma baixa cobertura nesses serviços no Brasil. Além disso, há um contingente populacional em pobreza extrema no meio rural muito grande e os estudos mostram que tendem a permanecer por um bom tempo. Não é possível esperar que o esvaziamento do meio rural vá resolver esse problema, com a transferência dos pobres para o meio urbano. A necessidade da intervenção extensionista para elevar os níveis de vida dessa população é um imperativo para se ter mais justiça social e parece ser uma das apostas da atual gerência do Estado Brasileiro para atacar esse problema.

Nesse sentido, há o interesse em estudar a participação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial, no caso, a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASCAR-EMATER/RS) na execução do Programa Brasil Sem Miséria e RS Mais Igual<sup>1</sup> em municípios da região Ceilero do RS, por entender que ele apresenta um conjunto de novidades e limites para a prática extensionista. No RS, o Programa Brasil Sem Miséria estava integrado ao Programa RS Mais Igual e envolve ações como complementação de renda mínima, formação educativa e profissional, fomento às atividades produtivas e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

A novidade nesse trabalho está explícita no relatório de atividades do ano de 2012 da EMATER/RS que apresenta, no eixo Enfrentamento das desigualdades no meio rural, uma seção intitulada Combate à pobreza no meio rural / inclusão produtiva na agricultura familiar. Nesta seção, há o esclarecimento de que o trabalho iniciou naquele ano através de

[...]assistência técnica diferenciada, contratada por chamadas públicas, a ação de combate à pobreza e inclusão produtiva desenvolve atividades que abrangem geração de renda, acesso à cidadania e segurança alimentar e nutricional, com incentivo à produção de alimentos para consumo das próprias famílias e com a comercialização de excedentes produzidos. **Em 2012, essa ação de Ater diferenciada foi iniciada com o desenvolvimento**

---

<sup>1</sup> Como a estrutura do programa Brasil Sem Miséria prevê ações articuladas entre os entes federados e outras instituições, a partir desse momento, haverá a referência, para facilitar, apenas ao programa Brasil Sem Miséria, porque a ATER é um elemento na ação de inclusão produtiva, mesmo que aqui no RS algumas ações estejam em parceria com o RS Mais Igual e, no caso específico do presente estudo, a ATER é uma ação do RS Mais Igual.



**de um trabalho piloto** que objetivou permitir o conhecimento das características desse tipo de público, de forma a servir de base à construção de uma Ater específica que permitisse, conjuntamente com o MDA, atuar no “Programa Brasil Sem Miséria”. O projeto piloto realizou 576 diagnósticos em 600 famílias, residentes em 17 municípios dos Esreg de Lajeado, Ijuí, Passo Fundo e Santa Maria. Além dos diagnósticos, foram realizadas reuniões e visitas às famílias e capacitações de 40 horas a 40 técnicos para prepará-los para a atuação com esse público. No referente ao “Programa Brasil Sem Miséria”, as capacitações efetuadas beneficiaram 150 técnicos e tiveram atuação em 69 municípios dos Esreg de Erechim, Passo Fundo, Lajeado, Ijuí, Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria EMATER/RS 2013, p.55 (grifos do autor).

Desde o projeto piloto, em 2012, há um aumento significativo em termos de público beneficiário e de técnicos envolvidos com a ação de inclusão produtiva, como se vê no relatório de atividades do ano de 2014, que estima o envolvimento de mais de 260 técnicos em 267 municípios

Atualmente, participam do Programa Fomento à Inclusão Social e Produtiva 12.500 famílias; destas, 5.396 foram atendidas a partir da primeira etapa do Acordo de Cooperação e 4.104 agricultores familiares e 1.500 indígenas foram atendidos na segunda etapa; além disso, outras 1.500 famílias indígenas foram atendidas por meio de Chamada Pública de ATER Indígena (EMATER/RS, 2015, p. 85).

A Pobreza Rural constitui um grande desafio para a ATER e para a sociedade, afinal, deixa em suspenso o discurso da modernização. Será possível ao Estado melhorar a vida dos pobres com seu ideário de progresso? Essa melhoria constitui-se de que instrumentos? Transferências monetárias que aumentam os recursos a serem manejados pelas famílias, formação profissional e esclarecimento e racionalização do mundo cotidiano, reforço na rede de proteção e ajuda? Nesse contexto, qual o papel da ATER?

A Extensão Rural foi criticada pelo papel que exerceu durante a modernização da agricultura no Brasil ( FONSECA,1985; CAPORAL,1991,MARTINS,2001) e classificada como uma intervenção difusionista, persuasiva e preocupada apenas com a produção e negligenciando aspectos sociais e culturais e a comunicação com o seu público. Os êxitos que a modernização apresentou não impediram o agravamento de problemas sociais e ambientais e a exclusão de milhares de famílias do processo produtivo, obrigando muitas delas a abandonarem os campos e migrar para as cidades. Essa crítica a Extensão Rural marcaram essa atividade profissional, porém, na atualidade é possível manter o mesmo entendimento sobre esses serviços?

Nesse estudo, analisa-se como a ATER busca contribuir com a redução da Pobreza Rural Extrema, descrevendo e avaliando a forma como a mesma está sendo executada nesse programa, haja vista que é uma novidade nos serviços de ATER. Assim, busca-se identificar se as mudanças nas práticas profissionais e no ambiente institucional em nível municipal que podem vir a se tornar uma inovação no trabalho da assistência técnica e extensão rural (ATER) e alterar a ação extensionista.

## 2.2 HIPÓTESE

O modelo de combate à pobreza extrema proposta pela gerência do Estado, com foco na inclusão pelo aumento de recursos ou capacidades, está alicerçado em uma normatividade externa e determinados meios de controle em que os benefícios são distribuídos através do acompanhamento das condicionalidades. Porém, na relação entre ATER e as famílias em condição de pobreza extrema, as relações face-a-face, a factualidade do cotidiano e a vulnerabilidade das famílias enfraquecem a legitimidade e justificativa para a aplicação da norma; tampouco os métodos tradicionais baseados na persuasão parecem ser muito efetivos, colocando a prática comunicativa e as ações orientadas pelo entendimento como uma opção para evitar o fracasso da ação e o aumento do potencial emancipatório do trabalho extensionista.

Portanto, a hipótese da presente tese é que a ação extensionista altera-se a partir das mudanças no contexto de prestação e financiamento dos serviços, na ampliação da democracia na sociedade e no aumento da racionalidade derivada da modernização tornando-a menos uma ação teleológica e estratégica e levando os extensionistas a assumir o a coordenação de suas ações sob bases mais comunicativas.

## 2.3 OBJETIVOS

### 2.3.1 Objetivo Geral

Analisar a experiência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na ação de Inclusão Produtiva do programa Brasil Sem Miséria em municípios atendidos da região Ceilero do Rio Grande do Sul - RS.

## **2.3.2 Objetivos Específicos**

2.3.2.1 Contextualizar a atividade extensionista no combate à pobreza extrema no atual contexto político administrativo do Estado Brasileiro e municipal.

2.3.2.2 Descrever a avaliação dos extensionistas envolvidos em sua relação com as famílias, com a empresa e com os agentes municipais

2.3.2.3 Investigar qual a avaliação que as famílias beneficiárias fazem da participação no programa, da relação com os técnicos da ATER e do projeto proposto.

2.3.2.4 Investigar a relação que os extensionistas fazem entre sua prática profissional e a formação recebida na escola (Universidade) e na empresa.

2.3.2.5 Avaliar as possíveis contribuições do estudo para a Extensão Rural, em especial na construção do desenvolvimento local/regional, nos métodos de trabalho com as famílias pobres e na formação dos extensionistas.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia de construção da tese foi projetada a partir de um modelo teórico que pretende dar conta do entendimento da situação de ação que resulta da experiência do programa Brasil Sem Miséria através da argumentação sobre essa experiência. Concebida assim, a objetividade da experiência não seria o objetivo, mas sim a validação e justificação da argumentação sobre essa experiência. Essa afirmação é importante não apenas enquanto “reforço epistêmico”, mas para tornar claro que os procedimentos metodológicos principais buscam captar os discursos que envolvem percepções e avaliações sobre essas experiências ante os resultados atingidos ou não pelas mesmas.

Habermas vai situar o início do conhecimento nos sujeitos providos de faculdades de fala e ação (competência comunicativa) que, ao buscarem um conhecimento de algo no mundo, já se encontram preliminarmente em uma situação na qual predominam relações intersubjetivas que tornam possível um entendimento entre eles. Propõe a reconstrução pragmático-formal de um saber pré-teórico de regras detidas por sujeitos competentes de fala e ação. São regras pragmáticas de um uso da linguagem orientado por entendimento, que podem ser reconstruídos quando se pretende explicar o potencial de racionalidade comunicativa inserida nas pretensões de validade que constituem a base racional da fala. Diferente do conhecimento produzido pela dedução transcendental, a reconstrução pragmático-formal do saber possui caráter hipotético e, por isso, criticável, não última. Habermas utiliza um dualismo metódico, baseado em duas perspectivas, uma distanciada de um observador objetivo especializado em vocabulários científicos, capaz de inquirir sobre fatos duros e cujo critério consiste na objetividade da observação e a outra seria uma perspectiva participante de um intérprete que o próprio observador é obrigado a adotar, já que permite compreender, por meio da linguagem, nexos simbólicos cujo critério é a intersubjetividade do sujeito (HABERMAS, 2012a, p. IX-X).

Esse dualismo metodológico é decorrente daquilo que o autor define como a ambiguidade fundamental da situação humana: o outro está aí como objeto para mim e como outro sujeito comigo. Pode-se tratar o outro, na palavra falada, sob três condições: uma primeira considera as palavras como puros sons; outra que, de posse do significado dessas palavras, permite tratá-las como fatos, registrando o fato de que o outro diz o que diz; a última seria tratar o que outro diz como pretensão de

conhecimento e, neste caso, não interessa apenas o que o outro diz, e, sim, saber se aquilo que ele diz é verdadeiro ou falso. Somente nessa perspectiva pode-se considerar o outro como um sujeito próximo, que está em pé de igualdade com o sujeito pelo fato de que ambos estabelecem uma interação que tornam os seus mundos comuns. Nas duas outras perspectivas, o outro é mero objeto para o sujeito. O que se observa em Habermas é uma leitura diferenciada da teoria dos atos da fala de Austin e Searle. O filósofo alemão considera que a universalidade dos atos da fala são os pressupostos de uma comunicação universal. Todo sujeito que busque comunicar-se com outro deve ser entendido mas, além de ser compreendido, o enunciado deve ser aceito pelo outro. Dessa forma, não mais o critério da verdade e da verificação se coloca como elemento principal na relação, mas sim a pretensão de validade passa a assumir o status central (HABERMAS, 2012a).

Isso posto, pode-se definir essa pesquisa como qualitativa. Estas pesquisas, de acordo com Flick (2013), possuem três tarefas principais: i) a produção de conhecimento através da descrição, do entendimento e da explicação de fenômenos; ii) a pesquisa aplicada e participativa em contextos práticos e; iii) uma base para decisões políticas e práticas. Espera-se que, pelo menos, a primeira tarefa tenha sido atendida com a tese, mas quem sabe as informações existentes possam orientar uma melhoria na ação extensionista nesses contextos.

O objeto de pesquisa é concebido como um “objeto construído” que, para Pires (2010) é um conceito ambíguo e possui três sentidos diferentes: o primeiro enquanto construção de um objeto disciplinar, de forma que cada disciplina constrói seu objeto separando determinados aspectos da realidade social; um segundo sentido que é definido como a pré-construção social do objeto de estudo, concebido ou por um trabalho de espírito ou por meio de instituições e de práticas sociais (construção em primeiro grau) e, quando o pesquisador inicia sua pesquisa com esse objeto, essa herança está presente no seu objeto e não é uma escolha sua, mas pode ser uma seleção institucional; já o último seriam as construções de segundo grau, baseadas em objetos de pensamento elaborados pelo pensamento comum do homem. Seriam de segundo grau porque “são construções edificadas pelos atores sobre a cena social, nas quais o homem da ciência observa o comportamento e tenta explicá-la, sempre respeitando as regras de procedimento da ciência” (PIRES, 2010 p. 60).

Essa concepção de objeto demonstra que esses três sentidos devem ser respeitados na metodologia de execução da pesquisa. Talvez não fosse com essa intenção que o autor acima os explicitou, mas julga-se importante considerá-los em conjunto, pois eles garantem a comunicabilidade e inserção da pesquisa em um campo determinado, o aspecto ético e mesmo histórico de reconhecimento das contribuições passadas e a clareza do material sobre o qual se está trabalhando. O primeiro sentido é atendido ao escolher a área da Extensão Rural, fato que obriga a uma contextualização dos temas e principais aspectos que ela trabalha. O segundo aspecto considera o que deve ser levado em conta em relação à questão da ação extensionista. Afinal, já existem concepções institucionalizadas na sociedade sobre ela. São definições que se tornaram referências e influenciam a construção e a utilização desses conceitos em pesquisas. Aqui, bem mais que a revisão da literatura, é a capacidade de análise e de vigilância sobre as categorias utilizadas que permitirá não obliterar essa questão. E o último aspecto é que irá compor a maior parte dos dados primários utilizados, obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas, que seria o acesso, registro e análise das falas dos entrevistados.

Compreendendo o objeto a ser pesquisado como algo construído, não se pode imaginar que o trabalho de campo seja realizado de forma espontânea. Propõe-se um modelo de análise da realidade que parte do geral para o específico. Inicia-se com uma revisão sobre a problemática da pobreza no campo da Extensão Rural, seguida pela abordagem do programa Brasil Sem Miséria em nível federal, depois no nível estadual até chegar ao municipal, de forma que, ao estudar a experiência da ATER no Programa Brasil Sem Miséria e apreender as relações estabelecidas entre técnicos e as famílias atendidas, o contexto institucional em que ela executa a ação no município, tenha-se apreendido e compreendido melhor quais são os objetivos, papéis e expectativas reservadas a ATER dentro do Programa.

Esse procedimento impede que se corra um risco comum em pesquisas dessa natureza, pois a relativa flexibilidade metodológica esconde a complexa e difícil relação entre fenômeno estudado e seu contexto nos estudos de casos - tipo de pesquisa na qual julga-se enquadrar o estudo pretendido. A não observância desses cuidados levam a uma situação em que, “como consequência, ao final de sua pesquisa, consegue-se apenas um amontoado de dados que não conseguem analisar e interpretar” (GIL, 2010, p. 38).

Os municípios escolhidos para a realização da pesquisa tinham sido apenas três que o autor julgava mais relevantes e representativos da região. Optou-se, posteriormente, em ampliar o número dos mesmos, atingindo a totalidade da execução da ação de Inclusão produtiva na sua primeira etapa. Dessa forma, ao invés dos três municípios iniciais, que eram aqueles com maior número de famílias atendidas, pesquisou-se em oito municípios (Derrubadas, Esperança do Sul, Coronel Bicaco, Miraguaí, Braga, Tiradentes do Sul, Crissiumal e Três Passos). Acredita-se que essa decisão foi acertada porque, mantida a opção de uma menor número de municípios e uma maior amostragem das famílias, os ganhos em profundidade não seriam tão relevantes para a pesquisa como foram a apreensão da diversidade da ação extensionista encontrada nos oito municípios estudados. Nestes municípios, foram realizadas entrevistas com todos os técnicos da empresa ASCAR-EMATER/RS envolvidos e uma amostra de quatro famílias por município daquelas atendidas com a ação de Inclusão Produtiva.

O início da pesquisa se deu através dos dados secundários disponíveis porque, para a realização das entrevistas e das observações, havia a necessidade de solicitar autorização para a empresa ASCAR-EMATER/RS. No dia 03 de junho de 2014, através de correspondência enviada à direção da empresa, solicitou-se a referida autorização. Houve a necessidade de preencher um formulário próprio da empresa para tal solicitação e no dia 24 de junho recebeu-se a autorização para realizar a pesquisa. Esse documento foi apresentado para a gerência regional e aos extensionistas pesquisados e teve grande valia para a realização das entrevistas e obtenção das informações necessárias à pesquisa.

Após a obtenção da autorização da empresa, foi possível protocolar na Plataforma Brasil o projeto de pesquisa, já aprovado na banca de qualificação, para que fosse apreciado pelo Comitê de Ética da Pesquisa da UFSM. O projeto protocolado na primeira quinzena de julho de 2014 teve a aprovação final no dia 02 de outubro de 2014, pois foram necessários uma série de ajustes nos termos de confidencialidade e de consentimento livre e esclarecido e outros documentos. Dessa forma, a pesquisa está em consonância com os preceitos éticos de pesquisa estabelecidos pela UFSM.

Em função da legislação vigente, adotou-se um procedimento em cada entrevista com a intenção de garantir o cumprimento dos preceitos éticos

preconizados pela UFSM. Todo entrevistado era informado, através da leitura de um termo de confidencialidade e de outro termo de livre consentimento esclarecido, sobre seus direitos e garantias individuais e, em concordando com os termos expostos, assinava o último termo em duas vias. Uma das vias ficava com o pesquisador e outra com o pesquisado. Esses termos estão arquivados com o responsável pela pesquisa. Após a assinatura do termo, solicitava-se sobre a possibilidade de gravar a entrevista. Explicava-se que o objetivo era facilitar o registro das informações e a consulta posterior pelo pesquisador e que esses dados seriam confidenciais. Não houve nenhuma negativa em relação às gravações, todas feitas com o auxílio de um gravador digital.

Antes da realização das entrevistas e levado por um questionamento durante a qualificação, adicionou-se à metodologia inicial do projeto algumas atividades de observação. Flick (2013) entende que a observação se dá no aqui e agora das situações e do ambiente da vida cotidiana e nela o participante estabelece e mantém relação com nativos do campo. É um instrumento que apresenta uma série de problemas, como a seleção ou delimitação de situações observacionais, nas quais o problema em estudo torna-se realmente visível e há dificuldade por situar-se nessa interação na condição de “insider” e não um membro nativo, o que acaba por limitar essa técnica, já que nem todos os fenômenos podem ser observados nas situações e boa parte dos dados serão embasados nos enunciados verbais dos participantes. Já Gil (2012) divide a observação em simples, participante e sistemática. A forma que utiliza-se esse recurso pode ser definida com simples, pois em alguns momentos o autor era apenas espectador e também participante, pois em alguns casos, principalmente nas visitas de acompanhamento, houve uma interação maior com as famílias e os extensionistas observados.

Essas atividades foram realizadas junto com os extensionistas dos municípios de Braga, Coronel Bicaco, Três Passos, Derrubadas, Esperança do Sul, Tiradentes do Sul e Crissiumal. Apenas em Miraguaí, devido às férias dos extensionistas e a necessidade de realizarem as visitas de uma chamada relativa à produção leiteira que se encontrava atrasada, não foi possível o acompanhamento de nenhuma atividade. Por ser a cidade natal do autor e pelo conhecimento que se tinha do município, acabou não se realizando nenhuma atividade de observação por lá. Como eram atividades de observação, foram realizadas antes da aprovação do Comitê de Ética, mas já se



dispunha da autorização da empresa ASCAR-EMATER/RS para a realização da pesquisa. O procedimento foi combinado com a equipe regional e as visitas agendadas previamente com as chefias municipais. A intenção era acompanhar uma atividade realizada pelos extensionistas junto com as famílias, na condição de observador e, com isso, ter uma compreensão mais ampla da execução do programa antes de iniciar as entrevistas.

As atividades acompanhadas foram as seguintes:

a) uma atividade coletiva no município do Braga, na localidade de Sítio Timóteo, em que foram apresentados alguns resultados, fala de autoridades e depoimentos de famílias beneficiadas sobre a experiência no Programa. Foi realizada ainda uma oficina de preparo de caldas fertilizantes e calda bordalesa. A atividade reuniu todos os beneficiários do município, muitos com seus familiares e contou com a presença do comitê gestor e do Prefeito Municipal;

b) várias visitas em propriedades de beneficiários nos municípios de Coronel Bicaco, Três Passos, Derrubadas, Esperança do Sul, Tiradentes do Sul e Crissiumal. O autor esteve em atividades coletivas e de formação da empresa, que foram ótimas oportunidades para observar a reação dos técnicos frente às propostas e conhecer um pouco mais sobre a execução do programa. Participou-se de uma reunião microrregional sobre o programa na cidade de Coronel Bicaco, com a presença dos oito municípios executantes da primeira fase, mais o coordenador estadual, a coordenadora regional e o pessoal do apoio do escritório central. Na ocasião, os extensionistas apresentaram para os colegas a situação do Programa Inclusão Produtiva, elencando problemas e avanços que julgavam importantes em seu município. Essa atividade ofereceu um quadro geral da situação do Programa na região e julga-se que foi uma das mais importantes das quais o autor participou porque conseguiu-se entender a situação em que se encontravam as famílias antes mesmo de passar por todos os municípios;

c) Seminário Estadual de Avaliação, nos dias 02 a 04 de dezembro de 2014, em Santa Maria/ RS, nas dependências do Centro de Eventos Cerrito. Nesse evento, a abertura foi feita com uma palestra do engenheiro agrônomo e mestrando do PPGExt – UFSM Lauro Bernardi sobre Pobreza Rural no RS: caracterização e principais desafios, apresentação dos principais resultados do Programa de Inclusão Produtiva e Social, relatos de experiências das regiões administrativas da ASCAR-

EMATER-RS de Porto Alegre, Soledade, Frederico Westphalen, Pelotas, Erechim e Ijuí e os resultados do Programa de Pobreza Rural e Ações Socioassistenciais da EMATER/RS-ASCAR. Além dessas apresentações, houve a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nesse evento, pode-se acompanhar uma série de debates e deliberações sobre a execução e também para a continuidade do Programa, que permitiu ter uma visão um pouco mais apurada sobre a execução em nível estadual.

Na construção desta tese foram utilizados os seguintes instrumentos: revisão de literatura, análise de documentos oficiais, estatísticas, observação participante e entrevistas semiestruturadas. A revisão de literatura buscou melhor conhecimento sobre os principais temas que compõem a pesquisa: modernização, estado, pobreza e extensão rural. O interesse não foi estabelecer o estado da arte em cada um dos temas, mas situar a relevância e a inserção dos problemas pesquisados, proporcionando maiores subsídios para a compreensão do problema. A escolha teórica pela contribuição de Jürgen Habermas implicou em estudar esse autor e seus críticos em perspectiva mais ampla que apenas os temas do estudo, como forma de precaver de possíveis erros de interpretação das categorias utilizadas ou mesmo da necessidade de substituí-las.

As entrevistas semiestruturadas foram a principal fonte de obtenção de dados primários empregados na tese.. Gil (2012 p.109-110), argumenta que muitos autores consideram a entrevista a técnica por excelência da pesquisa em Ciências Sociais e aponta, entre suas vantagens: a não exigência do entrevistado de saber ler e escrever; a obtenção de respostas, pois é mais fácil negar respostas em questionário que na entrevista; a flexibilidade maior, porque o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar as circunstâncias do entrevistado e; a possibilidade de captar a expressão corporal do entrevistado bem como a tonalidade da voz e ênfase nas respostas.

A partir do procedimento já explicitado acima, buscou-se entrevistar famílias que se localizavam em regiões consideradas pelos extensionistas como as mais pobres do município e também famílias que se localizavam próximas aos centros urbanos. A escolha era feita de forma aleatória, a partir de uma lista de famílias que os extensionistas forneciam. De posse dessa lista, ia-se para o interior e tentava-se encontrar essas famílias. Nem sempre era possível encontrá-las em casa, o que

levava a outra família. Tentou-se não entrevistar famílias muito próximas, buscando atingir mais comunidades dos municípios. A exceção se deu apenas em localidades que tinham bolsões de miséria, com várias famílias atendidas, como são as regiões próximas ao Rio Uruguai e Rio Turvo, que concentram elevado número de famílias, como nos municípios de Derrubadas, Esperança do Sul e Crissiumal, pois buscou-se compreender melhor essas regiões que apresentam uma dinâmica um pouco diferente das outras localidades da região.

Todas as entrevistas foram realizadas nas casas dos beneficiários, geralmente na varanda ou no terreiro da casa, que é um espaço próximo da casa, compactado pelo pisoteio e sem a presença de vegetais, é um chão batido embaixo de alguma árvore que fornece a sombra. Como era verão, são ambientes muito agradáveis e um espaço de reunião da família e das visitas. Foram realizadas 33 entrevistas com beneficiários, uma a mais que o projetado inicialmente. A razão dessa entrevista a mais é que ao chegar a uma casa havia outra beneficiária visitando esse senhor e ela manifestou o interesse em ser entrevistada também.

A realização das entrevistas no verão se deu mais em função da aprovação final no Comitê de Ética no mês de outubro. Felizmente, esse é o melhor período, pois chove menos e as péssimas condições das estradas, especialmente no acesso às propriedades, tornam elas intrafegáveis durante o período de chuvas. Não foram fáceis as entrevistas com as famílias, pois muitos imaginavam que vinha fiscalizar suas atividades e ficavam bem arredias. Ante a apresentação dos documentos, referências da aprovação pela empresa e o conhecimento prévio da equipe municipal da EMATER/RS já era possível notar que os entrevistados ficavam mais a vontade.. Adotou-se a estratégia de perguntar primeiro sobre aspectos individuais e sobre os planos da família para só depois inquirir sobre aspectos relativos ao programa. Acredita-se que essa técnica permitiu uma condução da entrevista mais harmoniosa e com boa colaboração dos entrevistados, mas houve algumas que as respostas foram curtas e evasivas. Outras, bem mais espontâneas, permitiram um aprofundamento maior das respostas.

As entrevistas com os técnicos foram feitas depois de concluídas as entrevistas com as famílias que, por sua vez, só foram feitas depois das observações. Essa opção se deu porque se entendia que haveria mais elementos sobre a execução do programa no município, o que tornaria a entrevista mais proveitosa. Todos eles foram

entrevistados em seu local de trabalho, em horário previamente agendado. Buscaram-se horários em que a frequência de agricultores e parceiros era menor, para evitar interrupções, algo que nem sempre foi possível. Nos oito municípios, entrevistaram-se dez (10) técnicos de nível médio e três (3) agrônomos. Todos os nomes dos entrevistados foram trocados por números de acordo com a ordem de citação neste documento. Os Extensionistas são identificados como Extensionistas e as famílias como Beneficiárias ou Beneficiários.

Durante o Seminário de Avaliação em Santa Maria, teve-se a oportunidade de entrevistar a coordenadora do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o coordenador do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A primeira concedeu entrevista no local, já o segundo solicitou que fosse feita por escrito, através de correspondência eletrônica, porque poderia precisar as informações e se sentia mais confortável. Assim foi feito e ele respondeu rapidamente. A opção em entrevistar o gestor estadual só ao final foi para precisar e melhorar informações sobre a execução que surgissem durante a elaboração do relatório. Antes disso, teve-se diversas conversas e contatos telefônicos ou por meio eletrônico. A entrevista ocorreu apenas em outubro de 2015. Esses três entrevistados não terão o seus nomes citados, mas dadas a condição única, serão citados pela função que exercem no Programa.

Quadro 1 - Relação dos entrevistados durante a pesquisa de campo.

<b>Número de entrevistados</b>	<b>Categoria</b>	<b>período</b>	<b>Local de entrevistas</b>
<b>33</b>	Beneficiários do programa	Outubro a dezembro de 2014	Nas residências
<b>10</b>	Extensionistas municipais executores do programa	Dezembro de 2014 e janeiro de 2015	Nos escritórios municipais da ASCAR-EMATER/RS
<b>01</b>	Coordenador estadual do programa	Outubro de 2015	No escritório Central da EMATER-RS
<b>01</b>	Gestor MDS	Dezembro de 2014	Seminário São José- Santa Maria RS
<b>01</b>	Gestor MDA	Dezembro de 2014	Seminário São José- Santa Maria RS/ Comunicação eletrônica

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

## b) dados secundários

Os dados secundários utilizados na pesquisa foram extraídos de relatórios e outros instrumentos relativos ao Programa Brasil Sem Miséria e a ação de Inclusão Produtiva. Na sua maioria, são documentos de divulgação ampla, com disponibilidade de acesso na internet, exceto os diagnósticos da situação das famílias que foram disponibilizados pela empresa EMATER/RS. Portanto, além das informações obtidas com as entrevistas e as observações, utilizam-se alguns dados secundários na tese que são resultado da análise dos seguintes documentos:

### b.1) Diagnósticos da situação das famílias

Foram analisados 489 diagnósticos iniciais da situação das famílias beneficiárias. Esses documentos continham informações derivadas da aplicação de um questionário, que era de preenchimento obrigatório nas visitas iniciais à família selecionada pelo programa. Esse material, após a coleta, era lançado em um Sistema de Cadastro e Administração das Atividades de Assistência Técnica na Agricultura Familiar (SIGA – Livre) que possibilitava a geração de um relatório em arquivo no formato pdf. Entretanto, algumas falhas nesse processo não permitiram a geração do arquivo completo, fato que possibilitou o resgate de apenas 489 diagnósticos. O universo de famílias atendidas era de 800 famílias na primeira fase, dessa forma, os diagnósticos representam uma amostra de 61% da população total. Havia a possibilidade de conseguir esses dados junto aos escritórios municipais, no documento manuscrito em que foram registradas as notas e observações dos técnicos, mas isso era muito dispendioso em termos de tempo e representava grande atrapalho na rotina diária do Escritório Municipal, pois eram várias páginas a serem consultadas em cada caso.

b.2) Sistematização dos questionários de monitoramento e de avaliação dos projetos de inclusão produtiva.

A Emater/RS-ASCAR solicitou aos técnicos de campo envolvidos com o Programa a realização de entrevistas para o monitoramento e a avaliação das ações. Esse material foi sistematizado pelo núcleo técnico do Escritório Central e foi disponibilizado pelo coordenador estadual. Essas informações foram utilizadas na tese.

### b.3) Relatórios municipais do programa Brasil Sem Miséria

O Ministério do Desenvolvimento Social, através do Programa Brasil Sem Miséria possui um portal que disponibiliza dados sobre a execução do em cada município . Esse sistema de monitoramento é dinâmico, com informações atualizadas constantemente. Esses boletins foram utilizados para compor os dados que são apresentados na tese.

O tratamento dos dados obtidos nas entrevistas deu-se a partir da metodologia de análise de conteúdo proposta por Roque Moraes (MORAES, 1999, 2003) pelo entendimento de que essa abordagem permite uma maior adequação ao referencial adotado que o modelo proposto por Bardin (2009). Antes de degravar as entrevistas, elas foram ouvidas novamente para situar o pesquisador no contexto em que se encontravam no momento. Depois foi realizada a degravação de forma manuscrita a partir do registro em papel das informações. Posteriormente, essas informações foram digitadas e então analisadas e agrupadas de acordo com as categorias e os objetivos previamente definidos. Algumas entrevistas sofreram edição nos termos, evitando expressões erradas ou mesmo erros mais grosseiros da língua portuguesa, mas sem nenhuma substituição de palavras. A ideia era não explorar a excentricidade dos termos e sim apresentar o conteúdo da fala que foi verbalizado pelo entrevistado.

## 4 QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL

Um tema caro às Ciências Sociais na atualidade é a questão da modernidade. A vida moderna e seu impacto no cotidiano da maioria dos povos do planeta encontra-se em evidência, seja pelas suas consequências, pelo apelo na finitude dessa era (pós-modernidade) ou pelo refluxo da tradição. Pode-se afirmar, sem grande margem de erro, que o projeto da modernidade, mesmo que para alguns encontre-se esgotado, ainda possui centralidade no debate das Ciências Sociais.

Para quem inicia seus estudos ou leituras sobre o assunto vai encontrar muitas referências ao mundo urbano. Marshal Berman (1986), ao prefaciar o seu livro “Tudo que é sólido desmancha no ar”, é explícito em evocar a paisagem urbana como sinônimo de moderna. Aliás, seu livro, afora os capítulos dedicados aos textos de Goethe, Baudelaire e Marx dedica-se ao meio urbano e sua transformação na modernidade. O etnólogo Richard Sennet (1988), em *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*, que entende-se como uma demonstração empírica da tese habermasiana do declínio da esfera pública, leva apenas 32 linhas para situar o espaço escolhido para sua análise: “a cidade cosmopolita”.

O meio urbano é aquele em que se encontra a modernidade. Se o rural é a antítese do urbano, um simples exercício de lógica formal leva a definição deste último como um local em que não reside a modernidade ou que não é nele que a mesma se encontra sobre sua plenitude. Pode-se ir além e aventar que essa realidade consiste em um contraponto ou um empecilho à realização moderna, precisando ser removido ou suplantado. A ideia do rural como antítese do urbano e, portanto, do moderno, é uma expansão da lógica dual que marca a sociologia. José de Souza Martins (1986), em seu livro “Introdução Crítica à Sociologia Rural”, seleciona um excerto de texto de Nisbet para apontar a força dessa dualidade, expressa em cinco pares de ideias-elementos opostas que marcaram a sociologia: comunidade/sociedade, autoridade/poder, status/classe, sagrado/profano e alienação/progresso.

Não interessa nesse momento obliterar o debate rico que existe sobre modernização e agricultura na produção acadêmica, apenas interessa-se nessa obra porque, além de demonstrar a força da tradição na sociologia rural, o autor apresenta um problema que se mostra crucial nesse estudo:

O conservadorismo, enquanto consciência do tradicionalismo (portanto, enquanto consciência de sobrevivências sociais periféricas ao capitalismo, mas *no* capitalismo) articula-se como conhecimento através do racionalismo,

isto é, por esse *meio* configura-se e organiza-se como sistema de pensamento. (...) Em outras palavras, os modos de vida periféricos à sociedade capitalista não se exprimem senão no nível do pensamento pela mediação das categorias intelectuais e dos critérios de raciocínio dessa mesma sociedade (MARTINS, 1986, p. 15-16).

O autor considera que a ideia de rapto ideológico que Lefebvre acusa no caso da noção de comunidade em Töennies, ou seja, as significações que são estranhas à sua extração original, constitui-se em uma possibilidade constante, algo inerente ao processo objetivo de produção do conhecimento sociológico (MARTINS, 1986, p. 22). Habermas vai definir essa questão como um paradoxo antropológico, no qual “o mundo da vida de uma sociedade arcaica se abre, em princípio, por meio do saber intuitivo dos membros, porém, pela distância hermenêutica, ele também se fecha teimosamente à nossa compreensão” (HABERMAS, 2012b, p.297).

Entende-se que esse é elemento essencial da modernidade, a constituição de uma razão prática e uma filosofia do sujeito que centraliza a produção do conhecimento e prejudica a alteridade, a compreensão do outro. Habermas(2000) afirma que a Modernidade possui uma força inédita para gerar uma formação de liberdade subjetiva, da reflexão e minar a religião, que até então se apresentava como o poder unificador por excelência. A grande questão é saber se o princípio da subjetividade e da consciência de si que lhe é imanente são suficientes como fonte de orientações normativas, se bastam para fundar não apenas a ciência, a moral e a arte, mas ainda estabilizar uma formação histórica que se desligou de todos os seus compromissos históricos.

Atualmente, a crise da modernidade possibilita um discurso pós-modernista que insiste na superação do projeto moderno, retomando a famosa expressão do Manifesto Comunista, de que a solidez desmancha-se no ar ou se liquefaz, fluidifica-se, como sugere Baumann (2001). A preocupação com essa temática foi uma das razões que levou à definição do referencial teórico utilizado na tese e a escolha de um teórico que aposta na reconstrução da modernidade e seu projeto emancipatório. Ao ser perguntado se não havia uma resignação e saturação teórica por parte das pessoas e se isso poderia estar ligado a um medo do futuro, frente a um prenúncio pânico provocado pela constatação de que a sociedade industrial se encontra a beira de um abismo, Jürgen Habermas responde que “as tendências e modas de uma época não são provocadas *pela rejeição das teorias em geral*, mas pelo *apelo que a*



*recepção de determinadas teorias exerce em determinadas épocas*” (HABERMAS, 2005, p.160, grifos do autor).

Habermas vai salientar que a Modernidade possibilitou uma nova consciência acerca do tempo, baseada na percepção da aceleração de eventos históricos e na expectativa das diferenças do futuro. O tempo é tido como fonte para a solução de problemas que o passado deixou. E os “passados exemplares” não poderiam ser tomados como modelo de orientação para o presente, o que retira dessas outras épocas padrões de orientação e faz com que a modernidade descubra que depende exclusivamente dela extrair sua normatividade de si mesma. Esse novo “espírito do tempo” é marcado pela “desvalorização dos passados exemplares e pela pressão em extrair princípios normativos das experiências e formas de vida própria e modernas” (HABERMAS, 2005, p.10) e pela disputa entre dois tipos de pensamento: o histórico e o utópico. O *pensamento histórico* com a função de criticar os projetos utópicos a partir da experiência e o *pensamento utópico* de descobrir alternativas de ação e espaços de possibilidades. Ocorre que a pressão por solucionar os problemas da atualidade acabou fazendo certa fusão entre esses dois pensamentos e, assim, o espírito do tempo é carregado de pensamento utópico e histórico, ou seja, utiliza da experiência para extrair modelos de orientações futuras, mas é carregado da positividade de que o futuro será melhor por conta dessa influência do pensamento utópico.

Utilizando-se da contribuição de Koseleck, que define a consciência moderna do tempo mediante a diferença entre o “campo da experiência” e o “horizonte de expectativa”, o autor citado anteriormente vai reforçar que

A específica orientação para o futuro da época moderna só se forma na medida em que a modernização social escancara o campo de experiência de mundos da vida de expressão rural e artesanal, próprios da Velha Europa, o mobiliza e desvaloriza como diretriz que regula as expectativas. O lugar dessas experiências legadas pelas gerações precedentes é ocupado então por aquela experiência do progresso, que confere ao horizonte de expectativa, até aí afirmado na experiência do passado, uma qualidade nova que pode ser encoberta pela utopia (HABERMAS, 2000, p.19).

A secularização de esperanças escatológicas e a abertura utópica do horizonte de expectativas não são as únicas consequências dessa consciência do tempo. Através de construções teleológicas da história, acaba-se obstruindo o futuro como fonte de inquietude. Walter Benjamin vai afirmar que o progresso coagula, torna-se

norma histórica e retira do futuro a qualidade do novo, do começo imprevisível (HABERMAS, 2000). Essa consciência do tempo coagulada leva a uma apreensão do passado definida pelo tempo presente. O horizonte de expectativas presente comanda a apreensão do passado.

Nesse aspecto, é comum observar-se, muitas vezes, uma apreensão romântica do passado, como um local sem a presença do sistema, ausente de agrotóxicos, de sementes transgênicas, máquinas, poluição e tantos males modernos. A fome, a falta de recursos, a não existência de energia elétrica, de água encanada, enfim, a ausência de uma assistência por parte do Estado nunca aparece nessas reminiscências.

Benjamin vai inverter essa expectativa, lembrando que a continuidade dos contextos da tradição é instituída tanto pela barbárie quanto pela cultura. Cada geração do presente não é responsável apenas pela sorte das gerações futuras, mas também pelo destino, sofrido na inocência, das gerações passadas. Para ele, "a pressão dos problemas do futuro intensifica-se juntamente com aquela do futuro que passou e não se realizou" (HABERMAS, 2000, p. 23). É nessa função reparadora que Habermas vai enxergar traços da mística judaica e protestante, pois rompe a ideia de que o presente só se orienta para o futuro, colocando o futuro em uma relação diferente com o passado.

Essa abordagem sobre a consciência do tempo vai substanciar uma das categorias utilizadas nessa tese. Advoga-se que, no caso em estudo, a Extensão Rural assume uma função diferente daquela que seria sua função por excelência: integrar, a partir da produção e da mudança cultural, a população rural ao mundo moderno. RAMOS (2008), lembra que Rui Muller Paiva apontava a questão distributiva e a pouca contribuição na redução da pobreza rural como uma das falhas nas funções da agricultura, afirmação que causa estranheza, pois não estava entre as funções clássicas a de diminuir a desigualdade distributiva existente. Não se faz aqui uma transposição grosseira e equipara-se as funções da agricultura com as da Extensão Rural. Tampouco quer se afirmar que a questão da pobreza não estava colocada para a Extensão Rural. Quer-se apenas mostrar que o discurso hegemônico no período que consolidou o trabalho extensionista no Brasil entendia que o aumento da produtividade iria resolver os problemas distributivos, pois o bolo iria crescer e posteriormente seria dividido. Tampouco afirma-se que a questão da pobreza rural era

totalmente negligenciada pela Extensão Rural, mesmo que no caso da empresa em questões haja poucas referências sobre a ação extensionista com esses públicos em seus primórdios.

Para este autor, a novidade consiste em reconhecer que existe uma “certa dívida” da sociedade como um todo e da Extensão Rural em especial com essa população pobre, pois ela teria sofrido as consequências da modernização e das escolhas e prioridades assumidas por este serviço. Há um entendimento de que se necessita reparar o passado e auxiliar aqueles que ficaram, na sua inocência, esperando um futuro que não se realizou. Essa função reparadora reveste-se, portanto, de outra consciência do tempo, não mais aquela clássica que apostava tudo no futuro e retirava do passado qualquer orientação.

#### 4.1 A TEORIA DA MODERNIDADE HABERMASIANA

Uma das grandes comentadoras de Habermas no Brasil, Barbara Freitag (1993) entende que Habermas possui uma teoria da Modernidade que busca explicar a gênese da sociedade industrial, diagnosticar suas patologias e apresentar opções para a correção das mesmas. É uma teoria da Modernidade que se vincula a uma teoria evolutiva que compreende os processos de formação societários como processos coletivos de aprendizagem. As sociedades seriam capazes de aprender, evoluindo de formas simples para arranjos mais complexos, superando as crises e o processo de descentração (Habermas transpõe o processo individual de desequilíbrio de Piaget para a sociedade) que ela ocasiona. Assim, a crise do sistema de parentesco permite o surgimento do Estado absolutista e o descentramento desse último, a ascensão do mercado organizado em torno da relação trabalho e capital. Segundo essa autora, Habermas diferencia modernização de modernidade cultural. Entende que a modernização seria o processo de racionalização do Sistema e dos subsistemas econômico e político. Já a modernidade cultural refere-se à modernização do mundo da vida dada a autonomização das esferas de valor como a moral, a ciência e a arte.

Ingram (1994) é um autor americano dedicado aos estudos da obra de Habermas, explica que buscando superar uma visão de aprendizagem e mudança social que considera demasiadamente objetivante em Marx, ele vai defender que

mudança social acontece em dois eixos interdependentes mas distintos. O primeiro seria o eixo cognitivo e outro seria o eixo moral, com a evolução social se dando através de dois planos: a) utilização progressiva da capacidade de aprendizado dentro da faixa institucional de variação permitida por um determinado princípio organizativo (sistema de parentesco, estado absolutista, etc.) e; b) institucionalização progressiva de novos níveis da capacidade de aprendizado, capazes de resolver problemas antigos e também de criar novas dificuldades. É uma concepção de evolução social que se dá em analogia com o desenvolvimento cognitivo em Piaget (INGRAM, 1994, p.160-162)

Essas diferenças entre modernização e modernização cultural são mais bem compreendidas quando vinculadas à diferenciação que o autor vai fazer ao dividir sociedade contemporânea em sistema e mundo da vida. Esse último seria composto pela “experiência comum a todos os atores, da língua, das tradições e da cultura partilhadas por todos. Ele representa aquela vida social cotidiana na qual se reflete o óbvio, “aquilo que sempre foi” (FREITAG, 1993, p. 26). Em contextos de fala normais, esse óbvio reforça e reafirma a validade normativa, desde que preencha as três pretensões de validade (correção, veracidade e autenticidade) implícitas em qualquer ato linguístico. Esse caráter de reprodução do mundo da vida traz consigo a sua contestação e dela deriva a possibilidade de alteração e mudança das normas existentes. Quando há esse questionamento, Habermas afirma que entra-se no plano do discurso, momento em que as pretensões de validade são suspensas e dão início a um processo argumentativo que cria um novo sistema de normas, que virá a ser aceito e respeitado pelos participantes (FREITAG, 1993).

Entende-se que essa divisão entre mundo da vida e sistema consiste no arranjo teórico que Habermas define para tentar resolver o problema clássico entre estrutura e ação. Há uma genealogia dessa dualidade, que tem por origem a diferenciação do mundo da vida e que permite o surgimento dos mecanismos que vão estruturar o sistema. Em sua obra Teoria da Ação Comunicativa, apesar da dificuldade encontrada em sua leitura, face ao debate com vários autores que ele estabelece, há uma opção pela teoria reconstrutiva que absorve a contribuição de vários autores para explicar como o mundo rompe com os agulhões do sagrado e instaura uma racionalidade mundana que permite a modernidade, a construção da filosofia da consciência e a virada linguística.

Sobre essa última, Habermas (2004) edifica sua obra, pois entende que a filosofia deu primazia à representação, priorizou o interior em relação ao exterior, a imediação da subjetividade em relação à mediação discursiva. Porém, queixa-se que, mesmo após a virada linguística, a comunicação deveria ter sido equiparada com a representação, pois para ele “uma pessoa entende-se com outra sobre alguma coisa no mundo. Como representação e como ato comunicativo, o proferimento linguístico aponta em duas direções ao mesmo tempo: o mundo e o destinatário” (HABERMAS, 2004, p. 9).

A linguagem é um veículo do pensamento e também um instrumento de comunicação. Não há possibilidade de que uma concepção ou conceito, mesmo que solipsisticamente obtido, seja partilhado de outra forma que pela comunicação. Como partilhar essa descoberta? Somente uma comunicação bem sucedida permite que a representação dos fatos seja reconhecida e tenha sua validade assegurada entre os participantes da interação.

Tendo isso como princípio, pode-se afirmar que a assimilação da objetividade da experiência estaria ligada à intersubjetividade do entendimento mútuo e que há um “fato transcendental” retirado do pragmatismo kantiano que permite uma perspectiva evolutiva já que

Deixando afetar-se por razões, sujeitos capazes de falar e agir podem aprender – a mais longo prazo, “não podem não aprender” – Eles aprendem tanto na dimensão cognitivo-moral de suas interrelações como na dimensão cognitiva de seu trato com o mundo (HABERMAS, 2004, p.16).

Essa concepção de aprendizagem derivada da interação, de uma inevitabilidade do “acúmulo do conhecimento” entre os participantes, pressupõe outros desdobramentos como o surgimento da normatividade e da racionalidade. Habermas expressa que “sujeitos capazes de falar e agir, enredados em práticas comunicativas, não podem evitar, em seus pensamentos e ações, regular-se por normas e deixar-se afetar por razões” (HABERMAS, 2004, p.32). É preciso aliar a essa condição universal baseada na intersubjetividade, um naturalismo fraco, expresso em um modelo pragmático que seria “um processo de conhecimento é representado como um comportamento inteligente que resolve problemas e possibilita processos de aprendizagem, corrige erros e invalida objeções” (HABERMAS, 2004, p. 34).

Habermas (2004) explica que nessa concepção a função representativa da linguagem não está posta pela clássica formulação de “espelho da natureza”, como se o pensamento representasse objetos de forma estática entre o que enuncia e aquilo que é enunciado. A representação, nesses casos, está ligada à comunicação que se dá na dinâmica do crescimento do saber pela solução de problemas e das decepções em lidar com os riscos do mundo circundante e pela justificação das soluções de problemas frente aos outros participantes da argumentação. A capacidade de resolver problemas se dá de maneira crescente, em processos cognitivos de adaptação, construção e seleção que dotariam os humanos de uma capacidade resolutiva descoberta sob as limitações que a realidade impõe, realidade que independe da linguagem e impõe limites à nossa prática e que

ela não se faz notar senão performativamente pelas limitações a que estão submetidas nossas soluções de problemas e nossos processos de aprendizado – ou seja, como a totalidade das resistências processadas e das previstas (HABERMAS, 2004, p. 35).

Esse realismo pressupõe que há um mundo objetivo e ele é intersubjetivamente acessível. O real enquanto resistência à ação é conciliado com a premissa epistêmica de um mundo da vida articulado pela linguagem e do qual não se pode fugir. Forma-se assim uma dinâmica que explica o ato linguístico proferido em relação ao mundo objetivo, mundo social (intersubjetivo) e subjetivo (consciência do participante).

#### 4.2 O MUNDO DA VIDA

Partindo dessa base, Habermas começa a explicar o mundo da vida através de Mead, quando observa-se a emergência do mundo sociocultural no qual “o valor proposicional no círculo de funções do comportamento animal são transformados em significados simbólicos” (HABERMAS, 2012b, p. 216) dos quais os participantes de uma interação podem dispor intencionalmente, em uma semantização que transforma o modelo etológico e autorregulado para um modelo da teoria da comunicação. Nesse modelo, os atores orientam suas ações pela interpretação da situação em que se encontram. O pano de fundo de uma manifestação comunicativa é constituído por definições de situação. Qualquer nova manifestação constitui um teste da situação proposta e estabelece uma dinâmica de definição continuada e de suas respectivas

redefinições que acaba subordinando certos conteúdos a determinados mundos e suas validades. Esses padrões de interpretação, enquanto uma reserva de saber dos participantes, organizados linguisticamente e transmitidos culturalmente, constituem o *mundo da vida*.

No mundo da vida, os participantes se movem no interior da linguagem, pois a comunicação tem um aspecto performativo com base em um depósito de saber que oferece convicções subjacentes que garantem a formação de contextos dos processos de entendimento. Por entendimento (*Verständigung*) entenda-se

A união dos participantes da comunicação sobre a validade de uma exteriorização; ao passo que acordo ou consenso (*Einverständigung*) tem a ver com o reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade que o falante une a uma exteriorização (HABERMAS, 2012b, p. 221).

As ligações com os mundos objetivo, social e subjetivo no mundo da vida que permitem o entendimento estão pré-interpretadas no mundo da vida, são autoevidências culturais que garantem o substrato sob o qual os participantes se entendem. Não há nessa condição de participante uma posição exterior ao mundo da vida, ele não pode ser transcendido, ele é formado por um contexto ineludível e inesgotável.

Qualquer compreensão de uma situação pode se apoiar numa pré-compreensão global. [...] Qualquer passo dado além do horizonte de uma determinada situação abre o caminho para um novo contexto de sentido carente de explicação, porém já conhecido intuitivamente (HABERMAS, 2012b, p. 244).

Além dessa condição de participante, as pessoas se encontram com os outros na condição de narradores. A narrativa representa dados que acontecem em seu mundo da vida. É uma fala constatativa que serve para a descrição de, eventos socioculturais e objetos, faz referências a algo no interior de um mundo. É uma representação que, na perspectiva do narrador, é utilizada com fins cognitivos. Já na condição de participantes, o mundo da vida é o contexto formador do horizonte de determinada situação de ação.

Um problema seria apenas um recorte do mundo da vida que se encontra carregado pelo pano de fundo constituído de certezas culturais, habilidades individuais baseadas em um saber intuitivo que ensina como dominar situações e práticas exercitadas socialmente, no qual pode-se confiar em determinada situação. E nessas

situações o agir transforma o ator em um iniciador de ações imputáveis e, ao mesmo tempo, um produto de tradições nas quais ele se encontra, de grupos solidários aos quais pertencem e de processos de aprendizagem e de socialização aos quais está submetido.

A condição de participante ou narrador diferencia da condição de observador. Essa atitude exterior ao mundo, de se colocar “de fora” dele e não envolto nesse pano de fundo, semelhante a célebre passagem de Ulisses ao enfrentar o canto das sereias na Odisseia, permite aos humanos romper com a tradição e “sair do mundo da vida” no qual se encontram, pelo menos por instantes. Essa experiência de um sujeito que vivencia, própria da filosofia da consciência, deve sair da sua condição interna para um encontro com o outro através da linguagem. Esse processo inicia uma série de diferenciações no mundo da vida, se ele passa a ser entendido como uma reserva de padrões de interpretações, organizados linguisticamente e transmitidos pela cultura.

A linguagem assume um papel fundamental e determina uma forma de ação comunicativa no mundo da vida. Ao falar, o sujeito falante estabelece uma relação pragmática *a) com algo no mundo objetivo*, com fatos que seriam a totalidade das entidades sobre as quais são passíveis enunciados verdadeiros; *b) com algo no mundo social*, regras ou normas, que são a totalidade das relações interpessoais reguladas legitimamente, seu conteúdo normativo e por fim; *c) com algo no mundo subjetivo* enquanto totalidade das vivências às quais o falante tem acesso privilegiado e que ele pode manifestar de modo veraz diante de um público (HABERMAS, 2012b).

Ao enfrentar determinadas situações e tentar ter domínio sobre as mesmas, o falante é obrigado a agir. Essa ação acontece em uma dada *situação*, entendida como um recorte do mundo da vida, delimitada por um *tema*. O tema é algo que surge no contexto de interesses e fins da ação de pelo menos um participante e se dá em um *âmbito de relevância* que seria o tempo em espaço circunscrito pelo tema e que é realçado pelos *planos* que os participantes elaboram a partir de uma interpretação da situação com a intenção de atingir determinados fins. Em um agir orientado pelo entendimento, próprio do mundo da vida, os planos são definidos de comum acordo e a situação de ação é consensualmente delimitada. Isso impede que através do dissenso ou de mal entendidos haja um insucesso da ação do ponto de vista teleológico. O não entendimento pode prejudicar o sucesso da ação (HABERMAS, 2012b).



Habermas alerta para o risco de limitar o agir comunicativo a processos interpretativos de testagem de saber cultural, que reduziria a análise do mundo da vida em uma sociologia do saber. Os processos de socialização que são testados e de integração social que definem a identidade do indivíduo socializado seriam negligenciados em uma concepção culturalista, crítica dirigida aos fenomenólogos. Habermas a partir da influência de Talcott Parsons vai dividir o mundo da vida em três subsistemas: o cultural, o social e a personalidade. A regulação desses subsistemas se dá através do controle social, da socialização e do aprendizado, mecanismos responsáveis pela integração social. Nesses subsistemas, acontecem processos de reprodução que podem ser avaliados de acordo com a racionalidade do saber (saber consensual), a solidariedade dos membros (ordens legítimas) e a imputabilidade da personalidade adulta (autonomia pessoal) (HABERMAS, 2012b).

Habermas ( 2012b) define *cultura* como o estoque ou reserva de saber. Esse estoque permite que em situações em que necessitam se entender sobre algo, os participantes podem recorrer a interpretações decorrentes do “saber estocado”. Já a definição de *sociedade* refere-se as ordens legítimas em que os participantes regulam seu pertencimento a grupos sociais e garantem a solidariedade. Por fim, a *personalidade* seria o conjunto de competências que tornam um sujeito capaz de fala e de ação, participando de processos de entendimentos e afirmando a sua identidade. Em cada um desses subsistemas o agir comunicativo assume um determinada funcionalidade

Sob o aspecto funcional do *entendimento*, o agir comunicativo se presta à transmissão e à renovação de um saber cultural; sob o aspecto da *coordenação da ação*, ele possibilita a integração social e a geração da solidariedade; e sob o aspecto da *socialização*, o agir comunicativo serve à formação de identidades pessoais.( HABERMAS,2012, p.252) [grifos do autor]

O agir comunicativo não é apenas um processo de entendimento sobre algo no mundo. Ele é, também, um processo de reforço e teste de identidades e de pertencimentos no mundo da vida. Entretanto, qualquer opção que estabeleça uma primazia de qualquer um dos mecanismos de reprodução reduz a complexidade da sociedade, seja em uma perspectiva culturalista ou institucionalista. Não haveria possibilidade de estender o mundo da vida para a sociedade a não ser adotando três ficções: a suposta autonomia dos agentes que tudo poderiam e não dependeriam das situações históricas em que se encontram; uma independência da cultura,

independente de pressões externas e; a ideia de transparência na comunicação, em que todos podem se entender sobre tudo. Assumir essas ficções levaria a ideia que a integração da sociedade se dá a partir do agir orientado ao entendimento.

A diferenciação estrutural do mundo da vida em um sentido de maior racionalização foi possível devido a alterações tanto em forma como em conteúdo que permitiram que no plano cultural a totalidade religiosa encolhesse e assumisse forma de valor e procedimentos; na sociedade, os princípios tomam a forma de uma ordem jurídica e moral que distancia-se das formas de vida concretas e no plano subjetivo a personalidade desenvolve estruturas cognitivas libertas da tradição.

A separação entre cultura, sociedade e personalidade marca o estado do desenvolvimento um mundo da vida estruturado simbolicamente, com diferenciação e especialização funcional dos processos de reprodução. Cada um dos subsistemas, depois de diferenciarem-se, autonomizam-se e passam a funcionar segundo princípios próprios. Surgem sistemas de ação especializados, uma dessacralização da cultura e da educação que causam uma ruptura reflexiva da reprodução simbólica do mundo da vida e permitem um processo de reprodução social baseado no aumento da complexidade, em novas especificações funcionais e na integração mais abstrata das novas diferenciações.

#### 4.3 O SISTEMA

O sistema não pode ser visto como uma oposição ao mundo da vida, mas sim algo complementar. Ele descreve aquelas estruturas societárias que asseguram a reprodução material e institucional da sociedade: a economia e o Estado. Cada uma dessas estruturas possui seus mecanismos reguladores. A economia seria regulada pelo dinheiro e o Estado pelo poder na política. São mecanismos que garantem a integração sistêmica, isto é, a integração entre os diversos subsistemas que existem na sociedade. No sistema, a linguagem é secundária, predominando uma razão instrumental e sua forma típica de ação é a teleológica e estratégica. Habermas (2012b) sustenta que as diferenças segmentárias dentro dos grupos primitivos, como idade, sexo e função, possibilitam um sistema de estratificação e o sistema de troca para os casamentos exogâmicos são o ponto de partida para a diferenciação do mundo da vida. A troca vai evoluindo para um sistema abstrato, que passa a usar uma

moeda, e o sistema de parentesco vai sendo substituído pela organização estatal. Criam-se as condições para que os mecanismos de integração social comecem a se separar da integração sistêmica. Há o desacoplamento e autonomização de um sistema de economia, baseado no mercado e estruturado a partir do mecanismo dinheiro. A outra organização é um subsistema alicerçado na administração moderna e no mecanismo do poder. A partir daí, a relação entre sistema e mundo da vida se dará num sentido de maior racionalização do segundo sob a influência do primeiro, em um processo que o autor em questão denominou de colonização do mundo da vida e que produz patologias sociais que representam entraves para a reprodução do mundo da vida, como a perda de sentido na cultura, a anomia na sociedade e a doença psíquica.

Nas sociedades modernas, o aparelho do Estado já muda a própria entrada do indivíduo na sociedade. Enquanto o vínculo com a sociedade no sistema de parentesco era natural, dado pelo nascimento, este passa a ser substituído por um vínculo institucional, o local de nascimento e a pertença a uma nação. A especialização do aparelho estatal leva-o a assumir diversas funções relevantes para a sociedade, que se efetivam a partir de um leque de organizações como o judiciário, o sistema educacional, militar e outros. A relação entre esses subsistemas e deles com o mundo da vida se dá a partir do mecanismo de controle que é o poder (HABERMAS, 2012b).

Outro meio de controle é o dinheiro. Ele assume a função de coordenar a atividade econômica, institucionaliza-se como meio de troca e transforma valores de uso em valores de troca. Permitiu, no capitalismo, o surgimento de um sistema econômico que tem nos canais monetários não somente o intercâmbio interno entre os empreendimentos mas também a troca com o entorno não econômico, com as economias privadas e com o Estado. O modo de produção capitalista não é formado apenas pela empresa capitalista, mas é constitutivo dele o trabalho assalariado e o Estado tributário. O dinheiro assume um papel que transcende o subsistema em que surgiu, torna-se um meio de troca intersistêmico, causando efeitos estruturais no seu entorno e tornando o Estado dependente do sistema econômico. O final desse processo é a reificação, em uma abstração que cria um terceiro nível de relações funcionais e sistêmicas que criam uma segunda natureza, uma sociabilidade livre das normas (HABERMAS, 2012b).

Esse processo não é entendido como algo temporário como concebia Parsons, uma situação de desequilíbrio que o tempo acabaria por resolver. A concepção de evolução habermasiana aposta na crítica e no diagnóstico do tempo presente para mostrar que os meios do poder e do dinheiro alteram a sociabilidade do mundo da vida em um processo em que

A perda de liberdade e de sentido, nos nossos dias, não é a manifestação de desequilíbrio temporário, ou patologia endêmica a racionalização social, mas um sintoma da contradição aguda entre as condições normativas da reprodução social, que promovem expectativas racionais da participação democrática e os pré-requisitos funcionais da produção material, que exigem a acumulação de capital em condições de apropriação privada (INGRAM, 1994, p. 193).

Junto a essa denúncia de uma situação estrutural patológica, Habermas reafirma a sua crença na razão através do anúncio de uma racionalidade e ação comunicativa que possam superar essa forma de organização social e fundar outro modo de produção ou de princípio de organização da sociedade.

#### 4.4 A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

Observa-se que na relação entre mundo da vida e sistema, Habermas faz a “diagnose” da sociedade moderna e de seus problemas. A partir de agora, será apresentada a sua contribuição para a emancipação humana, baseada no agir comunicativo e na prática comunicativa cotidiana do mundo da vida.

Baseando-se na análise da relação entre três componentes estruturais [cultura, sociedade e personalidades] e três processos de reprodução [reprodução cultural, integração cultural e socialização], Habermas tenta estabelecer mediações e superar a forma de confronto direto entre a consciência dos indivíduos com os mecanismos de integração social, sem nenhuma mediação da teoria crítica tradicional (HABERMAS, 2012, p. 259, 688).

Essa construção só se torna possível porque Habermas, ciente da força da racionalidade moderna que deve à contribuição de seus pares frankfurtianos, vai apostar em outra forma de razão para edificar sua construção teórica. Ao apresentar a edição brasileira da principal obra de Jurgen Habermas, Flávio Beno Siebeneichler chama a atenção para o fato de que o lançamento da Teoria do Agir Comunicativo se

deu exatos duzentos anos após a publicação da crítica da razão pura de Immanuel Kant. Para ele, há grandes diferenças entre as obras, mas as duas buscam um caminho seguro para a filosofia dentro das Ciências Sociais. Kant separou a esfera transcendental e o mundo empírico; mundo das coisas em si mesmas e o mundo das aparências; entre reino do inteligível e reino fenomenal. Propôs que o autoconhecimento transcendental e intuitivo da razão humana desenvolve-se na esfera de um sujeito solitário, que reflete monologicamente sobre si mesmo. A dedução transcendental visaria um conhecimento não falível, último, que teria na Matemática e nas Ciências Naturais seu ideal da racionalidade científica (HABERMAS, 2012a, p. VIII).

Habermas vai situar o início do conhecimento nos sujeitos providos de faculdades de fala e ação (competência comunicativa) que, ao buscarem um conhecimento de algo no mundo, já se encontram preliminarmente em uma situação na qual predominam relações intersubjetivas que tornam possível um entendimento entre eles. Propõe a reconstrução pragmático-formal de um saber pré-teórico de regras detidas por sujeitos competentes de fala e ação. São regras pragmáticas de um uso da linguagem orientado por entendimento, que podem ser reconstruídos quando se pretende explicar o potencial de racionalidade comunicativa inserida nas pretensões de validade que constituem a base racional da fala. Diferente do conhecimento produzido pela dedução transcendental, a reconstrução pragmático-formal do saber possui caráter hipotético e, por isso, criticável, não último.

Habermas (2012a e 2012 b) tenta fundamentar os pressupostos ontológicos de quatro conceitos de ação relevantes para a formação da teoria social, analisando as implicações da racionalidade entre ator e mundo. A relação entre a ação e o mundo é fundamental para a expressão da racionalidade conforme se verá adiante. Para o autor em questão, dentro da grande variedade de conceitos de ação que são utilizados pelas Ciências Sociais, é possível defini-los em torno de quatro conceitos básicos: a) o agir teleológico que assume uma versão estratégica; b) o agir regulado por normas; c) o agir dramatúrgico e; d) o agir comunicativo.

a) O conceito de agir teleológico desde Aristóteles está no centro da filosofia da ação e seria aquele em que o ator

realiza um propósito ou ocasiona o início de um estado almejado, à medida que escolhe em dada situação meios auspiciosos, para então empregá-los

de modo adequado. O conceito central é o da *decisão* entre alternativas voltadas à realização de um propósito, derivada de máximas e apoiada em uma interpretação da situação (HABERMAS, 2012a, p. 163 - grifos do autor).

Observa-se que há a possibilidade de um agir teleológico de forma individual, sem a necessidade de uma interação, que seriam aqueles casos em que o ator encontra-se em uma situação frente ao mundo objetivo, lutando para superar a natureza, como pescador em o Velho e o Mar ou o Robinson Crusoe em sua ilha. Quando esse ator estabelece relações com outros atores e inclui um cálculo de êxito para a expectativa de suas decisões, surge uma ação estratégica. O ator faz escolhas e calcula os meios e fins para sua ação a partir das expectativas de proveito que espera obter com a mesma. Esse modelo de ação em economia, sociologia e psicologia social está ligado às abordagens vinculadas a decisão ou a teoria dos jogos (HABERMAS, 2012a, p.164).

O segundo tipo, o agir regulado por normas, entende-se como uma ampliação do ator individual, pois está implícita a interação com outros e o pertencimento a um grupo social. É nesse grupo que ele

segue uma norma (ou colide com ela), tão logo as condições se apresentam em uma dada situação na qual possa empregá-la. As normas expressam o comum acordo subsistente em um grupo social. Todos os membros de um grupo em que vale determinada norma podem esperar um dos outros que cada um execute ou omita as ações preceituadas de acordo com determinadas situações (Habermas, 2012a, p.164).

A norma cria no grupo social uma expectativa de comportamento generalizado. Porém, de acordo com o autor em questão, ela não tem um sentido cognitivo da expectativa de um acontecimento prognosticado, mas o sentido normativo de que o ator participante em determinado grupo possa usufruir o direito à expectativa de um comportamento. O modelo normativo de ação corresponde à abordagem da teoria dos papéis (HABERMAS, 2012a).

O agir dramático serviria para descrever interações fenomenologicamente orientadas e para Habermas carece de uma teoria mais generalizante para explicar essa ação que se dá quando os participantes de uma interação constituem um público entre eles e para o qual se apresentam. Nesse contexto, “o ator suscita em seu público uma determinada imagem, uma impressão de si mesmo ao desvelar sua subjetividade em maior ou menor medida” (HABERMAS, 2012a, p. 165).

O ator dramaturgico exerce um controle do acesso público à sua subjetividade, cujo privilégio de conhecê-la bem permite-lhe maior poder na interação e, dessa forma, pode regular a sua participação. Não seria uma expressão comportamental baseada na espontaneidade, mas sim uma estilização da expressão de vivências próprias, endereçada a espectadores (HABERMAS, 2012a).

Por fim, o conceito de agir comunicativo que é aquele que embasa toda a teoria da ação comunicativa habermasiana e que

refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal (seja com meios verbais ou extraverbais). Os atores buscam um entendimento sobre a situação da ação para, de maneira concordante, coordenar seus planos de ação e, com isso, suas ações (HABERMAS, 2012a, p.166).

O agir comunicativo representa uma das ligações possíveis entre atividades orientadas a um fim (agir estratégico ou teleológico) e o agir orientado pelo entendimento, sendo que esses dois tipos elementares de ação são irreduzíveis um ao outro. No agir comunicativo, surge a possibilidade de resolver o problema da coordenação de ação que surge a partir do momento em que o ator só pode executar o seu plano de ação de modo interativo, com o auxílio ou omissão de pelo menos outro ator.

O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente. (HABERMAS, 1990, p. 72).

É certo que no agir comunicativo as cadeias de ações dos atores singulares, estruturadas teleologicamente, atravessam os processos de entendimento. Porém, para a coordenação surtir efeito, é necessário uma mudança de perspectiva, abandonando o enfoque objetivador de um agente orientado pelo sucesso, que deseja produzir algo no mundo, pelo enfoque performativo de um falante que busca se entender com outro sobre algo no mundo. Essa objetivação implica em aceitar que existe uma racionalidade que permita a realização de um julgamento objetivo de determinada ação, fato que obriga a uma análise da existência de racionalidade em cada modo de ação.

#### 4.5 AS POSSIBILIDADES DE RACIONALIDADE EM CADA MODO DE AGIR

Em termos de racionalidade da ação, Habermas afirma que aparentemente apenas o conceito de agir teleológico disponibiliza um ponto de vista que permite o planejamento, cumprimento e julgamento das ações sob a forma de um raciocínio prático e sob bases racionais. Os outros modelos aparentam não permitir a racionalização. Porém, se se buscar os pressupostos ontológicos que estão ligados a esses modelos de ação, vê-se que existem implicações racionais complexas e intensas.

No agir teleológico, dá-se uma relação entre o ator e um mundo objetivo, formado pelo estado de coisas existentes. Essas coisas existentes são o conjunto daquilo que existe ou pode existir ou ser criada por intervenção teleológica. Há, nesse modelo de ação, um complexo cognitivo-volitivo que permite ao agente fazer uma mediação de suas percepções e formar com elas uma opinião sobre um estado de coisas existentes, que permite estabelecer intenções que visam dar materialidade e realizar um estado de coisas desejadas. Essas opiniões e intenções estabelecem duas relações racionais, pois são acessíveis a um julgamento objetivo com o mundo. Em primeiro, porque é passível avaliar sobre o êxito do ator em fazer concordar suas opiniões e intenções “com o que é o caso no mundo” e, em segundo lugar, julgar sobre seu êxito nessa concordância entre o que “é o caso no mundo” com suas opiniões e intenções (HABERMAS, 2012a).

É possível julgar suas opiniões e intenções sobre o mundo objetivo ou avaliar o mundo objetivo de acordo com suas opiniões ou intenções, se elas estão adequadas ou inadequadas. As externalizações que o ator teleológico cria em seu agir podem ser julgadas segundo critérios de verdade ou eficácia. A relação do ator com o mundo objetivo inclui também a performance de outros atores que influenciam e são influenciados pelas decisões do ator em questão (agir estratégico).

O agir regulado por normas pressupõe a relação entre um ator e dois mundos: o objetivo e o social. “O mundo social é um contexto normativo que estabelece quais interações pertencem ao conjunto de relações interpessoais justificadas” (HABERMAS, 2012a, p. 170). No modelo de ação normativo, os atores possuem um “complexo cognitivo” que permite um comportamento objetivador para distinção das



condições e meios que possui, mas também um “complexo motivacional” que possibilita um comportamento adequado às normas. Esses dois complexos estão vinculados a um processo de aprendizagem da internalização de valores.

Desta forma, o ator pode ter sua ação julgada de forma objetiva, caso ela esteja de acordo com o contexto normativo reconhecido como legítimo ou desviou-se dela? Além do julgamento da ação, pode-se julgar a legitimidade das normas, questionando se ela representa os interesses dos atingidos, se é possível reconhecê-las como legítimas e se elas podem ser justificadas. Há racionalidade nesse agir porque

o modelo de ação normativo parte do pressuposto de que os envolvidos podem assumir um posicionamento objetivador diante do que é o caso ou do que não é o caso, bem como um posicionamento adequado às normas em face do que (com ou sem razão) lhes é ordenado (HABERMAS, 2012a, p.174).

No caso do agir dramático, há a necessidade do ator apresentar uma visão de si mesmo, relacionar-se com o seu mundo subjetivo, concebido como as sentenças vivenciais externadas com veracidade pelo ator. Como as cognições, as opiniões e as intenções fazem parte do mundo interior e subjetivo do ator, porém elas se referem ao mundo objetivo e sentimentos de culpa ou vergonha estão em relação como mundo social (normativo), somente outros sentimentos e desejos podem ser exteriorizados apenas como algo subjetivo. Outras expressões no agir dramático, como opiniões, podem ser julgadas como algo objetivo, pois é uma opinião sobre algo, não cabendo mais o julgamento subjetivo. Da mesma forma, se o ator dramático encarar seu público como um adversário, ele passa a ter uma ação estratégica com eles e seu julgamento se altera. (HABERMAS, 2012a, p. 178-182). A racionalidade do agir comunicativo deve ser diferenciado dos outros modelos de ação pela forma como a linguagem é utilizada. Nos outros modelos de ação, há a utilização da linguagem que se dá de forma unilateral. No modelo teleológico, a linguagem é um entre muitos *media* utilizados pelos atores para influenciar os outros. No agir normativo, a linguagem é um *medium* que transmite valores culturais e no modelo dramático um *medium* de autoencenação. No agir comunicativo, a linguagem é um *medium* de entendimento, em que falantes e ouvintes, a partir do seu mundo da vida previamente interpretado, referem-se a algo no mundo objetivo, social e subjetivo, buscando negociar definições em comuns para as situações em que se encontram. Enquanto no agir teleológico há a expressão do desencadeamento de efeitos perlocutórios (tudo o que é alcançado

ou produzido pelo ato de dizer algo), no agir normativo a criação das relações interpessoais e o agir dramático expressam vivências de um sujeito, pois a ação comunicativa, em seu ato da fala, expressa uma proposição, a oferta de uma relação interpessoal e uma intenção do falante, ou seja, há uma tripla referência ao mundo objetivo, social e subjetivo (HABERMAS, 2012a, p.182-184).

Essa referência assume funções cognitivas (representação de um estado de coisas), uma função apelativa (exortação dirigidas aos destinatários) e outra expressiva (cientificação de vivências do falante). Nesse processo, o signo linguístico assume a condição de símbolo (pela ordenação a objetos e estados de coisas), de sinal (face ao apelo do ouvinte) e também como sintoma (pela dependência do emissor cuja interioridade ele expressa). Essas referências triplas seriam suficientes para romper a concepção objetivista do entendimento enquanto fluxo de informação entre receptor e emissor (HABERMAS, 2012a, p.478-480).

A diferença da ação comunicativa é que a referência não é mais pontual. Além dessa ampliação, ela está submetida à pretensão de validade que o falante expressa para seu ouvinte. Essa validade é pretensa porque no agir comunicativo ele está sujeito à criticidade do ouvinte sobre aquilo que é proposto. A validade expressa pelo ego, que tem o sentido de verdade (mundo objetivo), correção (mundo social) e veracidade (mundo subjetivo), pode ser julgada pelo alter a partir da integração dessas pretensões em um sistema que comporia uma moldura interpretativa da situação vivida (HABERMAS, 2012a, p. 190-192). Assim, a racionalidade está baseada nesse processo de entendimento em que as pretensões de validade expressas nos atos de fala são negociadas para a definição da situação em que se encontram e representam um recorte do mundo da vida. Retira-se também a centralidade da ciência e da verdade como único sentido possível de julgamento. Os critérios científicos, as normas, a moral e a leitura que o indivíduo faz de seu par na interação são elementos importantes na avaliação de uma situação de ação. Não há mais a primazia da razão técnica instrumental frente aos outros aspectos.

A importância em delimitar esses tipos de ação e as suas racionalidades nasce da questão que persegue Habermas desde o início. Como sua teoria da modernidade está baseada na diagnose de que a diferenciação do sistema causa uma complexificação no mundo da vida, implicando muitas vezes em uma forma de colonização desta esfera pelo sistema, causando as patologias sociais, leva-o a

perguntar se a modernidade capitalista pode ser compreendida como uma racionalização limitada, na qual a ação teleológica e instrumental assumiu a hegemonia frente às outras esferas de ação e racionalidade? Dessa forma, ao buscar resgatar uma racionalidade comunicativa, própria do mundo da vida, busca dar maior amplitude a ação social e recolocar o potencial emancipatório da modernidade, que é negado por muitos.

Um dos desdobramentos da modernidade foi a autonomia da esfera da ciência e do mundo objetivo, causando uma proliferação de campos de conhecimento específicos, geralmente definidos a partir do objeto a que se dedicam ou da especificidade que o abordam. Quando esses conhecimentos passam a ter aplicabilidade, acabam criando especificidades profissionais que se utilizam do conhecimento científico para atuar sobre um determinado mundo objetivo e social, ampliando e complexificando o campo institucional da sociedade na modernidade. A Extensão Rural é uma dessas instituições e é sobre a sua institucionalização e o papel na modernização do campo brasileiro que tratará o próximo capítulo.



## 5 MODERNIZAÇÃO E EXTENSÃO RURAL

A história da agricultura não pode ser explicada como um simples avanço da técnica ou da introdução do arado charrua. Obviamente que a passagem da fase de caça e coleta para a agricultura não foi algo simples. Mazoyer e Roudat (1998) apontam como fatores principais que permitiram o desenvolvimento dessa nova forma encontrada pelos humanos para buscar o atendimento de suas necessidades o crescimento populacional, o aumento do tempo de trabalho na caça e coleta diante da escassez dos alimentos pela concorrência e a existência de condições técnicas como as ferramentas e espécies domesticadas. Foi uma mudança técnica econômica que produziu profundas transformações sociais e culturais. A alteração na vida dos humanos a partir do início da agricultura exigiu o estabelecimento de um conjunto de regras para preservar o direito de colheita dos campos por quem havia semeado e a preservação do direito à caça dos animais de criação. Afora o regramento inicial das “propriedades”, os humanos dessa época tinham de reservar parte dos grãos como sementes e dos animais como reprodutores, dividir o novo trabalho entre os membros do grupo, criar novas formas de sucessão familiar, enfim, “institucionalizar” um novo modo de vida que permitisse a manutenção e reprodução do grupo.

Ainda vivendo sobre o jugo de um sistema mítico que servia para organizar e ordenar o mundo, os humanos desenvolveram uma série de técnicas, instrumentos e sistemas de produção, mas tudo dentro e determinado pelo mito. A agricultura que se fazia nesse período realizava vários rituais, buscando obter as bênçãos e os agrados dos deuses, mesclando técnica e mito. São exemplos conhecidos a adoração a Deméter/Ceres, sendo que a cada início de semeadura as mulheres presenteavam a Deusa com leite, mel e o sacrifício de uma porca, bem como o culto a Dionísio/Baco na produção vitivinícola. Os homens podiam lutar contra as dificuldades da natureza, criando técnicas para superação das mesmas, mas a maneira predominante de explicá-las e compreendê-las era dada pelos mitos (SAMBORSKI, 2007).

As mudanças que os sistemas de produção medievais apresentaram, muitos deles derivados do contato com o Oriente nas invasões mouras (MAZOYER; ROUDAT, 1998), permitiram ganhos de produtividades espantosos e com eles a urbanização. Afinal, só é possível a alguém poder se dedicar a outras atividades quando exista quem possa provê-lo com o alimento necessário a sua manutenção na urbe. Apesar disso, é possível encontrar exemplos que evidenciam a marca do mito e

da tradição na agricultura ainda no século XVI. A forma peculiar de lidar com as pragas nas culturas pode ser observada em Ferry (1994), que resgata uma prática comum no período medieval, relatando casos ocorridos em 1545 e 1587, em que os agricultores franceses pediam às autoridades eclesiásticas que excomungassem as pragas que atacavam suas videiras, o que gerava a instauração de um processo contra os insetos. Sobre o expediente de processar os animais, o advogado Gaspard Bally, comentado pelo autor supracitado, escreve:

Não se deve menosprezar a eficácia das monitórias [ou seja, neste caso, as repreensões com que a autoridade eclesiástica fulmina os animais], tendo em vista que se trata de uma coisa sumamente importante que traz consigo o mais perigoso gládio de que se serve nossa Santa Mãe Igreja, que é a excomunhão, a qual corta com igual proficiência tanto a madeira seca quanto a verde, não poupando os vivos nem os mortos; ela não atinge somente as criaturas dotadas de razão, mas alcança também os irracionais, como os animais (BALLY apud FERRY, 1994, p. 11).

Salienta-se esse aspecto para demonstrar que aquilo que Hussler define como a idealidade do “e assim por diante” e a do “eu posso sempre e de novo” do mundo da vida ancora-se em uma longa tradição. Teve-se a oportunidade de encontrar, durante as entrevistas, indícios claros de resquícios da força mítica com força de potência sobre a realidade. A primeira é a mais controversa, pois apresenta certa cientificidade, que são a observância do calendário lunar na orientação do plantio, do corte de árvores, na castração de animais e não consta de nenhuma orientação ou validação de pesquisa.

A outra é mais polêmica. Durante uma das visitas feitas na fase de observação em uma propriedade com os técnicos da Emater, enquanto conversava-se, notou-se um cartaz, escrito a carvão em um pedaço de papelão, cravado no portão da horta. Solicitou-se licença para chegar mais perto e constatou-se que era aquilo que se pensava que era. O cartaz dizia: Proibido entrar mulher! Dirigindo-se ao proprietário, este disse que sabia a razão da proibição, que tinha a ver com a ideia que uma mulher no seu ciclo menstrual causa doenças às plantas e não pode entrar na horta. Isso mesmo - ele falou. Minha horta estava bonita, daí uma vizinha veio aqui “naqueles dias” e minhas plantas pestearam” (Beneficiário 1). Não tinha sido a primeira vez que se encontravam referências a esse mito. Simone de Beauvoir registra que na obra História Natural de Plínio, o Velho, “a mulher menstruada estraga as colheitas, devasta os jardins, faz caírem os frutos, mata as abelhas, se toca no vinho vira vinagre, o leite

azedada.” (BEAUVOIR,1970, p.189). Essa persistência que permite encontrar reminiscências mágicas no primeiro quartel do século XXI demonstra que a força da tradição e da racionalidade que lhe é inerente não é pequena. O “foi e pra sempre será” é significativo na coordenação de parte das ações de muitos agricultores ainda hoje, imagine-se no início da modernização. Essa introdução justifica-se para ressaltar que a introdução de categorias elaboradas fora da tradição e baseadas nos preceitos científicos enfrentaram muitas resistências. Baiardi (2004) demonstra como o avanço nas Ciências Agrárias esteve ligado aos problemas enfrentados pelos agricultores e estava relacionados ao que denomina de “momentos epistemológicos”, representando sempre avanços na construção do conhecimento a partir dos métodos, técnicas de pesquisa e da interpretação de mundo, enfim, de condicionantes superestruturais para a pesquisa agrícola.

Além dos limites impostos pelo sistema mítico, que limitavam o agir, os agricultores estavam limitados em suas relações de troca, pois estavam subordinados a expropriações baseadas em critérios extra econômicos. Wood (2000), versando sobre as origens do capitalismo, aposta numa combinação de fatores muito peculiares que existiram na Inglaterra no início da Idade Moderna: concentração do Estado num poder centralizado, concentração da propriedade da terra, fraqueza de poderes extra econômicos dos senhores de terras para extrair renda de seus arrendatários, como fatores que permitiram uma alteração nas relações produtores/exploradores da renda da terra, substituindo relações que se davam coercitivamente no meio feudal. Essa alteração caminhou num processo crescente de sujeição econômica, com a renda fixada pelas condições de mercado e não por algum padrão legal ou consuetudinário. Assim, os agricultores ficaram dependentes do mercado não apenas para venda de seus produtos, mas também pelo acesso aos meios de produção, que passou a ser mediado pelo mercado. Nessa nova relação, instalou-se um ambiente de competição que obrigava os arrendatários, médios e pequenos produtores a aumentar a produtividade de suas terras, sob pena de serem excluídos do sistema.

Esse aumento de produtividade visando ao lucro era denominado de melhoramento. Por este, entendia-se não apenas inovações tecnológicas e desenvolvimento de técnicas agrícolas, mas também novas formas e concepções de propriedade, que eliminavam antigos costumes e práticas da concepção tradicional de propriedade. Apesar dos inúmeros conflitos, os antigos direitos vão perdendo

espaço para a propriedade melhorada e seus “enclosures”. A propriedade não era apenas privada, agora era privada e excludente, eliminando todas as restrições para a maximização dos lucros dos arrendatários capitalistas e dos senhores donos das terras. O melhoramento, e não mais o costume, estabelecia o direito sobre a propriedade.

Wood (2000) sugere que Locke justifica a propriedade da terra em função do melhoramento, da utilização produtiva e lucrativa da mesma e, dessa forma, propriedades sem melhoramentos são consideradas desperdícios, argumento que justifica a expropriação das terras comunais e das terras indígenas das colônias. Esse fenômeno do melhoramento iniciou a especialização de um saber acadêmico que passou a dedicar-se a uma abordagem através da ciência dos problemas encontrados pelos agricultores para tornar mais produtivos os seus sistemas agrícolas. Há um desacoplamento da ação prática dos agricultores frente ao sistema mítico. A ciência já possuía uma autonomia e a racionalização advinda dessa abordagem não estava mais ancorada no mito. É indubitável que houve uma mudança na prática agrícola que alterou a sua relação com o mundo objetivo e aquilo que se concebia como verdadeiro nas relações sociais de produção e na personalidade do agricultor, que se torna alguém preocupado com a busca da produtividade e aberto a adoção de inovações. Essa diferenciação abre espaço para que os mecanismos sistêmicos do poder e do dinheiro atuem promovendo mudanças importantes. As relações de troca orientadas pelo mercado e em bases econômicas, a normatização consolidada nas leis do cercamento (Enclosure acts) transforma não só o padrão de ocupação, mas também as áreas comunais em mercadorias. Essa ampliação do sistema na Inglaterra Woods (2000) considera como as origens agrárias do capitalismo. Ela se diferencia das mudanças que estavam ocorrendo em toda Europa por esse contexto institucional e pela elevada produtividade que permite, já em 1850, a sustentação de 40,8% da população total nas cidades frente a 14,4 na França e 10,8% na Alemanha. Não seria apenas fruto das mudanças tecnológicas que se iniciavam a partir do avanço científico, especialmente na química. Esse modelo será exportado para as colônias inglesas e nos Estados Unidos da América e contribui para criar, naquele país, uma agricultura que tinha na busca da lucratividade seu aspecto principal, característica pouco comum na agricultura europeia. Ao explicar a colonização do “Novo Mundo”, um estudioso do desenvolvimento agrícola mundial concluiu que :



para esses imigrantes, a agricultura na América era menos um modo de vida do que um meio de fazer dinheiro. Eles vinham dispostos a abandonar, como o fizeram, as relações entre homem e terra, marcadas por um profundo respeito, típicos da tradição camponesa europeia. A característica maior da agricultura americana, [...] era seu caráter altamente especulativo (ROMEIRO, 1998, p. 72).

O mesmo autor explica que as Estações Experimentais Regionais nasceram fruto de um vasto movimento de propaganda e agitação de fazendeiros e jornalistas militantes que defendiam a criação dessas unidades como fazendas-modelos, realizando experimentos que os agricultores não tinham condições de fazer e gerando novas técnicas de produção, mas sempre com a preocupação e o intento de aumentar a rentabilidade. A pesquisa e a Extensão Rural serviam a esse propósito e surgiram pela pressão dos agricultores. Nessa realidade, os agricultores operavam numa racionalidade capitalista, exploravam suas terras sob condições de monocultivo e degradação que exigiam respostas constantes, além de reconhecer as vantagens da tecnologia na busca de maior produtividade, a divulgação e geração de novas tecnologias era um processo legitimado, necessário e até exigido pelos agricultores.

Silva e Oliveira (2010) demonstram como a relação entre a busca do aumento da produtividade e a influência do Estado foram fundamentais para a institucionalização da Extensão Rural nos Estados Unidos da América. Demonstram que na segunda metade do século XIX, após a Guerra da Secessão, as Leis da Propriedade Rural (Homestead Act), a Lei Morrill de Concessão de Terras para Escolas (Morrill Land-Grant College Act) e a Lei que criou o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) criaram as condições legais e “prepararam o terreno” para que o Sistema Cooperativo de Extensão (Cooperative Extension Service) fosse criado em 8 de março de 1914, quando o presidente Woodrow Wilson assinou a lei Smith-Lever. Esse sistema é entendido até hoje como um serviço de educação não-formal, baseado na articulação entre o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), as universidades Land-Grant e as unidades administrativas regionais. A linha de ação da Extensão Rural é assim definida pelas autoras

Em linhas gerais, as atividades do Serviço Cooperativo são divididas em quatro grandes áreas: agricultura e recursos naturais, economia doméstica/família/consumidor, desenvolvimento de crianças/jovens (abrange o “4- H” - head, heart, hands and health ou cabeça, coração, mãos/ação e

saúde) e comunidade e desenvolvimento econômico (SILVA; OLIVEIRA, 2010, p. 301).

A nação norte-americana começava a despontar em níveis mundiais como referência na produção de conhecimento para as Ciências Agrárias e na capacidade de gerar políticas eficientes de intervenção. Veiga (1991) analisa os efeitos do Agricultural Adjustment Act (AAA) de maio de 1933, a reestruturação do sistema de crédito agrícola e a política agrícola do New Deal como elementos decisivos para a passagem de um sistema de produção agrícola extensivo para um sistema de produção intensivo, baseado no alto consumo de insumos industriais e que integrou os produtores em uma nova ética de consumo que é potencializado com o advento da Segunda Guerra. Esses resultados despertam o interesse de inúmeros países que enviam profissionais para os EUA para conhecer o processo de modernização ocorrido já que

(...) Os Estados Unidos despontavam na liderança do conhecimento nas Ciências Agrárias desde 1920 graças a uma verdadeira revolução na qual o agrarismo tradicionalista perde espaço para o modernismo, caracterizado por uma mentalidade empresarial, que não se distinguia da observada nos outros setores da economia. Isto se tornou possível em virtude do trabalho demonstrativo pioneiro de Seaman A. Knapp, apoiado pela General Education Board, organização filantrópica mantida por John D. Rockefeller, que viabilizou o sistema nacional de agentes cantonais que realizavam demonstrações baseadas na disponibilidade de inovações geradas nas estações experimentais do sistema nacional de pesquisa agrícola e nas universidades. O ideólogo deste processo foi William I. Myers que, tanto como cientista social voltado para o meio rural como policy maker no período da New Deal, jogou um papel essencial transformando culturalmente os agricultores, aumentando o seu produto e movimentando milhões de pessoas do meio rural para as cidades (BAIARDI; VIEIRA, 2012, p.731).

Essa experiência propagandeada por organismos americanos despertou o interesse de muitos países. No caso brasileiro, muitos professores universitários foram até os EUA aprimorar seus estudos e conhecer essa experiência. Já o início institucional da Extensão Rural no Brasil é explicado por Martins (2001) a partir daquilo que ela denomina de “espírito esaviano”, numa referência à Escola Superior de Agronomia e Veterinária de Viçosa, que tinha uma proposta pedagógica alicerçada no Land Grant Colleges dos Estados Unidos. Foi em Viçosa que se iniciou a formação de profissionais cuja missão seria transformar a sociedade rural tradicional por meio do progresso técnico advindo dos avanços da ciência. A ESAV foi o lócus privilegiado do pragmatismo e experimentalismo pedagógico que originou as primeiras iniciativas

de Extensão Rural no Brasil. A autora demonstra que, desde a campanha de 1918, Arthur Bernardes defendia uma “ensino prático ambulante” levado de “fazenda em fazenda”, baseado na experiência americana.

Para esta autora, nada mais natural que a única universidade criada pela então presidente do Estado de Minas Gerais seja em Viçosa (terra natal do Arthur Bernardes) e inicie sob a direção de Peter Henry Wolfs, que era diretor da Escola de Agricultura da Flórida e veio ao Brasil sob os esforços do embaixador José Cochrane Alencar, que intermediou junto ao governo americano a solicitação de Arthur Bernardes (MAGALHÃES, 2006). Esse aspecto é importante, porque a sede do saber no nascimento da Extensão Rural era entendida como a Universidade e seria a ESAV um local privilegiado de produção e propaganda da modernização. A Semana do Fazendeiro, que no ano de 2015 estava em sua 86ª edição, é um evento simbólico que, ainda hoje, objetiva levar os agricultores até a Universidade.

A primeira fase da extensão rural no Brasil se deu pelo denominado modelo clássico, em que a extensão é o elo entre as estações de pesquisa experimentais, geralmente entidades universitárias, e as populações rurais, com a tarefa de estender os conhecimentos ao povo rural e levar os problemas do povo às fontes de pesquisa. Esse modelo caracterizou-se pelo “exagerado entusiasmo fundado na ideia de que era necessário informar e persuadir os agricultores a adotarem melhores práticas” (FONSECA, 1985, p. 41) numa direção que pretendia ser de mão dupla, em que se levava o conhecimento para o povo e se retornava com problemas desse povo para a pesquisa. Essa, por sua vez, através do conhecimento científico, poderia encontrar soluções para os mesmos.

Mas a forma clássica de se fazer extensão, apesar da crença dos especialistas de que esse era um remédio efetivo para o combate à pobreza, não foi eficiente com o público brasileiro. Na primeira avaliação do sistema da ACAR-MG, em 1952, feita por uma equipe de técnicos americanos, o resultado “deixou todos perplexos, pois o Serviço de Extensão não tinha tido resultados satisfatórios como se esperava. (...) Foi feito um novo planejamento, mas com a ideia de educar o agricultor e sua família e utilizar o crédito como ferramenta de educação” (MOITTA, 1970 apud FONSECA, 1985, p. 85)

Interessa ressaltar que a fase clássica da Extensão Rural teve pouco impacto no meio rural, não apenas pelo caráter da mudança proposta, que era abrangente e

incluía alterações profundas no modo de vida das famílias, com métodos considerados persuasivos, mas que apostavam na educação do público atendido. A diferença com o modelo americano era que já havia no mundo da vida dos agricultores daquele país uma propensão a uma agricultura mais produtiva e o ingresso em relações de troca com o meio urbano, fato que facilitava o trabalho extensionista.

Para tornar mais claro como foi a fase clássica da extensão, apresenta-se um resumo do plano de atividades da ASCAR 1957/1958, fornecendo elementos para uma melhor conceituação do período clássico e uma melhor visualização do trabalho que era realizado no período inicial da extensão rural no Rio Grande do Sul.

Quadro 2 - Síntese do Programa de Atividades da ASCAR 1957/1958

<b>Problema ou tema</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Projetos</b>
<b>Solo</b>	Proporcionar aos agricultores conhecimentos básicos para combate a erosão e melhoramento das terras.	a) controle da erosão b) adubação
<b>Culturas</b>	Aumentar o rendimento das culturas e melhorar a qualidade dos produtos agrícolas, garantindo-lhes um mercado mais compensador.	a) combate a doenças e pragas de lavoura
<b>Animais</b>	Rendimento mais alto num espaço menor de tempo, possibilitando maior desfrute e menos riscos, sempre orientado pelas tendências dominantes do mercado.	a) alimentação dos animais b) higiene dos animais c) melhoramento dos animais
<b>Lar</b>	Promover o desejo de uma vida melhor num lar mais agradável	a) melhoramento do lar b) vestuário c) artes aplicadas
<b>Nutrição</b>	Esclarecer os agricultores no uso racional dos alimentos, na sua produção econômica, e em métodos eficientes e de segura conservação para todo o ano.	a) Nutrição b) Produção de alimentos c) Conservação de alimentos
<b>Saneamento e saúde</b>	Diminuir a incidência das endemias rurais de caráter infeccioso parasitário	b) Saneamento e saúde c) Puericultura e enfermagem do lar
<b>Crédito Rural Supervisionado</b>	Esclarecer o agricultor e sua família na utilização do crédito, na organização das propriedades e dos lares e na administração dos recursos disponíveis.	a) projetos de crédito supervisionado em oito municípios para 115 famílias
<b>Comunidades</b>	Desenvolver a liderança e a juventude, contribuindo no aumento do espírito de participação, na organização e no futuro planejamento das comunidades rurais.	a) Lideranças b) Clubes 4 S

Fonte: elaborado pelo autor a partir dados Programa de atividades 1957/1958 ( EMATER/RS 1958)

Dessa fase, cabe registrar que a ideia de “um agrônomo, uma professora<sup>2</sup> e um jipe” deixou um legado para a Extensão. A equipe formada por profissionais voltados à economia doméstica (hoje área de Bem-Estar Social) e a área técnica persiste até hoje na maioria das empresas públicas, mesmo que Muchagata et.al. (2003) tenha mostrado que a maior parte dos funcionários das empresas são da área das Ciências Agrárias. Há então a definição da estrutura básica que seria adotada nos serviços (divisão entre Bem-Estar Social e Ciências Agrárias), a consolidação de uma cultura organizacional baseada na racionalidade técnica instrumental e um perfil profissional marcado por um discurso que coloca a profissão extensionista como um quase sacerdócio, uma entrega missionária ao trabalho e ao comprometimento com a população atendida conforme pode-se ver em Deponti (2010, p.130) e Ribeiro (2000, p 177).

Diante do fracasso da fase clássica, Fonseca (1985) explica que foi preciso uma adequação do modelo de Extensão Rural para o mundo subdesenvolvido. A partir da contribuição de Everett M. Rogers, surge uma adaptação e um modelo de intervenção conhecido como difusionista-inovador, baseado nas teorias difusionistas dos antropólogos ingleses e na teoria dos sistemas sociais de Talcott Parsons. Essa fase difusionista inovadora da extensão tinha objetivos que iam além da divulgação científica e da apresentação do mundo moderno aos caboclos. Sua preocupação estava centrada na adoção efetiva de inovações, numa mudança onde

o problema consiste em mudar normas de comportamento tradicional, a fim de se conseguir um conduta nova mais conforme as exigências do progresso social técnico(...) o extensionista se dará conta de que não poderá fazer com que aceitem e adotem - dois termos que não são sinônimos - a inovação inscrita em seu programa a não ser à medida que ele possa modificar o que as pessoas sabem, pensam, creem, sentem e fazem de uma maneira tradicional. Em outras palavras, torna-se necessário uma ação sobre o plano psicológico (CLERCK, 1969, p. 99 apud FONSECA, 1985, p. 51).

Deponti (2010) demonstra que a partir de 1960 o Manual do Extensionista da ASCAR já trazia os elementos constitutivos de um modelo difusionista, marcado por uma comunicação persuasiva voltada à transferência de tecnologias. Na década

---

<sup>2</sup> A formação exigida na maioria dos concursos para o ingresso na atividade extensionista na área de Bem-Estar Social geralmente era o magistério.

seguinte, que coincide com a estatização dos serviços de Extensão Rural no Brasil<sup>3</sup>, o modelo se amplia com a estratégia de focar em lideranças inovadoras e os pacotes tecnológicos por produtos que alicerçavam-se sobre o tripé pesquisa, extensão e crédito agrícola. Identifica ainda a autora que há uma persistência nos dias atuais do difusionismo entre o corpo técnico da empresa ASCAR-EMATER/RS e que “essa lógica difusionista está impregnada na ação extensionista como se tudo aquilo que é proposto pelos técnicos fosse bom ou positivo” (DEPONTI, 2010, p.137).

Caporal (1991) demonstra que a EMBRATER, em “articulação orgânica” com a EMBRAPA, coordenou a ação do Estado Brasileiro no processo de modernização agrícola do país capitaneado pelo Estado Militar e deu um novo poder de ação do Estado sobre o meio rural. A integração da EMATER/RS com a EMBRATER colocou a entidade no âmbito do setor público e sujeita a influência dos governos. Esta, também como condição para o repasse de recursos do sistema nacional, acabou padronizando as ações e o perfil profissional desejado. Do abandono da fase clássica, emerge o difusionismo e a transferência de tecnologias como o paradigma por excelência da Extensão Rural com consequências profundas para a ação extensionista.

O difusionismo exacerbou a assistência técnica especializada com uma abordagem setorializada por cultivos e criações, chegando a padronizar as recomendações técnicas nos pacotes tecnológicos<sup>4</sup>. Houve ainda uma especialização, inclusive de métodos, como no caso da adoção da abordagem Treino e Visita do Banco Mundial (DIESEL, 2012; SCHMITZ, 2010) que na EMATER/RS ficou conhecido como projetão. A empresa ampliou sua área de atuação de 157 para 185 municípios<sup>5</sup>, o número de produtores atendidos ampliou de 117.957 para 252.446 e o número de técnicos de execução aumentou de 1.276 para 1.957. Foi nessa fase que a Extensão Rural chegou a região Celeiro do RS. Samborski (2007) a partir de um documento interno de avaliação da empresa e de entrevistas com extensionistas contratados nesse período, observou que a especialização foi exacerbada nessa

---

<sup>3</sup> A EMATER/RS foi criada em 1975, mas não é uma empresa pública. Sobre essa questão que explicita bem as relações de poder do período consultar Caporal (1991, p. 39-40).

<sup>4</sup> A ideia de pacote tecnológico pode ser melhor explicada assim: preconiza-se o uso de tantas sementes e adubação por hectare, inseticidas e fungicidas aplicado em um dado tempo (de acordo com o ciclo das principais pragas). Isso desconsidera o local e das condições do produtor. É uma simplificação que funciona, mas com sérios gastos econômicos e ambientais.

<sup>5</sup> Em 1981, o RS tinha 232 municípios. As emancipações posteriores ampliaram esse número para os atuais 497.

metodologia, que chegava a selecionar práticas dentro de uma cultura para a difusão e adoção pelos agricultores. É um enxugamento de currículo significativo frente ao que se propunha a Extensão Rural no seu início. Na EMATER/RS, esse modelo foi implantado através da inserção de técnicos de nível médio para residir nas comunidades. Os técnicos residiam nas propriedades ou em locais da comunidade, conforme as palavras de um extensionista entrevistado: “no Projeto, era cada técnico com sua moto, vinha aqueles pacotes prontos... eram uns coitados que ficavam lá.” (SAMBORSKI,2007).

O período clássico e o difusionista são constitutivos da Extensão Rural no Brasil. É neles que a especialização de um campo de saber e um conjunto de métodos e atividades profissionais específicas são consolidados. Independente de ter sido inspirado em modelos já existentes, foi preciso criar a profissão e a cultura de sua aceitação pelo público no Brasil. Além da institucionalização, a formação dentro da organização foi necessária, pois apenas nas Ciências Agrárias havia algum componente curricular relativo a Extensão Rural. Caporal (1991), Deponti (2010) e Ribeiro (2000) já escreveram sobre o pré-serviço e o papel do mesmo na formação do extensionista. Canellas (2010, p.43-44), ao escrever sobre sua experiência, lembra que o seu pré-serviço em 1964 era composto pelo Histórico da Extensão Rural no mundo e no Brasil, metodologias e estratégias, rudimentos de sociologia rural e normas de funcionamento da ASCAR e levava um mês. Já para o treinamento das “moças” (Extensionistas Sociais) o conteúdo era economia doméstica e durava três meses. Sobre as Extensionistas, ele afirma que elas não podiam dirigir e nem casar, pois casamento era motivo de demissão porque ser esposa e mãe impediria “a dedicação sacerdotal ao trabalho”. Também é interessante observar que a estrutura já tinha especialistas lotados no Escritório Central, dos quais ele lembra que se destacavam em suinocultura, crédito rural, saúde, alimentação, juventude rural e grandes culturas.

Pode se inferir que na fase clássica a relação entre os extensionistas da Ciências Agrárias e as Extensionistas da área social tinha algumas ligações e um trabalho conjunto. Na fase difusionista, inicia-se uma separação entre os trabalhos, com a área técnica voltada à produção e em contato com os homens e a área social mais dedicada a mulher e posteriormente com os jovens, geralmente em ações

desvinculadas da produção agropecuária, que seria o espaço privilegiado dos profissionais oriundos das Ciências Agrárias.

A fase clássica, apesar do pouco pessoal envolvido, reveste-se de uma “aura dos pioneiros”, daqueles que desbravaram os sertões, enfrentaram os problemas, construíram a profissão e são parte da cultura extensionista. É um daqueles mitos que seguidamente Extensionistas mais novos escutam: “no tempo da ASCAR”, naquele tempo, antigamente, etc.

Sob esse período clássico e difusionista, o processo de institucionalização dos serviços aproveitou ainda uma característica peculiar: a constituição de um arranjo institucional montado sob a égide de um sistema político que não permitia contestações, pois essas eram entendidas como subversão e fortemente reprimidas. Canellas (2010) relata que recebia em seu escritório, em Santa Maria –RS, a visita frequente de um agente do DOPS (Departamento de Ordem Político e Social) e dá outros indícios sobre o monitoramento político que recebiam os técnicos. Na ausência do contraditório e com recursos garantidos, criou-se uma relativa autonomização da Extensão Rural. O extensionista, desde que fizesse a função técnica, portanto racional e neutra, que o sistema destinava a ele, gozava de certa liberdade de ação. Esse fato levou a certa “ilusão” de que muitos julgassem seu trabalho como independente do governo, chegando alguns afirmarem-se apolíticos, no sentido de não terem vinculação com o poder. Foram abordagens que apostaram muito na construção de um novo sujeito, seja ele o extensionista, como os agricultores, com foco no mundo subjetivo, obliterando aspectos do mundo social e reforçando verdades frente à realidade (mundo objetivo) que eram fruto do avanço da técnica e inquestionáveis naquele momento de Brasil: ame-o ou deixe-o.

Aparentemente, a julgar pelas tantas críticas que o difusionismo recebe até os dias atuais, esse intento prosperou. Não apenas um sistema de Extensão Rural foi montado no Brasil sob o comando da EMBRATER, mas emergiu desse processo um profissional que baseava sua ação sob a égide de uma ação teleológica, baseada em uma visão utilitarista da comunicação que servia como um instrumento para a realização de seus propósitos e não a coordenação das ações em seu trabalho, tudo isso sob a influência e orientação de uma determinada racionalidade técnica instrumental que é própria da modernidade. Como afirma Dias (2007, p. 14), esse seria o (...) o poder do ethos estabelecido durante o período do difusionismo



produtivista. Foi naquele período que a ação extensionista construiu e estabeleceu seu sentido de ser.”. A racionalidade técnica e instrumental baseada na ciência, mas transformada em ideologia, cria um novo sujeito, cuja ação se pauta pelos preceitos científicos, lutando para imunizar-se das paixões e da tradição e tentando levar essa “boa nova” para outras pessoas em um processo de racionalização a partir de baixo, substituindo tradições que legitimavam a dominação. Esse processo de secularização apresenta três momentos

As imagens do mundo e as objetivações tradicionais 1) perdem o seu poder e a sua vigência *como* mito, como religião pública, como rito tradicional, como metafísica justificadora, como tradição inquestionada. Em vez disso, 2) transformam-se em convicções de éticas subjetivas, que garantem o caráter vinculante, privado, das modernas orientações de valor (ética protestante); e 3) reestruturam-se em construções que proporcionam as duas coisas seguintes: uma crítica da tradição e uma reorganização do material da tradição assim liberto, segundo princípios do tráfico jurídico formal e da troca de equivalentes (direito racional tradicional). As legitimações enfraquecidas são substituídas por outras novas que, por seu turno, nascem da crítica à dogmática das interpretações tradicionais do mundo e pretendem possuir um caráter científico, e que, por outro lado, mantêm funções legitimadoras e subtraem as relações de poder existentes tanto à análise com à consciência pública. (HABERMAS, 2001, p. 66).

Nesse processo, Habermas define o surgimento da ideologia, acentuando que é esse seu nascedouro. Não há ideologia antes da modernidade, não há ideologia pré-burguesa. As ideologias vão substituir as legitimações tradicionais da dominação. Assim, se o mito e a religião serviam para a dominação no tempo antigo, nos tempos modernos a ciência e a técnica assumem o papel de ideologia.

## 5.1 CRISE NO SISTEMA E MUDANÇA NA AÇÃO EXTENSIONISTA

A redemocratização brasileira permitiu diversas críticas ao processo de modernização do país e dentro dele aquele estabelecido no setor agrícola. Obviamente, sobraram críticas às instituições que o executaram. No caso da Extensão Rural, a difusão das ideias de Paulo Freire em seu livro *Extensão ou Comunicação?* Pode ser alçada à condição de um dos marcos na mudança de rumos e nos questionamentos que a Extensão Rural apresentaria no início da década de 80 no Brasil. Sua obra inicia-se com uma análise crítica do termo extensão, através do

estudo semântico e do “campo associativo” desse termo, em que acaba por defini-lo como:

[...] a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, a sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante ao seu mundo (FREIRE, 1982, p. 22).

Para este autor, a ação extensionista não está em conformidade com seus preceitos de um “que fazer” educativo como prática de liberdade, pois tem por base mecanismos de persuasão. Além disso, o objetivo fundamental do extensionista é tentar fazer com que os camponeses substituam os conhecimentos que utilizam para agir sobre sua realidade, por outros, que são os conhecimentos do extensionista. Tem-se, na prática, de levar a mensagem até os camponeses o único aspecto dinâmico da Extensão Rural, pois o conhecimento estendido é estático, devendo ser transferido e depositado nos educandos.

Essa concepção educativa para a Extensão vai influenciar o movimento do Repensar da Extensão Rural Brasileira e fica bem evidenciado no caso gaúcho através das novas diretrizes que a ASCAR-EMATER/RS assumiu no final dos anos da década de 80 do século XX. Entre essas diretrizes, podiam ser encontradas a definição dos públicos - transformados não mais em públicos-alvos, mas públicos comprometidos, a integração dos sem-terra, das mulheres e jovens rurais, dos assalariados e uma clara referência ao latifúndio e à empresa rural como público não preferencial. Outra diretriz era a busca de um processo educativo dialógico e um reforço no trabalho comunitário. Sobre a transferência de tecnologia, era apresentado o conceito das tecnologias socialmente apropriadas, incorporando os agricultores como produtores de tecnologia, junto com a Extensão Rural e a pesquisa. A metodologia de trabalho deveria dar preferência a métodos grupais, com uma postura baseada no diálogo e senso crítico para promover uma comunicação horizontal, que procurasse interpretar e modificar uma realidade (EMATER/RS, 1987).

Mussoi (1985), Caporal (1991) e tantos outros já abordaram esse período da Extensão Rural e mostraram a força de Paulo Freire e da tomada de posição dos Extensionistas que buscavam “repensar” a sua prática profissional, exigindo mudanças não apenas no trabalho com o público, mas melhorias e democratização nas relações entre os trabalhadores das empresas. Esse movimento trouxe o mundo

da vida dos agricultores para o centro da Extensão Rural. A segmentação e a diferenciação do público foi questionada. Cobraram-se prioridades e mudanças na ação. Caporal (1991), talvez no trabalho mais crítico que um empregado da EMATER/RS tenha feito até aquele período, demonstra na sua dissertação a falta de efetivação das mudanças sugeridas pelo repensar e o aumento na relação entre o interesse do governo com os interesses da Extensão Rural.

A extinção da EMBRATER acaba não só por interromper a função de coordenação que a mesma exercia no sistema nacional. A expressiva participação orçamentária nacional fragilizou as empresas estaduais, obrigando-as a buscar recursos nas esferas dos governos estaduais e municipais e acabou implodindo o sistema nacional.

Diante desse cenário adverso, a pretensa autonomia conseguida pela Extensão Rural vai por “água abaixo”, pois é forçada a buscar recursos e aceitar ingerência dos financiadores sobre o seu trabalho (DIAS, 2007). A sua especialização e vínculo com o setor produtivo mais dinâmico e integrado ao mercado também perde efeito. Há uma migração dos produtores que “foram modernizados” pela Extensão pública para o setor privado, em um processo de evolução sistêmica. Além disso, enfrenta a concorrência do setor privado e de outras entidades pela divisão do fundo público em uma orientação mundial que aponta para um pluralismo dos serviços e privatização e não o monopólio de uma ou mais entidades estatais ou paraestatais. A defesa do pluralismo nos serviços de Extensão Rural se dá pela compreensão que as demandas rurais são diversificadas e que no meio rural há uma variedade de agentes de desenvolvimento. Cada agente já possui um campo de atuação e, em tese, teriam mais vantagem frente a outros. Haveria também um meio social heterogêneo que apresentaria demandas variadas. Juntos a essas duas observações, são elementos para justificar um pluralismo institucional para a Extensão Rural (DIESEL, 2012, p. 48-49).

Muchagata et al. (2003) aponta que o pluralismo da ATER se intensificou a partir dos anos 80 por efeito de dois processos: a democratização do país e as transformações das políticas públicas para a agricultura. O primeiro foi responsável pelo surgimento de várias instituições da sociedade civil e o segundo criou necessidades, graças as novas atividades e mudanças na percepção dos processos

necessários ao desenvolvimento sustentável, que permitiu a expansão do atendimento para famílias que não recebiam esse tipo de serviço.

O arranjo institucional da ditadura perde força e função. Os setores de pesquisa e Extensão já não respondem às necessidades do agronegócio pujante que a modernização produziu. A crise fiscal do Estado altera a política de crédito rural. A abertura comercial e a globalização mudaram drasticamente o setor, elevando a participação do setor na economia e provocando uma evolução onde

esse crescimento, da produção e da produtividade, resultou em um grande alongamento da cadeia produtiva agrícola, com a expansão de vínculos com as indústrias de fornecimento e de processamento, e com a crescente ligação com serviços sofisticados, de pesquisa, experimentação e difusão, e de consultorias em áreas da tecnologia da informação, genética animal, agricultura de precisão, e de todos os demais tipos de serviços relacionados à propriedade e às indústrias da cadeia de produção (BUANAIN et al., 2014, p. 17).

As exigências sistêmicas para integração econômica são, na maioria das vezes, desvinculadas da organização do Estado ou esse não consegue ter força para interferir em setores que a concentração de capital tornou os mercados fechados. Basta ver que desde o Programa de verticalização da pequena produção agrícola do distrito federal (PROVE) que Cristóvão Buarque desenvolveu enquanto governador no Distrito Federal em 1998, as pequenas agroindústrias sonham em poder comercializar seus produtos além dos limites municipais. Aliás, em termos de racionalidade, eis aí um caso interessante que a modernização criou. Um produto é considerado em condições de ser consumido por uma determinada população porque atende as exigências sanitárias e legais de determinado município. Entretanto, caso o produtor for comercializá-lo em outro município vizinho, o produto é considerado impróprio para o consumo e torna-se ilegal. Sei que esse argumento é superficial, mas demonstra os limites que o sistema impõe ao mundo da vida.

Limites que traduzem-se em uma série de exigências para o setor produtivo, exigindo a intervenção estatal para reduzir os problemas de coordenação do mercado e garantir que alguns produtores permaneçam com suas atividades. Os produtores que se encontram integrados ao mercado, além de disporem da assistência técnica privada que auxilia a resolver os problemas que enfrentam, já possuem, em sua maioria, competências cognitivas para suas decisões entre meios e fins da ação que executam porque vivem em um mundo da vida mais racionalizado. Outros que foram

excluídos das políticas públicas tradicionais irrompem na cena pública para exigir direitos. A condição democrática altera profundamente o modo de fazer política para o setor.

Grisa e Schneider (2015, p. 20), ao analisar as políticas públicas nas últimas três décadas no Brasil, evidenciam a ampliação da democracia e o aumento na diversidade dos atores públicos, processo em que “o reconhecimento conferido à agricultura familiar e a construção de políticas diferenciadas para um vasto grupo social que até então não havia sido contemplado com ações específicas não foram mudanças triviais...”. Esse entendimento sobre a ampliação dos beneficiários das políticas públicas e a elaboração de políticas específicas demonstra que a inclusão não se deu apenas do ponto de vista quantitativo, com a ampliação do número de beneficiados em determinados programas, mas na elaboração de novas políticas e ações ou a adequação daquelas existentes. Tudo isso demonstra que há uma complexificação do rural, tanto no mundo da vida como no sistema, que produz alterações nas funções exercidas pelo mesmo na sociedade e exige um constante redefinir da ação estatal para uma melhor intervenção e garantia de legitimação da mesma.

## 5.2 A AÇÃO EXTENSIONISTA NO ATUAL CONTEXTO

Utiliza-se a expressão ação extensionista porque o interesse consiste em aproximá-la da teoria da ação comunicativa, mas há uma confusão muito grande na utilização desse termo, que às vezes busca designar a atividade individual do extensionista, como no caso de Souza (1986), que em um documento que fazia parte de um curso do Sistema SIBRATER aborda a ação extensionista a partir das contribuições da epistemologia genética de Piaget. Infelizmente, a autora abdica de explicitar os tipos de ações extensionistas, mas ressalta pontos comuns a todas elas: “1) ocorrem em contextos específicos que influenciam os fatos e as próprias formas de ações; 2) a maioria destas ações envolve interações sociais e; 3) em geral implicam aquisições ou trocas de informações ou conhecimentos” (SOUZA, 1986, p. 2). Ela defende que é necessário o desequilíbrio e adaptação com a respectiva mudança nas estruturas mentais de técnicos e agricultores envolvidos na interação, fato que não acontece com as metodologias de extensão persuasivas que buscam “fazer a cabeça”

dos agricultores. Aponta que a ação deve se dar a partir da dúvida, do confronto e os questionamentos que provoquem desequilíbrios e, a partir deles, ocorre uma nova adaptação e estruturação cognitiva. Há um problema nessa concepção que vai além da posição objetivante baseado na relação sujeito – objeto que a autora expressa, que consiste na transposição psicológica para o social. Não há garantias de que isso ocorra em ações intersubjetivas.

Em outros casos, a expressão assume a ação institucional como no título de um dos mais significativos documentos internos da empresa ASCAR-EMATER/RS (2011, p. 12) - Diretrizes para a ação extensionista na Emater-RS-ASCAR: o processo de planejamento. Este documento define diretrizes e o processo de planejamento que orienta o posicionamento e a ação da Extensão Rural na perspectiva do desenvolvimento e deve marcar o processo e o conteúdo do trabalho extensionista, tendo presente o ideal do público beneficiário e a missão da Instituição.” Observa-se que a ideia de ação extensionista está ligada à atividade da empresa, voltada ao desenvolvimento. Porém, o documento orienta ainda a atividade individual ou em equipe do extensionista, através do processo e do conteúdo do trabalho a ser desenvolvido.

As diretrizes para a ação extensionista da EMATER/RS demonstram que a intenção da empresa consiste em avançar em pedagogias mais dialógicas. Nesse sentido, “ esforços metodológicos têm sido despendidos visando ir além de uma ATER difusionista, que centra seus esforços no repasse e na transferência de conhecimentos tecnológicos” (EMATER/RS, 2011, p. 22). Essa concepção educativa deveria permitir a reflexão crítica e a problematização da prática e da realidade vivida, em um processo que realimentaria o planejamento das ações com as unidades familiares e demais instâncias nas quais o extensionista atuasse na sua condição de agente do desenvolvimento. A garantia que esses objetivos serão alcançados só se daria, de acordo com o documento, com uma mudança de postura do extensionista, pois os instrumentos participativos não asseguram uma democratização nas relações, conforme pode se deduzir dessa passagem contida no referido documento

Mais difícil que aplicar as técnicas da metodologia é a postura adequada dos aplicadores, que não podem descuidar-se de seu papel de facilitadores da expressão de opiniões daqueles de quem se busca a participação; caso contrário, corre-se o risco de ter impressões contaminadas pelas ideias dos próprios aplicadores, comprometendo todo o trabalho, muitas vezes sem que

se tenha consciência disto. Se isto ocorrer, os aplicadores da metodologia estarão sendo manipuladores e não facilitadores (EMATER/RS, 2011, p. 24).

A adoção de métodos participativos não asseguraria relações mais dialógicas, que estariam determinadas em última instância pelo operador da ponta, pelo extensionista executor. Caberia a ele manter-se fiel aos princípios que orientam os procedimentos metodológicos participativos para poder romper com o difusionismo. Entretanto, a ideia de uma ação facilitadora causa muitas inquietações sobre a relação entre o saber técnico e popular. Essa não é uma questão pequena nos métodos participativos e mesmo em Paulo Freire é tema controverso. Ghelen (2006) demonstrou como alguns de seus comentadores chegam a excluir da tematização os “temas dobradiças” que permitiriam ao educador lançar mão de alguns conceitos para superar o senso comum.

Essa “duplicidade” na ação do extensionista, que em alguns momentos deve ser mediador, abster-se de suas opiniões e de seu conhecimento técnico e em outros deve atuar como um especialista no seu campo de saber, resolvendo problemas que surgem na relação com o seu público, tem causado muita confusão para a atuação em nível de campo. A execução de um programa com prazos, normas e metas a serem cumpridas e toda sorte de pressão e apreensão que isso causa dificultam a manutenção de uma postura de facilitador., Caporal (1991) mostrou que estrutura da empresa EMATER/RS limita a mudança. Já Deponti (2010) mostrou que a pulverização de ações e o pluralismo nas orientações que mudam de acordo com as mudanças de governo causam stress e dúvidas em relação a orientação dos trabalhadores. Diesel et al. (2006) apresentou um panorama da diversidade da ação extensionista da EMATER/RS, que inclusive é bem explorada em Deponti (2010) para demonstrar que a ação extensionista é diferenciada, dependendo da postura de cada técnico, fato que acaba por permitir práticas inovadoras e conservadoras coexistindo.

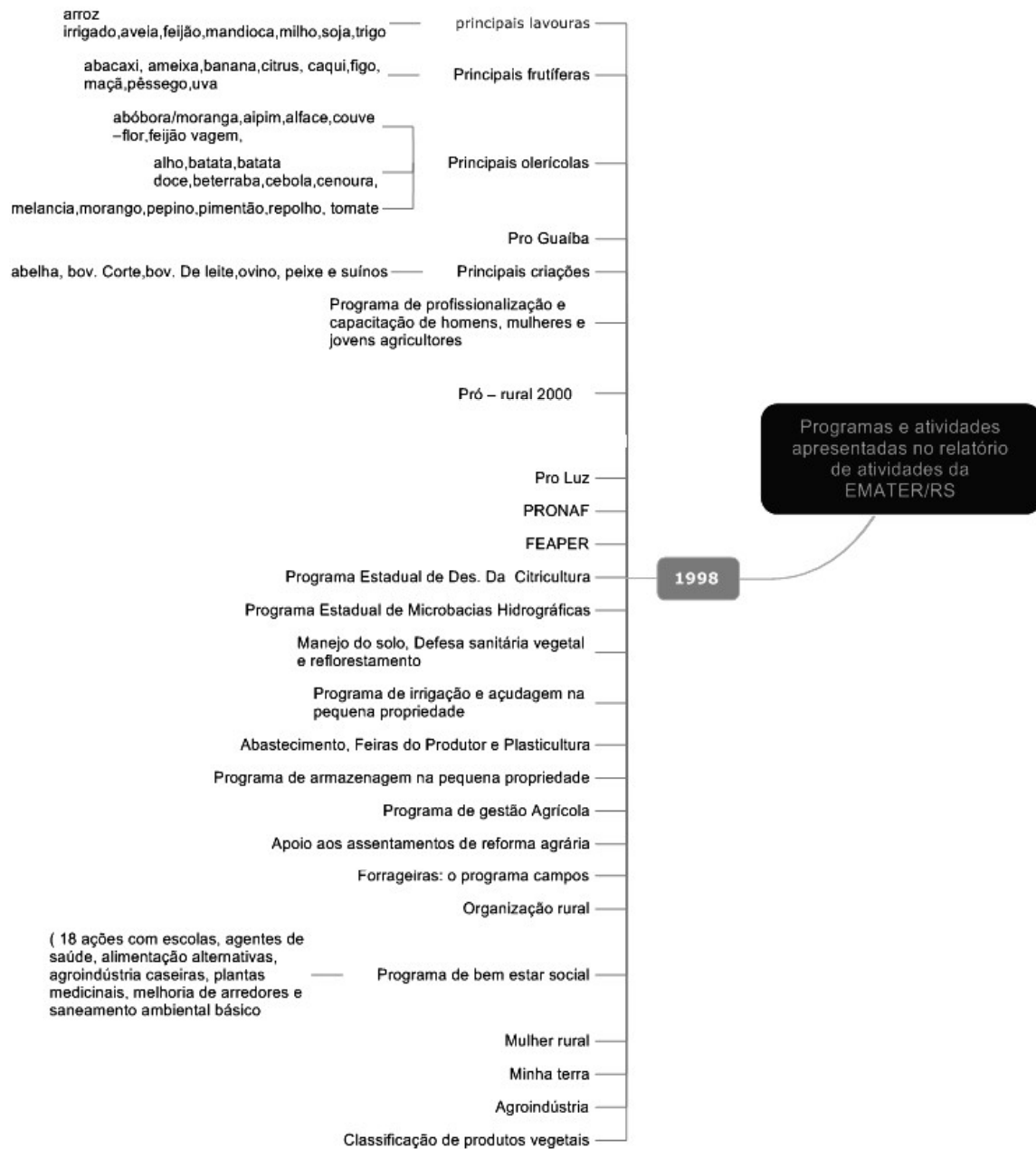
A autonomia que postula-se para a Extensão Rural é ferida de morte com a extinção da EMBRATER e junto com o processo de democratização obriga-a a lidar com o mecanismo de poder em uma maneira bem diferente do que na fase difusionista. Os processos eleitorais e a alternância no poder causam mudanças na gerência do aparelho estatal que repercutem na atividade das entidades de Extensão Rural. No caso do Rio Grande do Sul, pode-se elencar que cada governo eleito buscou ter uma marca para o setor agropecuário. O Governo Simon e suas Casas de

Agricultura, o Governo Collares com a Citricultura e os Condomínios Rurais, o Governo Brito com nenhum município sem Emater, Pró-Rural 2000 e Centros de Treinamentos, a Agroecologia e o Orçamento Participativo no Governo Olívio, Rigotto e a tentativa de reaproximar a EMATER do Agronegócio, Yeda e a irrigação, Tarso com o RS Mais Igual e a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Mostra-se, nas figuras a seguir, a estrutura de apresentação de dois relatórios de atividade da empresa, um do ano de 1998 e, outro do ano de 2002. São emblemáticos porque representam dois projetos que tiveram forte disputa política, o primeiro representado pelo governo Britto e o segundo do governo Olívio Dutra. Nessa figura, ficam claras as mudanças de orientação da ação extensionista a partir da gerência do governo. Esse exercício, feito para os dois governos subsequentes (Rigotto e Yeda) também mostra muitas alterações na maneira de conceber a atividade extensionista e no papel que a empresa assume no projeto de governo de cada período.

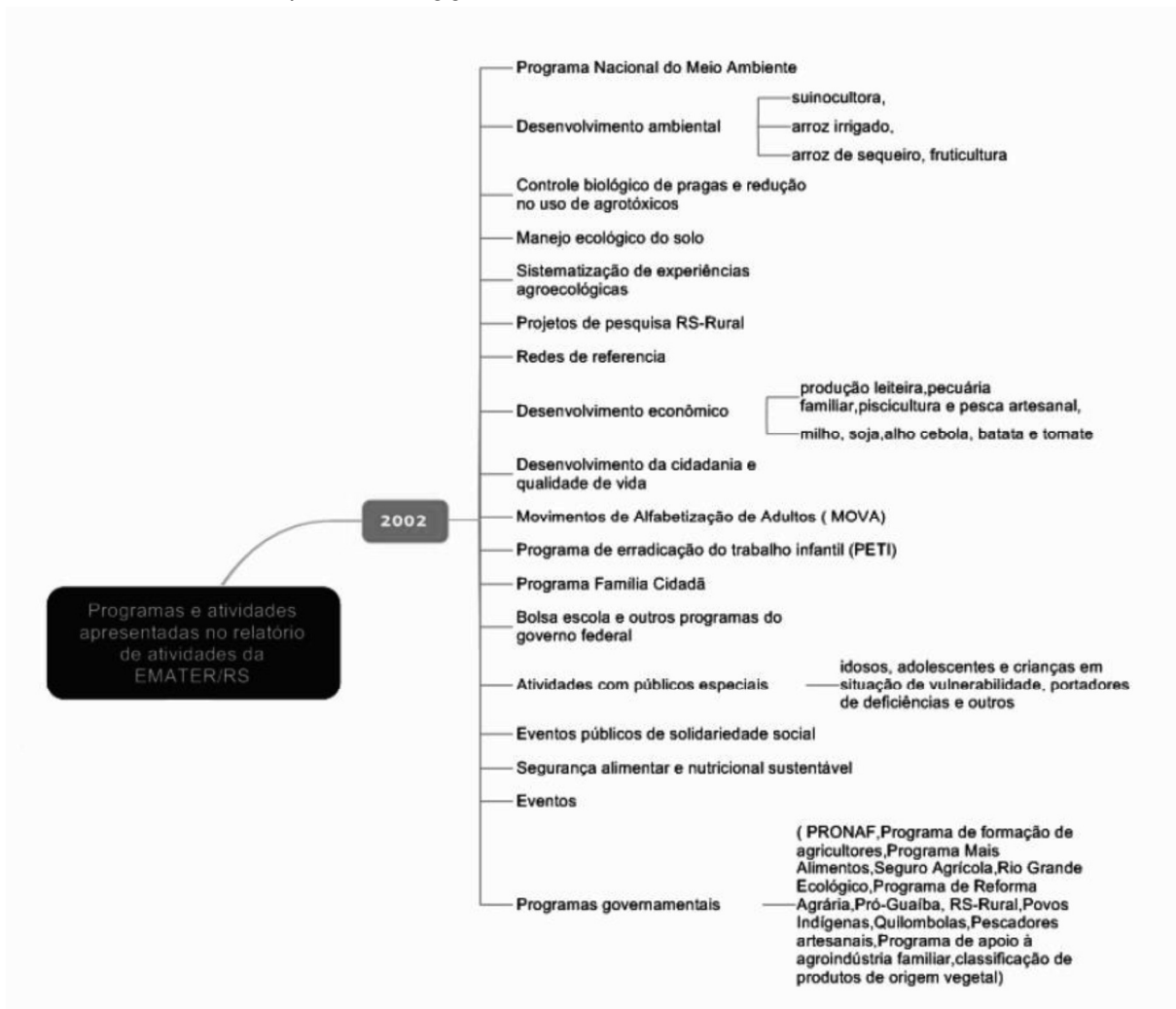


Figura 3 - Programas e atividades apresentadas no relatório de atividades da EMATER/RS ano 1998



Fonte: elaborada pelo autor a partir do relatório de atividades da EMATER/RS do ano 1998.

Figura 4 - Programas e atividades apresentadas no relatório de atividades da EMATER/RS ano 2002



Fonte: elaborada pelo autor a partir do relatório de atividades da EMATER/RS do ano 2002.

O fato é que a Extensão Rural, ao perder sua autonomia, apresenta os mesmos problemas que muitas instituições brasileiras apresentam na transição de um Estado Patrimonialista para bases democráticas. O jogo de poder e de disputa de projetos atravessa as relações com as entidades parceiras e mesmo dentro do corpo funcional. A identidade também é alterada, pois surgem vários grupos solidários e eles são dinâmicos, alteram-se de acordo com as mudanças no campo do poder político. Adversários históricos em uma gestão podem estar coligados em outra. Tudo isso causa incertezas e dúvidas para os extensionistas e sua atuação concreta. E se for entendido que, ao se referir à postura, esteja se referindo a essa atuação concreta do extensionista, ou seja, a sua ação em uma determinada situação como um elemento

fundamental para a superação do difusionismo, conforme expresso pelas diretrizes da empresa, coloca-se um peso considerável sobre a ação individual em tarefa tão complicada e difícil. Não acredita-se que a ação difusionista clássica possa dar conta disso. Se for ampliada esta ótica para uma teoria da ação funcionalista, poder-se-ia dar conta do processo de adaptação, mas não seria possível abarcar aquelas ações que se dão no sentido de maior autonomia e emancipação dos pobres que muitos extensionistas realizam.

Com base nos conceitos de ação explicitados no capítulo anterior, pode-se afirmar que o extensionista difusionista executava uma ação teleológica baseada em uma racionalidade que se colocava como a única, já que era baseada na ciência e em saberes que foram adquiridos e legitimados pelo sistema de ensino ao longo da sua formação. Tampouco poderia haver dúvidas do ponto de vista moral no seguimento das normas ou, mesmo que houvessem, não havia condições concretas de não cumpri-las pelo elevado risco que apresentavam as dissidências no período. Há uma passagem no livro de memórias do Zacheu Canellas (CANELLAS, 2010) que demonstra que talvez isso não fosse bem assim. Ele comenta que as colegas da área social preenchiam os cadernos 4-S com as atividades de artesanato que a empresa determinava, inclusive porque faziam parte de concursos estaduais, mas como as mulheres não queriam mais aquelas atividades, na prática eram desenvolvidos outros assuntos e o registro seguia a norma. Tudo bem que esse fato só permite afirmar que uma norma foi descumprida, mas uma leitura do contexto em que aconteceu tal descoberta pelo chefe e a apreensão das colegas e até a surpresa com a sua reação demonstram que elas sabiam que a norma deveria ser seguida. Esse é um daqueles casos que o modelo de ação não permite o questionamento da norma, ela é. Cumpra-se. Deveria apenas ser seguida, não podia ser questionada. Atualmente, os contextos normativos podem alterar-se drasticamente a cada nova eleição.

Assim, se o extensionista estava fazendo o que julgava correto segundo as normas da empresa e da legalidade vigente, era uma intervenção verdadeira porque era eficiente frente aos problemas que se dedicava (o aumento da produção) e do ponto de vista pessoal ele acreditava nessa solução porque a formação recebida garantia-lhe essa veracidade. Ademais, o sentimento de fazer acontecer, de poder observar o resultado de sua intervenção reforçavam suas certezas.

Em que condições se alteram essas certezas ou ao menos elas passam a representar um problema, que se torna um discurso e um posicionamento do extensionista frente aos seus mundos?

Um técnico positivista pode até seguir normas estabelecidas pela empresa que estejam baseadas na Agroecologia, mas a realização será parcial ou não terá todo o envolvimento que se espera porque seu mundo subjetivo colide com essa norma. Os mecanismos de controle do trabalho extensionista, os riscos de demissão ou sanção ou até mesmo a ética profissional não permitem que ele não execute uma ação que julga equivocada e não verdadeira segundo a sua relação com o mundo objetivo. Essa resistência velada vai aparecer em momentos em que ele possa expressar aquilo que realmente pensa. Por isso, que Habermas afirma que um consenso em bases falsas não se mantém.

Se a ação teleológica e estratégica desse profissional, que no caso seria manter-se empregado, significa um reforço na ação normativa, qual seria a saída para esse impasse? Nesse ponto, pode a ação comunicativa trazer respostas?

Atualmente, com a aprovação da Lei de ATER há uma nova configuração de um sistema nacional, que busca coordenar as ações no País e consolidar uma Política Nacional de ATER. Duarte e Silliprandi (2006) entendiam que a PNATER propunha a reconstrução da capacidade de intervenção dos agentes públicos em forma de rede (inclusive com agentes privados), estabilizando o financiamento das entidades, estabelecendo regras de monitoramento e de avaliação e incluindo ainda a democratização dos serviços e a mudança na metodologia para métodos participativos e um enfoque voltado para a Agroecologia. Caporal (2015, p.148) defende que a ATER oferecida pelo Estado deve apoiar os setores menos favorecidos, estimular estratégias de desenvolvimento local, ações ambientais e promover a produção e o consumo de alimentos mais saudáveis; enfim, orientar-se pela equidade e inclusão social, estabilidade da produção e sustentabilidade ambiental.

Havia uma esperança de que a PNATER, construída em um amplo processo de discussão em 2003, pudesse criar um sistema de ATER que buscasse não apenas a modernização dos subsistemas econômicos e políticos, mas que nesses casos não se esquecesse da dimensão ambiental e de justiça distributiva. Foi a motivação que levou muitas pessoas a apostar que a reestruturação dos serviços representaria uma nova fase para a ATER no Brasil. Infelizmente, pode-se observar que esse intento

ficou prejudicado com a Lei 12.188 aprovada em 2010. Caporal (2011), em artigo de opinião na revista da EMATER/RS, já alertava para as armadilhas que essa legislação trazia, tanto pela exclusão da agroecologia como pelo tipo de metodologia das chamadas públicas que são baseadas em visitas, reuniões e dias de campo e inviabilizariam o planejamento participativo. O autor aponta uma série de questões que o inquietam e salienta que a nova Lei de ATER trazia muitas incertezas e riscos associados a sua implementação e que os desdobramentos disso seriam vistos no decorrer do tempo.

Aparentemente, as inquietações do autor tinham sentido. Diesel et al. (2015) explicita os dilemas vividos na construção da PNATER e confirma a presente tese de diferenciação sistêmica ao demonstrar que as propostas para os serviços são contrastantes e antagônicas mesmo dentro de um campo com a mesma identidade social, no caso a Agricultura Familiar. Enquanto uns desejam ampliar a produção sustentável de alimentos, outros buscam vantagens comparativas para competir com o segmento patronal no mercado de agroenergia.

Essas repercussões são resultantes de dois grandes movimentos que se confrontam no Brasil contemporâneo na sociedade e com mais especificidade na esfera pública agrícola, seja em nível federal, com nos estados e municípios, o confronto entre a agricultura patronal e a agricultura familiar que, enquanto desejosos de afirmar-se como os mais legítimos frente ao poder e no imaginário popular, buscam positivar a sua produção agrícola e a sua importância econômica. Quem produz mais no Brasil? Quem tem mais capacidade de responder ao investimento do fundo público? Essa parece, muitas vezes, ser a tônica do debate. Emblemático é o subtítulo de uma publicação da FAO sobre agricultura familiar: “o Brasil redescoberto” (GUANZIROLI; CARDIM, 2000, p. 74). De um lado, a grande produção tentando romper o estereótipo de atrasada e reacionária do latifúndio e, do outro, a agricultura familiar tentando mostrar que não são agricultores que vivem de subvenções governamentais. Claro que essa dicotomia não explicita a diversidade que existe dentro de cada campo e no meio rural, mas aparentemente são os dois times que ponteiavam esse campeonato e sobre eles recaem as maiores atenções. Prova disso é a centralização dos serviços de ATER em uma agência nacional para atender o público da agricultura familiar mais os considerados médios produtores, sob o amparo

do PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) e com uma orientação aparentemente mais preocupada com a produção agrícola.

A criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e a perspectiva em que a mesma possa coordenar os serviços deixam muitas dúvidas sobre essa construção e o futuro da PNATER. A aposta na transferência de tecnologia para resolver os problemas do mundo rural e a interpretação subjacente a esse mundo tem causado estranheza e crítica de muitos setores que apostavam em algo diferente do que se coloca por essa Agência que vai ser responsável pela coordenação e distribuição dos recursos públicos federais para os serviços no Brasil. Zarnot et al. (2015) apresentam um pouco da disputa em torno da construção da política de Extensão Rural no Brasil atual, mostrando as bases norteadoras da ANATER e concluem que

a ANATER não se propõe a evoluir a partir da experiência desenvolvida pela PNATER, pois tendo em vista suas orientações balizadoras pautadas pela transferência tecnológica, reapresenta o difusionismo como tônica dos serviços de ER, pressupondo ações extensionistas de cunho produtivista em que a disseminação tecnológica torna-se o objetivo fim com a expressa participação da Embrapa. A ANATER dá novo fôlego ao caráter impositivo das ações de extensão rural iniciado na década de 1960, no qual o agricultor passa ao papel de coadjuvante, restringindo sua função participativa e de cooperação no processo de desenvolvimento (ZARNOTT et al., 2015, p.16).

Aparentemente o espectro do difusionismo ronda novamente a Extensão Rural. Alves e Souza (2014), ao escreverem sobre a ANATER, apontam a necessidade de aumentar a produção dos estabelecimentos agrícolas, porque do total de 4,4 milhões de estabelecimentos que foram recenseados pelo IBGE em 2006, 27.302 deles respondem por 51,2 % da produção total e 3,9 milhões geraram apenas 13,4% dessa produção. Consideram que a tecnologia tem um papel fundamental no crescimento e dispersão da produção e que

a solução agrícola do problema de pobreza implica necessariamente no aumento do valor da produção de cada estabelecimento, aumento esse muito dependente da tecnologia, portanto, de sua difusão para os que ficaram à margem da modernização (ALVES; SOUZA, 2014, p. 929).

Para atender esses objetivos aponta-se uma série de desafios para a agência de Extensão Rural, que estão ligados a definição do público prioritário a ser atendido e a alocação dos recursos. A função da agência é clara, aumentar a produtividade por hectare através da Extensão Rural. Como não pode apostar novamente no discurso

da simples transferência de tecnologia que ajudou nesse cenário desfavorável, é feita a ressalva que é o entorno dos estabelecimentos que define o sucesso da ação extensionista.

Acredita-se que essa Agência vai ser a tônica dos debates em termos de tendências da ATER no Brasil. No momento atual, a Extensão Rural assume frente ao seu público e a sociedade um discurso diferente daquele que pode ser considerado tradicional. A ideia de integração econômica através do aumento da produção, do crescimento do bolo e das possíveis benesses perde força e assume um discurso mais reparador. A ATER busca pagar uma dívida, pois trabalha com o reconhecimento de que um passado não muito distante que suprimiu uma boa parcela da população rural dos seus serviços. O desenvolvimento que iria atender a todos não aconteceu. Incurrir no mesmo erro não é mais possível porque, de outra parte, aqueles que eram prioridade antiga passaram a ser integrados em sistemas mais dinâmicos, espaços onde a extensão rural pública perde importância e é muitas vezes, excluída. Essa perda de sentido na função integradora frente aos setores mais dinâmicos abre espaço para uma nova função, que denomina-se aqui de reparadora e significa um mergulho no mundo da vida de populações estranhas à Extensão Rural.

Essa nova função é fruto de um conjunto de determinantes, como a modernização do agronegócio, a crise institucional, a democratização que permitiu a organização desses excluídos e formam um elemento importante na construção das políticas para o rural no Brasil, de uma nova configuração do Estado na América Latina sob a influência muito grande da governança global. Sobre esses últimos fatores, convém problematizar o discurso crítico ao desenvolvimentismo e a posição do desenvolvimento local e mesmo territorial. Como explicar a não existência de programas de atendimento das famílias em situação de pobreza a partir das municipalidades ou dos territórios? Como justificar que essa preocupação tenha vindo da governança multilateral através dos Objetivos do Milênio? Será que foi mesmo esgotada a capacidade civilizatória de nossa sociedade?

Enfim, diante de tantos limites e de tantas disputas de nossa jovem democracia brasileira, como pode o extensionista pensar a sua ação?

Antes de encerrar essa seção, é importante fazer uma última observação, porque entende-se que as mudanças na relação entre o sistema, aqui no caso o subsistema político, através dos governos democráticos, e o subsistema econômico,

através das transformações do agronegócio, e uma complexificação no mundo da vida marcam essa nova fase da Extensão Rural pode passar a ideia que há um caminho no sentido de maior racionalização e democratização que implicam na ampliação da atuação da mesma. Seria importante problematizar um pouco essa questão. Qual a garantia que a orientação da gerência estatal que aposta na ATER pública seja substituída por uma liberal que negue importância e recursos para esse tipo de ação? O momento atual indica um retorno às teses conservadoras na América Latina e um certo risco de negação do novo desenvolvimentismo.

Aliás, essa é uma crítica recorrente sobre a concepção evolutiva Habermasiana. Freitag e Rouanet (1980) tecem um comentário sobre essa visão otimista do futuro, que já foi considerada um dos principais motivos de distanciamento de Habermas frente à melancolia dos frankfurtianos, demonstrando certa dúvida do mesmo frente a esse otimismo quando afirmam que “a melhor fórmula talvez seja a de Benjamin: a esperança existe porque não podemos deixar de esperar. Pois é somente por causa do desesperado que a esperança nos foi concedida” (FREITAG; ROUANET, 1980 , p. 67).



## 6 CAMPO EMPÍRICO

### 6.1 A REGIÃO DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO

A Região Celeiro situa-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com a Argentina através do Porto Soberbo e com o Estado de Santa Catarina em Barra do Guarita. Há uma vasta região fronteiriça que pertence ao Parque Estadual do Turvo e constitui importante fragmento de Mata Atlântica, fazendo parte do Corredor da Biodiversidade Santa Maria<sup>6</sup>. Seus 21 municípios compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Celeiro desde o ano de 2008, quando foi oficializado o desmembramento da região do Corede Noroeste Colonial ao qual pertenciam. Inicia-se esta seção descrevendo a região a partir desse fato porque entende-se que este entendimento é compartilhado com muitos moradores da região. Durante muito tempo, a região esteve vinculada de forma periférica aos interesses e definições estratégicas em termos de desenvolvimento regional. A partir dos anos 2000, passa a se organizar e inicia um processo que busca assumir uma identidade regional, inexistente até esse período.

Atualmente, a região apresenta uma população total de 142.326 habitantes, distribuída em 4.743,2 km<sup>2</sup> com uma densidade de 30 hab./km<sup>2</sup>. Essa população apresenta uma taxa de analfabetismo de 12,28%, expectativa de vida de 71,02 anos e um PIB *per capita* (2007) de R\$ 10.014,00. É uma região que ainda mantinha, até os anos 80 do século passado, 67% da população residindo no campo; porém, em 2009, apenas 41,69% continuavam residindo no meio rural (BARBOSA, 2010). O IDESE<sup>7</sup> da Região Celeiro é de 0,738, ocupando o antepenúltimo lugar entre os Coredes do RS (FEE- 2014).

---

<sup>6</sup> O Corredor da Biodiversidade é uma tentativa de interligar áreas de preservação e propriedades particulares, criando um imenso corredor ecológico que liga Brasil, Argentina e Paraguai. Atualmente, é coordenado pela Itaipu Binacional e recebe o nome de Corredor da Biodiversidade Santa Maria. (Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/corredor-de-biodiversidade>)

<sup>7</sup> O IDESE é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e dos Coredes, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800)( FEE,2014).

É uma região que carrega as marcas e sinais de sua construção histórica, marcada pela dicotomia campo/floresta (ZARTH, 2002). Inicialmente, as matas eram ocupadas pelos caboclos e índios que exploravam a erva-mate e a região de campos nativos que apresentava criação de gado bovino e muares explorados por fazendeiros. Essa paisagem vai ser alterada a partir da colonização europeia. A criação da colônia de Ijuí e o avanço da infraestrutura de transportes permitiu que diversos projetos de colonização privada surgissem, ofertando terras para famílias das colônias velhas que “sobem” o Estado em busca de novas terras. Esse processo de colonização tardia<sup>8</sup> não trará apenas famílias de colonos, ou seja, aquelas que irão adquirir colônias (uma fração de 25 hectares), mas junto com elas vem um enorme contingente de trabalhadores sem-terra. Essas famílias vão trabalhar em forma de parceria (meeiros quando detinham instrumentos de trabalho e pela terça parte quando dispunham apenas da mão de obra), tentando acumular para adquirir um pedaço de terra.

Tampouco a região era pacificada em termos de conflitos agrários, como pode ser comprovado tanto pelos processos judiciais que os estancieiros moviam contra os camponeses como pela repressão e morte dos mateiros (ZARTH, 2002). Um caso exemplar é o dos ervais de Campo Novo, que em 1876, em petição dos moradores encaminhados a Câmara Municipal de Palmeira, explicava que nessas terras viviam “mais de três mil almas há anos” e o juiz comissionário iniciou medições para apropriação privada dessas terras que eram consideradas públicas. Esse processo chegou até o Imperador, mas os ervateiros acabaram expropriados, com um dos líderes, Luiz Minho, assassinado e sob acusações de que eram ligados a crenças sebastianistas<sup>9</sup> (ZARTH, 2002). Ironicamente, a famosa frase de Marx “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa” , inverteu-se nesse caso. A crença sebastianista assustava o império e a República no século 19 (PEREIRA de QUEIROZ, 1977) e serviu, enquanto farsa, para deslegitimar a luta dos ervateiros. No início do Estado Novo, a repressão ordenada pelo interventor Cordeiro de Farias aos monges barbudos e o massacre dos camponeses (PEREIRA;

---

<sup>8</sup> Para uma análise desse processo de ocupação do Rio Grande do Sul ver Pesavento (1983.)

<sup>9</sup> O movimento sebastianista é baseado na crença portuguesa do retorno do Rei Sebastião, morto na África em Cruzada religiosa, mas transformado em mito pelos portugueses. Antonio Vieira utilizou-se desse mito e vaticinou que os ideais messiânicos marcariam o Brasil. O movimento de Canudos é o exemplo mais conhecido, mas várias foram os movimentos messiânicos no mundo rural brasileiro que podem ser consultados em Pereira de Queiroz (1977).

WAGNER, 1981), fez com que agora sim, enquanto tragédia, o messianismo acabasse trazendo para a região famílias de colonos europeus que “fugiram” da região do conflito em busca de mais tranquilidade, como também famílias caboclas que fugiram da repressão e ainda mantinham nos anos 80 e 90 do século passado altares em homenagens aos líderes religiosos (ZARTH, 2007).

Esse breve histórico tem a intenção de demonstrar que desde o início da ocupação há na região um contingente populacional que não dispunha de meios de produção ou foi expropriado daquilo que possuía e apresentava sérias desconfianças com o poder público, dada a condição de ser um Estado a serviço dos mais poderosos e que se utilizava da repressão ou de artifícios burocráticos para prejudicar os mais pobres. Além dos caboclos, a população indígena foi confinada a duas reservas indígenas (atualmente Terra Indígena do Inhacorá e Guarita). No presente estudo não participaram da pesquisa famílias indígenas da região. Apesar de se encontrarem em sua maioria em condição de pobreza extrema, sua exclusão se dá por três motivos principais. Em primeiro, porque a população indígena pela sua condição de tutelada do Estado, esteve à margem da maior parte dos principais movimentos agrários da região e só recentemente começa a ser reconhecida e a participar das discussões nos espaços públicos regionais. A outra razão é que o programa de Inclusão Produtiva para as duas Terras Indígenas é diferente do programa que está sendo executado na região e teve seu início em período posterior. Por fim, o aspecto étnico que envolve as discussões e reivindicações dessas comunidades diferencia-as das outras comunidades rurais, dificultando a análise em conjunto.

Pode-se inferir que talvez grande parte da pobreza rural seja fruto desse processo de ocupação das terras e a história da ocupação regional apresenta sérios limites, seja pela exagerada ênfase nas famílias pioneiras e seu poder político ou pela ênfase na imigração europeia, omitindo a presença dos caboclos e indígenas. De qualquer forma, a dicotomia campo/floresta manteve-se no processo de colonização porque grande parte das terras foi ocupada por meio de projetos colonizadores privados, permanecendo os campos sob o domínio das famílias tradicionais e vendidas as áreas de mata para os colonos. Não havia interesse dos colonos pelas terras de campo devido ao elevado grau de acidez dos solos e de formigas desfolhadoras que limitavam o cultivo nessas áreas.

A colonização serviu para criar um comércio mais diversificado que aquele da erva-mate e das mulas, integrando a região ao resto do Estado. Parte dos agricultores que se estabeleceram na região continuaram a saga colonizadora, emigrando para o Oeste de Santa Catarina, Sudeste do Paraná e para a Argentina. Mais tarde, buscaram a região do Centro-Oeste do país, ampliando a fronteira agrícola. Além do avanço para outras áreas rurais, ocorreu intensa migração pra centros urbanos, com destaque para o setor coureiro-calçadista do Vale dos Sinos.

A partir da redemocratização do Brasil, grande parte dos agricultores da região se envolve na luta pela terra, existindo hoje inúmeras famílias assentadas que são originárias dessa região. As lideranças políticas que eram contrárias à luta pela terra, não dispendo mais da opção da colonização, pois houve uma mudança no padrão de ocupação da fronteira agrícola no país, ficaram sem muitas opções para oferecer aos pobres do campo, restando a subvenção e apoio para a realização da mudança [geralmente em cima de caminhões caçambas das prefeituras] para os centros urbanos. Há uma significativa redução da população rural, com onze municípios apresentando população urbana maior que a população rural.

Tabela 1 - População da região Celeiro-RS segundo local de domicílio

	População total Censo Demográfico 2010	População urbana (%)	População rural (%)
Barra do Guarita	3.089	44,4	55,6
Bom Progresso	2.328	49,2	50,8
Braga	3.702	61,6	38,4
Campo Novo	5.459	75,3	24,7
Chiapetta	4.044	61,1	38,9
Coronel Bicaco	7.748	65,4	34,6
Crissiumal	14.084	43,5	56,5
Derrubadas	3.190	28,2	71,8
Esperança do Sul	3.272	25,8	74,2
Humaitá	4.919	59,2	40,8
Inhacorá	2.267	59,4	40,6
Miraguaí	4.855	42,6	57,4
Redentora	10.222	29,4	70,6
Santo Augusto	13.968	81,5	18,5
São Martinho	5.773	59,6	40,4
São Valério do Sul	2.647	19,3	80,7
Sede Nova	3.011	52,5	47,5
Tenente Portela	13.719	64,5	35,5
Tiradentes do Sul	6.461	32,5	67,5
Três Passos	23.965	79,5	20,5
Vista Gaúcha	2.759	35,0	65,0

Fonte : elaborada pelo autor a partir dados IBGE 2010

A redução quantitativa da população rural que indica a saída de pessoas do meio rural e o aumento da população urbana é uma mudança importante e impactou essas cidades. Contudo, há alterações que não são expressas pelos números. Novas formas de relação entre o espaço urbano e rural tornam esse fenômeno mais complexo. Recentemente, é possível identificar manifestações de diferentes ruralidades. Na cidade de Vista Gaúcha, o município fornece transporte público para que agricultores venham trabalhar em fábricas da cidade. Trabalhadores vinculados a cooperativas de trabalho da região vivem metade do ano na região de Vacaria trabalhando nos pomares. Operários rurais deixam suas famílias e migram para o Centro-Oeste no período de plantio e colheita dos grãos. Moradoras rurais solicitam vagas em creches urbanas para poderem trabalhar na cidade. Também é possível identificar um grande número de propriedades que passam a viver da renda da terra e dos benefícios previdenciários, em um processo de desativação da produção.

Esses fenômenos demonstram, a semelhança do que concluem Mota e Schmitz (2002), ao analisar a pertinência da categoria rural para análise social, que seriam necessários estudos mais específicos das relações sociais que se dão nos processos de integração do rural ao urbano. Antes era possível uma definição mais precisa da relação urbana e rural. Atualmente, a complexidade da relação não permite que apenas a partir da análise de dados sobre a redução da população residente no meio rural possa ser concluído que o rural perde importância regional.

Independente dessas novidades que se apresentam no espaço rural, interessa a este trabalho analisar um aspecto que, ao que indica a escassez de publicações sobre o tema no Brasil, não fazia parte do cotidiano dos estudos rurais: a persistência da pobreza extrema no meio rural. A região tem um percentual de população em condições de pobreza extrema de 7,49 %, o que representa mais de 2,5 vezes a média de população em pobreza extrema do Estado do Rio Grande do Sul, que é de 2,9 % da população (BRASIL, 2013a).

Pode-se demonstrar que, além da pobreza extrema, o conjunto da população que não auferir uma renda *per capita* acima de meio ( $\frac{1}{2}$ ) salário mínimo é próximo da metade da população, sendo 43,62 %, algo que significa quase o dobro do percentual estadual que está em 22,3 %. Confira na Tabela 2 os percentuais distribuídos pelos 21 municípios da região.

Tabela 2 - População cadastrada no CAdÚnico<sup>10</sup> e em Pobreza Extrema na Região Celeiro- RS.

Município	Pop. Total	Cadastrados no CadÚnico	%	Pop. em pobreza extrema (PPE)	%
Barra do Guarita	3089	1805	58,43	175	5,7
Bom Progresso	2328	1026	44,07	152	6,5
Braga	3072	2161	70,35	404	10,9
Campo Novo	5459	2986	54,70	461	8,4
Chiapetta	4044	1571	38,85	335	8,3
Coronel Bicaco	7748	3965	51,17	749	9,7
Crissiumal	14084	5028	35,70	460	3,3
Derrubadas	3190	1878	58,87	587	18,4
Esperança do Sul	3272	1436	43,89	301	9,2
Humaitá	4919	1311	26,65	44	0,9
Inhacorá	2267	1413	62,33	112	4,9
Miraguaí	4855	2396	49,35	412	8,5
Redentora	10222	6498	63,58	3090	30,2
Santo Augusto	13968	5997	42,93	467	3,3
São Martinho	5773	1749	30,30	139	2,4
São Valério do Sul	2647	1549	58,52	271	10,2
Sede Nova	3011	1432	47,56	177	5,9
Tenente Portela	13719	5956	43,41	1239	9
Tiradentes do Sul	6461	2221	34,38	302	4,7
Três Passos	23965	7.844	32,73	590	2,5
Vista Gaúcha	2759	1.227	44,7	87	3,15
<b>Total</b>	<b>140852</b>	<b>61449</b>	<b>43,62</b>	<b>10554</b>	<b>7,49</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>			<b>22,3</b>		<b>2,9%</b>

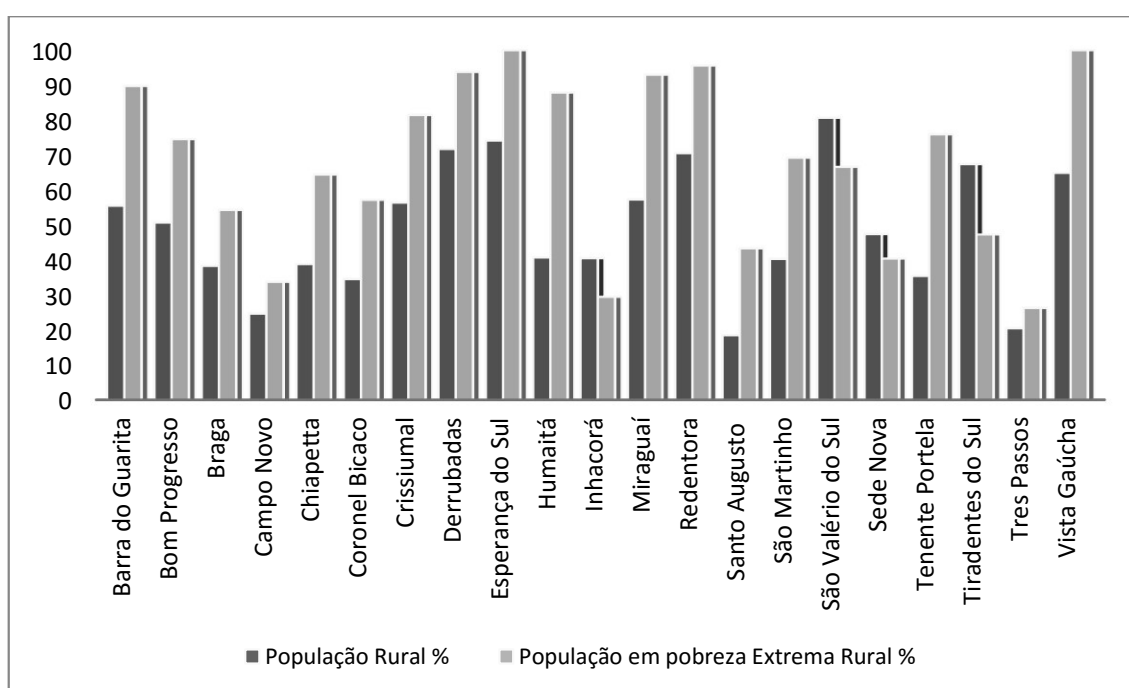
Fonte: elaborada pelo autor a partir dados BRASIL 2013a

Apesar da forte atuação dos movimentos sociais na luta pela terra e na organização sindical, persistem muitos pobres no campo. Não se entenda aqui uma crítica a ação mais contestatória e reivindicatória, ao contrário, os resultados são consideráveis e certamente reduziram a pobreza. O que se quer afirmar é que, a despeito da pujança dos movimentos sociais na região após a democratização, há um grande número de pobres do campo que não foram atendidos por essas ações ou não

<sup>10</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) foi criado em 2001 e desde então vem sendo aperfeiçoado enquanto o principal instrumento público nacional para o cadastramento e manutenção de informações atualizadas das famílias brasileiras com renda *per capita* inferior a R\$ 120. O cadastro, utilizado pelas três esferas de governo, pretende identificar potenciais beneficiários dos programas sociais, buscando proporcionar melhor focalização e evitar a sobreposição de programas a uma mesma família (MENEZES; SANTARELLI, s/d.)

quiseram delas participar, pelo menos ao ponto de melhorar as suas vidas. Certamente, há razões para as pessoas não apostarem seus projetos de vida na luta pela terra ou na migração, mesmo que permaneçam em condições de baixo retorno monetário de suas atividades. O gráfico abaixo, ao trazer a comparação entre os percentuais de população rural e o percentual da população em extrema pobreza que reside no meio rural, revela uma concentração da pobreza extrema nas zonas rurais.

Gráfico 1 - Percentuais da População rural e Pobreza extrema rural na Região Celeiro-RS.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de BRASIL 2013a

Nota-se que na maioria dos municípios mais da metade da pobreza extrema está no meio rural. O Programa Brasil Sem Miséria e o RS Mais Igual visam atender essa população. Em alguns municípios, ocorre uma atenção especial através da Inclusão Produtiva. Reveste-se essa ação de uma expectativa muito grande, pelo menos por parte dos entes federados, de retirar essas famílias da faixa da pobreza extrema e melhorar a qualidade de vida delas. Em função disso, apresenta-se, a seguir, o Programa Brasil Sem Miséria e sua atuação na região Celeiro.

## 6.2 O PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA

O Programa Brasil Sem Miséria (BSM) foi criado em 2011 pelo governo federal e significou a articulação em nível federativo de uma série de ações de redução da pobreza extrema. Além de articular iniciativas existentes, criou novas ações que supriam deficiências ou não atingiam determinado público. Um exemplo é o Brasil Carinhoso, que busca reduzir a pobreza entre crianças e adolescentes. Apontados como os mais vulneráveis segundo estatísticas oficiais, esse grupo não dispunha de ações diretas entre aquelas já existentes.

Alicerçado em uma articulação forte entre União e municípios, com presença variável da esfera estadual, o programa tem mostrado um eficiente uso de ferramentas tecnológicas. Essa não é nenhuma novidade em termos de gestão pública, mesmo que na maior parte das iniciativas há limites no acompanhamento e no monitoramento das ações, funcionando mais como publicidade do que uma ferramenta de gestão. No caso do Brasil Sem Miséria, o sítio eletrônico <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/> é constantemente atualizado e apresenta dados de fácil acesso e disponibilizado para o público em geral.

Junto a esse aparato tecnológico, o sistema de cogestão vinculado ao retorno proporcional de recursos e o instrumento de busca ativa permitiu uma ótima execução do programa, com as metas atingidas antes do prazo definido. O programa é estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2013a). Cada eixo tem um conjunto de ações, com uma articulação em rede dos serviços de proteção, contemplando um grande número de programas e ações na atualidade, como pode ser visto na figura a seguir:



Figura 5 - Rede de serviços Programa Brasil Sem Miséria



Fonte: MDS (s/d)

A cobertura dessas ações nos municípios da região Ceilero-RS pode ser vista na Tabela 2. Nela, foram tabuladas as informações existentes no boletim municipal disponibilizado no portal do Brasil Sem Miséria. A Tabela apresenta, além das ações que foram executadas em 2013 ou que possuem início assegurado para o ano de 2014, o desempenho das principais condicionalidades que estão sujeitas as famílias que recebem transferências monetárias do Programa BSM e cuja responsabilidade de acompanhamento é dos órgãos municipais. Para facilitar a interpretação, colocou-se a média nacional em cada uma das condicionalidades. Não estão inclusos os dados na tabela, mas foram atingidas, em cada município, todas as metas estabelecidas na busca ativa. Esses dados demonstram a importância das prefeituras municipais na execução, o acerto que foi a forma de articulação em rede para o programa e esse mecanismo de busca das famílias em extrema pobreza, que é uma novidade nas ações sociais.

Tabela 3 - Ações do Programa Brasil Sem Miséria na Região Celeiro-RS

Município	Ações do Programa Brasil Sem Miséria executadas em 2013 no município	Principais condicionais	
		Freq. Escolar Brasil = 85,84%	Saúde Brasil = 73,12 %
<b>Barra do Guarita</b>	1,2,3,4,5,6,9	94,18 %	100%
<b>Bom Progresso</b>	1,2,3,4,9	88,00 %	90,20 %
<b>Braga</b>	1,2,3,4,5,6,7,8,9	92,16 %	86,85 %
<b>Campo Novo</b>	1,2,3,4,5,7,9	96,05 %	79,22 %
<b>Chiapetta</b>	1,2,3,4,5,7,9	84,34 %	90,51 %
<b>Coronel Bicaco</b>	1,2,3,4,6,8,9	79,39 %	95,02 %
<b>Crissiumal</b>	1,2,3,4,5,6,7,8,9	96,55 %	79,17 %
<b>Derrubadas</b>	1,2,3,4,5,6,8,9	91,73 %	91,37 %
<b>Esperança do Sul</b>	1,2,4,5,6,8,9	91,63 %	94,32 %
<b>Humaitá</b>	1,2,3,4,5,9	88,89 %	93,13 %
<b>Inhacorá</b>	1,2,4,5,9	93,57 %	97,07 %
<b>Miraguaí</b>	1,2,3,4,6,8,9	95,58 %	94,04 %
<b>Redentora</b>	1,2,3,4,5,6,7,8,9	93,72 %	51,32 %
<b>Santo Augusto</b>	1,2,3,4,5,7,8,9	96,22 %	89,93 %
<b>São Martinho</b>	1,2,3,4,5,9	96,99 %	80,70 %
<b>São Valério</b>	1,2,4,8,9	98,62 %	88,26 %
<b>Sede Nova</b>	1,2,3,4,7,9	95,39 %	83,06 %
<b>Tenente Portela</b>	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10	90,14 %	82,49 %
<b>Tiradentes do Sul</b>	1,2,3,4,6,7,9	93,75 %	81,76 %
<b>Três Passos</b>	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10	88,97 %	87,54 %
<b>Vista Gaúcha</b>	1,2,3,4,5,9	90,06 %	96,06 %

Ações: 1 – Busca Ativa, 2 – CRAS, 3 – Mais Educação, 4- Bolsa Família, 5- Brasil Carinhoso, 6 – Inclusão Produtiva, 7 – UBS nova ou reforma , 8- Pronatec,9- Benefício de Proteção Continuada, 10 – CREAS

Fonte: Elaborada pelo autor a partir Boletins Municipais - Brasil Sem Miséria em Seu Município (12/2013) do Brasil 2014

Observa-se que é variável a cobertura das ações e muitas delas dependem da adesão e/ou formalização de convênios que as prefeituras municipais não fizeram. Como o objetivo da tese consiste em analisar com mais especificidade a ATER dentro da ação da Inclusão Produtiva, apresenta-se na Tabela 4 dados relativos a essa ação e aproveita-se para demonstrar a importância que as transferências de renda representam para a economia local. Desnecessário reafirmar a importância dessa complementação para as famílias assistidas, mas é interessante notar a expressiva participação desses recursos nos aportes financeiros para os municípios.

Tabela 4 - Inclusão produtiva e valores das transferências monetárias

Município	Inclusão Produtiva	Transferência de renda		% Transf. de renda em relação ao repasse municipal do FPM
		Bolsa Família -R\$	BPC - R\$	
Barra do Guarita	4 famílias	276.734,00	210.858,00	11,04
Bom Progresso	-	335.750,00	223.919,03	12,67
Braga	51 famílias	537.638,00	250.466,60	17,84
Campo Novo	-	856.704,00	875.420,16	39,20
Chiapetta	-	463.110,00	559.959,66	23,16
Coronel Bicaco	100 famílias	1.502.984,00	1.128.305,70	59,56
Crissiumal	100 famílias	1.039.560,00	1.388.294,63	32,97
Derrubadas	50 famílias	402.378,00	170.426,52	12,96
Esperança do Sul	100 famílias	401.822,00	262.482,92	15,04
Humaitá	-	212.070,00	627.673,49	19,01
Inhacorá	-	373.570,00	271.191,56	14,59
Miraguaí	50 famílias	679.974,00	655.276,96	30,22
Redentora	300 famílias	2.368.252,00	974.815,54	56,75
Santo Augusto	-	1.245.732,00	3.052.498,89	58,37
São Martinho	-	390.522,00	359.514,45	16,98
São Valério	-	460.236,00	93.300,00	12,53
Sede Nova	-	301.532,00	181.001,33	10,92
Tenente Portela	300 famílias	1.797.788,00	1.786.473,55	48,68
Tiradentes do Sul	50 famílias	557.330,00	1.463.360,74	45,74
Três Passos	50 famílias	1.676.448,00	3.152.125,66	46,84
Vista Gaúcha	-	264.182,00	205.508,80	10,63

Fonte: Elaborada pelo autor a partir Boletins Municipais - Brasil Sem Miséria em Seu Município (12/2013) do Brasil2014

A importância da ação de Inclusão Produtiva no Programa Brasil Sem Miséria pode ser constatada nesse excerto da Mensagem ao Congresso da Presidência da República no ano de 2013

Em 2013, os esforços do Brasil Sem Miséria para continuar reduzindo a extrema pobreza *estarão concentrados nas ações de inclusão produtiva, necessárias para criar oportunidades para jovens e adultos beneficiários do Bolsa Família*. Continuaremos ampliando a oferta de assistência técnica, o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos e à água para que os agricultores familiares extremamente pobres aumentem sua capacidade de produção e de geração de renda. Nas cidades, priorizaremos a ampliação da participação dos beneficiários em cursos de qualificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PROMETE), para que tenham mais oportunidades de inserção e ascensão profissional, bem como estimularemos o empreendedorismo (BRASIL, 2013, p.13 - grifos do autor).

No programa Brasil Sem Miséria, a questão da inclusão produtiva se divide em ações para o meio urbano e rural. A inserção produtiva para os pobres que residem no meio rural tem o objetivo de apoiar a produção através de um fomento financeiro, de distribuição de insumos e de assistência técnica, na infraestrutura com o programa Luz para Todos e Água para Todos e na comercialização através dos programas governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar) e apoio ao acesso aos mercados privados (parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras)).

A execução dos programas e ações desenvolvidas pelo Programa Brasil Sem Miséria na região Celeiro apresentada acima, será complementada com um perfil mais detalhado das famílias beneficiadas com a ação de Inclusão Produtiva.

### 6.3 PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA INCLUSÃO PRODUTIVA NA REGIÃO CELEIRO DO RS

A existência da pobreza rural também é marcada pela invisibilidade no olhar dos demais agentes municipais. Talvez o conceito de invisibilidade não seja o mais adequado, pois pressupõe uma condição de não se mostrar, de não materialidade das famílias, de sua incapacidade de refletir ou absorver luz alguma. Considera-se que, se ele buscava dar um sentido de esquecimento, de abandono, acaba por colocar à essas pessoas mais um aspecto negativo. Talvez correto fosse afirmar que há uma cegueira por parte dos outros, que levam a desconsideração dessas famílias na arena pública. É uma cegueira seletiva, diferente daquela expressa por Saramago, pois não causa nenhuma angústia ou mal estar em que não os vê. Se a invisibilidade é algo da ficção científica, que aguça nosso imaginário, pode-se então tornar o conceito de invisibilidade social mais interessante, pois a pobreza parece-nos tão natural que é vista não há estranhamento algum com ela.

Diante disso e longe de tentar criar características do tipo quem “são”, como “vivem” e em que “condições” se encontram, mas sim dar uma concretude maior a essas existências, mostrando a quem estiver interessado algumas informações que permitam tornar nossas pálpebras mais permeáveis a luz que emanam, reuniu-se um conjunto de informações sobre as famílias atendidas na primeira fase do Programa Inclusão Produtiva nos oito municípios da Região Celeiro.

A análise das variáveis densidade domiciliar, idade dos beneficiários, condições de posse e tamanho das propriedades, condições da moradia e indicadores sociais é resultado da sistematização dos dados presentes em 489 diagnósticos elaborados pela ATER. Não representam a totalidade das famílias atendidas (em número de 800) porque houve muitos problemas para resgatar essas informações.

Como o sistema utilizado só permitia o salvamento do diagnóstico em um arquivo em formato pdf, não permitindo nenhuma outra forma de consulta ou gerando qualquer tipo de comparação, muitas vezes, ao salvar o arquivo gerado, este não continha a totalidade das informações. Um arquivo padrão que incluía todas as respostas obtidas no cadastro era composto por seis a oito páginas, porém alguns arquivos continham apenas a composição familiar e limitavam-se a umas duas ou três páginas. Esse problema na conversão dos arquivos foi maior em alguns municípios que em outros. Efetivamente, em apenas um município não foi possível conseguir nenhum diagnóstico completo; porém, em vários deles só estava disponível um relatório parcial, que continha poucos dados. Apesar da perda de parte dos diagnósticos, os dados apresentados a seguir representam 61% do universo atendido. A análise foi feita de forma manual, lendo cada arquivo e anotando as informações que serão apresentadas.

Inicialmente serão apresentadas as informações relativas ao número de pessoas residentes, a divisão entre sexo e idade desses beneficiários e posteriormente as condições de suas moradias e os indicadores sociais como mobília, acesso a energia, transporte e educação.

### **6.3.1 Densidade domiciliar**

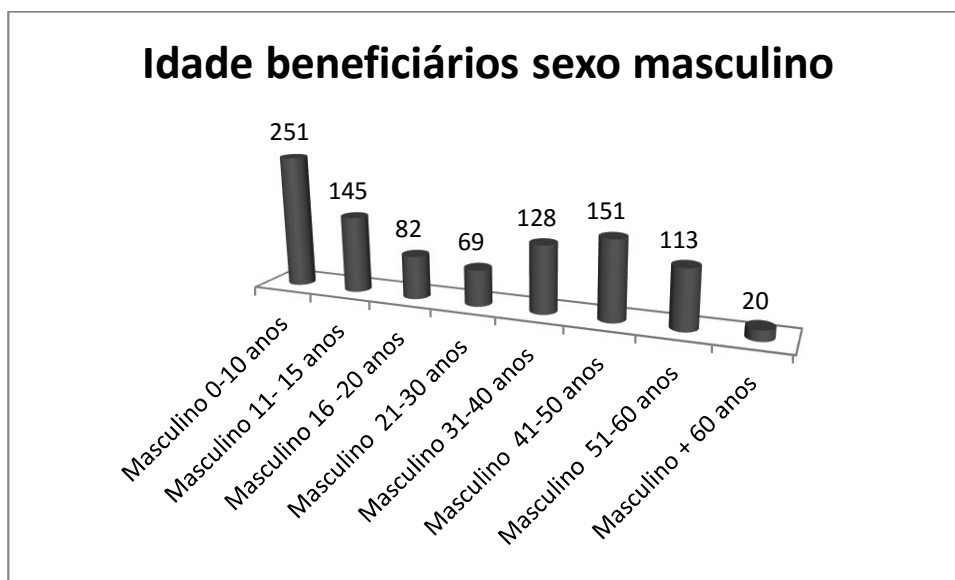
Os diagnósticos analisados revelaram que nesses 489 domicílios viviam 959 homens e 943 mulheres, com uma média de 3,88 pessoas por domicílio, um pouco acima do número médio de moradores por domicílio do Brasil, que é de 3,5 para a área rural, mas bem acima da média da região Sul, que fica em 3,2 pessoas na zona rural (MDA, 2011) . Esse dado está de acordo com o Censo do IBGE de 2010, que indica que no Brasil rural há 7 724 883 famílias com duas ou mais pessoas, enquanto apenas 830.512 residências são unipessoais. Infelizmente, não foi possível determinar a existência de famílias conviventes, pois há um aumento de residências

que são habitadas por mais de uma família no Brasil. E tampouco havia informações sobre o número de dormitórios que permitiria gerar a densidade de moradores por dormitório, indicador de bem-estar utilizado pela pesquisa demográfica brasileira (IBGE,2010)

### 6.3.2 Idade dos beneficiários

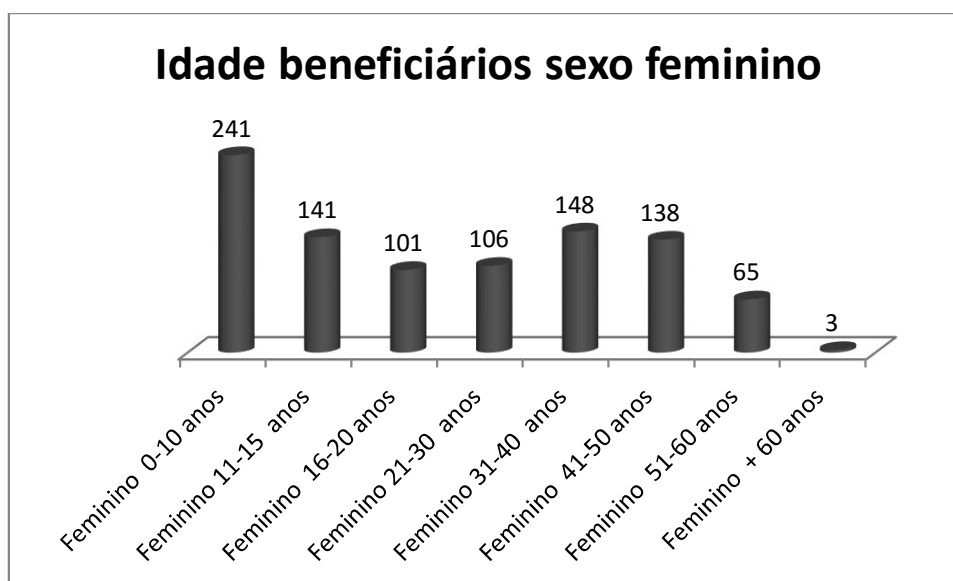
As pessoas foram divididas em oito intervalos de idade em cada sexo. A escolha das idades se deu entre 0 a 10 , 11 a 15 , 16 a 20 , 21 a 30, 31 a 40, 41 a 50, 51 a 60 e mais de 60 anos. Esses intervalos diferem dos usualmente utilizados pela pesquisa demográfica, mas interessava a identificação de um público antes dos 10 anos, dos 11 aos 15 anos, que são considerados pela legislação como público infantil, mas muitas vezes são utilizados em atividades laborais e a faixa da adolescência entre 16 e 20, anos que seria aquela mais propensa a migração rural.

Gráfico 2 – Idade dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro pertencentes ao sexo masculino



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos diagnósticos elaborados pela ATER ( EMATER/RS 2013).

Gráfico 3 – Idade dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Ceileiro pertencentes do sexo feminino



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos diagnósticos elaborados pela ATER( EMATER/RS 2013).

As pessoas compreendidas com as faixas de idade entre zero e quinze anos representam 40,90 % da população, mas entre essas crianças, aquelas com idade até dez anos são mais de um quarto da população total (25,86%). Sabe-se que as crianças são as mais vulneráveis em uma situação de pobreza. Dentro do programa Brasil Sem Miséria há uma atenção especial a esse público com a ação Brasil Carinhoso. Também sobre eles incidem as condicionalidades como a frequência escolar e o acompanhamento de saúde. Esse esforço busca romper o ciclo da pobreza, fornecendo maiores capacidades as novas gerações, para que não reproduzam a condição atual em que se encontram seus genitores.

Outra faixa de idade que merece nossa atenção é aquela que se encontram os jovens entre 16 e 30 anos. Há muita diferença em relação ao número de crianças. Tal fato pode ser explicado pelo número de casais com pouco idade, mas também indica que a juventude opta pela migração já no início da adolescência. Dentro dessa faixa, evidencia-se a predominância do sexo feminino, pois entre 16 e 20 anos há 23,17% mais mulheres e na faixa de 21 a 30 anos elas representam 46,37% a mais que os homens. É importante lembrar que os estudos apontam como um dos desequilíbrios demográficos a saída da juventude, fato que os números corroboram, mas quando se refere ao gênero há um inversão da tendência brasileira de masculinização do campo

e de um maior êxodo feminino. A seletividade feminina e jovem do êxodo rural brasileiro nas últimas décadas (COSTA et al., 2013) não se evidencia nessa população. A partir das informações coletadas, é possível afirmar que não são as mulheres que saem primeiro e sim os homens, em uma lógica inversa da tendência do campo brasileiro.

Observa-se que há um número reduzido de pessoas acima dos 60 anos. Esse fato está baseado em um dado econômico e não demográfico. A partir dessa idade, as pessoas conseguem usufruir dos benefícios da seguridade social (aposentadoria rural ou benefício de prestação continuada), fato que melhora a renda familiar e os leva a sair da condição de pobreza extrema. Uma residência em que apenas uma pessoa perceba a aposentadoria rural em uma família de 5 pessoas já supera o limite de renda *per capita* que possibilitava o enquadramento no programa.

### **6.3.3 Condições da posse da terra e tamanho das propriedades**

Uma das questões mais importantes quando se enfoca a questão da produção agrícola é a forma de posse e o tamanho que as propriedades apresentam. Verifica-se que 45,19 % dos beneficiários se declaram proprietários das suas terras, mesmo que não detenham a titularidade de forma efetiva. Esse dado não é estranho, já que a regularização fundiária é um grande problema no Brasil e nessa região constitui uma das demandas prioritárias dos movimentos sociais. Muitas famílias apresentam documentos precários, como contratos de compra e venda ou outro tipo de documento resultado de transações baseadas na confiança, sem registros oficiais. Outros, proprietários, por questões de herança e partilha, não possuem ainda a escrituração do imóvel. Isso impede o acesso a algumas políticas públicas como, por exemplo, financiamento em algumas linhas do PRONAF. Existem ainda 35,78% das famílias vivendo na condição de posseiros, em terras devolutas ou de propriedades do Estado<sup>11</sup>. Apenas 11,45% se declararam arrendatárias e 1,43% assumiram a condição

---

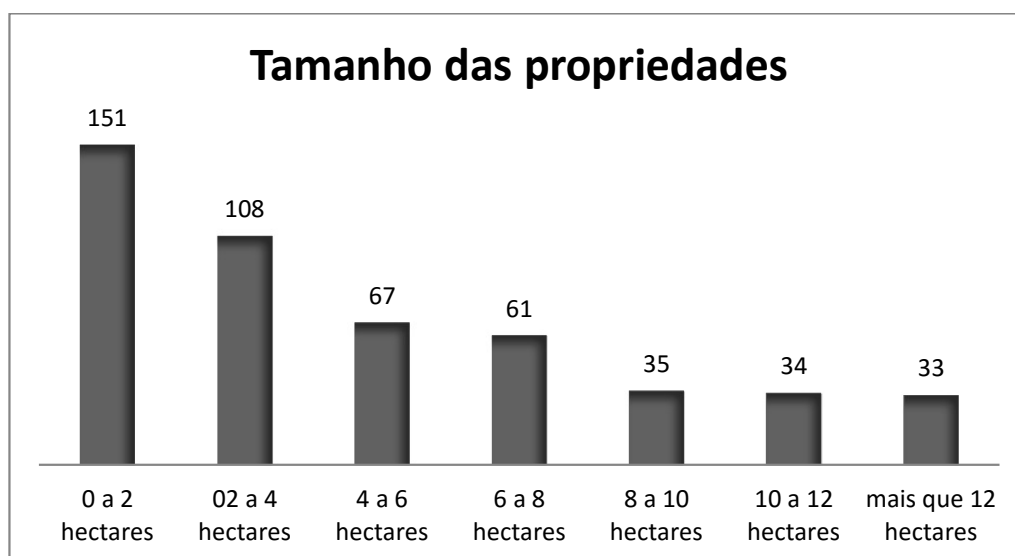
<sup>11</sup> Essa questão da regularização fundiária é um dos grandes problemas desse público e em um dos municípios (Derrubadas) houve uma ação complementar da ATER que permitiu a regularização de 40 famílias, conforme poderá ser visto adiante.



de parceiras. Uma parcela de 6,14 % das famílias já foram beneficiadas com programas de aquisição de terras como o Banco da Terra e o Crédito Fundiário.

Em relação ao tamanho das propriedades agrícolas, apenas uma parcela de 13,7% possuem mais de 10 hectares de extensão, sendo que a maioria (52,95 %) possui menos que quatro hectares, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Distribuição dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro de acordo com o tamanho das propriedades



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos diagnósticos elaborados pela ATER( EMATER/RS 2013).

Infelizmente, não haviam dados sobre a superfície de área útil dessas propriedades, informação importante para precisar a capacidade de produção da área, já que as condições de solo ou a existência de limites físicos ou legais reduzem a capacidade de cultivo.

#### 6.3.4 Condições de moradia

As condições de moradia aqui expressas são resultados do julgamento do técnico extensionista responsável pela elaboração do diagnóstico. Essa opinião é subjetiva, mas pode-se levar em consideração que o padrão de julgamento do que é uma boa moradia ainda seja abaixo daquilo que se convencionou ser uma “boa casa” no meio urbano. Feita essa ressalva, quase a metade das casas (42%) são consideradas regulares, com apenas 22% em ótimas condições. Em condições ruins

são quase um quarto das casas (24%) e uma pequena fração (12%) foram consideradas péssimas.

Quando se analisa o material de construção das casas, é possível verificar que apenas 15% é feita de alvenaria, 36% são mistas, compreendidas como aquelas que possuem o banheiro e a cozinha de alvenaria, com o restante do domicílio em madeira. Predominam as casas de madeira, com quase a metade das construções, mais precisamente 48%, utilizando esse tipo de material. A madeira era algo abundante nessa região de matas e foi o material mais comum de construção quando da ocupação inicial desse território. Hoje é um produto caro e as madeiras comercializadas são de reflorestamento e de qualidade inferior às madeiras nobres utilizadas anteriormente. Entretanto, muitas casas antigas são comercializadas “inteiras”, existindo ainda caminhões e pessoas que prestam serviços especializados nesse tipo de mudança. A construção de casas novas ou mesmo galpões, o abandono de propriedades e consequente desativação acaba tornando essa opção uma das mais baratas para muitos agricultores. Durante a realização das entrevistas, teve-se a oportunidade de visitar uma família que tinha adquirido uma casa assim e estava reformando ela para morar.

É possível inferir que o acesso aos programas de habitação rural é precário, pois dentre os 15% que possuem casa de alvenaria, material mais utilizado no padrão construtivo desses programas, algumas são escolas rurais desativadas que foram cedidas para que as famílias morassem. Essa precariedade nas condições de moradia pode ser vista nos desejos de melhoria das famílias, pois 83 famílias colocaram que a melhoria na habitabilidade da casa era um dos seus anseios, ficando em quarta posição dentre os assuntos que foram apresentados. Sobre as famílias que viviam sob um teto de lona, durante a execução do programa a Secretaria de Assistência Social do município providenciou casas de madeira para eles; porém, até o momento que ingressaram no programa, viviam sob essas condições. Uma das boas iniciativas em termos de articulação de políticas públicas se deu na área de habitação rural no município de Crissiumal, fato que irá ser relatado posteriormente.

### 6.3.5 O saneamento básico das moradias

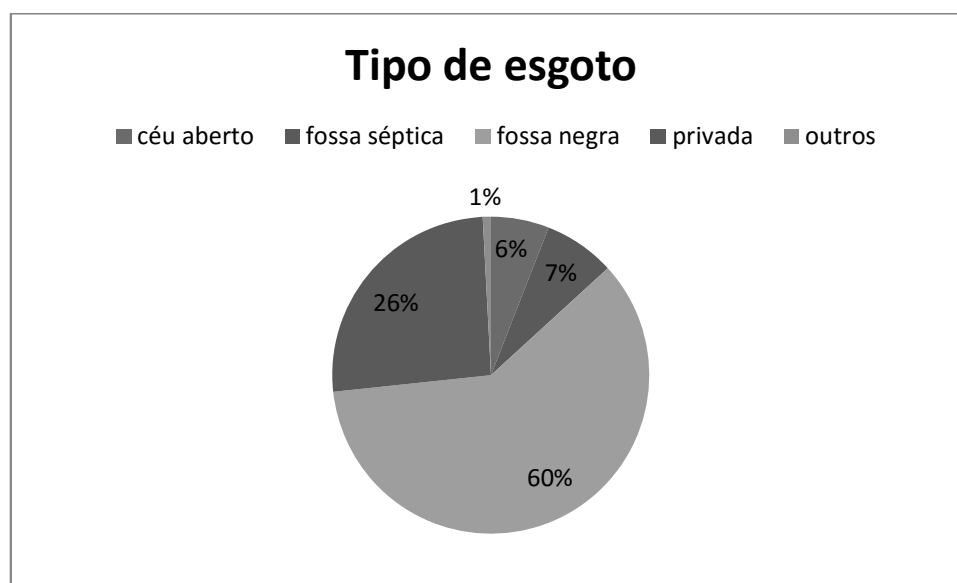
O saneamento básico é apontado como um dos grandes problemas para a melhoria do Índice do Desenvolvimento Humano do Brasil, principalmente por elevar a mortalidade pré-natal e a infantil. O Brasil é um país que encontra-se entre as dez maiores economias do planeta, mas cai para a 75ª posição no IDH mundial ( PNUD,2016).

A água é uma das maiores preocupações no saneamento, já que é utilizada como elemento importante para a manutenção das funções vitais, está diretamente ligado a higiene da casa e do indivíduo e pode ser uma fonte de contaminação de doenças ou parasitas. Possuir uma fonte de água potável e tratada é algo recente no meio rural. A situação dessas famílias reflete que o investimento dos últimos anos mostrou-se efetivo no acesso à água. Quase dois terços das famílias (62 %) possuem água proveniente de uma rede pública. Entenda-se por isso um poço perfurado com bombeamento elétrico, uma unidade de reservatório e sistema de distribuição por gravidade através de canos de policloreto de vinil ( PVC). Esse dado está um pouco abaixo das estatísticas oficiais que indicam que no meio rural brasileiro há 68,8% dos domicílios com abastecimento por rede (MDA, 2011). As famílias restantes utilizam, em sua maioria, o poço escavado (31 %) e uma pequena parte (7%) só tem acesso à água de fonte, riacho ou similar. Já a situação da qualidade da água apresenta uma relação inversa, pois apenas 30% das famílias afirmam possuir água tratada e o restante consome água que não recebe nenhum tipo de tratamento. A gestão dessas redes está regulamentada pela lei federal nº 11445/2007 e por leis municipais que definem como deve ser feita pelas prefeituras municipais e/ ou associações, existindo muitos conflitos e debilidades para manutenção e melhoria dos serviços.

Em relação direta com a qualidade da água encontram-se os esgotos, principalmente o destino dos dejetos como sanitários. Observa-se, no gráfico a seguir, que há sérios problemas nesse quesito, pois predominam as fossas negras, buracos cavados no chão com uma cobertura de madeira ou concreto que recebe sobre ela mais uma cobertura de terra, exceto nos casos de privadas, em que há apenas a “casinha” sobre o buraco. Em solos profundos esse tipo de destino de dejetos até consegue alguma eficiência no tratamento e é melhor que deixá-los a céu aberto, mas em solos rasos, como é o caso da maioria dos solos (neosolos) em que se encontram

essas famílias, há pouca eficiência no tratamento e grandes chances de contaminação de fontes de água. No Brasil rural, apenas 6,9% dos domicílios está ligado a alguma rede de tratamento de esgoto e outras 24,7% das casas possuem fossa séptica; nos restantes 68,4% predominam as fossas negras ou outros tipos de destino (MDA, 2011).

Gráfico 5 – Tipo de esgoto utilizados nas moradias dos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos diagnósticos elaborados pela ATER( EMATER/RS 2013).

Outro item que está ligado ao anterior no aspecto de tratamento de dejetos é a existência de um local específico para a coleta dos dejetos humanos. Todas as moradias possuíam algum tipo de banheiro, sendo que a privada ainda está presente em 28% das residências. Outros 29% possuem um banheiro que fica na parte externa da casa. A colocação do banheiro na parte externa se dá por diversos motivos, geralmente de ordem estrutural, pois não é fácil fazer a ligação entre a madeira e a alvenaria do banheiro. Apenas 43% possuem um banheiro dentro da casa, fato que possibilita um maior conforto no uso e uma melhoria na saúde, já que permite evitar o frio e a umidade das estações mais frias, reduzindo problemas respiratórios, principalmente em crianças e pessoas idosas.

Nenhuma família possui acesso regular a coleta de lixo, sendo o destino mais comum o enterro e a queima. Durante a fase de observação, visitaram-se algumas propriedades em um município e o técnico responsável pela ATER chamou a atenção

para melhoria na disposição do lixo, pois antes era “jogado pela janela”, ficando no pátio da residência e agora era recolhido e não ficava mais espalhado.

### **6.3.6 Indicadores sociais**

Entre os diagnósticos analisados, apenas seis famílias não possuíam energia elétrica. Uma delas conseguiu o acesso ainda durante o ano de 2014, conforme confirmou o extensionista responsável pelo programa naquele município. A outra, a qual esteve-se na moradia por ocasião das visitas de observação, não possuía energia porque morava em uma sede desativada de uma sociedade esportiva. Como a comunidade queria que eles fossem embora, não permitiam a ligação da energia, apesar da rede estar ao lado do galpão onde moravam. Posteriormente, ao realizar as entrevistas, voltou-se a essa comunidade. Não foi encontrada a família e o local estava vazio. A vizinhança e depois o técnico da EMATER-RS informaram que estes haviam mudado, passando a residir em uma propriedade rural na comunidade vizinha. Dessa forma, pode-se afirmar que a totalidade das famílias, atualmente, possui energia elétrica e ela é a principal fonte de energia. Além da eletricidade, a lenha ainda é uma fonte considerável de energia, pois apenas 4% das famílias não possui fogão a lenha. Esse tipo de fogão, além de utilizar uma fonte de energia de fácil obtenção nesses locais, possui ainda uma funcionalidade que auxilia muito no trabalho doméstico, pois possibilita uma cocção lenta de produtos que exigem muito tempo de cozimento (feijão, mandioca em certos períodos, etc.) com baixo custo de energia se comparado com o fogão a gás e pode ser deixado, literalmente, em um fogo brando, permitindo que a pessoa realize trabalhos exteriores e retorne à cozinha para terminar o almoço que tinha deixado encaminhado antes de sair.

Outra fonte de energia é o gás butano, presente em 84% das residências analisadas, o que indica uma utilização conjunta entre fogão a lenha e o fogão a gás. O gás de cozinha foi um dos diversos vales que eram distribuídos para as famílias pobres e incorporado com outros benefícios para compor o Bolsa-Família. Efetivamente, há uma relação entre nutrição e disponibilidade de energia para cocção e aquecimento dos alimentos, seja a partir da melhora na palatabilidade, na disponibilidade de nutrientes ou no aproveitamento de alimentos de qualidade inferior,

como carnes mais duras e outros produtos que exigem um cozimento demorado para melhorar a mastigação e a digestão do alimento.

Dentre os bens duráveis mais comuns, a presença de geladeira é uma realidade em 91% das moradias e o congelador está presente em 72,8%. A geladeira se aproxima do percentual existente no domicílios do RS, pois pelo último Censo 98,33% dos domicílios possuem geladeiras. Esses dois equipamentos, em tese, permitem a armazenagem e conservação de alimentos. A última pesquisa sobre insegurança alimentar do IBGE (IBGE, 2013) inferiu que não há uma relação entre segurança alimentar e presença de geladeiras, pois famílias em insegurança alimentar grave possuíam esse eletrodoméstico em suas casas. Entretanto, acredita-se que no meio rural a possibilidade de estocagem de carne (fruto de abate doméstico ou caça e pesca) e produtos perecíveis produzidos em quantidades maiores que o consumo permite que se utilize essa presença como um indicativo de melhor alimentação. Caso seja feita a associação com o congelador -, pois ninguém deixa ligado um equipamento que tem considerável gasto de energia para não estocar nada e, em muitos casos, ele serve para resfriar o leite para comercialização, pode-se certamente esperar que esses equipamentos aumentem a possibilidade de uma alimentação melhor.

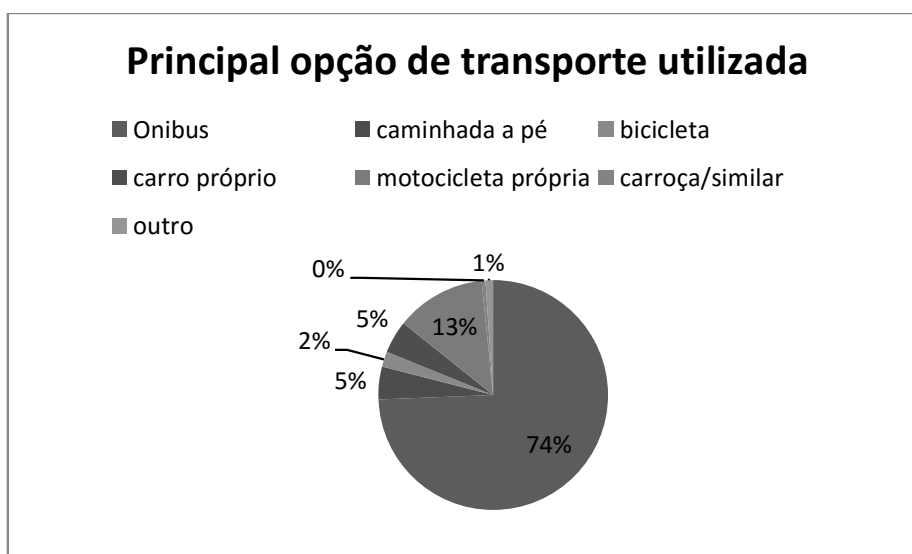
Uma presença que se intensificou nos lares brasileiros foi a dos televisores. Dados do Censo 2010 indicam que no Rio Grande do Sul 65% dos domicílios possuem televisor. Nas famílias em questão, o televisor está presente em 86% das casas, mas em 72% delas há uma antena parabólica acoplada ao aparelho. Outro eletrodoméstico que se destaca é a máquina de lavar roupas. Enquanto no Brasil rural apenas 16,1% (MDA, 2011) e no Rio Grande do Sul apenas 68,28% dos domicílios possuem esse equipamento, ele está presente em 82% das moradias diagnosticadas. Uma das razões para essa diferença talvez se deva a penosidade existente na atividade de lavar roupas nessa região, pois a elevada presença de argila exige muito esforço para retirada da sujeira nos tecidos. Alia-se a isso mais dois elementos: a) o tipo de atividade laboral mais comum, propensa ao contato intenso com poeiras, barros, óleos e graxas de máquinas e; b) o pagamento do Bolsa-Família no nome da mulher que permite a destinação dos recursos para atender necessidades que sejam dela e não do marido ou do companheiro.

A comunicação é um elemento importante para essas famílias, tanto para o contato com parentes distantes, como no caso de emergências e necessidades com relativo grau de urgência. Poucos domicílios são localizados em vilas ou aglomerados rurais, apresentando um relativo grau de isolamento. Dentro dos equipamentos utilizados para se comunicar, o telefone celular é o mais comum no Brasil. No Rio Grande do Sul, o celular está presente em 91,05% dos domicílios (CENSO 2010, IBGE). Na área rural, a cobertura do sinal apresenta muitas falhas, mas ainda assim é significativa a existência do aparelho em 82% das residências analisadas. Além da comunicação cotidiana, esse equipamento é importante para arrumar trabalho, pois muitas famílias possuem pessoas que prestam serviço como diaristas e o celular facilita o contato e as chances de localização no momento adequado.

Sobre o trabalho realizado fora da propriedade, os dados não serão apresentados. Há poucas famílias que afirmam realizar qualquer atividade externa, mas em contato com os técnicos responsáveis pela aplicação do diagnóstico há a admissão por parte deles que, por receio de algum corte no programa, esse tipo de renda informal não era declarada naquele momento pela família. Além da conferência feita com os extensionistas, as entrevistas e visitas realizadas no trabalho de campo deram a certeza que os dados não conferem com a realidade, o que levou a desconsideração dos mesmos.

Outra informação importante que influencia no bem-estar e na empregabilidade é a modalidade principal de transporte. A opção de transporte mais utilizada pelas famílias pode ser vista no gráfico 6

Gráfico 6 - Opções de transporte utilizada pelos beneficiários da ação de Inclusão Produtiva na região Celeiro



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos diagnósticos elaborados pela ATER( EMATER/RS 2013).

As poucas linhas de ônibus existentes e as motocicletas correspondem a quase 90% das opções de transporte utilizadas. Não há muita disponibilidade de linhas de ônibus em alguns municípios ou comunidades, indicando que a mobilidade é bem reduzida para algumas famílias. Esse fato, além das dificuldades óbvias no deslocamento, acaba retirando oportunidades de ocupação. Em uma das entrevistas, esteve-se em uma comunidade que apresentava grande número de famílias em situação de pobreza extrema, na qual muitos homens deslocam-se para trabalhar nos pomares de maçãs, deixando as esposas com os filhos durante boa parte do ano. Uma das entrevistadas lamentava que seu filho estivesse longe, quando poderia estar trabalhando em um frigorífico distante poucos quilômetros. Esse local precisa de trabalhadores e as pessoas da comunidade trabalharam durante um período, porém as condições de trafegabilidade da estrada fizeram o responsável pelo transporte desistir, pois elevava o custo de manutenção do ônibus, impedindo o acesso ao trabalho daqueles moradores.

A análise da educação e seu papel na redução da desigualdade no Programa Brasil Sem Miséria foi feita por Moll (2015) e demonstra melhorias no ensino ofertado, no rendimento escolar e maior acesso e permanência dessas pessoas na escola. Aparentemente, o cumprimento das condicionalidades por parte dessas famílias beneficiadas com o Bolsa-Família está garantindo a frequência escolar das crianças e jovens em idade escolar. Nenhuma família respondeu que as crianças estavam fora



da escola e, como demonstrado acima, é alto os percentuais atingidos pelo monitoramento das condicionalidades, o que indica que realmente se está conseguindo a garantia de acesso e permanência dos mesmos na escola. Além dos condicionantes e da ajuda das transferências monetárias, investimentos no transporte escolar têm facilitado a frequência dos alunos que residem mais longe.

Se a população em idade escolar parece que está conseguindo ter seu direito a educação básica sendo cumprido, o mesmo não pode ser afirmado dos adultos dessas famílias. Na população feminina, 79% apresenta apenas o fundamental incompleto, com apenas 9% tendo completado essa fase dos estudos. Havia ainda 6% das mulheres que se declaravam analfabetas. O ensino médio foi completado por 3% delas, sendo que a mesma percentagem tinha o ensino médio inconcluso. Um dado que talvez anime um pouco é que nesse universo de 943 pessoas, duas possuíam o ensino superior completo e entre os anseios manifestos 34 famílias colocaram a educação superior dos filhos como prioridade. Entre os homens, a situação piora um pouco mais, exceto na condição de analfabetismo, que atinge apenas 4% deles. A grande maioria (84%) tem apenas o fundamental incompleto, com 8% tendo completado essa fase da escolaridade. Os que afirmam ter concluído o ensino médio são apenas 2% e aqueles que cursaram parte do ensino médio apresentam a mesma percentagem.

Anteriormente já foram apresentados alguns dos anseios das famílias. Como as opções eram limitadas, muitos técnicos afirmam que não puderam expressar efetivamente qual eram os desejos das famílias e que esse enquadramento em algumas categorias perdeu a diversidade e certa concretude dos anseios. Através da contagem simples em todos os municípios, o anseio mais destacado é o aumento de renda da propriedade, com 130 respostas, seguido pelo aumento da produção da propriedade, com 98 afirmativas e o aumento da segurança alimentar, que preocupa 94 famílias. A melhoria das condições de habitabilidade já foi mencionada, mas ocupa o quarto lugar, seguida pelo desejo de educação para os filhos, a redução da penosidade e a conquista da aposentadoria rural.

Sobre a produção e equipamentos de trabalho, os dados eram muito escassos e não serão apresentados nesta tese. Complementando as informações apresentadas, de acordo com as observações e as entrevistas realizadas, muitas dessas famílias representam uma reserva de mão de obra e são complementares aos

sistemas de produção agrícolas que apresentam concentração sazonal das atividades. Geralmente realizam trabalhos mais penosos, como, por exemplo, amontoar pedras e destocar raízes de árvores. Há algumas famílias que exercem a função de “limpar” áreas que estavam abandonadas e em pousio, roçando, preparando o terreno e recebendo percentual da produção. Depois da propriedade retomar as condições de produção, são dispensadas e partem em buscas de outro local para morar e trabalhar. A presença do Estado, através da Assistência Social, da Saúde e da Previdência Social tem uma importância muito grande na vida dessas famílias. Além da mão de obra, principal recurso que possuem e que apresentam dificuldade de transacionar, pois possuem um saber prático para lidas que foram substituídas por maquinários, utilizam todos os recursos naturais disponíveis no entorno onde vivem, nem sempre de forma sustentável.

## 7 POBREZA E EXTENSÃO RURAL

Ao abordar a questão da pobreza no Brasil, Schwartzman (2004) salienta o peso da escravidão na composição da população brasileira e o grande período em que essa questão foi considerada natural. Ela só se torna um problema social a partir da instituição da República, quando ele identifica três forças que apresentam possíveis soluções ao problema. Os positivistas, que defendiam um governo forte, que fizesse uso de conhecimentos científicos para educar o povo e planejar a economia. Os corporativistas, que concebiam a sociedade como um organismo e sugeriam que cabiam às elites modernizadas pela ciência e a educação e através do controle do Estado, ordenar a sociedade, amparar e disciplinar os pobres e transformar o país. Por último, identifica a organização dos trabalhadores, principalmente os imigrantes, através de cooperativas, de sindicatos e de associações que não ficaram esperando as benesses do Estado e lutavam por melhores condições de vida. (SCHWARTZMAN, 2004)

Essa configuração da arena pública brasileira vai ser alterada a partir da constituição do Estado Nacional da *Era Vargas*. As organizações de esquerda serão cooptadas pelo Estado e instaura-se para o autor supracitado uma ação estatal marcada pela hierarquia e pelo paternalismo. A hierarquia reconheceria a força da organização e o diferente peso frente ao Estado e o paternalismo seria a única alternativa de atendimento das necessidades sociais mais prementes. No caso urbano, a assistência social e a educação foram os setores escolhidos para garantir o apoio das massas ao sistema capitalista nascente. Já no meio rural, a opção se deu pela Extensão Rural e não pelo sistema educativo, o que demonstra a importância que esse setor desempenhou frente ao Estado Brasileiro.

Kageyama (2008) ressalta a importância do Estado Brasileiro na expansão e na estruturação do capitalismo no Brasil, explicando que a política pública foi fundamental para a introdução do modo capitalista de produção na agricultura, trabalhando a diversidade regional, inclusive com políticas específicas por produto e consolidando a nação. Essa é uma característica do desenvolvimentismo, ou seja, utilizar as políticas públicas para romper obstáculos ao desenvolvimento. Conforme aponta Delgado (2001), ao abordar as formas de intervenção do Estado na agricultura, sobressaem dois tipos de política econômica: a política macroeconômica e a política setorial, sendo que essa última ele divide em política agrícola e agrária. Para este

autor, as razões para a intervenção estatal no setor existiram em função de algumas particularidades: a) a dependência estrutural da agropecuária em relação à natureza, que não permite a coincidência entre tempo de trabalho e tempo de produção e amplia o risco do empreendimento; b) a atomização, a descontinuidade do processo produtivo e o custo de estocagem, que faz com que grande parte dos produtos *in natura* tenham elasticidade-preço menor do que um, ou seja, inelástica, obrigando a regulação do mercado para administrar o conflito consumidor – produtor; c) como a demanda por produtos agrícolas não elaborados industrialmente tem elasticidade-renda menor que um ou é inelástica, faz-se necessário a garantia de renda aos agricultores, mantendo ou elevando a lucratividade setorial, protegendo a agricultura doméstica da competitividade com outros setores da economia nacional ou concorrentes internacionais; d) a força política dos agricultores nos países desenvolvidos e a importância da segurança alimentar na Europa e no Japão.

A ofensiva liberal quando da crise fiscal do Estado e a adoção das premissas do Consenso de Washington determinou uma política baseada no tripé liberalização comercial, desregulamentação financeira e privatização das empresas estatais como forma de recuperar o crescimento dos sistemas econômicos (MATTEI, 2011) e implicou uma redução do apoio estatal ao setor agrícola. Após a fase de ajustes fiscais, propagada e acompanhada pela governança mundial, há um retorno da intervenção estatal na América Latina, ao ponto de Draibe e Riesco (2011) caracterizarem esta como um nova fase do Estado Latino Americano Desenvolvimentista de Bem-Estar. No Brasil, essa retomada está sendo muito influenciada pelo novo desenvolvimentismo<sup>12</sup>.

A extensão rural e sua relação com o Estado e a dinâmica do mercado foi objeto de diversos estudos (FONSECA, 1985; CAPORAL, 1991; RODRIGUES, 1994). Pode-se afirmar que cada período da Extensão Rural foi marcado e definido por essa relação. Schmitz (2010) aponta seis fases da extensão rural brasileira e sustenta que, na atualidade, vive-se um período de desmantelamento do serviço (fato contestável) e

---

<sup>12</sup> Cepêda (2012) aponta que o desenvolvimentismo no Brasil é uma onda longa com duas grandes fases: o velho e o novo desenvolvimentismo. O velho desenvolvimentismo, preso ao seu diagnóstico de subdesenvolvimento, tem como núcleo central a superação de obstáculos no campo da produção para a realização de um sistema econômico industrial complexo e maduro, ou seja, crescer para depois distribuir. Já o novo desenvolvimentismo centra-se no processo de inclusão social, colocando redistribuição e equidade em posição prioritária, combinando políticas de crescimento com políticas de distribuição.

outro de discussão e de experimentação. Pode-se concordar com o autor em relação ao último período, apesar do entendimento que essa é uma definição genérica demais para explicar as mudanças ocorridas no setor na última década, pois há um conjunto de medidas em relação ao tema que talvez necessite uma nova classificação. Se no velho desenvolvimentismo a Extensão Rural difusionista e seus métodos persuasivos contribuíram para o aumento da produção e a consolidação do sistema capitalista de produção na agricultura, no novo desenvolvimento ela é convidada para exercer um novo papel: corrigir os efeitos desiguais do crescimento econômico. Se a função tradicional era baseada na ideia de integração (social e espacial) e na multiplicação através do aumento da produção, essa nova fase aparenta ter suas bases na inclusão e na divisão dos recursos. Não mais uma função integradora ao sistema, mas sim reparadora da ação do sistema sobre o mundo da vida espera-se da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no combate à pobreza extrema rural, compreendendo esse fato como uma novidade tanto na forma de compreensão da pobreza quanto no papel que a mesma deve desempenhar é a representação mais forte dessa ressignificação da ação extensionista. Nessa seção, pretende-se analisar a relação entre a pobreza rural e a atividade extensionista a partir dos documentos *Common Framework for Supporting Pro-Poor Extension e Extension, Poverty and Vulnerability: The Scope for Policy Reform - Final Report of a Study for the Neuchâtel Initiative* elaborados pela iniciativa Neuchâtel e outros documentos afins, dialogando quando possível com as definições da ATER no contexto do Programa Brasil Sem Miséria.

A “Iniciativa Neuchâtel” é a denominação de como se tornou conhecido um grupo informal de representantes de organizações de cooperação bilateral e multilateral que do ano de 1995 até 2010 reuniam-se em Neuchâtel - Suíça para discutir temáticas específicas em relação à extensão rural e produziram uma série de documentos que são referências na área. A partir de 2010, o grupo passou a se estruturar no Global Forum Rural Advisory Services – GFRAS (DIESEL, 2012). A escolha pelo material bibliográfico citado se justifica pela importância que esse fórum possui no cenário da produção mundial, pela riqueza e relevância que a relação entre a extensão rural e a pobreza teve nesses trabalhos e a ausência de referenciais nacionais com a mesma amplitude. Já a utilização do material referente ao programa Brasil Sem Miséria se deu pela forma como a extensão rural é incorporada e pelo

entendimento de que esse contexto de prioridade ao combate da pobreza extrema é uma novidade que desafia a ação extensionista.

Embora a pobreza estivesse presente no discurso extensionista há muito tempo, não é possível identificar em nenhum período a prioridade aos mais pobres. Vários fatores podem explicar essa indiferença, como a crença no progresso, a invisibilidade derivada das distorções do agente externo a essas comunidades e mesmo a ideia de responsabilidade exclusiva pela condição de pobreza pelos próprios pobres.

Dedecca (2013) avalia que a crença na tese da progressiva homogeneização das estruturas produtivas e sociais e no adensamento urbano, principalmente no período entre 1930-1980, determinava que os problemas sociais no campo pudessem ser resolvidos através da distribuição de terras ou pela regulação do mercado de trabalho setorial. Entretanto, os últimos anos mostram que o que ocorreu foi uma heterogeneidade que se traduz em grandes diferenciais de produtividade e incorporação do progresso técnico no meio rural, com reflexos na estrutura social e nas formas de inserção produtiva. Esse processo mantém uma população próxima a 30 milhões no campo, que estão, em sua maioria, em situação de pobreza. Estima-se que essa expressiva população rural deverá se manter nas próximas décadas, ao menos até 2050, pois se é verdade que há um decréscimo na taxa vegetativa também há uma desaceleração do êxodo rural. Dessa forma, “um possível esvaziamento do campo não parece ser a válvula de escape para os problemas sociais que hoje marcam o meio rural brasileiro” (DEDECCA, 2013, p. 20). Empiricamente, pode-se observar, durante a pesquisa, um crescimento das vilas rurais em áreas consideradas regiões deprimidas, com o aumento das moradias no últimos anos.

Chambers (1995) tenta explicar essa indiferença ao entender que “a gente de fora” [que inclui toda a gama de profissionais do desenvolvimento rural e não apenas os extensionistas] muitas vezes é ignorante a respeito da pobreza, mas tem pouco interesse em suprir essa ignorância, em descobrir aquilo que não sabe e reconforta-se em esconder-se em determinados mitos. Aponta ainda que uma série de distorções contribui para evitar o contato com a pobreza, como: a) distorções espaciais, com a preferência por estradas asfaltadas e uma visão da “beira da estrada” e do núcleo central dos povoados; b) distorções devidas ao projeto, com visitas direcionadas para projetos em andamento, modelos bem sucedidos e com visibilidade; c) distorção inerente às pessoas contatadas (contato com elites, predomínio de relações

machistas e preferência àqueles que são mais receptivos e/ou os mais ativos e presentes); d) distorções da estação climática mais favorável, quando a comodidade facilita o acesso, mas esconde as dificuldades e vulnerabilidades dos mais pobres; e) distorções diplomáticas, como a delicadeza e a timidez, afinal é má educação falar de pobreza; f) distorções profissionais, pois a atividade e a formação profissional direcionam os interesses e o público.

Independente da concordância ou não com as distorções apontadas pelo autor, o fato relevante é que elas implicavam uma condição de não reconhecimento e escamoteamento da pobreza rural que se deu também na Extensão Rural. Cabe salientar que a visão da pobreza como resultado da ação dos pobres que não saem da condição de pauperidade em que se encontram por falta de vontade ou até certa conformidade com sua situação, certa inaptidão individual – portanto segregada e isolada do restante da sociedade, vai dando lugar a uma concepção mais ampliada desse fenômeno que, além da condição de multidimensionalidade das suas causas, implica no reconhecimento que sua superação não passa mais apenas pela vontade e determinação dos pobres, mas é um esforço de toda sociedade que se pretenda tornar-se igualitária (PAUGAM, 2003).

No Brasil, o Censo Demográfico do IBGE estima que existam 16,2 milhões de famílias em condição de pobreza extrema, que possuem renda *per capita* mensal menor que setenta reais (R\$ 70,00). A maioria vive na cidade (53%), mas 47% delas residem no campo e representam a quarta parte da população rural, enquanto as famílias em condição de pobreza extrema são apenas 5% da população urbana (BRASIL, 2013a). Evidencia-se, assim, que embora menor em números absolutos, a pobreza extrema no meio rural é muito mais significativa e demonstra que a indiferença da Extensão Rural com a pobreza no campo parece não ser mais possível. Persistem os pobres no campo, ampliam-se os papéis e funções da ATER no meio rural e as fontes de financiamento incorporaram o combate à pobreza como uma das prioridades para o meio rural. Diante disso e buscando uma melhor compreensão da ação extensionista nesses contextos, analisa-se a contribuição da Iniciativa Neuchâtel a partir de três elementos: a centralidade da compreensão ampla dos meios de subsistência dos pobres, o arranjo institucional e os três eixos prioritários de ação: 1) criar e apoiar oportunidades para os pobres; 2) aumentar a segurança e reduzir a vulnerabilidade e 3) aumentar a voz e a participação.

## 7.1 ENTENDER A POBREZA E OS MEIOS DE VIDA

Christoplos (2003) sugere que a efetividade de uma extensão pró-pobre depende de uma política de desenvolvimento rural que tenha como compromisso a redução da pobreza e a construção de uma compreensão mais ampla dos modos de vida desses pobres. Em relação ao primeiro item, faz uma série de considerações sobre políticas públicas, que serão analisadas mais adiante. Em relação ao segundo, lança mão do conceito de meios de vida sustentáveis, que assume uma centralidade nas elaborações que fazem para uma extensão pró-pobre. Scoones (2009) afirma que os meios de vida sustentáveis tem caráter microeconômico, questionam abordagens setoriais que ignoram a diversidade e é orientado para as pessoas. Teve como ponto de partida as realidades das pessoas pobres e surge da aproximação dos estudos de Robert Chambers com a análise de agroecossistema de G. R. Conway e tem uma das definições mais conhecidas como:

A livelihood comprises the capabilities, assets (including both material and social resources) and activities for a means of living. A livelihood is sustainable when it can cope with and recover from stresses and shocks, maintain or enhance its capabilities and assets, while not undermining the natural resource base<sup>13</sup>. (SCOONES, 2009, p. 5)

Observa-se que o conceito de meios de vida, mesmo não sendo uma abordagem setorial restrita à condição de produção agrícola, ao manter a relação com o meio natural através da incorporação do agroecossistema, permite estudos em comunidades agrícolas e ainda fornece ferramentas para compreender tanto a forma como a pobreza causa impacto sobre o meio ambiente como o impacto que a degradação ambiental causa nos meios de vida dos pobres. Implica também em uma atitude positiva frente ao conhecimento dos pobres, pois ao assumir diversas capacidades e configurações de utilização dos ativos que possuem, reconhecem a existência de um saber que é próprio e apropriado à condição de vida em que se encontram. Tal reconhecimento obriga a extensão rural a utilizar metodologias que possibilitem o entendimento e o diálogo com essa população. Farrington et al. (2002) chamam a atenção para esse aspecto ao discutir que determinadas mudanças podem

---

<sup>13</sup> Um meio de vida compreende as capacidades, ativos (incluindo recursos materiais e sociais) e atividades para um meio de vida. A subsistência é sustentável quando pode enfrentar e recuperar de tensões e choques, manter ou melhorar as suas capacidades e recursos, apesar de não minar a base de recursos naturais (tradução livre do autor).

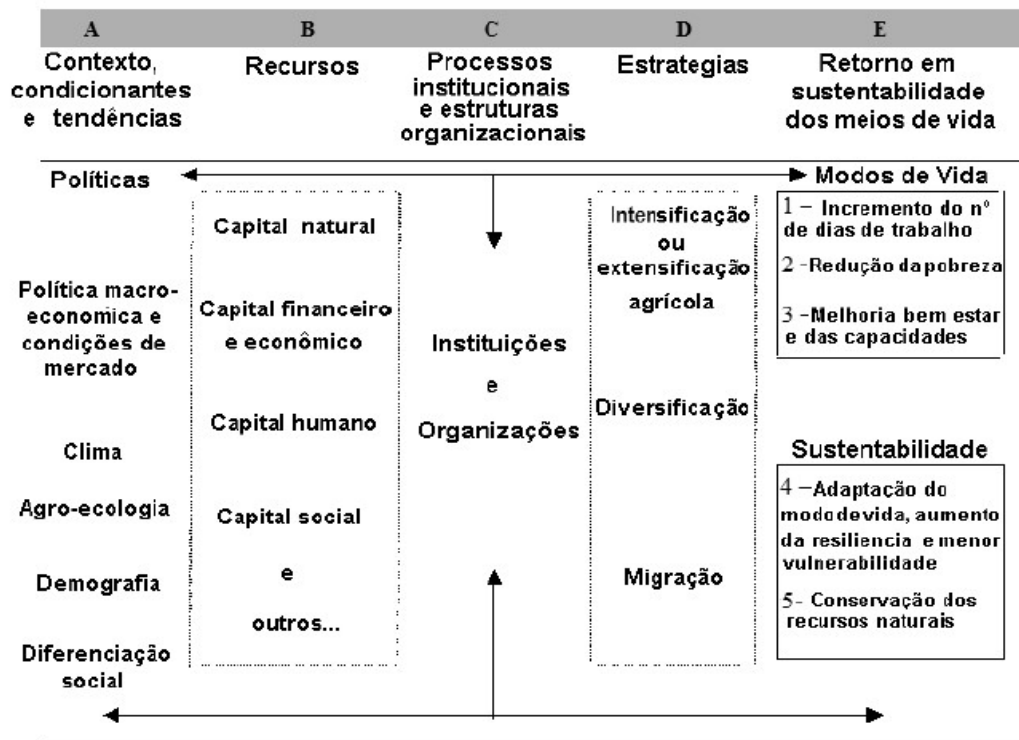


desfavorecer os pobres ao retirá-los dos padrões tradicionais de produção e interação social que, apesar de serem, muitas vezes, extremamente exploradores, ofereciam-lhes alguma proteção.

Observa-se que há aproximações possíveis entre os conceitos de mundo da vida de Habermas e esse de meio de vida. Não seria possível sugerir a mesma aproximação para a ideia de sistema, pois a incorporação de Conway se deu mais no aspecto do ecossistema e não do sistema social. Habermas, por sua vez, vai utilizar da relação sistema-mundo da vida de forma antagônica, com uma concepção apropriada do estrutural funcionalismo, em que há um processo de colonização do mundo da vida pelo sistema. Nos meios de vida sustentáveis, o sistema oferece restrições e oportunidades enquanto um meio físico.

Ao abordar as bases teóricas dos conceitos de meios de vida, Perondi e Schneider (2012) ressaltam a importância que essa abordagem tem assumido, principalmente a partir da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde e programa de diversificação da cultura do tabaco que derivou da Convenção. Estes autores assumem que o fortalecimento dos meios de vida se dá pela via de criação de mecanismos que ofereçam opções e estratégias de trabalho e renda, aumentando a resiliência da população pobre. Mostram ainda uma tradução do diagrama de análise dos meios de vida sustentáveis apresentado por Scoones (1998), que complementa o conceito apresentado e fornece uma boa ideia do referencial analítico dessa abordagem, conforme pode ser visto na Figura 6.

Figura 6 – Diagrama de análise dos meios de vidas sustentáveis



Fonte: Perondi e Schneider (2012) adaptado de Scoones (1998, p. 4).

Nota-se que as três estratégias (intensificação ou extensificação agrícola, diversificação e migração) já apontam para um aspecto que tanto Christoplos (2003) como Farrington et al. (2002) ressaltam como fundamental: a compreensão por parte da extensão rural de que os pobres são produtores agrícolas, trabalhadores e consumidores.

Comparando a abordagem dos meios de vida com o desenvolvimento territorial e também os sistemas agrários, Cleary et al. (2004) avaliam que esses dois últimos tiveram mais aceitação na América Latina. Entendem que o conceito de meios de vida se apresentou como alternativa frente a ofensiva neoliberal do século passado que tinha sua centralidade em torno do categoria do emprego. Apesar das restrições que esse conceito enfrentou na América Latina e, em especial, no Brasil, pela desconsideração da política, avaliam que a abordagem dos meios de vida sustentáveis pode contribuir na luta contra a pobreza através da melhor compreensão dos meios de sobrevivência dos mais pobres; na predição de medidas para avaliar alternativas de políticas; no manejo de temas intersetoriais; na ênfase dos resultados em longo prazo; ao assinalar a importância da participação; promovendo um enfoque

mais descentralizado; fixando objetivos e prevendo seu seguimento e elaborando uma lista de comprovação para avaliar as estratégias de luta contra a pobreza.

Essa revisão fez-se necessária porque as relações entre as contribuições do grupo Neuchâtel sobre extensão pró-pobre e o conceito dos meios de vida sustentáveis é marcante e domina as discussões sobre pobreza e extensão rural. Predomina nesse grupo uma avaliação de que a abordagem dos meios de vida é mais adequada em relação a outras abordagens porque, em condições de deficiência do fundo público para responder a todas as necessidades, tal enfoque permite uma melhor definição do aspecto prioritário, pois se houver o entendimento de como o pobre faz uso de seus ativos, pode-se potencializar a ação através da ajuda (FARRINGTON et al., 2002). No caso em estudo, há um aporte de recursos públicos e uma boa cobertura de políticas públicas que possibilita o trabalho e contribui com a ATER, mas esse não é o contexto em que se dá a maior parte das experiências da extensão pró-pobre, principalmente nos continentes asiático e africano, onde as debilidades do Estado e da Sociedade civil dificultam a ação extensionista.

Kaag et al. (2003) consideram que o conceito de livelihoods é sensibilizante, fundamentado em uma realidade multidimensional do cotidiano, centrado na agência e na capacidade dos atores e não em suas necessidades e produziu estudos sobre diversos temas e categorias de pessoas no mundo, sempre na perspectiva das lutas para ganhar a vida. Isso coloca esse referencial como importante contraponto para abordagens estruturalistas que retratam os pobres como vítimas de constrangimentos estruturais do sistema. Porém, alguns estudos apresentam uma visão simplista e supervalorizada da capacidade de agência, negligenciando as limitações estruturais, demonstrando pouco cuidado com as diferenças dentro do universo dos pobres, especialmente gênero e crianças; Em suma, defendem que essa abordagem precisa incorporar de uma forma mais significativa a relação entre a estrutura e a ação dos pobres, principalmente os impactos da globalização e o padrão de desenvolvimento atual sobre esses pobres, tanto no curto como em longo prazo.

## 7.2 OS TRÊS PILARES DA EXTENSÃO PRÓ-POBRE

O documento *Common Framework for Supporting Pro-Poor Extension* aponta que a eficácia de uma extensão que realmente atenda os pobres deve estar incorporada nas políticas de desenvolvimento rural mais amplas. Deve existir uma

compreensão e um compromisso efetivo com a redução da pobreza, em uma nova arquitetura da ajuda que englobe as estratégias de redução de pobreza e as abordagens setoriais. Além disso, é necessária uma boa compreensão do contexto local, dos arranjos institucionais e das prioridades de alocação para que a diferença entre as metas projetadas e a real implementação das ações sejam dirimidas. A redução da pobreza está baseada em três pilares: *a redução da vulnerabilidade e a ampliação da segurança; o aumento da participação e da voz dos pobres e a possibilidade de criar e apoiar oportunidades para os pobres*. Dentro de cada um desses pilares são apresentados alguns componentes para orientar uma extensão pró-pobre.

A redução da vulnerabilidade e o aumento da segurança são fundamentais em uma extensão pró-pobre, pois a vulnerabilidade é a característica central da pobreza. Sua redução passaria pelo aumento da capacidade de resistência a choques de subsistência, proteção ao meio ambiente, acesso as redes de segurança e melhorias na saúde e nutrição. Nesse sentido, a inclusão dos serviços de ATER dentro do programa Brasil Sem Miséria ( BSM) está em consonância com essas recomendações, principalmente dentro dos eixos de garantia de renda e acesso a serviços públicos, pois a inclusão na rede de proteção e as transferências monetárias para alívio imediato da pobreza são elementos importantes para a redução da vulnerabilidade.

Para facilitar o acesso a essa rede de serviços, o Programa Brasil Sem Miséria desenvolveu duas ferramentas que auxiliam na redução da vulnerabilidade. O primeiro é um índice que auxilia na Identificação de localidades e famílias em situação de vulnerabilidade ( IDV) , um aplicativo desenvolvido para construção de mapas de pobreza ao nível de estados, municípios e setores censitários, através do cruzamento de dados do Censo Demográfico 2010 e do Cadastro Único. O IDV permite dimensionar e localizar as áreas com maior concentração de famílias em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade. Os dados e os indicadores apresentados no IDV foram obtidos do Censo Demográfico 2010 e do Cadastro Único de Programas Sociais de agosto de 2011. O Mapa das Oportunidades e Serviços (MOPS) é outra ferramenta virtual que organiza informações sobre a oferta de serviços e de oportunidades de inclusão produtiva em nível municipal, microrregional e estadual e pode ser útil para os gestores públicos e parceiros no combate a pobreza extrema (BRASIL, 2013a).

Sobre a preocupação de que a arquitetura da ajuda seja sensível aos contextos locais, existe a articulação em três níveis da federação, mas em nível estadual há diferentes comprometimentos com o programa. No Rio Grande do Sul, o governo estadual criou um programa subsidiário, o RS Mais Igual, que está vinculado e complementa algumas ações do Brasil Sem Miséria (BRASIL, 2013). Em nível municipal, há o índice de gestão compartilhada, que ampliou os valores repassados e garante aos municípios um retorno financeiro mensal para a gestão e cadastro do Programa Bolsa Família. É um índice que está vinculado ao desempenho na gestão e na execução dos programas e no acompanhamento das condicionalidades que estão sujeitos os beneficiários.

Nota-se que o primeiro eixo de redução da vulnerabilidade e o aumento da segurança está contemplado, caso a extensão rural atue através do programa Brasil Sem Miséria. Observando-se a diversidade e a magnitude dos mecanismos e das instituições envolvidas, fica difícil imaginar que uma ou várias organizações de extensão rural conseguiriam dar conta da redução da vulnerabilidade de forma isolada ou setorial. Farrington et al. (2002) afirmam que intervenções de produção e de capacitação tem impacto limitado sobre os pobres, pois há muitos doentes, velhos ou são familiares que precisam cuidar desses primeiros, levando a necessidade de complementar com redes de segurança. Nessas condições, a extensão rural deve colocar as estratégias de desenvolvimento rural centradas nos direitos e nas aspirações de subsistência aos pobres com a complementaridade de ações de produção e de proteção. É uma ação voltada para os meios de subsistência e não à produção agrícola e pecuária.

Em muitas famílias visitadas nessa pesquisa era possível encontrar pessoas que exigiam cuidado, principalmente idosos e crianças. Quanto aos primeiros, encontrou-se durante as observações uma família que cuidava de idosos em troca de administrar os proventos da aposentadoria. Era uma daquelas situações de exploração descritas acima, pois as condições em que viviam eram muito precárias, mas se fosse retirado dali iria para qual lugar? No caso em questão, a extensionista contou que a família já tinha sido notificada pela Secretaria de Assistência Social para melhorar as condições do idoso.

Outro aspecto são as mães que precisam tomar conta dos filhos e se espera ainda que desenvolvam um projeto produtivo. Em uma residência visitada na fase de

observação, imaginou-se qual o tempo que aquela mulher com cinco filhos pequenos teria para se dedicar a alguma atividade?

Já em relação ao eixo do aumento no empoderamento, Farrington et al. (2002) e Christoplos (2003) apontam a inexistência de instituições que defendam os pobres e a necessidade deles terem uma postura mais ativa frente aos serviços de extensão. No programa Brasil Sem Miséria, há indicativos de que ele está bastante vinculado à condição individual dos beneficiários, mas não há nenhuma indicação explícita de inovações institucionais, como ampliação da participação em conselhos ou mesmo em órgãos de representação. Nos municípios estudados, apenas um deles tem uma representante dos beneficiários com assento no Conselho Municipal de Assistência Social e, apesar, de muitos municípios possuírem Sindicatos com tradição mais a esquerda, a maioria dos beneficiários não faz parte do quadro social pois: *“eu devo o Sindicato há anos, não consigo pagar. A Igreja, eu não consigo pagar, a religião ...”*. Nesse momento, faz uma expressão corporal para reforçar que a religião seria uma obrigação mais importante que o Sindicato e ele não consegue cumprir. (Beneficiário 2). Sem pagar a anuidade, eles acabam se afastando dessa instituição.

Sobre a questão do empoderamento nos projetos de desenvolvimento, especialmente a forma que se apresenta por agências bi ou multilaterais, governos ou ONGs, Romano (2008) denuncia que essa noção é apresentada por esses atores como transformismo, como um instrumento de legitimação que se apropria e legitima o novo para garantir que continuem fazendo aquilo que antes faziam. Sustenta que é uma noção de empoderamento em que o poder some, pois a mudança nas relações de poder não assume aspecto central, seria uma versão sem conflito e neutro. Ele é concebido como uma dádiva, uma técnica que se apreende em cursos, em um processo de tecnificação do empoderamento. Essa abordagem apresentaria dois tipos de riscos: *a superpolitização*, ao se entender que o empoderamento derivaria apenas das ações coletivas e; *a atomização*, com a supervalorização da individualidade, em que as mudanças individuais seriam as responsáveis pelas mudanças institucionais (ROMANO, 2008).

O último pilar da Extensão pró-pobre que se orienta pela criação de oportunidades é aquele que daria as condições concretas para superar a pobreza. Sem dúvida é o grande desafio no combate a pobreza. Implica, em última instância, em promover a inserção no mercado de produtos ou de serviços agropecuários ou no mercado de trabalho. Farrington et al. (2002) definem que o grau de integração com

o mercado é um critério de classificação central. Para esses autores, os pobres enfrentam maiores dificuldades no acesso aos mercados porque enfrentam altos custos de transação (devido à falta de informação e de infraestrutura precária) e padrões de qualidade que podem ser inatingíveis. Além disso, a instabilidade crescente do mercado causa flutuações repentinas e com grande impacto sobre os mais pobres e esses enfrentam, ainda, distorções nos preços por meio de subsídios ou outros instrumentos que os países desenvolvidos utilizam para proteger seus produtores. Ao tentar enfrentar esses problemas, a extensão rural pode elevar os riscos e causar maior instabilidade e vulnerabilidade entre os pobres. Estes autores defendem que, como ela não pode fornecer diretamente uma solução para o problema poderia, de forma secundária, ajudar a promover uma maior consciência dos potenciais retornos e riscos associados às alternativas que se buscam para acessar o mercado.

Há a indicação que, do ponto de vista do acesso ao mercado, apenas em um município que existe uma cooperativa de produtores de leite que essa alternativa de produção voltada para a comercialização do leite fluído teve desempenho significativo no programa. Nesse período, houve uma crise no mercado de leite fluído, com a saída de operação de algumas cooperativas e intermediários que acabou por excluir muitos produtores com pequeno volume de produção. Nos outros casos, houve incorporação bem limitada nas compras governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A dificuldade no acesso aos mercados institucionais se dá inclusive pela agricultura familiar mais organizada, que não consegue atender as exigências burocráticas dos programas. Resta para a maioria dos produtores o espaço da comercialização informal, através de contato direto com os consumidores. Poucos relatos indicam a colocação no comércio local. Esse fato confirma os estudos de Silveira (2013), que em tese de doutorado deste Programa analisou a informalidade na comercialização dos produtos da agricultura familiar e seu papel no abastecimento local e demonstrou que essas trocas são significativas para a renda de muitas famílias.

Essa parece ser uma recomendação importante que os dois documentos trazem para a extensão, ou seja, a organização extensionista deve aumentar o conhecimento sobre o funcionamento do mercado e das cadeias agropecuárias para ter condições de aproveitadas oportunidades que os mercados possam oferecer aos pobres. Christoplos (2003) aponta que a análise do mercado e das opções de inclusão

deve se dar levando em consideração a questão espacial, apresentando uma divisão das regiões de acordo com a localização e o potencial produtivo. Para o autor, há áreas com alto potencial e bem integradas e áreas isoladas e de baixo potencial. Dessa forma, a intervenção da extensão em áreas com alto potencial deveria ser orientada para a produção de frutas, de legumes e de leite, reforço na micro e pequena irrigação, na melhoria da qualidade e na regularidade dos produtos, tecnologias intensivas em mão de obra nas grandes propriedades, na redução de riscos e desastres naturais e no auxílio à obtenção de rendas não agrícolas. Essas ações seriam facilitadas pela proximidade com os mercados e as áreas urbanas.

Quando se trabalha em áreas isoladas e de baixo potencial, sugere-se que a extensão deva trabalhar com uma produção de subsistência, na diversificação da dieta alimentar, na gestão de recursos naturais e das bacias hidrográficas, no aumento na eficácia das redes de proteção, assessoramento técnico para produção de produtos de alto valor [que compensariam os maiores custos de transação] e a formação para o trabalho semiespecializado em grandes empresas agrícolas que facilitaria a migração para áreas mais dinâmicas. Esse último aspecto é reforçado diante da evidência de que muitas famílias podem residir em determinado lugar enquanto alguns membros trabalham em outro, seja de forma temporária ou não, enviando recursos para manutenção familiar (FARRINGTON et al., 2002). Sobre a migração temporária foi comum observar nas entrevistas que entre esse público beneficiário muitos realizam trabalhos longe da família. Os trabalhos na fruticultura na região de Vacaria ( maçã), Caxias (uva) e Montenegro (bergamota) são os mais comuns, pois a necessidade de trabalho nesse setor é elevado e existe uma organização para recrutar e levar os trabalhadores da região Celeiro para os pomares. Há problemas nesse tipo de emprego, como o contato com drogas e o alcoolismo, gastos indevidos e outros problemas que não aconteceriam se estivessem em casa. Em uma comunidade, havia mais de trinta pessoas trabalhando fora, em uma rotina que

Passam mais pra Vacaria, só vem de mês em mês, às vezes ficam três ou quatro meses, vem e ficam dois três dias em casa e voltam (...) Tem que se virar os coitados. Meu filho mora ali ( apontando uma casa ao lado), minha nora fica em casa , o irmãozinho dela fica de companheirinho (Beneficiária 3).

Outros trabalhos comuns são a construção civil, atividades domésticas na vizinhança e trabalhos esporádicos na lavoura de grãos, como a retirada de pendão



na produção de milho semente para a PIONEER, que oferece uma ocupação certa durante o ano e rende em torno de R\$ 3000,00 por temporada, segundo uma trabalhadora. Farrington et al. (2002) reforçam a dificuldade de acesso ao mercado pelo pobres em áreas remotas, cujos custos de transação se acentuam na obtenção de informações, na criação de relações de confiança, na obtenção de insumos e nas trocas em mercados tradicionais. A redução desses custos passaria por investimento em infraestrutura e serviços de informação e outros meios para reduzir as falhas do mercado. Dentro dos serviços de informação, definem que a mudança técnica, assunto fundamental para a extensão rural, impacta a agricultura feita pelos pobres de forma direta através do aumento da produtividade em suas terras (tanto para consumo como para venda) ou de forma indireta pelo aumento de oportunidades locais de emprego através de efeitos secundários sobre o crescimento na economia não agrícola local ou mesmo pela migração quando essa mudança se der em outros locais. Outra vantagem do aumento da produção seria a maior disponibilidade de alimentos e fibras e o efeito sobre o preço dos alimentos. Essa última poderia beneficiar o pobre enquanto consumidor, mas prejudicá-lo enquanto produtores de alimentos. Parece que no aspecto da inserção produtiva dos pobres há uma leitura da abordagem dos meios de vida a partir de uma visão da nova economia institucional com o foco nos custos de transação, buscando, talvez, suprir os limites microeconômicos que a abordagem possui.

Uma melhoria no transporte pode melhorar a empregabilidade dessas pessoas, como já afirmado acima, e, sem dúvida, melhorar a comercialização. Em uma entrevista, uma beneficiária afirmou que vendia parte de sua produção na cidade. Porém, depois de venderem a motocicleta que permitia o transporte, as vendas recuaram bastante porque o ônibus só passa uma vez por semana, é demorado e dificulta essas vendas.

### 7.3 O CONTEXTO INSTITUCIONAL DA OFERTA DA EXTENSÃO PRÓ-POBRE

Um dos aspectos que dominou a discussão no final do século passado foram os processos de reforma nos sistemas públicos de extensão, sendo a privatização dos serviços apontada como a solução para a ineficiência e baixa cobertura dos serviços oficiais. Diesel et al. (2008) oferecem um bom panorama sobre os processos de

reforma e privatização na extensão rural e concluem que, devido à natureza dos serviços, os defensores da privatização e saída estatal da atividade passaram a defender que o Estado deve assumir o papel de fomentador dos agentes privados.

Para a extensão pró-pobre, Christoplos (2003) afirma que, apesar das reformas, nem o setor público nem o setor privado conseguiram superar o fraco e vago compromisso da extensão no combate à pobreza. Há um fracasso em lidar com os pobres, pois nenhum consegue chegar até eles. Diante da necessidade de um conjunto de mudanças políticas para reverter a situação, apontam que o setor público, não possuindo recursos para atender a todas as exigências dos serviços de extensão, deve orientar a aplicação dos recursos públicos para atender os pobres em nível local na melhor relação custo/benefício.

Farrington et al. (2002), em um documento que analisa a extensão em contextos de vulnerabilidade e de pobreza, afirmam ser necessário promover a privatização de extensão em áreas bem integradas. Os recursos públicos destinar-se-iam para áreas mais remotas, testando abordagens pluralistas que envolvam combinações de financiamento público e privado. Entendem que nem o setor público nem a crítica liberal e privatista consegue dar conta do desafio de atender a pobreza, porque os pobres não requerem apenas tecnologias voltadas para o aumento da produção, forçando a extensão a ir além da setorialidade. Apesar de reconhecerem o risco da cooptação dos extensionistas pelas elites locais, defendem a descentralização e o pluralismo institucional e reafirmam os consensos que o Grupo Neuchâtel estabeleceu em relação a esse aspecto, ou seja, que o Estado tivesse atuação indispensável na promoção de regiões deprimidas, no combate à pobreza e à preservação ambiental, mas fizesse isso pela valorização da ação de agentes privados através do financiamento da execução de serviços por terceiros. Porém, dada as realidades e as prioridades da intervenção, não seria possível delinear um modelo único que englobasse agentes públicos e privados no financiamento de execução dos serviços de extensão rural (DIESEL, 2012).

No contexto Latino-Americano e Caribenho, após as reformas dos serviços, surgiu uma complexa relação entre entidades públicas e privadas, coexistindo diversas empresas que ofertam os serviços de extensão (MEJÍA, 2003). No caso brasileiro, é possível observar que essa condição pluralista na prestação de serviços de extensão rural também persiste, pois nos últimos anos, além de ampliar a

contratação de profissionais nas empresas públicas, várias empresas de caráter privado são contratadas para prestar serviços na modalidade de contrato.

O sítio eletrônico do Sistema Informatizado de ATER (SIATER) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) indica que há 797 entidades credenciadas para prestação de serviços de ATER e que estas são contratadas a partir do que determina a Lei 12.188/10, no seu capítulo IV, artigos 18 e 19. A legislação estabelece que a contratação de serviços de ATER de entidades devidamente credenciadas no SIATER acontecerá por meio de chamada pública, cuja publicidade deve se dar por 30 dias na página inicial do órgão contratante e no Diário Oficial da União. Deverão constar, nessa chamada, os seguintes itens: a) o objeto a ser contratado, descrito de forma clara, precisa e sucinta; b) a qualificação e a quantificação do público beneficiário; c) a área geográfica da prestação dos serviços; d) o prazo de execução dos serviços; e) os valores para contratação dos serviços; f) a qualificação técnica exigida dos profissionais, dentro das áreas de especialidade em que serão prestados os serviços; g) a exigência de especificação pela entidade que atender à chamada pública do número de profissionais que executarão os serviços, com suas respectivas qualificações técnico-profissionais e; h) os critérios objetivos para a seleção da Entidade Executora (BRASIL, 2013b).

No Programa Brasil Sem Miséria, os serviços de ATER são contratados por meio dessa base legal. Analisando o resultado das chamadas públicas já realizadas, é possível constatar que tanto entidades públicas como privadas foram selecionadas para executar a ATER nesse programa (BRASIL, 2013b). Aparentemente, o pluralismo institucional e não a criação de agência pública para atender a pobreza rural tem sido a opção brasileira e está em consonância com a elaboração do Grupo Neuchâtel. Na região Celeiro-RS, uma análise das entidades credenciadas junto ao Sistema SIATER do MDA demonstra que há 19 entidades cadastradas em 2014, sendo 08 empresas privadas de assistência técnica, 05 cooperativas de agricultores, 02 cooperativas de técnicos, 01 Organização da Sociedade Civil, 02 Prefeituras Municipais e a EMATER- ASCAR/RS (empresa oficial do Estado) que possuem sede na região ou base territorial de sua ação (BRASIL, 2014). A existência dessas empresas só reafirma o contexto de pluralismo institucional, mas não significa que elas atuem junto aos pobres. Efetivamente, apenas a EMATER- ASCAR/RS está atuando no programa Brasil Sem Miséria e RS Mais Igual, sendo que parte das ações

são financiadas a partir de chamadas públicas (ATER Indígena) e parte com orçamento próprio da empresa através de um acordo de cooperação.

Outra preocupação expressa pelos autores do Grupo Nêuchatel é a efetividade da extensão rural no atendimento dos mais pobres entre os pobres. Farrington et al. (2002) e Christoplos (2003) chamam a atenção para esse aspecto. Não basta ter recursos, profissionais e programas se eles não conseguem atingir a população mais necessitada. Farrington et al. (2002) vão utilizar a triagem, o processo de escolha dos mais aptos a sobreviver nos hospitais de campanha em períodos de guerra para exemplificar a priorização. Entendem que é uma forma de lançar luz sobre a prática e as escolhas éticas que devem ser feitas na priorização no desenvolvimento rural. Essa triagem manifesta-se de várias maneiras, como a falta de tecnologia apropriada e de pesquisa de campo capaz de gerá-la, falta de capacidade logística para chegar ao mais pobre, falta de pessoal e estrutura institucional em áreas mais remotas, problemas de comunicação e de diferentes visões de mundo ao lidar com os mais pobres, a condição de insegurança em zonas marginais e a falta de conhecimento e capacidade da organização de extensão em gerar alternativas para os pobres.

O programa Brasil Sem Miséria (BSM) instituiu uma novidade em relação à seleção dos beneficiários. No programa BSM, foi institucionalizado o conceito e a prática da busca ativa, que significa levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas pobres cheguem até o poder público. A localização, inclusão no Cadastro Único e a atualização cadastral de todas as famílias pobres com o encaminhamento para os serviços da rede de proteção social são feitos através de um esforço que envolve todos os níveis da federação e diversas entidades, entre elas as prestadoras de serviços de ATER (BRASIL, 2013a). Essa estratégia, que gerou iniciativas variadas e bem criativas, permitiu que a condição de localizar e fazer chegar os serviços até os mais pobres dos pobres pudesse ser atendida. A meta de alcançar 800 mil famílias em condição de pobreza extrema foi atingida antes do tempo previsto, já que consta no balanço e no acompanhamento das ações do programa um total de 916.947 famílias atendidas no período de junho de 2011 a agosto de 2013 (BRASIL, 2013a).

É na ação de inclusão produtiva que a atuação da ATER está mais destacada e com os papéis mais definidos. O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, criado pela lei federal 12.512/2011, prevê que sua execução seria por meio da transferência de recursos financeiros não reembolsáveis e da disponibilização de serviços de assistência técnica. Os beneficiários deverão pertencer ao

enquadramento legal da agricultura familiar (Lei federal 11.326/2006) ou outros grupos populacionais que se encontrem cumulativamente em condições de extrema pobreza e inscritos no Cadastro Único. Posteriormente, houve uma regulamentação do Programa de Fomento através do decreto nº 7.644/2001 (BRASIL, 2006, 2011a, 2011b).

O Decreto possui cinco objetivos: *a)* estruturar atividades produtivas dos beneficiários com vistas à inclusão produtiva e promoção da segurança alimentar e nutricional; *b)* contribuir para o incremento da renda dos beneficiários, a partir da geração de excedentes nas atividades produtivas apoiadas; *c)* estimular atividades produtivas sustentáveis e agroecológicas; *d)* promover ações complementares e articuladas com órgãos e entidades para o fortalecimento da autonomia dos beneficiários, especialmente o acompanhamento técnico e social, o acesso aos mercados e a disponibilização de infraestrutura hídrica voltada à produção; *e)* estimular o dinamismo dos territórios rurais, por meio de orientação às famílias beneficiárias acerca das oportunidades econômicas presentes nas cadeias produtivas regionais. Para atingir esses objetivos, foi definido um comitê gestor interministerial, ficando os serviços de ATER sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2011b).

De acordo com o documento, o MDA fica, entre outras atribuições, responsável pela disponibilização dos serviços de ATER e pela formação das equipes técnicas. Essa formação tem o seu “currículo” definido pelo decreto e deve contemplar: I - estratégias de superação da pobreza rural; II - metodologias e conteúdos adequados às condições socioeconômicas das famílias beneficiárias do Programa; III - princípios de segurança alimentar e nutricional; IV - atendimento das diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; V - participação das famílias beneficiárias nos programas de compras governamentais e nas políticas sociais; VI - superação das desigualdades de gênero, geração, raça e etnia; VII - erradicação do trabalho escravo; e VIII - sustentabilidade econômica, social e ambiental das atividades promovidas. (BRASIL, 2011b).

Já as famílias beneficiadas terão a transferência dos recursos condicionada ao termo de adesão devidamente assinado pelo responsável e a apresentação do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar que será feito em conjunto com a prestadora de serviço da ATER. Esses recursos são parcelados e no momento estão estimados em dois mil e quatrocentos reais (R\$ 2.400,00). O acompanhamento da

liberação das parcelas deve ser feito através de laudo do responsável pela ATER. Há referência e previsão para que aconteçam ações coletivas. As ações de ATER deverão ser disponibilizadas em conformidade com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e deverão atender todos os integrantes das famílias beneficiárias do Programa que sejam responsáveis pelas atividades descritas no projeto de estruturação da unidade produtiva familiar (BRASIL, 2011b).

São estabelecidas também as responsabilidades das equipes de ATER: a) identificar todos os membros das famílias beneficiárias, suas condições socioeconômicas e de acesso a fatores de produção, além de encaminhar, conforme orientação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as demandas identificadas para os agentes públicos responsáveis; b) registrar, em formulário a ser indicado, informações sobre famílias não identificadas nos cadastros utilizados, com os dados obtidos de acordo com fluxo operacional definido pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário; c) apresentar o Programa às famílias elegíveis; d) elaborar o projeto de estruturação da unidade produtiva familiar; e) recolher o termo de adesão assinado; f) elaborar os laudos de acompanhamento, para avaliação do cumprimento das atividades previstas no projeto de estruturação da unidade produtiva familiar; g) sempre que possível, articular o projeto de estruturação produtiva da unidade de produção familiar aos projetos de desenvolvimento local e territorial; h) encaminhar laudos de acompanhamento para a prorrogação do prazo para a estruturação da unidade produtiva familiar, em conformidade com a execução dos serviços de ATER, sempre que cabíveis; i) comunicar aos órgãos competentes indícios, indicativos ou notícias que venham a ser identificados por ocasião de suas atuações em campo, de pessoas vitimadas ou assediadas para a prática de trabalho escravo, degradante ou a qualquer deles assemelhado (BRASIL, 2011b).

Uma análise mesmo que superficial do escopo legal do programa de fomento demonstra que há um forte componente burocrático-legal nas ações da ATER, fato que é compreensível, pois há transferência de recursos públicos sem previsão de retorno, o que implica em maiores cuidados e controle na liberação. Fica-se com a impressão que essa regulamentação, a partir da Lei federal 12.512/2011 e do Decreto nº 7.644/2001, prestou uma maior atenção na relação família – prestadora do serviço de ATER e suas atividades produtivas. Fica a dúvida porque faltam referências sobre

mediadores intermediários que seriam responsáveis pela articulação para acesso ao mercado. Não está explícita na normatização, afora a possibilidade de articulação com projetos locais ou territoriais e um item sobre políticas de compras governamentais na formação, indicando que nessa fase inicial talvez o foco principal esteja baseado na produção de subsistência.

Em entrevista com uma das gestoras do Programa Brasil Sem Miséria do Ministério do Desenvolvimento Social foi possível apurar que houve uma discussão sobre a pertinência ou não de incluir a ATER junto aos recursos, pois a opção de apenas ampliar a transferência dos valores monetários pelos canais já existentes (no caso, o Bolsa-Família) era de fácil execução. Entretanto, a inclusão da ATER junto com os recursos não reembolsáveis estava baseada na experiência do microcrédito, especialmente do Pronaf B.

Nós nos debruçamos sobre a experiência do microcrédito e claramente o microcrédito fazia a diferença na vida das famílias e não levava a inadimplência quando se tinha orientação técnica, quando se tinha o acompanhamento técnico. No caso, até do Banco do Nordeste, a experiência era um pouquinho mais restrita porque aquele técnico agrícola que acompanha a família no Agroamigo, ele tem uma visão mais de orientação financeira, mas ele também faz às vezes uma orientação técnica. Então, claramente a diferença na sustentabilidade dos projetos estava na assistência técnica. Para além disso, já havia um esforço do MDA principalmente em aproximar, exatamente por ter esse entendimento, de aproximar a assistência técnica desse público do microcrédito. Então assim, sempre se teve o entendimento que a assistência técnica tinha um papel a desempenhar também com esse público que é o público da inclusão produtiva, que está tomando um fôlego para a estruturação produtiva. (...) Para nós, a ATER sempre foi o elemento a diferenciar esse processo. Claramente, para nós, não faria sentido chegar só com recursos não reembolsáveis, porque se fosse isso poderia ser feito pelo Bolsa-Família. Esse dinheiro só faz sentido se ele chegar com a orientação técnica (...) e a gente entende que a ATER tem um papel educativo. Na verdade, a gente tem a impressão, no programa, que a ATER tá recuperando muito assim do que é mais originário na Extensão Rural. Essa a impressão que a gente tem (Entrevista gestora MDS, 2014)

Outro fator importante na avaliação da entrevistada para a inclusão da ATER, além do aspecto salientado acima, foi o momento vivido na ocasião em que discutiam e elaboravam a ação de Inclusão Produtiva. Era um período logo após a aprovação da lei 12.188/2010 que regulamenta os serviços de ATER e havia muita expectativa de que a nova legislação resolvesse os inúmeros entraves que a forma de contratação de convênios causava na execução da ATER. Afinal, como ela mesmo comenta :

(...) a gente tinha acabado de aprovar a lei de ATER, estava exercitando a chamada, a chamada dentro da lei de ATER é um elemento muito importante

porque se você vem em um processo de reconstrução da ATER e culmina nesse momento com a sanção da lei de ATER. O instrumento da chamada nos permite exatamente fazer esses recortes de perfil de renda, do público, de metas muito particulares pra se chegar nesse público. Isso dificilmente a gente conseguiria com um convênio, por exemplo, além de toda a burocracia que o convênio trazia para a entidade, de prestação de contas e tudo mais. A chamada, o instrumento chamada pública, nos permite fazer esses recortes para chegar nesse público (Entrevista gestora MDS,2014).

Esse aspecto da chamada pública permite a definição mais exata, tanto do público como do tipo de trabalho que se espera que a entidade prestadora do serviço venha a desenvolver. Um detalhe importante que foi revelado pela entrevistada é o aspecto de que não haviam entidades com experiência em trabalhar com o público da pobreza extrema. A literatura que discute o pluralismo e a extensão para os pobres geralmente aponta que as organizações não-governamentais possuem mais capacidade de trabalhar com os pobres dada à sua flexibilidade institucional e outras vantagens, quando comparadas com as entidades públicas. Era de se esperar que nessa situação elas teriam muito a contribuir. Infelizmente, o relato que é dado demonstra que não. Ao perguntar qual a avaliação que se fazia da ação de Inclusão Produtiva após três anos de execução, surpreende a resposta recebida:

Primeiro, me surpreendeu o fato de que entidades não tivessem alcançado esse público e tenham admitido isso em vários dos momentos de avaliação que nós fizemos sobre o programa. As entidades nos disseram – e aí estamos falando das públicas e das não-governamentais – que você poderia dizer – Ah! é um problema das EMATE/RS. Não. As não-governamentais também não tinham atingido esse público – esse público, pra gente generalizar um pouco, o público do Bolsa-Família. Algumas entidades nos disseram: - Nós não tínhamos nem clareza da razão de ser, da razão do existir do Bolsa - Família. A gente foi ver agora dentro do Programa. Isso me surpreendeu (Gestora MDS,2014)

Havia claramente um abandono do população em pobreza extrema no Brasil e esse fato causa surpresa. Esperava-se que depois de diversos programas como o RS-Rural, PR-Rural, Programas baseados no Fundo Social de Emergência, enfim, uma série de iniciativas baseadas na orientação do Banco Mundial no sentido de políticas compensatórias nos anos 1990 e que contaram com o apoio e a execução de muitas ONGs e entidades públicas (CHOSSUDOVSKY, 1999; GRISA; SCHNEIDER, 2015) deveria existir *expertise* em algumas entidades. De qualquer forma, o reconhecimento de que não haviam experiências que pudessem contribuir com a tarefa que tinham pela frente, cujo registro é necessário para demonstrar a novidade que representou a ação de Inclusão Produtiva para os serviços de ATER no



Brasil, apenas dificultou o trabalho dessas entidades, que foram obrigadas a “aprender” a trabalhar com o público durante a execução dos trabalhos, trabalho que não foi fácil e que a entrevistada considera a outra surpresa que teve: o empenho das entidades.

Me surpreendeu é que as entidades fizeram um esforço muito grande para chegar nesse público. Eles responderam. Tudo bem que tinha um contrato a ser cumprido que garantia o custeio da entidade, mas chega uma hora que você pode (pausa)... Não. Vou quebrar esse contrato, vou encerrar, está me dando muito trabalho. As primeiras entidades que foram contratadas com a chamada de 2011, elas aprenderam com a gente. Nós estávamos aprendendo sobre a chamada, estávamos aprendendo a lidar com esse público. Que instrumentos oferecer para atender esse público e as entidades toparam isso, Enfrentaram o pão que o diabo amassou. Foi difícil. Foi difícil a mobilização, foi difícil a seleção, foi difícil as etapas posteriores até chegar na primeira parcela e as entidades toparam (Entrevista Gestora MDS, 2014).

Observa-se, durante a entrevista, que a segunda surpresa da gestora evidencia um aspecto positivo, que foi o empenho das entidades na execução dos serviços. Se essa capacidade de responder a desafios for uma característica das empresas, talvez seja um elemento que auxilie a explicar a variedade de ações que executam. Um bom desempenho leva as entidades a angariar novos trabalhos, fruto da boa avaliação que os contratantes fazem. Se as afirmações transcritas acima já demonstram uma avaliação positiva, que evidenciava o empenho e a colaboração encontrada, na sequência há a confirmação de que as entidades foram além do que o Ministério esperava e conseguiram mostrar que a escolha da ATER como componente do ação de Inclusão Produtiva foi um acerto, já que para ela

As entidades, além dos recursos que nós oferecíamos (...) elas investiram recursos próprios.(...) Entenderam a regra do jogo. Levaram a ferro e fogo vários elementos do programa que não necessariamente era uma regra mas eram uma orientação.(...) Foi uma experiência muito rica ( Entrevista Gestora MDS,2014).

De acordo com o representante do Departamento de Assistência técnica e Extensão Rural ( DATER) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pelo acompanhamento da ATER no Programa , havia, no País, em 2014, 250 mil famílias beneficiárias do Programa Brasil Sem Miséria que recebiam serviços de ATER em contratos de chamadas públicas ou em acordos de cooperação. O custo médio anual era da ordem de R\$ 1.000,00 por família atendida. As chamadas são construídas diretamente pelo MDA, em diálogo com as parcerias da sociedade civil e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a EMBRAPA. NO BSM, é feito um cruzamento

dos dados de domicílios em extrema pobreza do censo IBGE 2010, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Declaração de Aptidão (DAP) e CadÚNICO para definir público por região, estado e municípios, priorizando regiões onde há maior número absoluto de famílias em situação de extrema pobreza. Esses números são submetidos a uma verificação com as Delegacias do MDA para avaliar a “razoabilidade dos dados de escritório”. O desenho das chamadas no aspecto metodológico e documental, bem como a pontuação das entidades que concorrem e que é aperfeiçoada ano a ano. Há um Comitê de Ater composto por representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), Instituições públicas e privadas de ATER, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e representantes de diferentes coordenações do MDA que reúne-se anualmente para discutir aperfeiçoamento nesses instrumentos. Quando perguntado se havia representação do público beneficiário do BSM, o gestor respondeu que

Não há movimento claro em favor dos beneficiários. Os movimentos de defesa da agricultura familiar - FETRAF, CONTAG, Via campestre, etc - fazem a defesa do público da agricultura familiar; porém, na minha impressão, ainda há poucas pautas específicas para o público em situação de extrema pobreza. As instituições executoras de contratos de ATER, a rede ASA, movimento de mulheres, movimentos de quilombolas/comunidades tradicionais e representantes do governo federal são os principais agentes que pautam o tema pobreza com o objetivo de aperfeiçoar as políticas públicas existentes (Gestor MDA, 2014).

Observa-se que a inclusão da ATER no atendimento do público do Plano Brasil Sem Miséria se deu mais a partir de uma opção pragmática, baseada em experiências passadas e bem sucedidas da gerência governamental do que resultado de uma pressão pelos movimentos sociais do campo no combate à miséria.

#### 7.4 A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATER NA REGIÃO CELEIRO

A prestação dos serviços de ATER dentro do Brasil Sem Miséria no caso estudado se deu através de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e EMATER-RS, assinado no dia doze de

julho de 2012 e publicado o extrato do acordo de cooperação técnica na edição 144 do Diário Oficial da União do dia 26 de junho de 2012, na seção 3, página 109. Esse acordo tinha por objeto a articulação institucional para a execução de ações de inclusão produtiva rural que compõem o Plano Brasil Sem Miséria para famílias de agricultores e agricultoras familiares em situação de extrema pobreza do Estado do Rio Grande do Sul.

O acordo buscava, através da atuação conjunta, a consecução do objetivo de propiciar a inclusão produtiva das famílias com o uso dos instrumentos disponíveis no Programa Brasil Sem Miséria e no RS Mais Igual. Dentro desses instrumentos, estavam a assistência técnica, o crédito e as demais políticas vinculadas a esses programas. As responsabilidades de cada um dos signatários do acordo ficaram assim divididas: por parte da União, o Ministério do Desenvolvimento Agrário seria responsável por: a) prestar informações e orientações necessárias para a implementação da presente cooperação; b) promover a capacitação das equipes técnicas da EMATER/RS para prestação dos serviços de ATER, utilizando a metodologia e o sistema de acompanhamento do PBSM; c) oportunizar a 6.000 (seis mil) famílias de agricultores familiares em extrema pobreza atendidas pelos serviços de ATER BSM a inclusão no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, no âmbito de suas competências, nos termos da Lei 12.512/2011; d) oportunizar, no âmbito de suas competências, às famílias beneficiárias, o acesso à comercialização por meio do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar [...]; e) articular ação complementar para oferta de insumos diversificados para os agricultores e agricultoras familiares em extrema pobreza, como sementes, mudas, pequenos animais e calcário, entre outros produtos adequados à realidade de cada território e de cada município atendido; f) promover o acesso à documentação civil e de apoio à produção Pelo Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) para famílias beneficiárias e demais pessoas residentes nos territórios de execução dos serviços de ATER- BSM; g) designar formalmente um técnico de nível superior, integrante do respectivo quadro de pessoal, incumbido de coordenar, direta e conjuntamente com os demais partícipes deste acordo, a execução do acordo e subsequentes “Ajustes de Implementação”.

Outro ministério envolvido, O MDS, possuía as seguintes obrigações: a) prestar informações e orientações necessárias para a implementação de presente cooperação; b) oportunizar a 6.000 (seis mil) famílias de agricultores familiares em

extrema pobreza atendidas pelos serviços de ATER a inclusão no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, pela transferência de recursos não reembolsáveis no valor de até R\$ 2400,00; c) dar suporte e apoio às prefeituras para a realização de busca ativa por meio da atualização do cadastro e da inclusão de novos beneficiários no Cadastro Único de Programas Sociais (CADUNICO); d) emitir, no mínimo, 500 (quinhentas) Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) para famílias de agricultores que não a possuem e que se enquadrem nos critérios de inclusão do PBSM e atualizar os registros das famílias que possuem DAP; e) apoiar a realização dos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) nos territórios atendidos pelo PBSM; f) apoiar a comercialização da produção das famílias de agricultores familiares com a disponibilização de instrumentos específicos; g) aderir ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade termo de adesão, nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei nº 12.512/2011; h) disponibilizar e distribuir insumos às famílias de agricultores e agricultoras familiares atendidos por ATER-PBSM; i) apresentar, conjuntamente com o Estado, plano de trabalho a ser aprovado pelo MDA e pelo MDS para operacionalização das atividades objeto deste acordo; j) designar formalmente um técnico de nível superior, integrante do respectivo quadro de pessoal, incumbido de coordenar, direta e conjuntamente com os demais partícipes deste acordo, a execução do acordo e subsequentes “Ajustes de Implementação”.

Em nível estadual, as responsabilidades ficaram para a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e a EMATER/RS. À SDR cabia: a) garantir o cumprimento, por parte do governo estadual, da meta de aquisição de 30% da merenda escolar junto a agricultores familiares; b) articular a participação dos municípios no esforço de ampliação da aquisição de produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE; c) aderir ao PAA na modalidade termo de adesão, nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei nº 12.512/2011; d) disponibilizar e distribuir insumos às famílias de agricultores e agricultoras familiares atendidos por ATER-PBSM; e) apoiar a realização dos mutirões do PNDTR nos territórios atendidos pelo PBSM, garantindo a emissão dos documentos civis e de apoio à comercialização no âmbito de suas competências; f) apoiar a comercialização da produção das famílias de agricultores familiares, com a disponibilização de instrumentos específicos; g) apresentar, conjuntamente com a EMATER/RS, plano de trabalho a ser aprovado pelo MDA e pelo MDS para operacionalização das atividades objeto deste acordo; h) designar

formalmente um técnico de nível superior, integrante do respectivo quadro de pessoal, incumbido de coordenar, direta e conjuntamente com os demais partícipes deste acordo, a execução do acordo e subsequentes “Ajustes de Implementação”.

Por fim, as responsabilidades expressas para a EMATER/RS no referido acordo de cooperação eram: a) prestar serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) a seis famílias de agricultores e agricultoras familiares em situação de extrema pobreza no Estado, utilizando a metodologia e o sistema de acompanhamento do PBSM e; b) registrar regularmente nos sistemas eletrônicos indicados pelo MDA os dados provenientes da execução dos serviços de ATER BSM. Diferente dos contratos de ATER vinculados às chamadas públicas, nesse caso, a remuneração dos serviços não veio do Governo Federal, ficando sob o encargo do Governo Estadual, conforme já evidenciou Bernardi (2016 p. 15) em dissertação apresentada à esse Programa de Pós-Graduação. O não desembolso dos recursos é a única diferença, já que apesar de não ser uma chamada pública “*ela está dentro do SIATER, nos mesmos moldes, tem uma meta de visitas, uma meta de capacitação, oficinas, uma série de ações a serem desenvolvidas em 2 anos*” (Coordenador estadual na EMATER/RS).

Um ano após a primeira assinatura, esse acordo de cooperação recebeu um aditivo, assinado pelas partes em dezoito de julho de 2013 e publicado na edição 171 do Diário Oficial da União, de quatro de setembro de 2013, na seção 03, página 172.. Através desse aditivo, que alterava a cláusula terceira (Das responsabilidades) do acordo de cooperação, a meta inicial de seis mil famílias passou a ser de onze mil famílias. Uma série de alterações foram feitas para corrigir problemas da execução e adequar as responsabilidades. Essas alterações não serão objeto de análise porque se referem à segunda etapa do programa, que não foi objeto de pesquisa desse estudo.



## 8 A DINÂMICA DA AÇÃO DE INCLUSÃO PRODUTIVA NA REGIÃO CELEIRO

A primeira etapa da Inclusão Produtiva foi executada em oito municípios da região Celeiro (Braga, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Miraguaí, Três Passos e Tiradentes do Sul) e na Terra Indígena do Guarita, que não foi considerada no estudo. A seleção desses municípios se deu através de processo que é objeto do Decreto 49.538, de 03 de setembro de 2012 e definia os seguintes critérios:

I - famílias inscritas no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico; II - famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família; III - famílias com Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP; e IV - renda per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais). Parágrafo único. Em caso de empate nos critérios referidos neste artigo, terão prioridade as famílias com maior número de filho(as) e famílias chefiadas por mulheres (BRASIL, 2012, p. 3).

Conforme era orientação expressa no Decreto no artigo 3º inciso I, seria necessária a realização de plenárias nos Territórios e outros Fóruns Regionais para a apresentação das ações. Na região, a plenária do Colegiado do Território da Cidadania Noroeste Colonial aconteceu no dia 06/06/2012 e houve uma reação dos participantes aos critérios estabelecidos, pois havia o entendimento que não representavam a condição real da pobreza na região. A principal discordância se dava pela utilização dos inscritos no CAD-único, procedimento que muitas prefeituras não atualizavam e acabou privilegiando aquelas com maior organização no setor de Assistência Social e também pela exclusão da população indígena que é expressiva neste território. Na ocasião, foi feita uma contraproposta para atendimento de 50 famílias nos três municípios que possuem terras indígenas (São Valério do Sul, Tenente Portela e Redentora), pois a promessa de uma ação futura não foi bem aceita pela comunidade indígena. Essa contraproposta não se efetivou, mas posteriormente essas famílias foram atendidas em número superior ao solicitado, em torno de 600 famílias já na primeira etapa.

A EMATER/RS elaborou um manual de orientação sobre os Projetos de assistência técnica e extensão rural da Emater/RS-Ascar para agricultores(as) familiares em situação de extrema pobreza no RS, a partir da legislação existente e criando os ritos burocráticos e a padronização de formulários e ações para a execução do Programa. Essa tarefa teve delegação feita pelo Governo Estadual no Decreto

49.522 ,de 30 de agosto de 2012. No referido Manual, eram explicitadas as ações que a empresa estava comprometida enquanto executora do Programa no meio rural:

a) articular o projeto com parcerias regionais e locais; b) identificar, junto às parcerias locais, os beneficiários do programa, a partir de lista fornecida pelo MDA e dos critérios estabelecidos por decreto do Governo do Estado; c) informar aos parceiros e beneficiários sobre o programa; d) promover eventos de capacitação continuada para os beneficiários; e) realizar diagnóstico nas unidades de produção familiar; f) elaborar projeto de estruturação produtiva familiar; g) realizar visitas às unidades de produção para acompanhamento e orientação às famílias; h) elaborar laudo de acompanhamento das atividades implementadas na unidade produtiva; i) realizar evento de avaliação do projeto; j) organizar documentação comprobatória da participação dos beneficiários no projeto (EMATER/RS, 2012, p.16).

Para realizar essas ações, foram contratados novos extensionistas e feita uma formação destes com os colegas antigos que iriam trabalhar com a ação de Inclusão Produtiva . A formação dos Extensionistas foi realizada pela entidade executora e os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social, conforme previa o Acordo de Cooperação. A duração foi de uma semana na cidade de Santo Augusto-RS. Os participantes avaliaram que a formação foi boa, mas deixou muito a desejar. Para alguns, havia uma ideia do público beneficiário por parte dos instrutores que era muito diferente porque “eles tinham a visão do Nordeste e que não se adequava à nossa realidade e muitas coisas que nos disseram, na prática não funcionaram” (Extensionista 1). Outra crítica que é variante da anterior é que houve pouca abordagem sobre a região em que iriam trabalhar, fato compreensível porque a formação envolveu mais que uma regional da EMATER/RS e não apenas a regional de Ijuí. Outros alegaram que faltou preparação de como trabalhar diretamente com a família:

No sentido de faltou de como enfrentar aquela carga de emoções, vai surgir muita coisa (...) que de certa forma você teria que ter um preparo, principalmente na parte psicológica, de como trabalhar com a família quando surgirem problemas graves, como o mesmo avô é pai das crianças dentro de uma família, com vai trabalhar esse tipo de coisa dentro da família e ao mesmo tempo trabalhar a parte produtiva? (Extensionista 2).

Além desse aspecto psicológico, subentende-se que o aspecto metodológico poderia ser mais explícito pois “*faltou mais uma parte de preparação para entendimento com esse público (...) como se tratar, como se fazer entender com esse tipo de público*” (Extensionista 3). Outro extensionista demonstra que a formação teve a função de nivelar entre os participantes o funcionamento do programa, porque



A gente nunca trabalhou com esse público, nem o pessoal lá sabia como ia ser. Acho que o básico que precisou lá, a gente conseguiu aprender e depois na prática, a gente foi adequando e acho que foi suficiente. (...) talvez uma psicóloga para como trabalhar com a família, mas também eles não tinham como saber como ia ser (Extensionista 4).

Houve críticas dos recém-contratados pela repetição de temas. Alegaram que alguns já haviam sido abordados na fase de pré-serviço da empresa e poderiam ter dedicado o tempo para aspectos operacionais, citando o exemplo do Sig@livre. Afirmam que se tivessem feito uma simulação, iriam ver que levava meio dia para lançar o cadastro de uma família e certamente teriam abandonado já no início e não apenas na segunda fase.

Após a formação, os trabalhos em nível de município foram iniciados. A primeira ação que o Manual indicava era uma reunião com a Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Conselhos Municipais de Agricultura e de Assistência Social e outros parceiros locais para que fosse feita a seleção das comunidade e das famílias( EMATER/RS, 2012, p.18). Apesar do Manual só fazer referência à reunião inicial, não era esperado resolver essa tarefa de forma tão simples, já que o cronograma de atividades indica que ela teria dois meses para ser executada. Para quem não tem afinidade com esse tipo de ação, convém salientar que selecionar famílias para benefícios de políticas públicas, ainda mais nesse caso, que envolvia recursos não reembolsáveis, é tarefa delicada e exige muita discussão e clareza nos critérios para evitar a utilização indevida. Atingir uma seleção justa é o objetivo que espera-se que aconteça em processos de democracia deliberativa, mas se trabalha com uma série de interesses nesses colegiados e chegar a consensos são tarefas delicadas e exigentes em termos de tempo e de habilidade.

A montagem do Comitê Gestor nos municípios estudados contemplou as orientações da Empresa e teve a participação de representantes do Conselho Agropecuário, Conselho de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Assistência Social (em alguns municípios, esta funciona junto com a Saúde) e Sindicato de Trabalhadores Rurais. Destaca-se que a Secretaria Municipal da Agricultura não estava especificada na relação das entidades contida no manual, mas foi presença constante em todos os municípios, certamente devido a relação já estabelecida da Extensão Rural com esse setor da Administração Municipal. Houve alguma variação na participação de outras entidades, como a

presença da Secretaria de Educação, Secretaria Municipal de Obras, do Sindicato Patronal Rural e do Movimento de Pequenos Agricultores. Essas outras entidades formaram o comitê gestor apenas em um município.

O comitê gestor foi responsável pela seleção das famílias que seriam beneficiadas, já que em todos os municípios o número de famílias a serem atendidas era menor que o quantitativo delas em situação de pobreza. Para se ter uma ideia da necessidade de seleção, esses eram os números lembrados pelos extensionistas: 230 para selecionar 100 famílias, em outro 95 para 50,330 para 100; ou seja, quase sempre o dobro ou o triplo de famílias cadastradas em relação às vagas existentes no Programa. Basicamente, a seleção consistiu em analisar o cadastro de cada família que se enquadrava na condição de pobreza extrema, fazendo uma avaliação, a partir do conhecimento que os membros do comitê tinham dessa família. Nesse momento da seleção, as entidades que tinham maior conhecimento sobre a realidade local foram muito importantes para definir a veracidade das informações prestadas, haja vista que há uma autodeclaração dos rendimentos por parte das famílias e essa, muitas vezes, não corresponde à realidade. É interessante observar que a entidade que os Extensionistas reconheciam como mais efetiva nessa fase variou. Em alguns municípios, foi o Sindicato de Trabalhadores Rurais; em outros, a Secretaria de Agricultura ou a Secretaria de Assistência Social; inclusive, em alguns casos buscaram auxílio nos Agentes de Saúde. Quando haviam dúvidas sobre as famílias, era decidido fazer uma visita à propriedade para verificação.

O expediente da visita foi adotado na maioria dos municípios e teve duplo propósito. Servia para confirmar as informações cadastrais em face das condições concretas nas quais viviam as famílias e também para convidar para as reuniões em que foi apresentado o Programa e era feita a adesão dos beneficiários. Essas visitas, às vezes, nem se completavam ou não era mencionado o programa quando notavam que a realidade contrastava daquela informada no cadastro da Assistência Social.

Apenas em um município aconteceu um processo um pouco diferente. Havia 90 famílias e ficaram apenas 19 após a primeira triagem do comitê gestor. Esse fato causou muita polêmica e uma busca ativa no município na qual encontraram 32 famílias em situação mais vulnerável para preencher as vagas. Foi o único caso relatado de busca ativa massiva, mas em outros também ocorreu, com número menor de famílias encontradas e que na sua maioria foram beneficiadas na segunda etapa do Programa naqueles municípios que tiveram essa oportunidade.

Após a triagem e seleção, cada família foi visitada e convidada para uma reunião. Alguns municípios fizeram reuniões por comunidade, outros uma reunião apenas na cidade. Nessa ocasião era apresentada a proposta e solicitado um prazo para adesão daqueles que não manifestavam a concordância no momento. É interessante salientar que, como a maioria dos recursos era destinado às mulheres, muitas tinham que discutir com os maridos o ingresso no programa. Teve um município em que os técnicos não comentaram sobre a existência dos recursos, ressaltando apenas a ATER e os recursos do RS Rural, que eram um complemento de renda de R\$ 50,00 por mês. Das 50 famílias selecionadas, teve 10 que não manifestaram interesse e foram substituídas por suplentes. As razões principais para a não adesão ao programa se deu pela idade avançada que alguns alegaram, indisponibilidade de tempo para participar das formações e, em muitos casos, segundo avaliação dos extensionistas, do medo de perder a Bolsa-Família, haja vista que o projeto produtivo iria gerar renda e significaria uma ameaça de desligamento do programa.

Com quase todos os entrevistados, foi possível verificar que o convite partiu da EMATER/RS. Entre as 33 famílias entrevistadas, apenas uma família contou que foram avisados por uma vizinha e como julgaram que também possuíam as mesmas condições econômicas que ela, procuraram o escritório Municipal e solicitaram a participação no Programa.

A adesão ao programa para as famílias implicava na participação das formações e na execução das atividades produtivas que seriam acordadas entre o técnico e a família e constariam no projeto produtivo. Após a adesão das famílias, os técnicos deveriam realizar o diagnóstico da propriedade em uma visita específica para esse fim. A duração prevista era de 4 horas. O formulário apresentava 23 páginas e um número de perguntas variável de acordo com o número de integrantes das famílias, mas que passava de uma centena com facilidade. Essa atividade, além de ser exaustiva, acontecia já na primeira visita. Alguns extensionistas contaram que nessa fase tinha famílias que ficavam muito desconfiadas, pois as perguntas eram muitas e não havia muito conhecimento entre eles: *“a gente conheceu bem a família, só que eles eram bastante...”* (Extensionista 4), fazendo uma pausa para demonstrar que eles eram reticentes e escondiam informações sobre a renda. Esse extensionista alega que tal desconfiança era corroborada quando na sequência do diagnóstico, os dados sobre os gastos não eram condizentes como a renda declarada pouco antes.

Nesse ponto, é importante esclarecer que, na imensa maioria das famílias, o trabalho externo foi declarado como inexistente, mas na maioria das propriedades visitadas para as entrevistas da pesquisa havia pessoas que trabalhavam fora da propriedade. *“Eles não queriam declarar por medo de perder o Bolsa, mas trabalhavam como diaristas”* (Extensionista 4). Há claros indícios de que as respostas não eram corretas, com nesse exemplo da presença de trabalho externo. Analisando os 489 diagnósticos, encontraram-se apenas 97 propriedades com declaração de trabalho externo. Em vários municípios, não há nenhuma propriedade que registrou outras rendas fruto do trabalho externo, fato que não é condizente com a realidade e foi confirmado nas entrevistas. A principal razão dessa discrepância e não informação é, como afirma o técnico acima, porque muitas vezes essa renda é omitida nos cadastros e eles temem a perda dos benefícios recebidos.

Além da reclamação sobre a extensão do diagnóstico, há outro fato que gerou muitas críticas. As informações obtidas deveriam ser lançadas em uma plataforma eletrônica do Ministério do Desenvolvimento Agrário – O sistema de Cadastro e Administração das Atividades de Assistência Técnica na Agricultura Familiar - SIG@livre. Diante da extensão do diagnóstico e da baixa velocidade de transferência dos dados, essa fase mostrou-se muito demorada, fato que levou alguns extensionistas a levar os diagnósticos para casa e lançarem na madrugada, quando conseguiam maior velocidade na conexão. Afora o tempo gasto, há uma reclamação generalizada de que esse trabalho não serviu para nada, pois os dados lançados no SIG@livre não serviram para muita coisa, não podiam ser analisados, comparados, enfim, gerar informações que fossem úteis ao trabalho do extensionista. Nas palavras do coordenador estadual, *“o sistema não permitiu nenhum tipo de relatório que pudesse caracterizar um pouco melhor o público ( ...) a EMATER/RS gastou uma energia grande e não gerou um resultado concreto do ponto de vista do relatório”* (Entrevista com o Coordenador Estadual, 2015).

Aos extensionistas indagou-se se tiveram algum aproveitamento do relatório e eles respondiam que sim, porque conheceram as propriedades e obtiveram algumas informações que levariam mais tempo para conseguir de outra forma. Quando perguntados se haviam utilizados os dados para realizar algum tipo de análise sobre as famílias, apenas um escritório mostrou alguns cruzamentos sobre a condição e posse da terra, número de pessoas por famílias e mais alguns indicadores foram estabelecidos. A maioria fez o lançamento no sistema e guardou uma versão em

formato de texto que ficou armazenada digitalmente. Os questionários aplicados, com as anotações manuscritas que compunham a pasta de cada beneficiário, foram mais utilizados que o sistema, porque esse não permitia acessos. Houve municípios que não conseguiram salvar o arquivo completo do diagnóstico, apenas um relatório parcial. A alegação deles é que o sistema produzia apenas dessa forma. Como analisaram-se todos os arquivos recebidos nos Escritórios Municipais, muitos estavam com o diagnóstico completo e outros com resultados parciais. Acredita-se que isso tenha sido mais uma debilidade do ponto de vista operacional que uma limitação do sistema. Afinal, a capacidade de gerar um relatório completo era uma funcionalidade do sistema. Talvez a dificuldade tenha ocorrido na forma de comando dessa operação que deveria ter opções de relatórios parciais e causou essa confusão.

Após a realização dos diagnósticos, as atividades de formação e as visitas para orientar os projetos produtivos tiveram início. As formações deveriam ser atividades presenciais através de oficinas, seminários, aulas expositivas e visitas técnicas organizadas em módulos e o conteúdo estabelecido em três eixos temáticos: a) cidadania e direitos humanos; b) contribuições para a promoção da qualidade de vida no meio rural e; c) contribuições para a inclusão produtiva. No primeiro eixo, estavam as políticas públicas para saúde, educação, de transferência de renda, de infraestrutura e proteção social. No segundo eixo, estavam a educação e promoção de educação em saúde; plantas bioativas; soberania e segurança alimentar e nutricional sustentável; produção com diversificação para o autoconsumo; educação alimentar e nutricional; resgate dos hábitos alimentares saudáveis; educação ambiental com ênfase de saneamento ambiental, água, solo, embelezamento de arredores e tratamento de dejetos. Por último, no eixo de inclusão produtivo, orientava-se para as feiras locais; o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); crédito rural; cooperativismo e associativismo; legislação sanitária; resgate da gastronomia local; artesanato rural e plantas bioativas (EMATER/RS, 2012, p. 10-11) Para as capacitações relativas aos projetos produtivos, os conteúdos deveriam considerar as vivências, a situação de vida, as causas e a visão de futuro das famílias para construção dos projetos, tendo como princípio a valorização da cultura, a organização das famílias e os modos de produção reconhecidos (EMATER/RS, 2013, p. 17).

Nos municípios estudados, o primeiro eixo das formações foi realizado em parceria com as prefeituras municipais, geralmente com as secretarias responsáveis

pelas políticas das áreas sugeridas, mostrando quais os programas que executavam, como era o funcionamento e procedimentos necessários para usufruir dessas políticas, quem teria direito de ser beneficiado, etc. Já a parte previdenciária era apresentada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou Movimentos Sociais. Essas capacitações geralmente eram expositivas e aconteciam na sede do município. Segundo o relato dos extensionistas, muitas políticas eram desconhecidas pelo público participante do programa e foi possível melhorar o acesso dos mesmos. Se for considerado que o conceito de arquitetura da ajuda é fundamental no combate à vulnerabilidade, ampliar o conhecimento e o acesso às políticas públicas é uma ação muito interessante e que trouxe resultados consideráveis que serão apresentados em outra parte da tese.

Os outros dois eixos, em sua maioria, foram realizados pela empresa, mas com ajuda de algumas entidades ou profissionais parceiros. Destaca-se que, além dos temas sugeridos, a questão da autoestima e do amor próprio foi uma preocupação recorrente nos municípios. Em um município, a formação iniciou com o tema do direito de sonhar, porque na avaliação dos extensionistas as pessoas, ao responder sobre os anseios, não falavam quase nada e diziam ter perdido a esperança em dias melhores. Para isso, usou-se a estratégia de contar a história de vida de uma pessoa, o narrador falou sobre essa pessoa por um tempo considerável e depois revelou que o relato era baseado em sua vida. Essa ação dramatúrgica do extensionista, baseada nos dramas e sofrimentos que viveu, expondo sua intimidade e contando fatos de sua biografia, revela uma particularidade que identifica-se no trabalho e que será tratada mais adiante, a saber, a consideração especial do projeto de vida e dos problemas familiares que levam a uma abordagem inovadora na ação extensionista.

Ainda sobre essas formações, os preceitos agroecológicos tiveram forte presença nessa fase e pode-se afirmar que orientaram a parte técnica, principalmente aquela ligada a produção de alimentos. Houve troca de material (sementes e mudas) de propagação de variedades locais, resgate de algumas espécies e maior intercâmbio de saberes no uso das plantas bioativas. Sobre as formações mais específicas do campo técnico, elas seguiram as atividades mais comuns nos projetos produtivos: hortas caseiras, fruticultura, avicultura colonial e leite. Os locais de realização das capacitações foram as sedes municipais e as comunidades rurais. A avaliação dos extensionistas foi de que a sede municipal facilitava o transporte das famílias, mas limitava a participação, pois em um grupo maior só os mais desinibidos

participavam. Já nas comunidades com um grupo menor de pessoas a participação era maior e havia maior descontração e interação entre as participantes. Sobre esse aspecto, salienta-se que a maior parte das entrevistadas considerou as formações a melhor atividade do programa, pelo aprendizado que tiveram. Sobre a metodologia das formações, a empresa disponibilizou material que servia de subsídios para as atividades.. Em um município, o pessoal sentiu que o uso de projeções estava ficando cansativo, e

Nós mudamos, nós trabalhávamos muito com Datashow, eu disse não tá legal isso. Eles tem dificuldade muito grande de entender algo que para nós é normal. Nós fizemos um cálculo lá da adubação (...) você fazia conta e eles não compreendiam. Daí começamos a ir para o campo, começamos a fazer muita coisa mais pratica (Extensionista 5).

Outro município fez uso de fotografias, trabalhou com a visualização das imagens iniciais das propriedades, do antes do projeto e registravam o processo de implantação. Nessa metodologia, *“usamos muita foto, quem eram e o que estavam fazendo. Cada um foi vendo o que os outros estavam aplicando, estavam fazendo. Viram que uma fez e eles contavam”* (Extensionista 6). Dessa forma, julgam que conseguiram estimular o debate entre o grupo. Aliás, antes da participação *“criaram o grupo”*, conseguiram dar a sensação de pertencimento a esse coletivo, um grupo, porque eles não faziam parte da comunidade, eram estigmatizados e viviam isolados. Um aspecto favorável na realização das capacitações em nível de comunidade foi a valorização do salão comunitário. Em algumas delas, o salão estava abandonado e a partir do uso pelo Programa os moradores fizeram uma série de intervenções, pequenas, mas que reativaram a sede. Em alguns casos, a participação dessas famílias em outras atividades da comunidade também aumentou. Famílias que não participavam de nada nas comunidades começaram a se sentir integradas e passaram a frequentar cultos, festas ou mesmo visitar outras famílias, como afirmou uma beneficiária:

Eu me sinto bem melhor, mais desenvolvida. A gente era meio tipo assim... grosseira, tinha vergonha de conversar, participar das coisas, convidavam as vezes a gente, a gente não ia, tenho vergonha. A gente olhava assim, tem pessoas mais desenvolvidas que a gente, tu tinha vergonha de falar. Eu acho que me senti melhor. Eu achava que não seria capaz (Beneficiária 4).

E esse comportamento não era somente em relação ao meio social, às atividades mais públicas. Essa mesma pessoa afirma que nem na vizinhança ela

passeava e vivia bem isolada, pois *“tu vê que nesse lugar aqui pra passar uma pessoa é muito difícil”*. Mesmo morando há dez anos no lugar, achava que as vizinhas não gostavam de visitas, que iria atrapalhar (Beneficiária 4). A partir da participação no Programa, isso mudou porque *“a gente conhece as pessoas e vê que elas gostam de visita, de tirar um dia para conversar”* e assim passou a visitar as amizades consolidadas nas capacitações durante os finais de semana.

A elaboração dos projetos deveria ser feita de forma participativa com todos os integrantes da família e objetivar a estruturação produtiva da propriedade. Alguns extensionistas afirmaram que na capacitação inicial a orientação foi de que os recursos poderiam ser utilizados de acordo com as necessidades das famílias e não necessariamente em atividades produtivas. Essa falha de comunicação não prejudicou em nada, porque foi antes do início do programa e logo foi sanada. Não havia nenhuma orientação sobre onde os recursos deveriam ser aplicados, apenas uma sugestão de que o foco fosse *“melhorar a segurança alimentar e nutricional e melhorar a renda da família”* (Coordenador Estadual da EMATER/RS). As atividades pactuadas com as famílias eram registradas em um formulário próprio (anexo R) pelo extensionista e constavam também no termo de adesão das famílias.

Após a definição e de posse desses registros, os técnicos deveriam lançar essas atividades no Sistema Informatizado de ATER - SIATER do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esse lançamento é importante não apenas porque é o registro das atividades de ATER. Ele também desencadeia o fluxo financeiro e os mecanismos de controle. Nota-se que até esse momento, afora o uso das listas e do Cadastro do CadÚnico e o controle social no comitê, não havia nenhum outro mecanismo de controle que atestasse a situação dos beneficiários e garantisse a utilização dos recursos na forma preconizada pela legislação (Decreto 7644/2011 e 8026/2013 da Presidência da República do Brasil). Então, a partir da aprovação do primeiro relatório no SIATER, o MDA gerava uma Declaração de Aptidão (DAP) que era verificada com a inscrição no CadÚnico e gerada um ordem de pagamento para a Caixa Econômica Federal depositar no Cartão do Cidadão, no mesmo procedimento do Bolsa-Família. Nessa etapa, a primeira parcela era de R\$ 1.000,00 e, após o saque, as famílias tinham um prazo de seis meses para a execução das atividades previstas com aqueles recursos.

Aos extensionistas, cabia a função fiscalizatória, que deveria ser feita através dos laudos de aplicação, que tinham o objetivo de verificar se a utilização dos recursos



estava adequada com o estabelecido no Projeto Produtivo. Esses laudos deveriam ser três:

1º laudo: aplicação dos recursos e execução do planejado ao final dos seis meses (libera a 2ª parcela); 2º laudo: aplicação da 2ª parcela com a realização das atividades previstas para o período (libera a 3ª parcela); 3º laudo: aplicação total do recurso e realização de todas as atividades pactuadas no projeto (EMATER, 2012, p. 20).

Além dos laudos de aplicação, o extensionista era responsável pelo acompanhamento e a assistência técnica na execução das atividades. Cada família deveria receber, no mínimo, sete visitas de duas horas de duração (incluídas aquelas destinadas aos três laudos acima mencionados) que deveriam ser devidamente registradas em formulário próprio que era assinado pela família e feito um registro fotográfico.

Não havia nenhuma obrigação de apresentação de notas ou recibos do material comprado ou serviços executados nas normas do Programa. Entretanto, em muitos municípios, essas “normas internas” foram estabelecidas

Nós criamos umas normas nossas, internas. Cada produtor traz as notas, cada produtor tem um pasta com a foto do produto e da atividade que a gente desenvolveu. Nós criamos um tipo de compromisso para que eles se sentissem compromissados e não correr o risco de algumas coisa não serem realizadas (Extensionista 5).

Outros municípios também relataram que cobraram as notas para facilitar o monitoramento e coibir desvios, porém nem sempre foram atendidos. *“Não era para exigir nota, a gente pediu, mas muito não trouxeram, não fazia essa cobrança.”* (Extensionista 4) . Em nível estadual, o coordenador reconhece que houve várias formas de controle estabelecidas pelos colegas, mas se mostra bastante reticente quanto à eficácia desse procedimento pela possibilidade de apresentação de notas frias. O mesmo coordenador ressalta que o fato do beneficiário receber o dinheiro em sua conta permite um exercício da cidadania, ir fazer a compra, negociar com dinheiro na mão. Nesse aspecto, houve muitas formas de ajuda que a ATER proporcionou como compras coletivas, apoio na definição do material a ser comprado e na mediação com os fornecedores.

Concretizada a primeira etapa, o técnico emitia o laudo e lançava no SIATER e novamente era gerada uma liberação da parcela seguinte que deveria ser executada. Finda a execução dessa parcela, um novo laudo iniciava o processo de liberação da

última parcela que totaliza os R\$ 2400,00 do Programa. Depois da última liberação, era necessário o laudo final que comprovava que todos os investimentos foram feitos e o projeto foi realizado.

Durante a aplicação, houve poucos inscritos que não concluíram as etapas, alguns por mudança de cidade e um por falecimento. Houve um corte por inconsistência dos dados, fato que levou à exclusão do programa porque tinha renda maior que o declarado e houve casos de cortes pela não aplicação dos recursos. No total, foram 31 famílias que, pelas razões acima, não concluíram o projeto. Em um município que percentualmente teve mais cortes de beneficiários pela não aplicação (foram 6 famílias de um total de 50), visitou-se a comunidade que mais teve esse problema e indagou-se das entrevistadas o que elas achavam. As duas concordaram e acharam justo, pois se elas tiveram que aplicar os outros também deveriam ter feito. Aparentemente, os maiores problemas aconteceram quanto os recursos vieram para o cartão do marido e não no nome da esposa. Como quem tinha participado era a esposa, o marido não seguiu a aplicação e usou o recurso para outros fins. Teve um caso em que o marido, ao ver a primeira parcela na conta, achou que era um recurso de uma ação trabalhista que tinha e gastou parte do montante. Os técnicos da ATER o fizeram devolver para a esposa o que já tinha gasto para garantir a execução do projeto. Outro caso pitoresco foi uma senhora entrevistada, a qual contou que foi a última liberação do município. O seu problema foi ter uma homônima que era falecida e desde então teve um trabalho muito grande para provar que estava viva.

Sobre as penalizações para a não aplicação dos recursos, no Decreto 7644/11 em seu artigo 23 é explícito que

Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que dolosamente descumprir as regras do Programa, em benefício próprio ou de terceiros, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida, no prazo máximo de sessenta dias, contado a partir da sua notificação, atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e calculado a partir da data do recebimento (BRASIL, 2011).

Apesar dessa previsão legal, aparentemente ainda não havia nenhuma regulamentação desse Decreto e não se sabia como seria feita a cobrança dos recursos não aplicados e que foram objeto de constatação pelo agente da ATER.

Os projetos, em sua maioria, atenderam o foco sugerido pelo programa que seria na geração de renda e na segurança alimentar. A produção animal foi

concentrada em bovinos e aves, com poucos projetos destinados à criação de suínos. A bovinocultura de leite foi uma atividade significativa nos municípios, tanto na geração de renda, com melhoria nas pastagens para produção e também destinada ao autoconsumo. Há um conjunto de agricultores que não comercializam leite fluído, mas utilizam o leite excedente para a produção de queijo no mercado informal. Também houve compra de animais bovinos para a engorda. A suinocultura foi mais destinada para o autoconsumo. A avicultura dividiu-se em avicultura de corte e de postura e talvez tenha sido a principal fonte de proteína animal produzida pelo programa e que gerou renda através da venda de animais e de ovos.

Na produção vegetal, o destaque foi para as hortas caseiras e a produção de alimentos saudáveis. Na fruticultura, várias propriedades ampliaram o pomar doméstico com o plantio de mudas para o autoconsumo. O milho, a batata-doce e a mandioca, enquanto culturas que ocupam maior área, foram predominantes nos projetos. Em um município, houve plantio de sorgo para a produção de vassouras de palha. Nas pastagens, teve uma difusão muito grande do capim pioneiro, uma espécie de capim-elefante própria para o pastoreio rotativo que apresenta ótimo rendimento na região.



## 9 DO BURACO N'ÁGUA A UMA CHUVA DE OVOS

Uma única afirmação poderia ser escolhida para exemplificar a impressão que muitos técnicos tinham no início do trabalho com o Programa Brasil Sem Miséria e seria a metáfora do Extensionista 3 – *fazer buraco na água*. Como ele mesmo explica, a reação imediata ao saber, baseada nos poucos conhecimentos que tinha do público, era a de que seria um trabalho que não teria retorno, porque existia uma sabedoria popular de que esse pessoal era preguiçoso, que não queria trabalhar. Foi difícil resgatar esse sentimento inicial, afinal já estavam trabalhando há mais de um ano com esse público e muitos já relativizaram a sua posição. O pessoal formado nas Ciências Agrárias era mais reticente ao público, pois alegavam que nunca tinha trabalhado com esse pessoal, apenas com agricultores mais integrados ao mercado.. Na opinião de uma extensionista, para quem iniciou na Extensão Rural nesse programa foi mais fácil do que quem já atuava: “a gente não sabia o que nos esperava”, mas também não sabia o que era o trabalho da extensão rural. Entre os novos, apesar da apreensão, alguns afirmavam que receber salário e fazer algo social era algo bom, mas que os mais antigos diziam que trabalhar com esse público era muito complicado.

Dos que já trabalhavam, apenas um dos entrevistados, o mais experiente deles, afirmou encarar como “*mais um desafio, encarei com naturalidade, afinal, em todos os programas não tem 100 % de efetividade, uma porcentagem não vai atender a demanda ou necessidade*” (Extensionista 7). Outra, também com muitos anos de trabalho, conta que no início “*eu não tive apreensão, mas o pavor me deu depois porque eram espalhados e escondidos*”. “*Eu sabia juntar a vizinhança pobre e organizar*” (Extensionista 6). Uma das reações mais comuns entre aqueles que já atuavam nos municípios era duvidar dos números apresentados, eles julgavam que não haviam tantas famílias em extrema pobreza no seu município. “*Isso aí não tem tanta gente em extrema pobreza, aí quando a gente foi para junto da Assistência ver os números, realmente existiam*” (Extensionista 1). Essa dúvida foi um tanto recorrente. Outra afirmou que se perguntavam: “*existe esse povo. Onde eles estão? Não pode ser isso aqui. Onde está mesmo a pobreza?*” (Extensionista 6). Teve aqueles que admitiam que não eram desconhecidos, que sabiam que esse povo morava naqueles locais, mas nunca tinham visitado.

Essa impressão não era uma exclusividade dos extensionistas. Muitos representantes das entidades parceiras, que faziam parte do comitê gestor ou da esfera de trabalho da EMATER/RS no município julgavam que esse trabalho era tempo perdido. O próprio comitê gestor duvidava da efetividade do trabalho, pois entendiam que esse pessoal já tinha sido muito beneficiado e não aproveitava. Teve um município em que o representante da prefeitura questionou a validade do trabalho dos extensionistas porque julgava *“que nós deveríamos trabalhar com pessoas que dariam mais retorno financeiro para o município”* (Extensionista 8). Em outro, os extensionistas entendiam que a Assistência Social julgava que estavam disputando um público e a Secretaria da Agricultura não mostrou muito interesse. Apesar desse descrédito no trabalho, todos afirmam que houve cooperação na fase inicial. Em dois municípios, foram feitas referências ao aspecto eleitoral; em um o extensionista afirmou que julgou que não *“teve política”*, que foram atendidos todos, independente de partido por parte da Prefeitura Municipal. Conhecendo a realidade daquele município, de disputas acirradas e ferrenhas, pode se considerar que esse aspecto representou um avanço; em outro, houve certo desconforto porque foram feitas muitas exclusões que geraram reclamações: *“você sabe como é complicado essa questão política, você corta de um, ele vai reclamar com o prefeito”* (Extensionista 4). Mas aparentemente essa reclamação não surtiu efeito porque o conselho não modificou as decisões. Em dois municípios, foi exposto que o Conselho Municipal avaliou o trabalho com o BSM muito mal no primeiro ano. Em um caso, a avaliação da extensionista envolvida explicitou que ela deveria trabalhar mais com os grupos de mães já organizados e não apenas com as famílias do Programa.

Durante o início dos trabalhos, o choque com a realidade das famílias foi muito grande. A dimensão da miséria encontrada era apavorante. Uma extensionista recém-contratada, sem experiência com extensão rural, conta como foi a sua estreia

Na primeira visita, na dona \*\*\*\*\*, não aguentei. Sabe você chegar, eu fiquei bem estática, eu fiquei sentada, eu não consegui nem fazer o diagnóstico. Foi o \*\*\*\*\* [que ele viu que me deu um choque] daí ele tomou frente e começou. Cheguei de volta e por dois dias eu não quis fazer visitas. Eu chorei muito, porque eu tenho as minhas filhas, elas são adultas e a gente cuida como fossem pequenas. Aí você vê tanta miséria, tanta criança que as mães ajudam, mas não tem como fazer mais. Fiquei muito traumatizada (Extensionista 8).

A pobreza era tanta e a condição de impotência diante dessa realidade despertava um sentimento de fracasso. Como afirmaram alguns: *“nós saímos de*

*propriedades...[ sinaliza negativamente com a cabeça] não tenho mais vontade de voltar aqui”* (Extensionista 9). Em outro município, as primeiras visitas além do diagnóstico buscavam fazer uma leitura da propriedade e dar uma perspectiva do que eles queriam fazer da vida, mas *“aí a gente teve um choque. Eles não se permitiam o direito de sonhar. Perguntava qual era o sonho: para eles tanto faz, tanto fez. Estavam sobrevivendo”* (Extensionista 5) Outra extensionista afirma que havia variações no ânimo do trabalho, mas que haviam dias em que *“ sabe aquele dia que você só encontra problema? Tem aqueles dias que você sai e é um problema em cima do outro, álcool, problemas na família...”* (Extensionista 1).

Conforme já afirmado pela gestora do MDS, não havia experiência com esse público e esse sentimento persistia no grupo durante a formação. Na ausência de um modelo a ser seguido, os profissionais tiveram que “pensar a sua prática” como forma de extrair modelos para suas ações futuras. Essa ausência de respostas prévias, que causou tanta apreensão, resulta de certa confiança que na ação extensionista tradicional o modelo dá conta da realidade e “prepara” para a atuação em nível concreto, no “campo“, como é referido pelos profissionais da área. A grande dificuldade não residia em interagir com o outro, mas sim em interagir com o outro dentro de um determinado contexto que era totalmente estranho ao Extensionista. O pano de fundo em que se deu a situação de ação não era uma tela branca em que poderia ser projetado o tema em questão e a ação extensionista era bem definida, estaria bem clara para ele. Ao contrário, era um contexto situativo em que o pano era dinâmico e nebuloso e envolvia o extensionista, obrigava-o a ter “desenvolturas” para manter o seu foco e compreender a moldura normativa que existia em cada caso e assim estabelecer a sua ação.

Não há como afirmar que a ação extensionista, nesses casos, se dá sob bases difusionistas. Se aceita-se que o fundamental para o difusionismo era a atuação sobre o indivíduo, mudando sua consciência e criando a capacidade individual para inovar , entendida como

Um processo mental por onde passa o indivíduo desde a primeira notícia de inovação até decidir adotá-la ou rejeitá-la, e confirmar depois de sua resolução. Temos conceituado quatro funções dentro desse processo: **1) conhecer; 2) persuadir; 3) decidir e; 4) confirmar**. A adoção consiste em decidir usar plenamente a ideia nova, como a melhor opção para atuar (ROGERS, 1974 apud FONSECA, 1985, p. 44 - grifos do autor).

Restaria para a ação extensionista um forte efeito persuasivo junto ao seu público como condição para atingir a mudança pretendida. No caso em estudo, não se vislumbra, apesar das vantagens financeiras que o programa proporcionava, uma ação baseada na persuasão, um agir estratégico por parte do extensionista pois aparentemente, como será demonstrado a seguir, sequer havia para ele certeza em relação ao caminho ou o tipo de ação concreta que poderiam executar com as famílias. Há mudanças na forma de se relacionar com o público e a racionalidade básica do difusionismo, baseada na objetividade científica, fica suspensa em face da pouca normatização e da busca de correção nas normas e do julgamento da veracidade da ação expressiva do público, sendo que esse última esfera ampliou a sua influência no julgamento da situação da ação por parte dos extensionistas.

## 9.1 DOS PROJETOS PRODUTIVOS

Diante deste quadro, os extensionistas depararam-se com a missão de desenvolver um projeto produtivo em famílias com uma série de carências. A maior parte dos projetos, como já foi comentado acima, estava vinculada ao aumento da segurança alimentar. A definição do que seria feito variou de acordo com a experiência e a formação da equipe. Teve escritórios em que a equipe se reunia na sexta-feira, apresentava fotos, explanava sobre o diagnóstico das famílias e discutia o projeto em equipe. Essa prática não foi adotada em todos os escritórios, inclusive porque há quem entendesse que foi feita uma divisão dentro das equipes: esse público é do “fulano” e nem todos os colegas assumiram o programa como algo da equipe municipal. Havia uma separação, pois era um público do técnico que executava o projeto e não da empresa. Esse fato ocorreu em escritórios com maior número de extensionistas.

Na maior parte, a definição aconteceu nas visitas, a partir da análise do local e da capacidade da família e talvez essa fala seja bem representativa de como se deu o processo

A gente chegava lá. A ideia era conversar bem. No início, eles nem sabiam o que queriam fazer. Olha, você ganha o Bolsa-Família, você gasta quase tudo isso aí em alimentação lá no mercado. Vamos então fazer uma horta, criar um porco, criar uma galinha, para inicialmente você ter pra família e aí vai sobrar esse dinheiro do Bolsa para outras coisas (Extensionista 4).



A ideia de substituir os alimentos comprados e garantir a liquidez dos recursos do Bolsa-Família para outros gastos não era apenas uma estratégia de convencimento. Por trás dela tem um problema muito grande, que precisava ser enfrentado pelos extensionistas: as carências e as necessidades das famílias as levavam a querer usar esses recursos para resolver esses problemas, como a falta de cobertura na casa, o desejo de comprar algum eletrodoméstico e até remédios. Lembra-se que o recurso era destinado ao beneficiário, na sua conta do cartão-cidadão e o laudo do técnico era o instrumento de comprovação da aplicação dos recursos. Nas palavras do coordenador estadual na empresa, isso “*gerou um problema porque a gente lidava, lidamos até hoje, com famílias em que a infraestrutura (habitação, etc.) é precaríssima (...)*” (Coordenador Estadual da EMATER/RS).

Além do problema das condições e necessidades da família, havia os limites de área, os limites cognitivos das pessoas responsáveis pelo projeto produtivo e uma limitação técnica que consistia em projetar sistemas de produção sustentáveis em espaços pequenos. A análise da área das propriedades indica que havia 53 % delas com área abaixo de 4 hectares. O problema é que esse dado não revela qual a superfície de área útil que pode ser trabalhada com agricultura ou pecuária. Essas propriedades localizam-se em terrenos acidentados, com afloramento de rochas, solos rasos que, fruto de uma exploração prejudicial, sofreram e sofrem erosão continuada, o que acaba deixando-os com baixa fertilidade e, muitas vezes, deteriorando as condições de cultivo. Outras áreas são cobertas por matas ou capoeiras e representam áreas de preservação permanente de uso restrito.

A condição de residir no interior e trabalhar na agricultura suscita a ideia de que elas possuem experiência e conhecimento na produção agrícola. Não foi bem essa a realidade encontrada. Muitas pessoas não tinham o conhecimento necessário para a execução do projeto como pressuposto pelo técnico. Teve um caso em que orientaram o preparo de ração para as aves misturando o concentrado (parte que contém a proteína) e é o componente mais caro da ração, com o volumoso (milho moído) na proporção de três partes para uma. A mulher que era assistida colocou três partes de concentrado e uma de milho ao formular a ração em sua casa. Da mesma forma, no cultivo de olerícolas e frutíferas, noções básicas de espaçamentos e tratamentos culturais não eram conhecidas, indicando que houve uma perda do conhecimento tradicional na produção de alimentos e que a inserção produtiva era parcial na execução de serviços em algumas fases da produção que impediam o domínio técnico. Em um

município, a extensionista chamou a atenção de que essa perda de conhecimento foi menor no aspecto da produção, mas que era muito significativo na transformação de alimentos, pois não sabiam mais fazer queijos, salames, chimias, enfim um conjunto de alimentos processados caseiros que afirmavam que as gerações anteriores sempre faziam.

A projeção em termos de tamanho, equipamentos e insumos necessários também foi um desafio para os técnicos e a experiência anterior de trabalho acumulada pela empresa com a Agroecologia parece ter fornecido os elementos teóricos mais importantes para essa tarefa, de acordo com as afirmações colhidas nas observações e nas entrevistas.

Após a execução da ATER, há claros indicativos de que a impressão inicial dos técnicos foi alterada. A primeira delas, de que não conseguiriam apresentar resultados efetivos e que estariam perdendo tempo e dinheiro ao trabalhar com essas famílias, apesar dos limites apontados acima, mostrou-se infundada. Aquele técnico que imaginava fazer furos na água foi claro ao admitir que *“algumas poucas famílias não trouxeram o resultado esperado, (...) pra nossa surpresa a maioria das famílias foram atrás e conseguiram incremento de renda”* (Extensionista 3). Já no caso das parcerias, no município em que o Conselho Municipal foi reticente e desaprovou a ação com essas famílias, no segundo ano de execução, a situação mudou. *“Em uma avaliação do conselho nesse ano... foi altamente positiva... nos elogiou, me surpreendeu”* (Extensionista 7). A colega complementa: *“o ano passado a avaliação não foi legal, esse ano a avaliação foi muito boa”* (Extensionista 8). A seguir, ela esclarece um pouco as razões para essa mudança, que foi uma iniciativa que eles fizeram na discussão do conselho: *“a gente mostrou, no relatório do final do ano, o quanto entrou, o quanto foi gasto no município, então teve retorno”* (Extensionista 8). Há ainda um componente operacional de que as famílias *“pararam de bater na porta do CRAS e da Assistência Social e passaram a ser atendidas pela gente”* (Extensionista 8), o que aliviou a municipalidade dos problemas das famílias.

Apesar desse avanço na posição dos conselheiros, nota-se que o dinheiro acaba sendo a métrica de todas as coisas. Não há, em momento algum por parte desse tipo de liderança, uma preocupação em reduzir a desigualdade e morar em município mais justo. A fome e a miséria naturalizam-se frente à necessidade de ter mais dinheiro para aos cofres públicos, o que certamente pode-se inferir que será gasto em atividades produtivas e promoção da desigualdade. Afinal, só é justo aplicar

recursos públicos com quem pode produzir mais, como eles defendiam ao rejeitar o programa.

A maioria dos técnicos identifica a diversidade entre as famílias atendidas: *“tem os três tipos – moradores rurais que tem algum aposentado que sustenta, trabalhadores rurais para os outros, vendem a mão de obra, muitos que podem produzir e gerar renda”* (Extensionista 5). As diferentes categorias que existem dentro desse público refletiram nos resultados da execução. Claramente, existem famílias que não são agricultores familiares no sentido do que os técnicos definem, ou seja, que vivam ou almejam viver da produção agrícola, pois se envolvem com outras atividades. *“Algumas preferem viver do Bolsa e fazer contrabando de quinquilharias e não saíam de lá”* (Extensionista 3) e isso reflete nas diferenças na resposta ao projeto produtivo, como pode-se ver nas afirmações.

Imaginava o que aconteceu, alguns não tinham futuro, como não teve, mas uns 60%, de fato foi o que calculei, mas a maioria quer melhorar. Eu nunca achei que teria uma abrangência de 100%. Teve famílias que a gente chegou e se esconderam (Extensionista 7).

Eu acho que passamos de 65% tranquilo, eu jogaria até setenta e poucos por cento. Tem produtor que gerou renda, mas tem o cara lá que melhorou a alimentação” (Extensionista 5).

O valor do recurso limitou, tinha gente que precisava de mais recursos para geração de renda, só conseguiam fazer para subsistência. Quem detinha de mais meios de produção, tipo vacas e terras melhores, esse recurso” foi um baita empurrão”, mas para quem não tinha nada, precisava de mais um apoio, o dinheiro foi pouco.(...) Esses a maior parte são agregados, trabalham de peão, diaristas (Extensionista 10).

Os caras são assim (...). A maioria tem agora produto pra vender. Aves de corte, hortaliças (...). Acho que 70% aplicou bem, 20% meia boca e 10% não aplicaram bem (Extensionista 11).

Aparentemente, nas falas dos técnicos, há um esforço em situar essas famílias dentro do quadro conceitual das identidades que possuem. Se for lembrada a referência feita pela gestora do MDS a esse público do “Bolsa-Família”, pode-se afirmar que a inclusão dessas famílias abre espaço para a constituição de uma nova identidade ou talvez a escolha entre identidades existentes. De forma implícita, há uma busca por parâmetros identitários baseados na agricultura familiar ou camponesa, mesmo que a realidade demonstre que a condição de proletarização precária ainda seja uma constante. Porém, apontar a proletarização como trabalhador urbano ou rural como o caminho natural dessas famílias também não pode ser definido

porque elas resistem a essa condição. É interessante notar que a construção social da agricultura familiar que se deu nos anos 1990 e mais recentemente o retorno e reforço da condição camponesa é parte de um esforço muito grande de instituições, ainda que não contemple um grupo de agricultores que não se encontra, a não ser nos interstícios, enquadrado em nenhuma dessas identidades. Teriam uma aproximação com ambas, mas são diferentes. Lembra em muito a discussão sobre o proletariado e o lumpesinato na Primeira Internacional Comunista, o debate entre Marx e Proudhon, que resultou no livro Miséria da Filosofia de Marx. Aparenta que a inclusão dessas famílias abre um espaço para a constituição de uma nova identidade ou talvez a escolha entre identidades existentes.

Ainda sobre a execução, em reunião microrregional com a presença dos oito municípios que executaram a primeira fase da ação de Inclusão Produtiva, foram apresentados alguns resultados identificados pelos técnicos no trabalho com as famílias que são apresentadas no quadro a seguir

### Quadro 3 - Resultados apresentados pelos escritórios municipais em reunião microrregional

- Mudanças no autoconsumo.
- Melhoria na autoestima.
- Permanência no campo.
- Identificação da pobreza efetiva do município pela sociedade de uma forma em geral e políticas públicas que a eles devem ser alcançadas.
- Ocorreu melhoria na integração social.
- Melhoria da qualidade de vida.
- Conhecimento das políticas públicas existentes para eles.
- Autovalorização da família, da propriedade que tem e que podem mudar muitas coisas na vida somente com vontade, organização e acompanhamento técnico.
- Segurança alimentar: melhorou bastante, diminuiu o custo com alimentação básica. Na maioria das famílias, houve sim grande aumento da segurança alimentar, antes bem deficitária e dependente do recurso do Bolsa-Família.
- Inserção em dinâmicas de comercialização.
- Geração de renda a partir do programa.
- Melhoria dos arredores.
- Hortas nas propriedades.
- Capacitações: 80% de presença nas capacitações.
- Segurança alimentar.
- Água no espinhaço.
- Famílias procuram o EM quando vem a cidade.
- Melhoria da habitação feita através de “compromisso com a família”, isto é, aplicaram o recurso na casa, mas se comprometeram a realizar o projeto produtivo de outra forma.
- PNAE - batata-doce e laranja.
- Dar visibilidade a um público escondido.
- Inserção das famílias nas comunidades.
- EMATER trabalha o social.
- Conhecimento compreensão da diversidade das famílias.
- Reconhecer os limites do entendimento.
- Comercialização de produtos é bastante reduzida, mas já tem um grupo vendendo ovos, frangos de corte, produtos da horta e leite.
- Acesso a políticas públicas: políticas de casa própria pelo sindicato, PNCF, algumas políticas de assistência social e saúde.
- Sementes crioulas - resgate e troca.
- Dinâmica de comercialização informal: prevaleceu pois não há PAA e PNAE é centralizado.
- Geração de renda.
- Noções básicas de saneamento.
- Maior participação das mulheres.
- Regularização fundiária para mais de 45 famílias.
- Valorização do rural.
- Diversificação das atividades.
- Apoio das parcerias locais.
- 64 produtores de leite com aumento de 20% na produção; 40 já foram para a chamada do leite.
- Visibilidade das famílias.
- Maior relação ATER-família.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de anotações reunião microrregional da ASCAR-EMATER/RS em Coronel Bicaco

Entre os resultados apontados no Quadro 3, é possível identificar dois desdobramentos da ação de Inclusão Produtiva: a inclusão dos produtores em outras

chamadas de ATER e a articulação com outras políticas públicas. A inclusão em outras chamadas públicas dá a garantia de continuidade na prestação de serviços da ATER, mas representa uma inclusão parcial na ATER. O público mais pobre na integração em outras chamadas pode ser excluído. Há o risco de que esse tipo de contratação, chamada pública com objetivos e públicos definidos (chamada do leite, da sustentabilidade, etc.), dada a sua especificidade, muitos atendidos atualmente pela Inclusão Produtiva não poderão ser enquadrados e ficarão sem a cobertura desses serviços.

Em relação ao acesso às políticas públicas, acredita-se que este seja um dos maiores ganhos do Programa em muitos municípios. O acordo de cooperação previa uma formação para que as famílias conhecessem seus direitos e as políticas existentes. Porém, como visto anteriormente a concepção apontava para uma ampliação no acesso aos programas de comercialização agrícola como PAA e PNAE. Nesse ponto, os resultados foram inexpressivos, com o predomínio do comércio informal. Entretanto, o acesso a outras políticas podem ser destacados.. No município de Crissiumal, de um total de 100 famílias atendidas, 40 delas conseguiram ingressar no programa Minha Casa Minha Vida em uma articulação que nasceu no Conselho Agropecuário com a Caixa Econômica Federal, mediada pela ATER municipal. A modalidade era de Habitação com interesse social, a maior parte do valor subsidiado e as diferenças que deveriam ser do mutuário, a Prefeitura Municipal assumiu os pagamentos..

Em Derrubadas, teve uma experiência de regularização fundiária para 45 famílias fruto de uma articulação entre a ATER e o Ministério Público Estadual. Essa ação é inovadora, pois resolve um problema que é de muitas famílias e certamente será replicada em outros municípios no futuro, pois trata-se de um esforço mais organizativo, com o acompanhamento dos agricultores e gastando mais tempo que outros recursos que envolvem desembolso financeiro. Ainda nesse municípios, a força do arranjo institucional ou aquilo que pode ser denominado de arquitetura da ajuda pode ser visto. Graças a uma configuração institucional que envolve a Prefeitura Municipal, a EMATER/RS e uma Cooperativa agropecuária (COOPERYUCUMÃ), foi possível a maior inclusão produtiva dentre os oito municípios estudados. Das 100 famílias atendidas, mais de 60% delas foram inseridas ou melhoraram a condição em que estavam na cadeia produtiva do leite.

Além desses casos mais expressivos, em todos os municípios foi possível beneficiar parte das famílias com documentação, programa Segunda Água e outras políticas públicas municipais, estaduais ou federais. Apesar de não estar entre os resultados esperados do acordo de cooperação, a ampliação nesse acesso serve tanto à melhoria da qualidade de vida, como no caso da habitação, como na melhoria da capacidade produtiva, como no caso da reserva de água ou na documentação, pois permite acesso ao crédito, além de valorizar o patrimônio que possuem.

Observa-se, então, que as famílias tiveram um bom desempenho frente aos objetivos do Programa. Em alguns casos, tiveram casos de superprodução, o que ocasionou problemas para os técnicos que eram cobrados em relação ao mercado para a venda pois *“fizemos tanto projeto de avicultura que hoje até chove ovo, volta e meia vem vender para nós porque não tem onde botar”* (Extensionista 4).

## 9.2 A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE O PROGRAMA

A forma de seleção e de mobilização das famílias para participar da ação de Inclusão Produtiva, conforme explicado acima, era através do contato direto, com a maioria sendo convidada através de uma visita domiciliar. Já a adesão ao programa, que se dava mediante a assinatura do termo de adesão, foi explicada em reuniões, quando era proporcionado aos selecionados um período para realizar ou não essa adesão. Como já foi explicitado, o medo de perder os benefícios era grande, pois temiam alguma armadilha por pegar os recursos do fomento e depois ficarem sem renda, pois a ideia de que o trabalho é fácil não parece ser compartilhada por eles, como afirma uma entrevistada *“Na primeira vez que eu fui, eu pensei. Se eu pego esse dinheiro e cortam meu Bolsa-Família? Já que tá.....Piorar eu não vou! Se vai o dinheiro das crianças. tu não acha serviço, ninguém mais pega peão”* (Beneficiária 5).

Foi preciso mais uma visita da extensionista para explicar que esse temor era desnecessário e ela, enfim, aceitou entrar no Programa. Outro problema era que os recursos viriam para o nome da esposa e elas precisavam acertar em casa com seus cônjuges se aceitavam. Esse fato causou alguns problemas, principalmente naqueles casos em que os recursos vieram para o cartão-cidadão do marido e a mulher que tinha assinado o termo de adesão e discutido o projeto produtivo não pode aplicar os recursos porque não lhe foi repassado, como confirma essa entrevista:

*“muitas vinha em nome do esposo, daí elas nem viam o dinheiro, como elas iam aplicar”* (Beneficiária 7).

A falta de documentação das áreas é um fator que deixou muitos apreensivos. Um beneficiário conta que foi o primeiro a ser contatado pelo técnicos, mas quando participou da primeira reunião, saiu na metade do tempo porque não tinha documentos e isso envolvia uma disputa familiar : *“falei para o \*\*\*\*\* eu não vou participar, não quero comprar briga com minha irmã. Daí ele veio na minha casa e disse vamos fazer como posseiro, daí eu entrei”* (Beneficiário 8). Em outro caso, uma senhora contou que: *“eu falei que achava que não dava porque aqui é terra de herdeiro, mas eles [os extensionistas] falaram que nós estávamos morando ali e não tinha nada a ver”* (Beneficiária 9). Outra família morava de favor com a mãe e se recusou a participar porque não tinha área. Em dialogo com a Extensionista, viu que podia aplicar em uma horta e para isso a mãe cederia um espaço e acabou fazendo uma horta e t comprando uma vaca para produção de leite.

A grande maioria dos entrevistados confirma que não tinha tido muito contato com os técnicos da EMATER/RS ou ele era muito tênue e se intensificou com o Programa. Apenas uma família que era beneficiária do Banco da Terra admitiu ter tido assistência privada nesse programa, mas ressaltou que o técnico *“nunca ensinou nada, só vinha dar aquelas cagaceadas dele”* ( Beneficiária 10). Outra recebia assistência da Prefeitura Municipal quando foi fornecedora de olerícolas para a merenda, mas o técnico *“esqueceu de avisar”* quando renovaram o convênio e eles foram excluídos. Algumas mulheres afirmaram que já participavam de um grupo de mulheres que era assistido pelas extensionistas da EMATER/RS.

A participação foi avaliada como positiva, mesmo na casa de uma família em que o marido se mostrou muito crítico, considerando que *“veio para somar, mas não resolveu o problema de ninguém”* (Beneficiário11) . As suas críticas eram destinadas ao sistema como um todo, pois revelou que nem vai votar mais, porque não acredita em nada e esses programas ele considera que *“incentivar, isso não adianta, pra você pegar motivação, qualquer igreja te dá motivação”* (Beneficiário11), porém confirma que a esposa participou do programa *“ela participou, foi nas reuniões, mas isso aqui não adianta”* (Beneficiário11) . Em conversas com os extensionistas locais responsáveis pelo atendimento dessa família, soube-se que ele não queria que a esposa participasse e exigia que ela colocasse o dinheiro onde ele queria, que depois de um tempo participando das atividades ela contou esses detalhes. Aparentemente,



ele tem dificuldades de socialização na comunidade, reclamou de todos, mas suas críticas são reveladoras das condições em que vivem, pois haviam acabado de levar uma calote da empresa de leite; outro comprador negava-se a carregar o produto porque era longe e alegava acidez. Comparou sua situação com a do pai, que sobrevivia com 100 sacas de soja naquelas terras e criou mais filhos que ele. Sua condição demonstra a tensão que vivem aqueles que pouco têm e ainda intencionam permanecer integrado ao mercado. Fica explícita nessa fala sobre as opções que fazia quando ia para a cidade: *“ao invés de ir numa churrascaria ou comer um xis, que é o mínimo dos mínimos, deixava de comprar, mas não deixava faltar pasto para os terneiros, ou algum tratamento, vermicida, carrapaticida”* (Beneficiário11).

Afora esse caso, que foi o único que manifestou críticas, a grande maioria avaliou muito bem o programa, principalmente porque para muitas dessas mulheres foi a primeira vez que tiveram um recurso para dispor de acordo com o seu interesse e necessidade, conforme podemos ver nessas falas

Daí nós não tinha horta, tinha que comprar tempero, nós tinha que comprar de tudo e mais um pouco. Assim não, no inverno tirei dez cabeças de repolho e botei ali na geladeira, dei para uns quantos. Não precisava comprar. Plantei remédio. Meu piá pediu para plantar milho num pedaço para comer milho verde no cedo. Agora quero trazer, sobrou um pouco do fumo do adubo orgânico, quero botar ali na horta. Quero começar a comprar as coisas (sementes e mudas) para começar de novo (Beneficiária 12).

Sobre as plantas, a gente não sabia plantar, plantava de qualquer jeito, aí a gente pedia explicação. Até exatamente sobre as galinhas a gente estudou. A gente achava que jogar o milho e estava tudo bem, não precisava mais de nada e não aproveita nada (sobre o milho jogado) (Beneficiária 4)

Muito bom. Fiz uma estufa. Fiz uma horta, foi encanada água aqui, tudo através do Programa, foi muito bom. Tô vendendo pra vizinhança, os vizinhos dos arredores vem buscar porque na estufa ela fica mais macia (Beneficiária 13).

A geração de renda foi mais significativa nos produtores de leite, porque a melhoria na alimentação se traduz rapidamente em produto. Uma pastagem recupera-se facilmente com a adubação química e como a maioria melhorou as pastagens os resultados foram animadores

Apliquei sempre em pastagem. Uma parcela no resfriador, o resto em semente e ureia. Antes nunca chegava a mil litros [ por mês] e cheguei a mil e trezentos agora”( Beneficiário 14).

Era 300, 400 litros agora tá com mil e poucos. O programa ajudou porque deu para recuperar os pastos ( Beneficiário 15).

Comprei uma vaca e uma novilha. Vaca de leite você pode fazer queijo e ela vai produzir, agora já temos mais uma [a vaca tinha tido uma bezerra] (Beneficiária 7).

As entrevistas corroboraram a avaliação do Programa que foi feita pela empresa EMATER/RS nos oito municípios pesquisados. Através da aplicação de um questionário com 315 famílias atendidas pela Inclusão Produtiva, a satisfação em participar do programa foi de 93,96% dos entrevistados. Dentro desse universo, 55,55% se consideravam muito satisfeitos e 38,41% satisfeitos.

Houve 6,03% que se declararam pouco satisfeitos, mas não há nenhuma indicação das razões para essa pouca satisfação. Nas entrevistas, encontraram-se algumas pessoas que justificaram ter mais expectativas em relação à programas de habitação. *“Nós se inscrevemos numa, acho que faz uns dez anos, gastamos a fuzéu, toda semana pedindo papel, no tabelionato “reconhecer firma” de semana em semana tava vindo e até hoje* (Beneficiária 16). Outra reclamou que os beneficiados com moradia tinham condição melhor que a dela e ainda ficaram reclamando do que ganharam:

Teve gente que chamou a casa de galinheiro, eu disse, bem que esse galinheiro podia ser pra nós. A nossa casa, se a gente for ir bem com o fumo, vamos dar uma reformada. Quando chove, eu boto as crianças debaixo daquelas tábuas para não molharem. Molha que nem lá fora. O guri é doente demais, se ataca. A cama tem que estar enlonada quando a chuva tá lá na Gaúcha (Beneficiária 12).

A percepção que a vida deles melhorou depois que entraram no programa também é significativa. Aqueles que consideram que houve bastante melhoria na sua vida são 65,07% ante 30,79% com pouca alteração e um percentual de 4,12% que avaliam que muito pouca coisa mudou. Quando perguntados em que aspecto consideravam que tinham acontecido mais mudanças, as respostas elencaram seis dimensões que podem ser vistas no gráfico 7

Gráfico 7 – Aspectos considerados pelas famílias beneficiárias em que houve melhoria da vida



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do questionário de avaliação ( EMATER/RS,2015b)

Esses resultados estão diretamente ligados com a aplicação e execução dos projetos produtivos. Para a grande maioria ( 91,48%), o programa permitiu a aquisição de bens ou de melhorias em instalações que foram úteis na propriedade. Outro aspecto avaliado foi a autoconfiança das pessoas que participaram. Nesse item, as respostas foram mais modestas, pois apenas 46,34% admitiram que aumentou bastante e 35,23% considerou que houve apenas pouco aumento. Já para 17,46%, sua autoconfiança ficou igual e menos de 1 por cento acha que ela diminuiu.

Outra preocupação que se teve era saber se as questões técnicas e os ensinamentos tratados nas formações e visitas eram facilmente entendidas pelas famílias, haja vista que muito técnicos eram novatos e tinham pouca experiência didática e sabe-se que o linguajar técnico pode limitar a comunicação entre o Extensionista e seu público. Considere-se ainda a baixa ou nenhuma escolarização por parte dos beneficiários que dificulta o uso de material escrito, pois a maior parte do aprendizado vai se dar no encontro entre o técnico e a família. Aparentemente, apesar do problema apontado naquele caso de troca dos materiais para a formulação da ração, todos os entrevistados não demonstraram nenhum desconforto ou dificuldade no entendimento, considerando que *“explicavam bem explicado. Eles falam bem, tudo eles que me ensinaram. E tem palestrantes nas reuniões que explicavam bem”* (Beneficiária 17).

Aparentemente as falas, deixam transparecer que as visitas eram marcadas pelo caráter fiscalizatório. O método visita é reconhecidamente caro dentro dos métodos de Extensão Rural e para muitos técnicos é aquele que mais funciona pelo contato com a realidade do agricultor. Entretanto, as entrevistas revelaram que os beneficiários entendiam que era mais que um momento de orientação, pois predominava a fiscalização como pode-se notar nessa afirmação *“Eles vieram ver se tinha aplicado bem a ajuda que tinha ganhado. Vinham até na casa, tiravam foto, viam os insumos* (Beneficiária 18). Essa apreensão e até certo temor de quem precisa “dar razões” de suas atitudes era tão forte que mesmo na pesquisa, seguidamente, as pessoas queriam mostrar o que tinham feito ou as notas que comprovavam o investimento, como disse uma entrevistada: *“nós botamos nas pastagens, até tenho os boletos ali”* (Beneficiária 09). Talvez em função disso que as atividades formativas, como as reuniões e os cursos, foram consideradas mais importantes que as visitas pela maioria dos entrevistados, que alegavam que aprendiam mais nesses momentos que durante as visitas recebidas. Há ainda o aspecto da integração com outros beneficiários que criava um momento de troca de experiências. Houve apenas uma reclamação de que em certos momentos eram tratados assuntos que não diziam respeito ao beneficiário, no caso a produção leiteira, mostrando a dificuldade de trabalhar com público tão diverso e um senso prático limitado, pois se não trabalho com isso, para que saber sobre isso?.

Conclui-se que esses momentos formativos foram aqueles em que julgaram que aprenderam mais, mesmo que reconheçam que não adotem na integralidade os ensinamentos, pois admitem que *“aquelas reuniões tinham muita serventia, a gente entendia, aplicou um tanto, não 100%, a gente não faz bem certo como eles dizem”* (Beneficiário 15). Há um destaque para as formações que tinham alguma atividade prática, como oficinas, que resultaram em algum produto feito, sendo aquelas as mais lembradas. Um depoimento demonstra o acerto na aposta comunicativa do município que fez a formação a partir da prática e dos resultados alcançados pelos beneficiários

Nas reuniões, a gente aprendia porque eles mostravam as propriedades, o que um fez, o que o outro não pode fazer, eu achava bem interessante porque você aprende mais coisa, olhando assim o terreno dos outros, que antes era uma coisa e depois mudou muitas coisas, horta, os pesadão [frangos], as poedeiras, achei muito legal (Beneficiária 19).

As entrevistas confirmaram a estatística das avaliações aplicadas pela empresa. A maioria das famílias reconhece que o Programa veio para ajudar. Em dois casos em que houve reclamação, um deles, já relatado acima, o beneficiário reconhece o benefício, apenas questionou sua validade frente à situação em que vivem. No outro, a entrevistada tinha tantos problemas e uma condição familiar muito debilitada, inclusive sofreu a perda da guarda de seus filhos e apresentava sinais aparentes de distúrbios mentais, que nem conseguia lembrar direito do programa. Teve somente a primeira parcela liberada, mas o companheiro tinha vendido os materiais e então considerava que para ela não tinha servido para nada.

### 9.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AÇÃO EXTENSIONISTA NA POBREZA EXTREMA

A variação na forma de trabalho das formações esteve mais ligada à experiência profissional dos extensionistas e ao arranjo institucional que existia em cada município. Esse último foi importante naquelas atividades que envolveram os componentes de acesso às políticas públicas e aos direitos dos beneficiários, mas aparentemente perdem força quando os assuntos técnicos e relativos aos projetos produtivos entram em cena. Nesse componente, a entidade de ATER teve que assumir quase a integralidade da tarefa. E é aí que a formação profissional teve mais influência. Esse assunto não é novidade na Extensão Rural. Diesel e Dias (2010) afirmam que a intervenção da ação extensionista sofre a influência da formação profissional do extensionista, que, no caso dos profissionais das Ciências Agrárias, está marcada por uma formação hegemônica baseada no tecnicismo e no aspecto econômico próprio da agricultura empresarial e os levam a se identificar com os grupos da agricultura familiar que mais se aproximam.

Tal dinâmica de identificação com os grupos e categorias que mais se aproximam à racionalidade da agricultura empresarial materializa o foco e a seletividade dos beneficiários da política pública e não contribui para o alcance de objetivos sociais como a busca pela maior equidade social, pois que as necessidades dos grupos mais vulneráveis são ignoradas (DIESEL; DIAS, 2010).

Uma das soluções para esse problema tem sido a formação em metodologias participativas, mas os autores afirmam que o deslocamento de um referencial difusionista para outro participativo não qualifica automaticamente o extensionista nos

processos de decodificação e intervenção nas realidades vivenciadas pelos grupos mais vulneráveis. Concluem que é necessário avançar na definição de o que seria o "novo profissionalismo" da extensão e na definição de referenciais mais específicos em função da diversidade dos grupos sociais e das problemáticas inseridas na agenda extensionista

Caporal (2015, p. 164-166) retorna ao debate do novo profissionalismo necessário para a ATER. Os limites de especialização do saber nas Ciências Agrárias têm resultado na formação de profissionais com pouca capacidade para ações mais holísticas e sistêmicas. Outra deformação seria o escamoteamento das pessoas na agricultura - que acaba por menosprezar componentes curriculares relacionados ao mundo social e subjetivo como a Sociologia e Extensão Rural, a meritocracia e a competição que transmitem valores que serão reproduzidos nas atitudes individuais e na prática dos agentes.

Um novo profissionalismo deve colocar as pessoas em primeiro plano. Só novos métodos não serão suficientes, pois necessita-se novos valores e comportamentos que possam ser sensíveis às necessidades dos indivíduos e grupos assistidos. Isso exige uma formação multidisciplinar ou uma maior capacidade de diálogo com outras profissões (CAPORAL, 2015, p.166-167)

O aspecto profissional nesse programa ficou evidente, pois há uma certa "suspensão" da identidade profissional das Ciências Agrárias e no sentido da formação recebida. Não foi para esse tipo de trabalho que a academia capacitou o técnico. Além dos instrumentos técnicos adquiridos, não foi para essa comunidade de beneficiários que eles foram preparados para atuar. Duvida-se que na maioria das aulas, nos exemplos utilizados ou mesmo no imaginários das turmas, esse tipo de agricultor surgiu em algum momento. Não foi para "esses" e nem foi para "isso" que a formação nas Ciências Agrárias preparou. Como nenhum deles declarou e conhecendo a realidade deles, nenhum é oriundo da pobreza extrema, sendo que a maioria conviveu a vida toda em outros estratos da sociedade. Há, então, um deslocamento da inserção profissional almejada, pois mesmo aqueles que julgavam trabalhar com a agricultura familiar encontraram uma realidade bem diferente daquela projetada, um conjunto de famílias que fogem do modelo idealizado. Essa inserção em "outro mundo da vida", enquanto um pano de fundo para sua ação extensionista, causou um desequilíbrio na formação profissional que resultou em um processo

formativo baseado na intersubjetividade do entendimento mútuo e na ação comunicativa.

Se durante a formação profissional há a valorização da cognição no sujeito isolado e pode-se afirmar que a fonte de saber na ação extensionista difusionista era a Universidade e também a Empresa através do pré-serviço, no caso em questão, essas estruturas parecem não dar conta de fornecer todo o instrumental necessário, conforme ficou demonstrado na discussão sobre a formação inicial recebida pelos técnicos e nesse depoimento de uma extensionista sobre sua formação na escola

Em partes sim, mas poucas disciplinas como Agroecologia, que trouxe um pouco, mas a maior parte das disciplinas era só produção, aumentar a produção, maior produtividade. Pegava mais a parte produtiva e não como você vai trabalhar com a família (Extensionista 2).

Diante desse problema, interessam duas questões: a quem recorriam em momentos de dúvidas, quem eram as pessoas com quem compartilhavam as angústias do cotidiano? E se havia um momento em que trocavam experiências dentro da Empresa e qual a validade desse procedimento?

A primeira pergunta surgiu porque durante as observações vários extensionistas admitiram um estranhamento muito grande com a realidade das famílias atendidas, certa impotência diante de tamanha miséria e a inevitável comparação com a sua própria vida; enfim, elementos que atuam sobre a motivação necessária pra realizar o trabalho. Nesse aspecto, acredita-se que transcrições já apresentadas acima revelam esse impacto, mas apresentam-se outras para tornar mais precisa essa questão

Nas primeiras visitas, a gente chegava muito estressado. Eu até contei pra mulher. Olha, os nossos problemas pessoais são muito pequenos comparados com os que essas pessoas têm (Extensionista 4).

Tu leva pra casa...e eu já estava meio em crise porque toda vez que ia no Espinhaço [uma comunidade rural] eu via aquelas crianças sem banho, sem água. Meu filho estava no banho e eu lembrava das crianças que não tinham água para tomar banho. Só que daí tu olha lá e quando vê tem outra família aqui e comecei a.....Bom, eu posso ser um instrumento que alguma coisa, mas não vou resolver o problema de todas essas famílias (Extensionista 5).

A nossa família que segurou as pontas. A questão dos problemas de saúde, a fome é cruel, mas os problemas fortes de saúde, das dores do câncer, a revolta dessa família, eu me sentia pequena, impotente. Impotente e revoltada. Eu não voltava omissa, voltava com sentimento de fazer, mas o que fazer? Nós trabalhadores estamos distante disso. Há um vínculo e agora o que a gente vai fazer com isso? Vocês vão continuar vindo? (Extensionista 6).

Essas falas já apontam que a esfera privada da família foi um dos espaços comunicativos em que se tentava racionalizar ou pelo menos dar publicidade àquilo que estavam sentindo e precisavam compartilhar. Essa ação em que predomina a comunicação e o aspecto da veracidade foi fundamental para a saúde mental desses trabalhadores. Efetivamente, como afirmou a extensionista, a família segurou as pontas. A família é a instituição do mundo da vida que permite a socialização e a reflexão dos indivíduos. Aparentemente, em que pese a crise da família nuclear, no caso desses trabalhadores, essa instituição ainda continua cumprindo esse papel.

Esse aspecto psicológico dos trabalhadores foi negligenciado pela empresa. Apenas uma entrevistada considerou que havia uma preocupação nesse sentido por parte dos seus superiores. A maioria considerou que não houve preocupação com a possibilidade de que essa sensação de impotência ou os sofrimentos observados pudessem levar a problemas de saúde ou desmotivação no trabalho.

Do ponto de vista das dificuldades em se trabalhar com esse público e do apoio recebido de outros profissionais, muitos afirmam ter encontrado em colegas mais experientes e nas assistentes sociais e psicólogos que trabalhavam nas secretarias municipais um aporte mais teórico ou objetivo de como “lidar” com as famílias. É interessante observar que, apesar da participação da EMATER/RS em muitos conselhos municipais de assistência social e da existência de trabalhos em conjunto há muito tempo, inclusive em função da condição precária da filantropia da empresa, em alguns municípios há um claro deslocamento da parceria tradicional da Secretaria Municipal da Agricultura para a Secretaria Municipal de Assistência Social a partir do Programa Brasil Sem miséria. Essa parceria não é apenas de divisão e de coordenação dos trabalhos executados, mas acaba, muitas vezes, se traduzindo em uma comunidade de troca de experiências, impressões, enfim, um espaço de diálogo entre profissionais que enfrentam os mesmos problemas. Saliente-se que não é unânime esse fato. Em dois municípios, houve queixas, em um pela pouca participação do Conselho Municipal de Assistência Social, que não comparecia nas atividades, apesar de serem convidados e em outro pelo entendimento que “parecia que estávamos disputando um público”. O que se quer explicitar é que muitos afirmam ter buscado apoio profissional, compartilhado angústias e discutido intervenções com esses trabalhadores da saúde, fato que não era comum para eles. Há uma interação de maior intensidade entre esses profissionais e os profissionais de ATER, que acaba ampliando o enfoque de ação da empresa na área social, mas também permite o



acúmulo de conhecimento sobre a pobreza rural nas Secretarias Municipais de Assistência Social, já que, conforme constatou uma extensionista, havia experiências de como lidar com a pobreza urbana nessas instituições, mas em relação aos pobres do campo persistia a mesma incerteza e dúvidas que a ATER possuía.

Respondendo ainda a primeira questão e, entrando na segunda, pois essa última parte relativa à empresa também era local de ansiedades e de expectativas e não apenas de informações técnicas. Houve dois espaços e seus respectivos tempos dentro da empresa que foram importantes. O primeiro era o espaço do escritório municipal, da equipe municipal, que, apesar da crítica da “alocação” do público para alguns técnicos responsáveis pelo programa e a falta de comprometimento de toda a equipe em alguns escritórios, houve uma integração muito grande entre a área de Bem-Estar Social e a área das Ciências Agrárias. Essa parceria implicava no reforço motivacional, pois era entre eles e nesses momentos que socializavam o trabalho e também as angústias, pois não era uma relação profissional, baseada apenas na racionalidade, já que *“emocionalmente, nós juntávamos nossos conhecimentos. Nos atritamos também porque um dizia: - não adianta mais! O outro dizia: - não, mas quem sabe adianta”* (Extensionista 6) e isso às vezes acontecia dentro do carro, nos deslocamentos, como pode se perceber dessa frase: *“nós saímos de propriedades... não tenho mais vontade de voltar aqui”* (Extensionista 9). Convém esclarecer que essa colocação, no contexto da entrevista, tinha o sentido não de indicar uma disposição de abandonar a família, mas revelava aquela sensação de impotência diante da magnitude dos problemas que encontravam. Aspectos relativos à saúde dos beneficiados ou de familiares são citados como os que mais impactavam, onde mais tinham dificuldade de fazer alguma coisa, mesmo que tentassem fazer um pouco *“Tinha uma beneficiária que não tinha condições de comprar medicamento, a gente correu atrás, foi na saúde, na promotoria”* (Extensionista 8).

Não foram apenas espaços de lamentações. Nesse encontro entre as áreas surgiram muitas respostas, ideias e motivos para o trabalho. As intervenções técnicas eram discutidas pelas equipes municipais, pelo menos entre a extensionista de Bem-Estar Social e algum outro extensionista da área técnica. Registre-se que há uma peculiaridade nesses municípios. Quase a totalidade das extensionistas de Bem-Estar Social (exceto uma delas) tinham ou estavam fazendo alguma formação em nível de curso técnico ou tecnológico na área das Ciências Agrárias, o que ajudou bastante o

diálogo entre as áreas. Essa condição facilitou a integração, mas não pode ser considerada determinante porque, conforme o coordenador estadual:

Uma outra mudança importante que eu vejo, uma aproximação maior da área social com a área produtiva dentro da EMATER/RS. Sempre foi um dilema, o social para um lado e o produtivo para o outro. No Programa Fomento, as coisas aconteceram meio junto. Foi a profissional da área social junto com o técnico agrícola, com o agrônomo a campo, que pensavam o projeto conjuntamente.(...) Quebrou-se aquela dualidade, social trabalha com temas, os produtivos com outros temas. Acho que a gente avançou nesse conceito de Extensão Rural como uma ação eminentemente social, que tem vieses produtivos e vieses sociais” (Coordenador Estadual do Programa na EMATER/RS).

A responsabilidade de atendimento das famílias, na maior parte dos municípios, era das extensionistas de Bem-Estar Social. Porém, como o projeto produtivo tinha um caráter mais técnico, no aspecto de geração de renda ou produção de alimentos, essa aproximação fez-se necessária, tanto na fase de projeto, de escolha da intervenção a ser feita, como do acompanhamento futuro. Não se está aqui fazendo uma afirmação de que os extensionistas que definiam exclusivamente o projeto produtivo, pois havia outra parte interessada, no caso a família, que manifestava sua opinião e preferência. Porém, há aspectos do projeto e da sua execução que continham elementos técnicos que fugiam da capacidade de muitas famílias para tal elaboração. É sobre essa intervenção que que acontecia o diálogo entre as áreas tradicionais da Extensão Rural. Houve reclamações, em dois municípios, de que as trocas por transferência de colegas de Bem-Estar Social trouxeram dificuldades para os colegas que ficaram, o que demonstra que valorizaram essa integração. Além dessa aproximação entre membros de uma equipe, geralmente uma dupla (profissional de Ciências Agrárias e Bem-Estar Social) trabalhava junto. Em um município, a integração se deu com toda a equipe

Foi bem legal. Nós tínhamos uma equipe que eu disse: - meu Deus, parece que juntou de todo o canto e nós formamos realmente um equipe. Era o \*\*\*\*\* e o \*\*\*\*\* que faziam o diagnóstico e eu ia naqueles que eles diziam, esse nós não podemos ir sozinhos, você tem que ir junto. Daí eu ia nesses, nós trabalhávamos a capacitação, o \*\*\*\*\* era responsável pela capacitação. Só que o que nós fazíamos? Eles faziam os diagnósticos, nós sentávamos na sexta-feira de tarde e passava, eles tiravam muita foto, foto não ocupa espaço, e eles contavam o que era a família e o que que nós vamos fazer? E o projeto produtivo ? Nós construímos isso na equipe (Extensionista 5).

Em nenhum outro município, foi possível identificar processo semelhante de trabalho com essa ação. Ele envolveu toda a equipe municipal, com um espaço

semanal de planejamento e de discussão. Reserva-se a dúvida de que isso possa ter ocorrido em outros escritórios municipais, só não foi verbalizado pelos entrevistados e nem conseguiu-se notar durante a fase de observação qualquer procedimento semelhante em outros escritórios municipais. Lembre-se que essa ação não era a única que estava sendo executada na região e envolvia um público novo, logo, as outras chamadas e programas de governo que atendiam o público mais antigo tinham a execução ao cargo de outros técnicos naqueles locais que dispunham de equipes para dividir os trabalhos.

Outro espaço da empresa enfatizado pelos extensionistas como um dos mais importantes para a troca de experiências foram as reuniões entre os municípios que executavam o programa. Essas trocas tiveram dois sentidos mais pronunciados. O primeiro era de cada técnico ter ciência daquilo que seu colega estava fazendo, poder aproveitar ideias, tirar dúvidas sobre as técnicas que eram utilizadas, acumulando experiência e conhecimento sobre assuntos que não eram muito comuns na prática extensionista, como criações de animais de pequeno porte ou produção de alimentos em pequenas áreas. Essa forma de solução de problemas técnicos na região não pode ser considerada nenhuma novidade. Desde a concepção e a implantação do Programa de Pesquisa Desenvolvimento Rede Leite<sup>14</sup> na região que essa questão de produzir conhecimentos e saberes para resolver problemas foi incorporada pelos extensionistas e constitui-se como uma das funções instituídas dessas instâncias microrregionais.

Há o aspecto da segurança nos procedimentos adotados, através do compartilhamento de entendimento sobre determinada ação. Havia poucas normas, um certo grau de liberdade considerável na ação extensionista e muitos profissionais recém contratados tinham muitas dúvidas sobre os procedimentos adotados por cada um. Era nesses momentos, a partir da intersubjetividade dos envolvidos, que a decisão subjetiva e às vezes solitária encontrava guarida, ou não, na prática dos outros, ajustando procedimentos e padrões de conduta. Afora o aspecto de justificação procedimental, da possibilidade de ajustes na ação, criava-se um sentimento de segurança profissional, como afirma um deles: *“tinha gente insegura, ajudou quem estava inseguro, ah, isso dá para fazer, então vou fazer. Criou confiança”* (Extensionista 10). A interpretação que um extensionista fez, quando compartilhada

---

<sup>14</sup> Maiores informações sobre essa iniciativa é possível conferir no sítio eletrônico <http://www.programaredeleite.com.br/>

e sendo semelhante com outras, proporcionava uma sensação que não era apenas ele que estava fazendo e as chances de acerto eram maiores. Esse fenômeno ocorreu tanto em relação aos elementos normativos do programa como também ocorre na questão técnica, com uma certa padronização nas recomendações. Souza (2012) já demonstrou que a formação profissional é um dos elementos que levam ao isomorfismo nas organizações e acredita-se que isso pode ser identificado no programa, como no caso da avicultura colonial e do uso do capim pioneiro, apesar de que o caso do manejo leiteiro através do pastejo rotacionado seja o exemplo clássico na região.

Restringiu-se a abordar o aspecto mais formal das reuniões de micro. Porém, pela nossa experiência como extensionista, indagou-se se além daquilo que geralmente é relatado ao grande grupo, não haviam as conversas ao redor do café, momentos em que as dúvidas do técnico mais inexperiente buscavam respostas do colega mais experiente. Sabe-se que há uma tendência em se explorar os aspectos positivos e o sucesso obtido nas atividades, conforme pode ser visto nos relatos e também nas entrevistas. Alguns técnicos foram claros em colocar o espaço microrregional e os “diálogos informais” com os colegas de campo como momentos importantes de “calibração da atividade e resolução de problemas”. Se é certo que decepções performativamente vivenciadas são aquelas que possibilitam mais conhecimento ou levantam dúvidas empíricas suscitadas pela perturbação de uma ação que pode ativar discursos que levem a interpretações corretas (HABERMAS, 2004, p.20), talvez o espaço privilegiado dessas reuniões entre equipes executoras seja o mais indicado para acumular conhecimento sobre essas práticas. Resta o problema de como aproveitar melhor esse tempo e desenvolver metodologias que consigam trazer as discussões que se dão ao redor do café, nos grupos menores dos intervalos, para o grupo todo, pois é na intersubjetividade que se conseguirá o entendimento.

Se a ação extensionista tradicional era marcada pelo difusionismo e como definiu Dias (2007, p. 13) “ um agente moldado para o controle e para a intervenção instrumental sobre a natureza e a sociedade”, e já foi salientado acima que o aspecto normativo não permitia muita discussão, ou cumpria-se, ou cumpria-se, pois qualquer contestação poderia ser muito perigosa dentro dos órgãos públicos durante a ditadura. No entanto, após a democratização do país e das relações entre os técnicos e a direção da empresa e mesmo com a gerência de governo, pode-se afirmar que a ação

extensionista assume uma outra postura em relação às normas. Como é possível o questionamento das mesmas e, inclusive estas podem ser alteradas via mudança na gerência do Estado, o próprio contexto normativo, quando aquilo que era válido para determinado período passa a ficar em suspenso ou mesmo em ser revogado em um período subsequente, a ação normativa determina, muitas vezes, a ação do extensionista.

Há ainda os aspectos legais relativos ao uso de recursos controlados pelo Tesouro Público que possui rígida jurisprudência e as alterações se dão, muitas vezes, em cada Plano Safra, ou seja, em cada ano, levando-os a dar um valor muito grande aos procedimentos, principalmente em relação a laudos e outros documentos técnicos que são assinados e tem fé pública e vinculada a categoria profissional, como muitos afirmam : “*é o meu CREA que está lá!*”. Apesar da empresa possuir um sistema de apoio através dos assistentes regionais, supervisores e assistentes estaduais para dar suporte e padronizar esses procedimentos mais administrativos e burocráticos da atividade do extensionista no campo, a diversidade de situações concretas que esses profissionais enfrentam torna o entendimento entre eles um grande aliado na definição das ações extensionistas.

Os métodos são instrumentos de trabalho dos extensionistas e muitas vezes são uma habilidade profissional adquirida exclusivamente na empresa e garantem o bom desempenho da ação extensionista. No Programa a metodologia previa a realização de visitas, atividades de formação e o diagnóstico da propriedade. Seguiu a organização das chamadas públicas em que a visita é o principal método a ser cumprido, pois mesmo que não houvesse o pagamento das atividades, havia a obrigação de lançamento das atividades no SIATER. Essa forma de metas e seu respectivo controle acaba por determinar a estrutura metodológica, entendida aqui como os métodos que deveriam ser utilizados no trabalho. Dessa maneira, resta a variação em termos de conteúdo e na forma de executar cada um dos métodos propostos. A formação tinha conteúdos e material previamente disponibilizados, mas cada equipe podia inovar nesse aspecto, como foi o caso relatado da intervenção dramatúrgica e baseada na história de vida de um extensionista. Não havia nenhum tipo de impedimento de mudanças nessa metodologia no sentido de complementação. Conforme o coordenador estadual da EMATER/RS (2015), “*acaba que além de cumprir aquele mínimo, as equipes, onde há comprometimento maior das equipes, elas acabam indo além daquilo que é estabelecido*”. Esse “ir além” significou

diferenças no trabalho segundo sua avaliação e certamente pode-se admitir, afinal, mais tempo de trabalho pode trazer mais resultados. Tal afirmação pode ser entendida também como um subdimensionamento das atividades previstas no acordo para cada família. Se fossem redimensionados os esforços, talvez não houvesse a necessidade de ter mais empenho e os resultados poderiam ser melhores para todos?

Por parte dos extensionistas, há o entendimento de que, para um “início de trabalho”, a metodologia deu conta. Há uma série de limites em relação à sustentabilidade dos projetos produtivos e, principalmente, naqueles casos em que há limitações severas de espaço produtivo, necessita-se de um acúmulo maior. O cultivo em pequenos espaços tem recebido grandes contribuições da agricultura urbana, que potencializam insumos domésticos, reutilizando e reciclando uma série de materiais que geralmente são descartados e é uma sugestão que talvez possa auxiliar a ATER. O uso dos conhecimentos agroecológicos acumulados na empresa revelou-se um esboço de saber importante e parece ter sido fundamental no Programa como evidenciam o manejo preconizado na avicultura colonial e nas hortas domésticas.

Uma das vantagens metodológicas citadas foi a possibilidade de utilizar recursos financeiros para viabilizar lanches ou alimentação para as famílias, possibilitando, nas formações, atividades com maior tempo e um espaço de confraternização nos lanches ou almoços. Conforme relatado, em uma das observações acompanhou-se uma atividade que tinha almoço e realmente era um espaço rico de interação entre os beneficiários do município. Nesse dia, era possível observar que havia muitas famílias participando e não apenas um ou dois membros. Uma das entrevistadas relatou que algumas esposas levavam os maridos ou filhos nas formações, que “era permitido” e que não podia se utilizar da desculpa de cuidar dos filhos para faltar na atividade de formação. Esse fator contribuía para a assiduidade nas formações.

Apontar o elevado percentual de participação serve apenas como indicador de sucesso na cobertura do método dentro das famílias beneficiadas. Existem outros aspectos que devem ser considerados. Qual o membro da família que deve participar da formação deveria ser uma das preocupações. Primeiro, pelo ponto de vista prático. Nem sempre quem tem disponibilidade de ir ao curso ou oficina vem a ser a mesma pessoa que trabalha com a atividade. Vai aquela que está disponível e, assim, cumprem-se as exigências formativas dos programas (esse não é único com esse tipo

de exigência, outras chamadas apresentam a necessidade de participação em atividades de formação), mas do ponto de vista de resultados, isso é muito questionável. Gasta-se tempo e recursos com alguém que não vai utilizar a formação recebida.

Ter maior clareza em quem é o responsável por determinada atividade e vai receber a formação pode resolver outro problema. Relações de opressão existentes na famílias são reproduzidas, pois muitos esposos não deixam as mulheres participar e elas, já acostumadas resignam a aceitar a não participação, falsamente apresentam a mesma como uma vontade dela. Aparentemente, havia preocupações e constatações sobre a opressão vividas por muitas beneficiárias, mas durante as visitas de observação um depoimento de uma extensionista mostrou que há um limite metodológico. Segundo ela, depois de algum tempo trabalhando com o grupo, em uma atividade, uma senhora resolveu contar que seu marido não deixava que ela participasse e inclusive queria utilizar os recursos como ele queria e não de acordo com a vontade dela. Esse depoimento, feito sob lágrimas, desencadeou uma série de relatos semelhantes que desnudaram uma realidade bem opressiva vivida por muitas delas. Não se sabe se o aspecto metodológico auxiliaria muito, ou melhor, não se sabe se existe um método que daria conta, mas assim como há a crítica da abordagem dos livelihoods, que não diferencia dentro da pobreza os mais vulneráveis( Kaag et al., 2003) , observou-se que nesse programa o olhar para as questões de gênero se deu mais em função da condição individual e da percepção mais apurada daqueles profissionais que tinham mais sensibilidade e experiência com a questão. Outra extensionista contou que em uma visita bastou o marido se afastar para a esposa “denunciar” a opressão vivida e contar para ela coisas que não falava para os técnicos que já tinham visitado a família.

Acredita-se que um olhar mais apurado por parte dos extensionistas para esses grupos mais vulneráveis seja um tema que a formação da empresa deva se ocupar. Não pode assunto tão importante ficar à mercê da sorte, de contar com um depoimento de alguém ou da experiência de alguns. Há, entre os resultados, uma exaltação do papel da mulher nos projetos produtivos, mas poucos admitiram ou verbalizaram a preocupação em identificar ou intervir em ambientes opressivos. Nota-se que fica claro a demonstração do impacto que a opressão causa nos processos de desenvolvimento e, não obstante a sua dimensão ética, que transcende qualquer outra, há claros indícios de que o potencial emancipatório feminino pode se traduzir

em resultados mais satisfatórios nos projetos, ou seja, as mulheres, quando puderam realizar as atividades que pactuaram no programa, mostraram que conseguiam fazer aquilo que foi proposto, a despeito da descrença dos próprios maridos.

Outro grupo vulnerável em que quase não há relatos são as crianças. Entre zero e quinze anos, tem-se quase 41 % da população beneficiada. Obviamente que a grande maioria está na escola e não poderia participar de muitas atividades. Entretanto, há um descompasso muito grande na presença desses filhos na fala das beneficiárias e beneficiários e no discurso dos extensionistas. Para a grande maioria dos entrevistados, a utopia da sociedade do trabalho não existe mais. Desistiram de ser um trabalhador urbano, pois avaliam que sua situação pioraria muito na urbe. Resignam-se a garantir que seus filhos possam ser inseridos em condições melhores que as que tiveram e possam viver esse sonho que o capital reserva à classe trabalhadora. Sonham que os filhos cheguem ao ensino superior e possam tentar uma sorte diferente que a deles. Reservam-se para si a esperança de conquistar o benefício da aposentadoria rural através da condição de segurado especial e continuar vivendo no campo.

Essa “razão de ser” de muitas famílias é rara nas falas dos extensionistas. A Extensionista 5 mostrou essa preocupação ao mudar o horário da visita para poder encontrar um adolescente filho de beneficiários no turno inverso da escola porque notou que *“ele era bem receptivo e valia a pena apostar nele”*. Uma beneficiária contou que seus problemas de saúde e do esposo impedem o trabalho rural, mas ficam na propriedade porque o sonho do filho é continuar agricultor. Não se defende, em momento algum, o comportamento idiossincrático de alguns defensores de uma educação rural que julgam que o filho de agricultor deva ser formado para ser agricultor. Longe disso, luta-se para que esses filhos e filhas possam ser quem eles queiram ser, engenheiros, professores, administradores para se restringir as profissões que as mães citaram que eles querem cursar. Aliás, o simples desejo de cursar o ensino superior é uma novidade nesse público. Constata-se apenas que não há preocupação com um público que a literatura ( Kaag et al., 2003) considera como os mais vulneráveis entre os pobres. Registra-se que no Seminário Estadual em Santa Maria houve um relato bem interessante sobre uma experiência de trabalho com crianças na regional de Pelotas que talvez mereça um estudo mais detalhado.

Por fim, a utilização de imagens, facilitada pelo uso de equipamentos digitais, tanto para o diagnóstico como para serem “temas geradores” nas oficinas é uma



particularidade que merece maiores estudos do ponto de vista das metodologias. É uma forma interessante de trabalhar com pessoas que possuem limitação de leitura e compreensão de símbolos escritos, mas também permite a exposição da concretude da propriedade ou de algo e, foi relatado como interessante pelos beneficiários. Nos casos em que foram usados, afora o aspecto de controle e fiscalização, ainda assim expressam a visão do técnico, afinal é ele que escolhe qual o recorte da realidade que a máquina deve captar. Talvez um exercício de os deixar fotografar a sua realidade seja uma forma de aumentar a participação e melhorar a comunicação entre técnicos e famílias. Imagina-se se alguns dos beneficiários tivesse uma câmera à disposição para registrar o que julgasse interessante nas excursões ou visitas técnicas que fizeram e quais seriam as imagens que apresentariam? Seria uma forma mais interessante que fazer aquela clássica pergunta que sempre se faz: o que foi que vocês gostaram na visita?



## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer as considerações finais, aproveita-se para responder parte dos objetivos, pois julga-se esse espaço mais adequado que outros capítulos já apresentados. Julga-se que foram satisfatórias as respostas que apresenta-se aos objetivos inicialmente propostos. Acredita-se que há uma boa sistematização e revisão sobre a atuação da ATER na pobreza extrema, com a apresentação das principais ações e do escopo institucional no País. Há ainda uma revisão sobre o tema com as principais contribuições encontradas, tentando situar essa temática dentro do campo específico da Extensão Rural. Em nível empírico, apresenta-se a dinâmica da Inclusão Produtiva nos municípios estudados com uma descrição que permite a compreensão de como ocorreu essa ação em nível municipal e microrregional, quais foram as dificuldades iniciais, parcerias, instrumentos utilizados; enfim, como se inicia uma prática profissional nova para a Extensão Rural.

Sobre as impressões e avaliação dos extensionistas e dos beneficiários, foi possível, através das entrevistas e da observação, identificar que a impressão inicial era bem diferente daquela que eles possuem na atualidade, tanto em relação ao trabalho, como sobre as famílias beneficiárias. Da mesma forma, entre os beneficiários haviam diversos temores em participar do Programa, o principal deles era relacionado a uma possível perda dos benefícios que usufruíam, como o Bolsa-Família. A aceitação e participação representou para a maioria uma melhora positiva na qualidade de vida.

Os métodos utilizados pelos extensionistas poderiam ter sido estudados e descritos um pouco mais, pois diante da novidade e da interação peculiar que o Programa permitiu, surgiram algumas experiências interessantes e um maior detalhamento poderia trazer uma contribuição interessante para a Extensão Rural. São questões que aparecem com mais ênfase na fase de escrita do relatório e análise das entrevistas e não durante a fase da pesquisa.

Havia uma preocupação, entre os objetivos deste trabalho, de apontar possíveis contribuições inovativas do trabalho da ATER no atendimento da pobreza extrema que pudesse contribuir com o campo da Extensão Rural. Esperava-se que, diante de tamanha singularidade, surgissem coisas novas. Entre aquelas que avalia-se como inovações e que merecem ser apontadas, citam-se duas: a visão do projeto

de vida da família e a integração entre técnicos da equipe de ATER, mais especificamente da equipe técnica com a área de Bem-Estar Social.

A primeira delas é a forma pela qual entendeu-se que as famílias eram analisadas pelos técnicos. Há uma tradição setorial da Extensão Rural, através da qual o técnico enxerga em primeiro plano a produção, muitas vezes, apenas um determinado tipo de produção, como uma criação ou uma cultura. A abordagem dos sistemas agrícolas são um exemplo de tentativa de superar essa visão parcelada e segmentada da propriedade agrícola, identificada, muitas vezes, como resultado de uma formação positivista e compartimentada das ciências (OZELAME et al., 2002). Entende-se que, apesar dos problemas pertinentes a sua conceituação, a questão da agricultura familiar que a ATER busca dar prioridade, pressupõe a preferência da família como centro das atenções por parte do aconselhamento. Entretanto, nota-se que geralmente são atendidos produtores familiares: produtores de leite, de suínos, olerícolas e produtores ecológicos. Há uma herança de olhar a produção antes do humano. Sou aquilo que produzo.

Há, no caso da abordagem setorial, uma preocupação com o desempenho da cultura e, no caso da agricultura familiar, no desempenho e reprodução da unidade familiar de produção. Mesmo na Agroecologia, persiste a preocupação com o meio ambiente junto com a qualidade de vida. Na ação com a pobreza, diante dos limites das unidades de produção, pois muitos são mais locais de moradia que de produção, acaba os técnicos d ATER olhando a família, as pessoas, seus dramas e seu projeto pessoal. Diante da escassez produtiva ou até da ausência da produção, os extensionistas tiveram que necessariamente mudar essa abordagem. As necessidades das famílias eram tantas, eram tantas urgências que secundarizou-se a importância da produção agrícola na definição dessa identidade. Assim, afirmou-se algo que talvez deveria ser o princípio no atendimento de todas famílias, ou seja, qual o projeto da família pra seu futuro, que futuro pode-se ajudá-los a construir ? Infelizmente, tal procedimento não acontece na maioria dos trabalhos da ATER e, nesse caso, tornou-se uma regra no programa.

Diante da dificuldade de estabelecer um projeto produtivo, o olhar foi ampliado para o conjunto dos recursos e para a família. A visão holística surge da necessidade de encontrar mais coisas no entorno daquelas vidas que nem eram vistas. O processo de substituição de alimentos que orientou muitos projetos classificados como subsistência alimentar mostrou que esse mero exercício já coloca a família na

centralidade e não os recursos produtivos que a mesma dispõe. Não era porque tinha um pedaço de terra que se orientava a fazer uma horta, mas sim porque a família tinha necessidades alimentares. A partir dessa visão mais geral, outros problemas específicos de cada família iam aparecendo, como a depressão, o alcoolismo, as doenças, enfim, elementos do componente humano da propriedade que normalmente é entendido mais um elemento de produção (mão de obra) que um ser que possui razões e emoções. A centralidade do humano, muitas vezes, se deu mais na dúvida da capacidade dos mesmos em responder aos desafios, é uma novidade nesse programa e pode servir de ensinamento para todos. Afinal, muitas vezes, o agricultor ou a agricultora é um mero fator de produção.

Outra novidade é a relação entre a equipe executora, compreendida como a integração entre a área da Educação ou Social e aquela marcada pela formação nas Ciências Agrárias. Já observou-se que havia uma particularidade, a maioria das Extensionistas de Bem-Estar Social possuíam formações complementares na área das Agrárias, mas a partir do depoimento do Coordenador Estadual do Programa, pode-se fazer a inferência de que não foi algo localizado na região Celeiro e se deu em todo o Estado. Acredita-se que ele esteja muito ligado com a questão já apontada acima, desse olhar mais ampliado para a família. Fica-se imaginando o exercício dos colegas daquela equipe municipal que discutiam os projetos na sexta-feira ao projetarem as fotos e avaliavam as possibilidades e particularidades de cada caso. Certamente, foi um exercício riquíssimo e que não teve nenhum dispêndio de recursos a mais, apenas a disposição de sentarem juntos e dialogar sobre os problemas que enxergavam e as soluções que propunham.

A mudança na relação entre a equipe e a integração dos mesmos só foi possível, não porque tinham um problema em comum, mas sim porque ambos julgaram que cada um podia contribuir com a solução do mesmo. Como bem definiu Damke (1995), o processo de conhecimento para Paulo Freire se dava na abertura do ser para o outro. Essa condição de intersubjetividade, de se aceitar o diálogo com o outro, é a condição primeira do entendimento, lembrando que por entendimento se entende a união dos participantes da comunicação sobre a validade da exteriorização. Logo, houve o reconhecimento de que a contribuição de cada um, enfim, aquilo que externavam sobre o problema tinha validade. Desse processo comunicativo pode ter havido dissensos, dúvidas, mas certamente tiveram muitos acordos que foi o momento em que consensualmente há, entre eles, portanto de forma intersubjetiva, o

reconhecimento da validade dessas exteriorizações que levou à coordenação da ação.

A resposta sobre a contribuição da ATER para a mitigação da pobreza fica evidente nas avaliações e nos resultados alcançados. Sim! A ATER contribui e é um elemento importante para a superação da pobreza. Entretanto, uma pergunta certamente incomoda o leitor. Qual foi a continuidade dessa ação? A primeira etapa já acabou, teve uma segunda?

Essa era a grande dúvida que tinham os extensionistas e as famílias. O que seria feito depois dessa primeira fase? Como salientado anteriormente, parte dos agricultores foram integrados em outras chamadas públicas, mas em número bem menor que os atendidos pelo Brasil Sem Miséria. Havia uma orientação de encaminhar Planos Socioassistenciais aos Conselhos Municipais de Assistência Social. Planos Socioassistenciais são projetos de acompanhamento para as famílias em pobreza extrema e visam obter recursos para o atendimento das famílias. Outra estratégia era esperar uma nova chamada pública que contemplasse as famílias com ATER. Todas as famílias entrevistadas admitem que participariam de um programa que tivesse apenas prestação de ATER, sem recursos financeiros, pois entendem que há um benefício considerável na continuidade desses serviços.

Os avanços obtidos em um período podem esmaecer-se em um futuro próximo. A condição de pobreza não é uma linha contínua que não apresenta regressos. Nas famílias entrevistadas já se encontravam algumas que, a partir do declínio das condições de fertilidade, limites da força de trabalho ocasionado por doenças ou expropriação da terra em que trabalhavam, retornaram a uma condição de vulnerabilidade que julgavam superadas. Poderá a ATER se viabilizar junto a esse público através desse tipo de ação parcial? A condição de entidade filantrópica<sup>15</sup>, posta como um elemento salvador para a empresa, representa um contexto mais favorável à consolidação dessas ações?

Infelizmente, não houve até o momento nenhuma nova chamada pública, confirmando a crítica sobre a continuidade dos serviços que esse instrumento tem sofrido no financiamento da ATER no Brasil. O trabalho dos extensionistas com essas

---

<sup>15</sup> A ASCAR-EMATER/RS é uma empresa que luta pelo reconhecimento de sua condição de entidade filantrópica junto ao Governo Federal. O MDS concedeu a filantropia até o ano de 2017, mas a renovação é fundamental para a manutenção das atividades da empresa. E uma preocupação constante da direção e dos empregados.

famílias será reduzido com a falta de recursos, pois terão que atender outras chamadas. Mesmo que sigam atendendo algumas, muitas ficarão excluídas. Considera-se que a inclusão que foi obtida é tênue. Poderão as famílias retornar à sua condição de esquecidas? A depender da fala dos extensionistas, isso não aconteceria, mas sabe-se que a forma de financiamento da ATER tem levado a ações localizadas e com temporalidade definida. Resta a espera! Apesar dos riscos de descontinuidade, entende-se que a ação foi inclusiva. Habermas( 2012b) reafirma a tese que não há individualização sem socialização e nenhuma socialização sem individualização. Isso indica que a simples participação da ATER no cotidiano dessas famílias permite a produção de conhecimentos e novos sujeitos; logo, tem-se desenvolvimento, independente do resultado alcançado, pois extensionistas e famílias atendidas serão outros após essa experiência.

Ainda sobre a pobreza, pode-se afirmar que há indícios de legitimação e institucionalização de políticas de combate à pobreza na esfera municipal ou regional que poderiam sugerir uma preocupação com uma sociedade mais justa? A resposta a essa questão deve ser precedida de uma constatação. Há uma ampliação das atribuições ao Poder Municipal que não é acompanhada de recursos financeiros e humanos para enfrentar os problemas. Essa transferência de responsabilidade pelos Governos Federal e Estadual acaba limitando a ação local. No momento a maior parte das prefeituras região estão em crise, com limitações por ultrapassar os limites prudenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além desse contexto, a gestão da pobreza é vista de forma assistencialista e, no caso da pobreza rural, a resposta oficial padrão através da oferta de formação profissional para garantir emprego ou ocupação que gere renda não é muito aplicável quando não há dinamização econômica dos lugares em que vivem. Nota-se que a migração para frentes de trabalho fora da região acaba minimizando a pressão sobre a esfera municipal. Assim, não há mudanças e novidades na esfera pública municipal que possam ser apontadas como políticas locais dirigidas à população em pobreza extrema.

Os limites municipais coloca-os em dependências das ações das outras esferas de governo. O cenário de conquistas pelos governos intervencionistas na América Latina permitiu avanços significativos na redução da desigualdade. Sob os riscos de um retorno do ideário neoliberal, dada a recente eleição na Argentina e a onda

conservadora no Brasil, poderiam ocorrer redução e extinção nas políticas distributivas e de redução das desigualdades?

Nesse contexto, qual seria o papel da ATER? Diante da riqueza que representa hoje a intervenção dos Extensionistas e da complexidade alcançada, um retorno ao atendimento da produção como muitos entendem que seria a aposta da ANATER ou as posições de governos liberais podem representar um risco a essa ação reparadora da ATER. Alterações no sistema podem mudar o atual mundo da vida dessas famílias, que passariam a ter em seu pano de fundo uma presença difusa, mais clara para alguns, mais distante para outros, dos serviços de ATER.

Por fim, será que a escolha do referencial teórico trouxe contribuições para o estudo? Considera-se que sim. Apesar dos limites teóricos que o autor possui com essa abordagem, especialmente no aspecto da pragmática da linguagem, da dificuldade de apreensão dos atos de fala entre técnicos e extensionistas, julga-se que a abordagem permitiu um olhar diferente sobre a ação extensionista. Abandonou-se aspectos importantes do referencial, como a noção de esfera pública. Notou-se pouca alteração na dinâmica municipal ou regional, apesar de que há uma quantidade de instituições e espaços de construção do desenvolvimento na região. A pobreza manteve-se onde quase sempre está: nas justificativas das propostas que, se concretizadas, atendem públicos que “dão mais retorno”.

Analisando-se o percurso formativo obtido, entende-se que os elementos da teoria da ação comunicativa foram úteis para entender outras esferas de racionalidade que não apenas a técnica instrumental na qual os profissionais são formados. Espera-se que isso seja perceptível na leitura da tese. Tentou-se utilizar essa teoria com a intenção de compreender a ação extensionista no trabalho com famílias em pobreza extrema. Acredita-se que esse referencial possui utilidade para democratizar as relações entre trabalhadores da extensão rural e deles com as famílias e pessoas que trabalham.

Do ponto de vista teórico, sustenta-se na tese que a crise da Extensão é resultado da alteração sistêmica e que o pluralismo e variedade de ação da mesma não está determinada apenas pelo tipo de financiamento, mas sim pelas alterações sistêmicas que tornam a ATER pública desnecessária para o setor produtivo mais integrado ao mercado. Nesse sentido, a função integradora ao sistema, que buscava modernizar o homem do campo e integrá-lo ao mercado e, depois de atingido esse intento, a introdução de inovações que permitissem a competitividade e ganhos de



produtividade crescentes, perde um pouco de sentido. A ação extensionista torna-se reparadora dos problemas causados pela própria modernização, tentando integrar aqueles que ajudou a excluir, como os pobres do campo. Salienta-se que a ação teleológica acaba dividindo com a ação normativa as preocupações dos extensionistas. Essa fato se dá em virtude da democratização e alternância no poder da gerência do Estado que leva os técnicos a valorizarem mais o aspecto normativo frente à técnica.

O reconhecimento das diversidades e dos direitos individuais se ampliam na modernidade, restando ainda ações emancipatórias dentro dela. A modernidade não pode ser colocada na condição de vilã do desenvolvimento, como algo que só causa exploração e opressão. O caso das relações de gênero e da forma motivadora das mulheres nesse programa são um bom exemplo; aliás, esse programa é um exemplo de busca emancipatória para muitas famílias. Enquanto para muitos o projeto moderno está esgotado, para essas famílias ele não chegou e elas ainda estão esperando por ele.

Como forma de evitar erros do passado, com mudanças sociais provocadas de baixo para cima, Habermas aposta na ação comunicativa. Nesse sentido, pode-se concluir que os processos de entendimento foram uma constante nesse programa? Não, pois julga-se que os elementos analisados não fornecem essa certeza. O que se pode afirmar com relativo grau de certeza é que entre os extensionistas que executaram esse programa houve uma mudança na relação entre eles e ela pode ser caracterizada como comunicativa. As bases em que foi estabelecida a interação entre os técnicos das ciências agrárias e de Bem-Estar Social não se deu a partir de uma leitura fragmentada da realidade e tampouco foi a soma do conhecimento de cada um. Houve uma dinâmica baseada no entendimento e que difere da relação tradicional que esses dois campos da Extensão Rural tradicionalmente mantiveram entre si.

Em relação à interação entre técnicos e famílias, acredita-se que há indícios de avanço no diálogo e na comunicação entre eles, não sendo possível definir a ação extensionista nesses moldes como uma ação difusionista. A dimensão do mundo subjetivo e seu impacto na personalidade dos extensionistas é visível e marcou a ação extensionista no Programa. Não era a sustentabilidade ou mesmo a efetividade dos projetos produtivos o ponto central e sim a compreensão das famílias, com a veracidade das experiências externadas assumindo, muitas vezes, a primazia frente aos aspectos normativos e teleológico.

Compreende-se então que a análise da ação extensionista em seus aspectos estratégicos, normativos, dramático e comunicativo é um campo fértil para estudos futuros que possam contribuir para uma teoria da ação extensionista, que, repita-se não pode mais ser vista como uma ação teleológica e instrumental como concebida em seus primórdios.

Essa tese buscou compreender a ação extensionista no Programa Brasil Sem Miséria a partir da leitura da ação comunicativa. O foco esteve na ação extensionista e tentou-se romper com a objetividade da experiência, captando movimentos em busca de uma intersubjetividade do entendimento mútuo. Julga-se que a esse propósito a teoria serviu, pois sem ela não sei se a mesma teria focado na interação e talvez ficasse restrito mais aos resultados. Hoje, ao fazer um exercício ficcional extremo, imagina-se que houvesse um retrocesso brutal e todas as famílias mudasse para a cidade, o que restaria dessa ação? Hortas abandonadas, cercas caídas, galinheiros desocupados e cheios de teia de aranha, pastagens e algumas frutíferas no meio da capoeira? Teria sido esse o trabalho da ATER? Se apenas os resultados objetivos e concretos tivessem tido a atenção, isso seria possível. Porém, tentou-se descrever a riqueza da experiência para a ação extensionista através de um encontro de racionalidades que foram separadas pela modernidade. Do estranhamento inicial para o diálogo posterior mostrou-se que ninguém é tão pobre que não tenha o que contribuir com o outro e da humildade e dos ensinamentos que repercutiram na formação extensionista há um caminho sofrido, marcado por lágrimas, sensação de impotência, descrença na ação e tantas outras características que são o anti-herói da extensão. O extensionista especializado, que sabia tudo, que de posse da sua racionalidade técnico-instrumental, de seus saberes acadêmicos, obediente às regras e pronto para qualquer tarefa, encontrou-se despojado de sua armadura frente ao outro. Em inúmeras situações, a razão foi atropelada pela emoção. Portanto, a ação extensionista nesse programa revestiu-se, muitas vezes, de um encontro entre humanos e não entre técnicos e público assistido.

Especialmente no processo de reprodução do subsistema cultural, o estoque de saber extensionista mostrou-se limitado, obrigando a inovações e busca de entendimento entre os colegas. Da parte das famílias beneficiadas, há uma aprovação e ganhos consideráveis em termos de autonomia pessoal e pertencimento social. A pesquisa

aponta que é possível uma coordenação de ações em desenvolvimento rural sob bases mais comunicativas por parte dos serviços de ATER.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. In: \_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. UFRGS, Porto Alegre, 2003.

ALMEIDA, J. ( Org.) **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1997.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA, 1989. 235p.

ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e. Desafios da agência de extensão rural. In: BUAINAIN, Eliseu Alves; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. (Eds. Téc.). **Mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF : Embrapa, 2014.

BAIARDI, A.; VIEIRA, G. A. A Cooperação em ciências agrárias entre o Brasil e os Estados Unidos: o caso da Bahia na década de quarenta do século Passado. 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: SBHCT, 2012. v. 1. p. 730-743.

BAIARDI, A. A evolução das ciências agrárias nos momentos epistemológicos da civilização ocidental. In: **Filosofia e História da Ciência no Cone Sul, 3º Encontro**, Campinas, 2004.

BANNWART JUNIOR, Clodomiro José. Perspectiva evolucionária na teoria social crítica de Habermas. **Trans/Form/Ação**, Marília , v. 36, n. spe, p. 67-86, 2013 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732013000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732013000400006&lng=en&nrm=iso)>. Access em: 09 feb. 2016.

BARBOSA, Fabrício R. [et al.]. **Plano estratégico de desenvolvimento da região celeiro – RS**. Ijuí : Ed. Unijui, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo 1**: fatos e mito. 4. ed. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do Livro, 1970.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

BERNARDI, L. E. **Entre o sonho e a realidade**: legado do programa de fomento - PBSM, no RS. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural- UFSM, 2016.

BICCA, E. F. **Extensão rural da pesquisa ao campo**. Guaíba: Agropecuária, 1992. 184p.

BORDENAVE, Juan Diaz. **A transferência de tecnologia e o pequeno agricultor.** IICA -Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola. Série Publicações Miscelâneas, n. 23, jan.1980.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011: Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais **Diário Oficial [da] República do Brasil.** Brasília, 17 out.2011a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011: Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial [da] República do Brasil.** Brasília, 19 dez 2011b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Federal Farroupilha. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Disponível em: <[HTTP://www.iffarroupilha.edu.br](http://www.iffarroupilha.edu.br)>. Acesso em: 26 jun.2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Portal Brasil Sem Miséria.** Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>>. Acesso em 06 ago.2013a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **SIATER.** Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sys/siater/public/listagem>>. Acesso em: 17 nov.2013b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **SIATER.** Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sys/siater/public/listagem>>. Acesso em: 21jan.2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Boletins Municipais:** O Programa Brasil Sem Miséria e seu município (boletins 12/2013). Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/idv/tela\\_uf\\_e\\_mun.php?ibge=43](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/idv/tela_uf_e_mun.php?ibge=43)> Acesso em: 20 jan.2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. Casa Civil. Lei N° 11.326, de 24 de Julho de 2006: estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República do Brasil.** Brasília: 25 jul. 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Comunicação Social. **Mensagem ao Congresso Nacional.** 2013. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/publicacoes/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-2013/?searchterm=None>>. Acesso em: 14 set.2013.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro:** ganhar tempo é possível? Brasília : CGEE, 2013, p.29-70

BUANAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF : Embrapa, 2014.

CALAZANS, M. J. C. et al. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: BORDENAVE, J.; WERTHEIN, J. (Orgs.). **Educação rural no Terceiro Mundo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

CALAZANS, M. J. C. et al. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In BORDENAVE, J.; WERTHEIN, J. (Orgs.) **Educação rural no Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

CANELLAS, Z. Abrindo a porteira: uma memória da extensão rural no Rio Grande do Sul. Santa Maria, Ed. Palotti, 2010.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do setor público**. 1991. 220 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

\_\_\_\_\_. Em direção à extensão rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul: In: BRACAGIOLI NETO, A (Org.) **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. 208p.

\_\_\_\_\_. **A extensão rural no Rio Grande do Sul: da tradição made in USA ao paradigma agroecológico. Iª Jornada Paranaense de Agroecologia**, Ponta Grossa, PR, 2003. Disponível em: <<http://www.jornadadeagroecologia.com.br/textos.htm>>. Acesso em: 10 ago.2002.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Lei de ATER: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2011.

\_\_\_\_\_. (Coord.) **Extensão rural e Agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Camaragibe, PE: Ed. do Coordenador, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Folder apresentação Programa Brasil Sem Miséria**. Brasília. s/d.

\_\_\_\_\_. Estado do Rio Grande do Sul. **Programa RS Mais Igual**. Disponível em: <<http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/>>. Acesso em: 03 ago.2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Federal Farroupilha. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <<http://www.iffarroupilha.edu.br>>. Acesso em: 26 jun.2013a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011**. 4. edi. Brasília, 2011

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Boletins municipais: o Programa Brasil Sem Miséria e seu município (boletins 12/2013)**. Disponível em <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/idv/tela\\_uf\\_e\\_mun.php?ibge=43](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/idv/tela_uf_e_mun.php?ibge=43)>. Acesso em 20 jan.2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 03 jun. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm)>. Acesso em 15 jan.2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 17out.2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm)>. Acesso em: 16 mar.2016

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011: regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 19 dez. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Decreto/D7644.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7644.htm)>. Acesso em: 09 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8026 de 06 de junho de 2013: altera os Decretos nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 10 jun.2013. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/Decreto/D8026.htm#art4](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D8026.htm#art4)> Acesso em: 09 mar.2016.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS,2002. 48p.

CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Estud. av.**, v. 26, n. 75, p.77-90, ago. 2012.

CHAMBERS, R. **Desenvolvimento rural: fazer dos últimos os primeiros**. Luanda: ADRA, 1995.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. **IDS discussion paper**, Brighton: n. 296, 1992.

CHRISTOPLOS, I. **Common framework for supporting pro-poor extension**. Neuchâtel Group, 2003.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza: impacto das reformas do FMI e Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

CLEARY D. et. al. **Estrategias enfocadas hacia las personas, breve estudio bibliográfico y comparativo**. Programa de Apoyo a los Modos de Vida Sostenibles (LSP), Serie de Documentos de Trabajo. FAO,2004.



CORAZZA, G.; MARTINELLI, O J. **Agricultura e euestão Agrária no pensamento econômico**. PGDR-UFRGS. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/agricullturaequesagrahpe.pdf>>. Acesso em 9 jan.2005.

COSTA, Cassiane da; FROEHLICH, José Marcos; CARPES, Ricardo Howes. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo , v. 30, n. 2, p. 465-483, Dec. 2013 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982013000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000200007&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Abril 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000200007>

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Revista de Agroecologia**, Porto Alegre, v.1, n. 4, 2000.

DAMKE, Ilda Righi. **O processo de conhecimento na pedagogia da libertação: as idéias de Freire, Fiori e Dussel**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995. 165 p.

DARRÉ, Jean-Pierre. **A produção de conhecimento para a acção: argumentos contra o racismo da inteligência**. Lisboa: Inst. PIAGET, 2002. 268 p.

DEDECCA, C. (org.) **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. Brasília: IICA, 2013.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Prg.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

DEMO, Pedro. **Política social do conhecimento: sobre futuros de combate à pobreza**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2000.

DEPONTI, Cidonea M. **Intervenção para o Desenvolvimento Rural: O caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. 2010. 275 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v.18, n. 2, p.11-21, 2007.

DIESEL, V. A construção de consensos sobre o futuro da Extensão Rural nas Organizações de Cooperação Internacional. In: DIESEL, V et. al. (Orgs.). **Extensão rural no contexto de pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATEs dos assentamentos de reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

DIESEL, V. et al. Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des) necessária? **RESR**, Piracicaba, v.46, n.4, out./dez, 2008.

DIESEL, V.; DIAS, M. M. Fundamentos teóricos-metodológicos da extensão rural: quais fundamentos? In: Seminário Nacional de Ensino de Extensão Rural, 2., 2010, Santa Maria. **Anais eletrônicos...** Santa Maria: UFSM, 2010, p. 1-12. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/Fundamentos\\_Teorico-metodologicos\\_em\\_extensao\\_rural.pdf](http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/Fundamentos_Teorico-metodologicos_em_extensao_rural.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2015.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C.; FROEHLICH, J. M.. Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. In: TOMMASINO, Humerto; HEGEDÜS, Pedro de. (Orgs.). **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Montevideo: Universidad de la Republica - Facultad de Agronomía, 2006.

DRAIBE, S. M.; RIESCO, M.. Estado de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**, v. 13, n. 27, mai./ago., 2011.

DUARTE, L. M. G.; SILIPRANDI, E.. A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. In: Congresso Latino-Americano de Sociología Rural, **Anais....** Quito, Ecuador. 2006. p. 1 - 17. Disponível em: <[https://www.alasru.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2011%2F12%2F15-GT-Laura-Maria-Goulart-Duarte-Emma-Siliprandi.doc&ei=QG\\_UVeSINsHd-QH-gbagBA&usq=AFQjCNGVKTEqjUVfF61Rop7h8u6D6GtWKA&bvm=bv.99804247,d.cWw](https://www.alasru.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2011%2F12%2F15-GT-Laura-Maria-Goulart-Duarte-Emma-Siliprandi.doc&ei=QG_UVeSINsHd-QH-gbagBA&usq=AFQjCNGVKTEqjUVfF61Rop7h8u6D6GtWKA&bvm=bv.99804247,d.cWw)>. Acesso em: 19 ago. 2015.

EHLERS, E. M. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba: Editora Agropecuária, 1999.158p.

EMATER/RS. **Programa de atividades 1957/1958 projeto ETA 11- ASCAR**. Porto Alegre. (documento interno).

\_\_\_\_\_. **Seminário Extensão Rural: Enfoque Participativo**. Proposta aprovada. Porto Alegre, 08 a 10 de julho de 1987 (documento interno).

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades 1998**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades 2002**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades 2012**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2013. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/arquivos/relatorio-institucional/Relatorio%20de%20Atividades-2012.pdf>>. Acesso em: 22 fev.2016.

\_\_\_\_\_. **Diagnósticos das famílias beneficiadas na primeira fase pela ação de Inclusão Produtiva na Região celeiro**. Ano 2013. Documento interno disponibilizado pela empresa para o autor

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades 2014**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2015 . Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos/relatorio-institucional/RELATORIO%20DE%20ATIVIDADES\\_2014.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos/relatorio-institucional/RELATORIO%20DE%20ATIVIDADES_2014.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural-1980/81**. Porto Alegre, 1982. (documento interno).

\_\_\_\_\_. **Programa de atividades 1979**. Porto Alegre, 1979. (documento interno)

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR**: a gestão do processo de planejamento. Porto Alegre: EMATER/RS - ASCAR, 2011.

\_\_\_\_\_. **Projetos de assistência técnica e extensão rural da Emater/RS-Ascar para agricultores(as) familiares em situação de extrema pobreza no RS**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório de execução**: Programa de inclusão social e produtiva no meio rural. Porto Alegre: Emater-RS, 2015.

\_\_\_\_\_. **Resultados da avaliação nos oito municípios da primeira etapa na Região Celeiro, 2015 b** ( documento interno enviado por comunicação eletrônica pelo Coordenador Estadual)

FARRINGTON, J. et al. Extension, poverty and vulnerability: the scope for policy reform -final report. **ODI Working Paper**, Londres, n. 155, 2002.

FAVARETTO, A. da S. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural: entre o capital social e o bloqueio institucional In: **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**, Campinas, 2003.

FÁVERO, Maria H. Desenvolvimento psicológico, mediação semiótica e representações sociais: por uma articulação teórica e metodológica. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, v. 21, p. 017-025, jan./abr. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 25 ago.2005.

FEE- **Fundação de Economia e Estatística**. Tabela 8 - Idese e seus blocos por Coredes no Rio Grande do Sul — 2009. Disponível em <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php?ano=2009#coredes](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php?ano=2009#coredes)> acesso em 21/01/2014.

FERRY, L. **A nova ordem ecológica**: a árvore, o animal e o homem. São Paulo: Ed. Ensaio, 1994. 193 p.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 6. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREITAG, Bárbara. Habermas e a filosofia da modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, n. 16, p. 23-45,1993.

FREITAG, Bárbara; ROUANET, Sérgio Paulo (orgs). **Habermas: sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Tabela 8: Idese e seus blocos por Coredes no Rio Grande do Sul — 2009**. Disponível em <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php?ano=2009#coredes](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php?ano=2009#coredes)>. Acesso em: 21 jan.2014.

GEHLEN, Simoni T. **Temas e situações significativas no ensino de ciências: contribuições de Freire e Vigotsky**. 2006. 155p. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências). Unijuí, Ijuí, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2012.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

GOODMAN, D. et al. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.(org.) **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2015

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCR, fev/2000. 74 p.

GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento Sustentável. In: Almeida, J. ( org.) **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade- UFRGS, 1997

HABERMAS, J. **Pensamento pós metafísico: estudos filosóficos** . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. **Discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Verdade e Justificação: ensaios filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico do tempo: seis ensaios**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Teoria do agir comunicativo, 1:** racionalidade de ação e realização social. São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Teoria do agir Comunicativo, 2:** sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2012b.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

JARA, C. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável.** Brasília: IICA, 2001.

JESUS, E. L. de. Da agricultura alternativa à Agroecologia: para além das questões conceituais. **Revista Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, v. 3, n. 1/2 SP, Embrapa-Cnpab, jan/dez. 1996.

KAAG, M., et al. Poverty is Bad: Ways Forward in Livelihood Research. **CERES Development Pathways Seminar**, 2003, Amsterdam: Disponível em <<http://repub.eur.nl/pub/22801/01PUB0000001856.pdf>>. Acesso em: 08. set.2015.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicações ao caso Brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS: PGDR, 2008.

KOLM, S-C. **Teorias modernas da justiça.** São Paulo-Martins Fontes, 2000.

MAGALHÃES, E. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX.** Viçosa,: Ed UFV, 2006.

MARTINS, L. C.. **Entre o plantar e o colher: representações e saberes envolvidos na extensão rural.** Tese Doutorado Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP/SP, 2001.

MARTINS, J. de S. **Introdução crítica à sociologia rural.** São Pauo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida rural. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 5-12, 2000.

MATTEI, L.. Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). **Anais...** Rio de Janeiro, 2011

MAZOYER, M. E.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo:** do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Inst. Piaget, 1998. 520p.

MEJIA, H. G. **Situación y perspectivas de los programas de extension rural en América Latina y el Caribe:** algunas recomendaciones para la formulación de políticas. Consórcio ARCOS - Proyecto ESAS/ LAC. 2003.

MENEZES, F.; SANTARELLI, M. Da estratégia fome zero ao Plano Brasil sem miséria: elementos da seguridade social no Brasil. **IBASE**, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>>. Acesso em: 19 nov.2013.

MOLL, J. **Reflexões Acerca da Educação para a Superação da Extrema Pobreza**: Desafios da Escola de Tempo Completo e de Formação Integral. O Brasil Sem Miséria, MDS, Brasília, 2015.

MORAES, R.. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

\_\_\_\_\_. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.

MOREIRA, R.J. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, 2000, Pág.39 -52.

MOTA, D.M. da; SCHMITZ, H.. Pertinência da categoria rural para análise do social. **Revista Ciênc. Agrotec.**, Lavras, v. 26, n. 2, p. 392-399, mar./abr. 2002

MUCHAGATA, Márcia (Coord.). **Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados do Brasil**: relatório nacional. Brasília:MDA/FAO, jul. 2003. 159p.

MUSSOI, Eros Marion. **Extensão rural**: uma contribuição ao seu repensar. Brasília: EMBRATER, 1985. 24 p.

OZELAME, O.; DESSIMON MACHADO, J.A.; de HEGEDUS, P. O enfoque sistêmico na extensão: desde sistemas “hard” a sistemas “soft”, **Agrociencia**. Uruguai: Facultad de Agronomía de la Universidad de la República/Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria, v.4, n.2, p. 53-60, 2002.

PAUGAM, S. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I.. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

PEREIRA, A.L.S.; WAGNER, C. A. **Monges barbudos e o massacre do fundão**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso)**, v. 17, n. 2, p. 117 - 135, mai./ago. 2012.

PESAVENTO, S. J. **RS**: agropecuária colonial e industrialização. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PIRES, Á. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDH Global 2014**. Disponível em < <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2014.aspx>> acesso em 20 de abril de 2016.

RAMOS, P. (Org.) **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007.

RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: Ed. Annablume, 2000.

RODRIGUES, C. M. **Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil**. 305 p. Tese (Doutorado). UNB, Brasília, 1994.

ROMANO, J. O. Empoderamento e poder no enfrentamento da pobreza. In: CARVALHO COSTA, L. F.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs.) **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

ROMEIRO, A. R.. **Meio ambiente e dinâmicas de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume / FAPESP, 1998.

ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo : Companhia das Letras, 1987

SAMBORSKI, T. **Superar a difusão: desafio e dilema para os extensionistas rurais**. 2007. 113p. Dissertação (Mestrado de Educação nas Ciências). Unijuí, Ijuí, 2007.

SCHMITZ, Heribert. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: SIMÕES, A. et alli ( org.) **Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento**. Belém: NEAF/CAP/UFPA: GRET, 2001. p. 39-99.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume, 2010.

SCHWARTZMAN, S.. **As causas da pobreza** .Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCOONES, I. Livelihoods perspectives and rural development. **Journal of Peasant Studies**. v. 36, n. 1, jan. 2009.

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. **IDS Working Paper**, Brighton, n. 72, p. 1-22, 1998.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. 2. ed. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

SILVA, Ana Paula da; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. O modelo cooperativo de extensão dos Estados Unidos: contribuições possíveis para o Brasil. **Rev. Ceres**, Viçosa, v. 57, n. 3, p. 297-306, June 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-737X2010000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-737X2010000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SILVA, F. C. da. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 35, abr. 2001.

SILVEIRA, L. B. Agricultura familiar e Informalidade: o seu papel no abastecimento local de alimentos. Tese (Programa de Pós Graduação em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <[http://cascavel.ufsm.br/tede//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5649](http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5649)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SOUZA, R. S. de. **A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural**. Santa Maria: Editora UFSM, 2012

SOUZA, M. de F. G. de. Estrutura e processo de conhecimento e a ação do Extensionista rural. **Caderno de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 225-239, mai./ago. 1986.

VEIGA, J. E. da. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica**. São Paulo: Edusp:Hucitec, 1991

VIEIRA FILHO, J. E. R. . Distribuição produtiva e tecnológica dos estabelecimentos agropecuários de menor porte e gestão familiar no Brasil. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z.. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília : CGEE, 2013.

WERTHEIN, J. E.; BORDENAVE, J. E. D. (Orgs.). **Educação rural no terceiro mundo**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981. 370p.

WERTHEIN, J. ( org.) **Educação de adultos na América Latina**. Campinas: Papyrus, 1985, 224 p.

WOOD, H. M. As origens agrárias do capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, n. 10, 2000. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario10.html>>. Acesso em: 9 mar.2005 23:07:36

ZARNOTT, A. V. ; DALBIANCO, Vinicius Piccin ; NEUMANN, P. ; FIALHO, M. A. V. . Avanços e retrocessos nas políticas de extensão rural: análise crítica sobre a ANATER. 53º Congresso da SOBER. **Anais...** João Pessoa, 2015.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do Século XIX**. Ijuí: ed. Unijuí, 2002.



ZARTH,P. A. Depoimento pessoal ao autor em 2007.



## **APÊNDICES**



**APÊNDICE A**  
**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**Título do Projeto:** POBREZA E EXTENSÃO RURAL : A ATER NO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA NA REGIÃO CELEIRO DO RS

**Pesquisador responsável:** Professor Ph.D. Vicente Celestino Pires Silveira (Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural/UFSM) - (55) 3220 8904.

**Equipe executora:** Tarcísio Samborski, doutorando PPGExR/UFSM.

**Instituição/Departamento:** Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural/UFSM

**Telefone para contato:** (55) 3220 8165 (55) 9995 4498, (55) 96146831

**Local da coleta de dados:** Braga , Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Miraguaí , Tiradentes do Sul e Três Passos( Todos na |região Celeiro do RS)

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos agricultores cujos dados serão coletados através de entrevistas com anotações e gravações da equipe executora do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural/UFSM. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas em arquivos de pesquisa no Centro de Ciências Rurais - Prédio 44 ,Sala 5110D,Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS,CEP 97105-900 por um período de seis anos sob a responsabilidade do Sr. Vicente Celestino Pires Silveira. Após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em 02/10/2014, com o número do CAAE 35423514.0.0000.5346.

Santa Maria, 15 de outubro de 2014



.....

*Vicente Celestino Pires Silveira*

SIAPE 1261673



**APENDICE B**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**



Título do projeto: POBREZA E EXTENSÃO RURAL : A ATER NO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA NA REGIÃO CELEIRO DO RS

Pesquisador responsável: Vicente Celestino Pires Silveira

Instituição/Departamento: Programa de pós Graduação Extensão Rural- UFSM

Telefone para contato (inclusive a cobrar): 55-3220 8458

Pesquisadores participantes: Tarcísio Samborski

Telefones para contato: 55-3781-4389

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

A pesquisa tem por objetivo analisar a experiência de assistência técnica e extensão rural (ATER) na Inclusão Produtiva do programa Brasil Sem Miséria em municípios atendidos da região Celeiro do Rio Grande do Sul – RS. A metodologia adotada prevê a observação de algumas atividades ( visitas técnicas ou reuniões de formação do Programa Inclusão Produtiva) e entrevistas com extensionistas rurais, autoridades e famílias envolvidas com o referido Programa.

Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas na concessão dessa entrevista, respondendo às perguntas formuladas pelo entrevistador. A entrevista será gravada, caso haja permissão do(a) entrevistado (a) para posterior estudo

Riscos: A participação nessa pesquisa não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você. Você poderá experimentar constrangimento ao responder algumas perguntas, mas sinta-se bem à vontade para não respondê-las. Aliás, você poderá interromper sua participação na pesquisa em qualquer momento.

Benefícios: Não há nenhum benefício direto para o participante, porém o maior conhecimento sobre o tema abordado poderá representar algum benefício indireto no futuro.

Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Sigilo. Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisador, a equipe do estudo, Comitê de Ética independente e inspetores de agências regulamentadoras do governo (quando necessário) terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo).

A pesquisa será realizada no período de outubro a dezembro de 2014, sua participação se dará apenas em alguns momentos. Reitero o seu direito de retirar o consentimento a qualquer tempo

#### Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo : POBREZA E EXTENSÃO RURAL : A ATER NO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA NA REGIÃO CELEIRO DO RS, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo: POBREZA E EXTENSÃO RURAL : A ATER NO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA NA REGIÃO CELEIRO DO RS . Eu discuti com o Sr. Tarcísio Samborski sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu acompanhamento/ assistência/tratamento neste Serviço.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2014

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: \_\_\_\_\_

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2014

\_\_\_\_\_  
Vicente Celestino Pires Silveira



## APÊNDICE C

### ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

#### 1) Para os gestores federais do Programa Brasil Sem Miséria e da ação de Inclusão Produtiva.

- a) Seria possível fazer um breve relato sobre como surgiu o programa e/ou ação em que trabalha?
- b) A forma que o programa possui foi concebido busca a integração de vários programas existentes e criação de novas ações. Após esse período de execução, como você avalia esse formato? Ele manteve-se fiel ao formato inicial ou foram feitas adaptações?
  - b.1) Se existiram, quais e porquê?
  - b.2) Quais são as entidades que apresentaram menor comprometimento ou um comprometimento menor que o esperado inicialmente?
- c) Qual é a expectativa com a ação de inclusão produtiva no meio rural?
- d) Qual foi a razão de escolha da inserção da ATER?
- e) Qual é então a expectativa com os serviços de ATER?
- f) Como foi pensada a participação dos beneficiários no programa?

#### 2. Para o responsável da empresa ASCAR-EMATER/RS

- Porque a empresa resolveu assumir a ATER no programa RS mais Igual?
- Qual a avaliação que é feita dessa ação no momento?
- Em relação ao trabalho com famílias em pobreza extrema, público que não era tradicional da empresa, quais foram as mudanças no trabalho extensionista que pode ser observado? Em relação aos profissionais que atuam, houve e quais foram as dificuldades principais?
- Há problemas no formato do programa que já puderam ser notados, houve alguma solicitação aos gestores dos mesmos, e se houve, teve alguma modificação a partir da contribuição que fizeram?

- Qual foi a formação que a empresa forneceu aos extensionistas que trabalham nessa ação?

### 3. Para os extensionistas municipais

- Se você analisar as atividades que realiza no cotidiano do seu trabalho, com a sua formação, na escola ou Universidade, acha que estava preparado para esse trabalho assim que se formou?
- A formação que recebeu da empresa foi importante para o início da sua atividade profissional?
- Suas dúvidas e anseios você divide com quem? Colegas, familiares, outros?
- Como vê o comprometimento das instituições de seu município em relação ao combate da pobreza extrema?
- Não há reclamações de outros públicos que são mais tradicionais da ATER? Se há, quais são as principais?
- O formato do programa é adequado ou apresenta limites para o seu trabalho?
- Quando há alguma crítica ou algum ajuste que julga importante, você leva ao conhecimento de seu superior hierárquico?
- Como você avalia o seu trabalho com as famílias atendidas?
- Você acha que, de maneira geral, as ações propostas no projeto estão corretas frente às normas do programa?
- Particularmente, você acha que elas podem realmente trazer melhorias para essas famílias?
- As famílias realizam esforços efetivos para atingir aquilo que foi acordado no projeto ou há dificuldades nesse sentido? Elas procuram o Escritório Municipal ?

### 4. Para as famílias atendidas

- Há quanto tempo vive aqui nessa comunidade?
- O que vocês fazem por aqui?

- Tem algum parente na cidade? Já morou na cidade? Porque não quis ir para a cidade?
- Quais são os planos para o futuro? Para os filhos?
- Esse programa que vocês estão participando, como ficaram sabendo?
- Foi fácil decidir entrar nele ou tiveram que pensar um pouco?
- O que mais motivou vocês a entrarem no programa?
- E o que vocês estão achando, era aquilo que foi falado no início?
- Como os técnicos da ATER estão atendendo? Quantas vezes vieram? Vocês vão até o Escritório Municipal?
- Qual foram as propostas que eles fizeram?
- O que vocês acharam dessa proposta?
- Ela é viável aqui na propriedade?
- Vocês fizeram tudo que foi recomendado ou tiveram problemas para cumprir o projeto?
- O que melhorou na sua vida depois que entraram no programa?